

PRESIDENCIA DA REPUBLICA  
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO  
SECRETARIA CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

# BALANÇOS GERAIS DA UNIÃO

Exercício de 1982

## RELATORIO

### PARTE I

ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

### PARTE II

A EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO E A  
SITUAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA FEDERAL







PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO  
SECRETARIA-CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

BALANÇOS-GERAIS DA UNIÃO  
EXERCÍCIO DE 1982

RELATÓRIO

PARTE I  
ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

PARTE II  
A EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO E A  
SITUAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA FEDERAL

336.193  
3823d

SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE INTERNO  
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO  
PRESIDENCIA DA REPUBLICA

RELATÓRIO ANUAL DE 1992  
CONTROLE DE 1992

RELATÓRIO

PARTES I  
ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

PARTES II  
A EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO E A  
SITUAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL



# BALANÇOS GERAIS DA UNIÃO

EXERCÍCIO DE 1982

## RELATÓRIO

APRESENTADO AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO DE ESTADO-  
-CHEFE DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA  
REPÚBLICA, PROFESSOR ANTONIO DELFIM NETTO, PELO SE-  
CRETÁRIO-CENTRAL DE CONTROLE INTERNO, FERNANDO DE OLIVEIRA

### PARTE I

ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

### PARTE II

A EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO E  
A SITUAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA FEDERAL

BALANÇO GERAL DA UNIAO

Exercício de 1952

RELATÓRIO

APRESENTADO AO CONGRESSO NACIONAL EM 15 DE MARÇO DE 1953  
Pelo Presidente da República  
ANTONIO DE OLIVEIRA ALBUQUERQUE  
Presidente do Conselho de Administração da Uniao

PÁGINA 1

ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

PÁGINA 2

ATIVIDADES DE INVESTIGACAO E DESENVOLVIMENTO

ATIVIDADES DE EXTENSAO E COOPERAÇÃO



# SUMÁRIO

	PÁGINAS
APRESENTAÇÃO.....	1/5

## PARTE I

### ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

PORTARIAS EXPEDIDAS PELO MINISTRO DE ESTADO-CHEFE DA SEPLAN/PR	8
DELEGACIAS-REGIONAIS DE CONTABILIDADE E FINANÇAS-DECOF's.....	9
DELEGACIAS-REGIONAIS DE AUDITORIA-DEAU's.....	10
ATOS EXPEDIDOS OU PROJETADOS PELA SECIN/SEPLAN/PR.....	12/17
INSTRUÇÃO NORMATIVA SECIN/Nº 004/82-COMENTÁRIOS.....	19/52
CURSOS E PALESTRAS.....	54/58
OFÍCIOS CIRCULARES E COMUNICADOS.....	60/69
PROCESSAMENTO DE DADOS.....	71/74
ANEXOS - INDEXAÇÃO.....	76/121

## PARTE II

### A EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO E A

### SITUAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA FEDERAL

A EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO.....	124/128
A REALIZAÇÃO DA RECEITA.....	129/145
A EXECUÇÃO DA DESPESA.....	146/156
BALANÇO PATRIMONIAL.....	157/167
O ESFORÇO DO SETOR PÚBLICO FEDERAL.....	168/170
BALANÇO DAS ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA.....	171/173
QUADROS DEMONSTRATIVOS.....	174/183
GRÁFICOS.....	184/196
AGRADECIMENTO FINAL.....	198
MISSÃO CUMPRIDA.....	200

### MATÉRIA EXTRAÍDA DE FONTES DA

### ÁREA ECONÔMICO-FINANCEIRA

DESEMPENHO DAS AUTORIDADES MONETÁRIAS.....	202/212
PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA DO TESOURO NACIONAL.....	213/225
MERCADO SEGURADOR NACIONAL.....	226/242
SISTEMA NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS.....	243/249
O DESEMPENHO DA ECONOMIA BRASILEIRA.....	250/293





Presidência da República  
Ministério da Educação e Cultura  
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais  
Rio de Janeiro, 1971

Ministério da Educação e Cultura  
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

Presidência da República

Este é o livro de referência para todos os educadores e pesquisadores da área de educação.

## DEPARTAMENTO

Este livro é uma obra de referência para todos os educadores e pesquisadores da área de educação.

Este livro é uma obra de referência para todos os educadores e pesquisadores da área de educação.

Este livro é uma obra de referência para todos os educadores e pesquisadores da área de educação.

Este livro é uma obra de referência para todos os educadores e pesquisadores da área de educação.

APRESENTAÇÃO

APRESENTAÇÃO



Excelentíssimo Senhor Professor ANTONIO DELFIM NETTO

DD. Ministro de Estado-Chefe da Secretaria de Planejamento da  
Presidência da República

Tenho a honra de submeter a Vossa Excelência o  
presente

## R E L A T Ó R I O

no qual se demonstram as atividades administrativas e técnicas realizadas pela Secretaria-Central de Controle Interno no decorrer do exercício financeiro de 1982.

Este é o VOLUME I, em que a Parte I cuida dos aspectos administrativos que mais intimamente influenciaram os trabalhos aqui desenvolvidos e voltados precipuamente à obra de consolidação do novo sistema de controle interno, cujos derradeiros passos esperamos poder completar no ano de 1983. Referimo-nos aos programas de acompanhamento físico-financeiro e de auditoria de resultados, a fim de que o artigo 71 da Constituição possa ver seu cumprimento assegurado por inteiro.

O ano de 1982 assinalou, na área de controle interno, a efetiva transformação das Inspetorias-Gerais de Finanças em Secretarias de Controle Interno, mercê dos atos do Poder Executivo consubstanciadores do elenco de cargos e funções de direção, assessoramento e chefia. Aliados aos Regimentos Internos de cada uma, esses instrumentos vieram coroar a implementação da estrutura administrativa.





A Parte II deste volume contém o Relatório da Execução do Orçamento e a Situação da Administração Financeira Federal.

No aspecto do conjunto dos Balanços-Gerais da União, cujos exemplares são ora oferecidos a Vossa Excelência, há que ressaltar a sensível redução do número anterior de oito para apenas três volumes constitutivos e assim intitulados:

### 1º VOLUME - RELATÓRIO

PARTE I - *Atividades Administrativas*

PARTE II - *A Execução do Orçamento e a Situação da Administração Financeira Federal*

### 2º VOLUME - BALANÇOS E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

PARTE I - *Administração Direta*

PARTE II - *Autarquias, Empresas Públicas e Fundações*

### 3º VOLUME - RECEITA E DESPESA

PARTE I - *Receita Orçamentária Prevista e Realizada*

PARTE II - *Despesa Orçamentária Autorizada*

PARTE III - *Despesa Orçamentária Realizada*

O 1º Volume é o Relatório das Atividades Administrativas (Parte I) e sobre a Execução do Orçamento e a Situação da Administração Financeira Federal (Parte II), objeto deste livro e em cumprimento à disposição do artigo 29, § 2º, do Decreto-lei nº 199, de 25 de fevereiro de 1967 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União).

O 2º Volume reflete o Balanço-Geral propriamente dito e envolve:



## PARTE I - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**, *condensando as receitas previstas e as despesas autorizadas, contrasteadas com as realizadas e mostrando o resultado obtido;*

**BALANÇO FINANCEIRO**, *a espelhar as receitas e despesas orçamentárias, os ingressos e dispêndios extraorçamentários e as disponibilidades financeiras;*

**BALANÇO PATRIMONIAL**, *a identificar o Ativo e o Passivo Financeiros, o Ativo e o Passivo Permanentes, o Saldo Patrimonial e as Contas de Compensação.*

## PARTE II - AUTARQUIAS, EMPRESAS PÚBLICAS E FUNDAÇÕES

Observe-se que esse livro contém agora a posição da Administração Direta e, também, da Administração Indireta, cujos balanços figuravam em volume separado.

O 3º Volume, chamado Receita e Despesa, contempla a Receita Orçamentária, prevista e realizada, bem como, a Despesa Orçamentária, autorizada e realizada, inclusive os empenhos a pagar e os créditos não utilizados.

A redução do número de volumes tem origem na junção dos Balanços das Administrações Direta e Indireta e, principalmente, na simplificação dos demonstrativos da Receita e Despesa, que agora se concentram em um só livro, em lugar dos cinco tomos elaborados em 1981. Eliminaram-se na apresentação gráfica, é evidente, muitos demonstrativos que tinham o caráter de duplici-





dade e até triplicidade de informações a respeito do comportamento da despesa pública, em virtude dos múltiplos cruzamentos até agora oferecidos.

A despesa pública, todavia, não perdeu os caminhos vitaís e indicadores de suas diferentes posições, porque os dados relativos às autorizações legais, postos em confronto com a respectiva realização, — por órgão, função, programa, subprograma, projeto e atividade, acoplados ainda os elementos e sub-elemen - tos de despesa, dentro das categorias econômicas —, permitirão a análise e as conclusões do consulente.

Aqueles que, porventura, em virtude de suas peculiares atribuições, tiverem necessidade de recorrer a outros môdulos da despesa pública, encontrarão receptividade em nosso siste - ma de processamento de dados, porquanto sua memória estará dispo - nível para a emissão de outros relatórios destinados a clientes especializados.

Sem sacrifício da qualidade do produto oferecido, a simplificação operada visou a proporcionar economia aos cofres públicos diante da menor quantidade de material utilizado, assim se oferecendo efetiva contribuição aos programas de redução de gastos e de austeridade recomendados pelo Excelentíssimo Senhor Presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo e que Vossa Exce - lência, Senhor Ministro-Chefe, retransmitiu a todas as reparti - ções e entidades da SEPLAN.

A Secretaria-Central de Controle Interno deseja con - signar agradecimentos ao Departamento de Imprensa Nacional, na pessoa de sua ilustre Diretora-Geral, Dr.<sup>a</sup> Dinorá Moraes Ferreira, e sua digna equipe de colaboradores, pelo excelente desempenho de que resultou a apresentação gráfica das peças componentes do Balanço-Geral e, muito mais, pelo desvelo com que iniciou essa





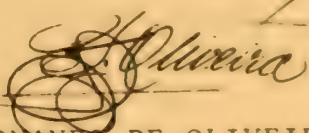
cooperação, a partir dos balanços de 1981, superando com acolhedora cordialidade o tratamento meramente obrigatório do relacionamento funcional.

Quer, também, assinalar seu reconhecimento a todas as autoridades envolvidas na tarefa comum do controle interno, pela prestimosa ajuda oferecida aos trabalhos dos quais resultou a apresentação de seus balanços setoriais a este órgão-central, que os consolidou. Aos Senhores Secretários de Controle Interno dos Ministérios Cíveis e autoridades de igual equivalência, nos Ministérios Militares, Órgãos da Presidência da República e dos Poderes Legislativo e Judiciário, pois, nossa gratidão.

Manifesta seu agradecimento, outrossim, aos dirigentes e servidores da área SEPLAN, muito especialmente ao Departamento de Administração, e aos próprios colaboradores da Secretaria de Controle Interno e da Secretaria-Central de Controle Interno, pela prestimosa dedicação com que se lançaram à tarefa de produzir trabalho de relevante responsabilidade. Em verdade estamos todos nós, graduados e auxiliares, assegurando possa o Presidente da República prestar suas contas de 1982 ao Congresso Nacional dentro dos sessenta dias após a abertura da sessão legislativa de 1983, como impõe a Constituição.

E a Vossa Excelência, Senhor Professor Antonio Delfim Netto, graças a cujo decidido apoio o Sistema de Controle Interno se vê engrandecido, a gratidão e as homenagens de todos nós, com a certeza de que nossa obstinada lealdade se fará sempre presente.

Respeitosamente,



FERNANDO DE OLIVEIRA

Secretário-Central de Controle Interno





**PARTE I**

**ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS**





PORTARIAS EXPEDIDAS PELO  
MINISTRO DE ESTADO-CHEFE DA SEPLAN





**PORTARIAS EXPEDIDAS PELO SENHOR MINISTRO DE ESTADO-CHEFE DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, DURANTE O EXERCÍCIO DE 1982, DE INTERESSE ESPECÍFICO DO SISTEMA DE CONTRO**

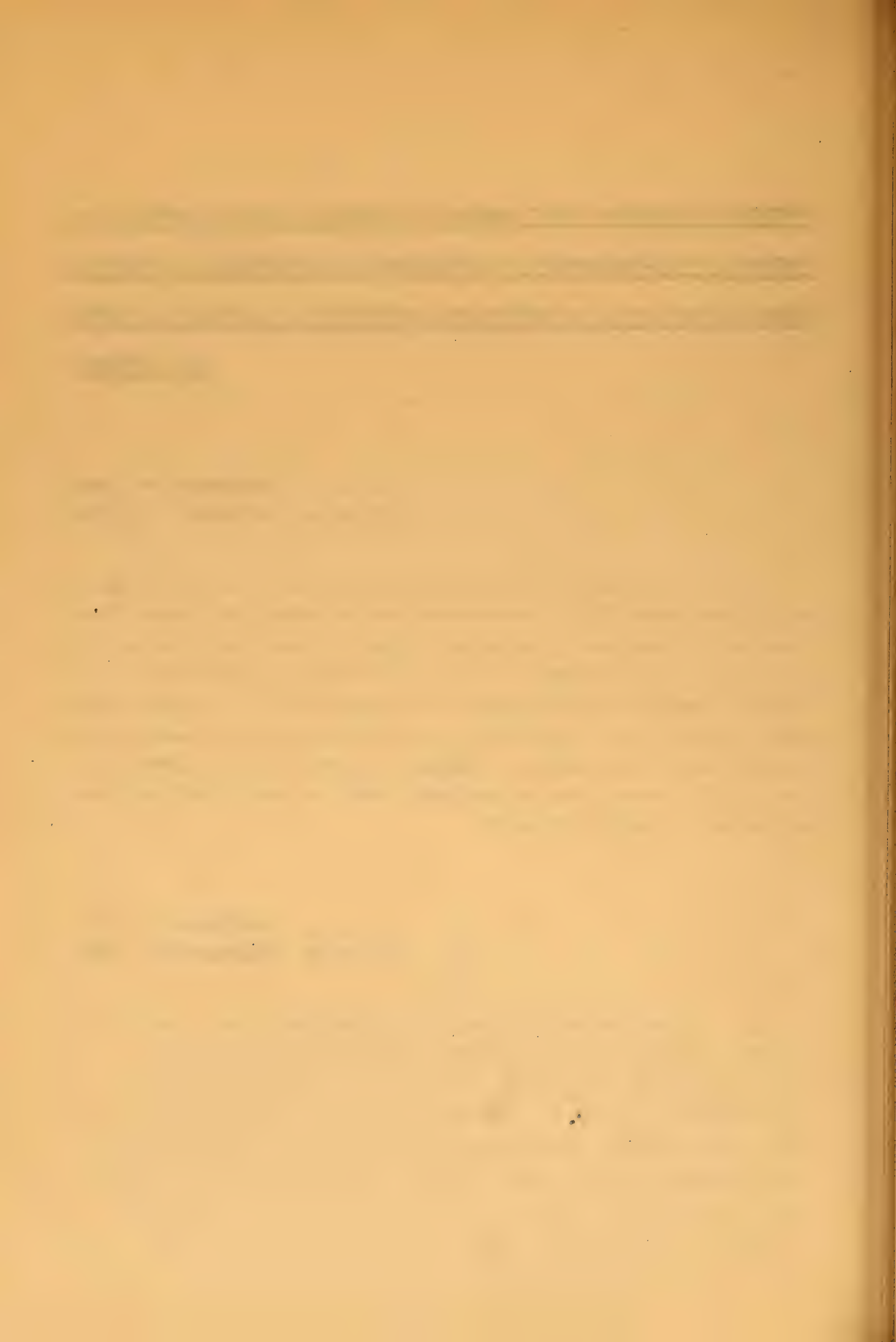
**LE INTERNO:**

**PORTARIA Nº 162,  
DE 28 DE SETEMBRO DE 1982**

Implementou as Delegacias-Regionais de Contabilidade e Finanças-DECOF's, integrantes da estrutura da Secretaria-Central de Controle Interno da SEPLAN, criada com o Decreto nº 84.362, de 31 de dezembro de 1979, sediada em cada Capital de Estado, cumprindo-lhes produzir as operações de contabilidade analítica dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, praticados por unidade orçamentária ou administrativa civil, localizada em qualquer ponto do território nacional, exclusive o Distrito Federal.

**PORTARIA Nº 233,  
DE 24 DE NOVEMBRO DE 1982**

Implementou as Delegacias-Regionais de Auditoria-DEPAU's, integrantes da estrutura da Secretaria-Central de Controle Interno da SEPLAN, criada com o Decreto nº 84.362, de 31 de dezembro de 1979, sediadas no Distrito Federal e nas Capitais dos Estados do Amazonas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e São Paulo, cumprindo-lhes produzir os trabalhos de auditoria contábil e de auditoria de programas e visando a assegurar eficácia aos controles interno e externo.



## DELEGACIAS-REGIONAIS DE CONTABILIDADE E FINANÇAS-DECOF's

Designados pelo Senhor Ministro de Estado-Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, Antônio Delfim Netto, vinte e um Delegados-Regionais de Contabilidade e Finanças tomaram posse a 15 de setembro de 1982, em cerimônia realizada no Edifício-Sede da SEPLAN/PR.

No conagraçamento puderam conhecer-se entre si e muitos foram, na ocasião, apresentados ao titular da Secretaria-Central de Controle Interno, que dentre as centenas de "currículos" recebidos de todo o Brasil, os pinçara para exercer a chefia daquelas Delegacias sem, no entanto, conhecê-los pessoalmente, pelo menos em sua maioria.

A seguir, através da Portaria nº 162, de 28 de setembro de 1982, o Senhor Ministro de Estado-Chefe da SEPLAN, implementou as Delegacias-Regionais de Contabilidade e Finanças, em consonância com a estrutura criada pelo Decreto nº 84.362, de 31 de dezembro de 1979, para a Secretaria-Central de Controle Interno.

Foram, portanto, criadas, ainda, no segundo semestre de 1982, como preconiza o Relatório das Atividades Administrativas do ano passado, as condições para que as DECOF's cumpram as obrigações que lhe foram cometidas, produzindo as operações de contabilidade analítica dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, praticados por unidades orçamentária ou administrativa civil, localizada em qualquer ponto do território nacional.





### DELEGACIAS-REGIONAIS DE AUDITORIA-DEAU's

Encontram-se em condições de ser ativadas as Delegacias-Regionais de Auditoria-DEAU's, implementadas pelo Senhor Ministro de Estado-Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República através da Portaria nº 233, de 24 de novembro de 1982.

Integrantes da estrutura da Secretaria-Central de Controle Interno criada com o Decreto nº 84.362, de 31 de dezembro de 1979, serão sediadas no Distrito Federal e nas Capitais dos Estados do Amazonas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e São Paulo, e cumprir-lhes-á produzir os trabalhos de auditoria contábil e de programas visando a assegurar eficácia aos controles interno e externo.





ATOS EXPEDIDOS PELO  
SECRETÁRIO-CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

ATOS DO PODER EXECUTIVO  
PROJETADOS PELA SECRETARIA-CENTRAL DE CONTROLE INTERNO



**PORTARIAS EXPEDIDAS PELO SECRETÁRIO-CENTRAL DE CONTROLE INTERNO,**  
**DE INTERESSE GERAL DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO, NO EXERCÍCIO**  
**DE 1982:**

PORTARIA Nº 03,  
DE 22 DE NOVEMBRO 1982

Institui Representações da Secretaria-Central de de Controle Interno-SECIN, nos Territórios Federais do Amapá e de Roraima, ficando os trabalhos desenvolvidos jurisdicionados às Delegacias-Regionais de Contabilidade e Finanças nos Estados do Pará e Amazonas, respectivamente.

**INSTRUÇÕES NORMATIVAS EXPEDIDAS PELA SECRETARIA-CENTRAL DE CON-**  
**TROLE INTERNO - IN/SECIN/SEPLAN/PR - NO EXERCÍCIO DE 1982:**

INSTRUÇÃO NORMATIVA SECIN/SEPLAN/PR/Nº 001,  
DE 08 DE JANEIRO DE 1982

Disciplina a composição dos processos de prestação e tomada-de-contas da Administração Federal, a partir do exercício financeiro de 1981, inclusive.

INSTRUÇÃO NORMATIVA SECIN/SEPLAN/PR/Nº 002,  
DE 22 DE ABRIL DE 1982

Disciplina a distribuição de exemplares dos Balanços-Gerais da União elaborados pela Secretaria-Central de Controle Interno.





**INSTRUÇÃO NORMATIVA SECIN/SEPLAN/PR/Nº 003,  
DE 27 DE MAIO DE 1982**

Delega competência a Secretários de Controle Interno e autoridades de atribuição equivalente para, observada a disciplina da Instrução Normativa SECIN/SEPLAN/PR/Nº 003, de 23 de fevereiro de 1981, reconhecer "Despesas de Exercícios Anteriores" classificáveis nos elementos e sub-elementos que especifica.

**INSTRUÇÃO NORMATIVA SECIN/SEPLAN/PR/Nº 004,  
DE 30 DE AGOSTO DE 1982**

Atualiza procedimentos de administração orçamentária e financeira. (Encontra-se comentada neste Relatório, adiante).

**INSTRUÇÃO NORMATIVA SECIN/SEPLAN/PR/Nº 005,  
DE 08 DE NOVEMBRO DE 1982**

Adita a Instrução Normativa SECIN/SEPLAN/PR/Nº 004, de 30/08/82, com a finalidade de:

a) dar nova redação ao item 97, que passa a ser assim concebido:

*"A Delegacia-Regional de Contabilidade e Finanças do lugar onde serão movimentados os recursos receberá a primeira via da Nota Orçamentária de Destaque e Provisão e a quarta via de Nota Financeira de Repasse e Sub-Repasse. Esses documentos, após anotados pela Delegacia, serão diretamente encaminhados à unidade gestora beneficiária, em cujo arquivo permanecerão."*

b) aprovar o modelo "Continuação do Empenho nº", que terá a referência SECIN/IN-4/82 - ANEXO I - Continuação.



**INSTRUÇÃO NORMATIVA SECIN/SEPLAN/PR/Nº 006,  
DE 10 DE DEZEMBRO DE 1982**

Consolida, para conhecimento das áreas interessadas, em especial as do sistema de controle interno, a codificação das unidades gestoras jurisdicionadas aos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, para uso em instrumentos e programas relativos à execução orçamentária, financeira e contábil, a partir do exercício de 1983.

**INSTRUÇÃO NORMATIVA SECIN/SEPLAN/PR/Nº 007,  
DE 23 DE DEZEMBRO DE 1982**

Delega competência a Secretários de Controle Interno e autoridades de atribuição equivalente para, no exercício financeiro de 1982, proceder à inscrição, em Restos a Pagar, de despesas empenhadas e não pagas, observada a disciplina das Instruções Normativas SECIN/SEPLAN/PR/Nºs 003, de 18 de dezembro de 1980 e 004, de 30 de agosto de 1982.

**DECRETO Nº 86.863,  
DE 19 DE JANEIRO DE 1982**

*Altera o Decreto nº 79.208, de 07 de fevereiro de 1977, que dispõe sobre a composição das Categorias-Direção e Assessoramento Superior, do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, da Tabela Permanente da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, e da outras providências.*

O Decreto nº 84.362, de 31 de dezembro de 1979, deu nova estrutura ao sistema de controle interno. Contudo, enquanto não criados os cargos e funções dos dirigentes das diversas áreas técnicas e administrativas, e fixados seus níveis salariais, seria impossível implantá-lo.





O Decreto nº 86.863, de 19 de janeiro de 1982, veio dotar a estrutura da Secretaria de Planejamento da Presidência da República de dirigentes, assessores e chefes aos quais se atribuiu a responsabilidade de implantar e conduzir nas áreas Central e Setorial principalmente, as atividades de administração financeira, contabilidade, auditoria, processamento de dados e normas e desenvolvimento, conforme matéria consubstanciada em seu artigo 1º e Anexo I. E extinguiu, pelo artigo 2º, as funções de confiança na Tabela Permanente da SEPLAN ligadas à antiga Inspetoria-Geral de Finanças.

Criou, também, na forma dos artigos 3º e 4º, funções para composição do Grupo-Direção e Assistência Intermediárias e deu permissão ao Ministro-Chefe da SEPLAN, para que, a exemplo de outras Pastas, possa dispor de funções de assessoramento superior.

O Decreto nº 86.863/82 ainda recomendou aos Ministérios Civis que solicitassem, através da SEPLAN, as alterações necessárias em seus Quadros e Tabelas Permanentes de Pessoal e permitiu aos Ministérios Militares, ao Conselho de Segurança Nacional, ao Serviço Nacional de Informações e ao Estado-Maior das Forças Armadas, que propusessem a reformulação de suas unidades de controle interno, guardada a proporção dos correspondentes encargos.

A grande preocupação, na elaboração do Decreto nº 86.863/82, foi cuidar para que os níveis retributórios propostos para o sistema de controle interno guardassem equivalência, àqueles dos demais sistemas de atividades instituídos pela Reforma Administrativa.

**DECRETO-LEI Nº 1970 ,  
DE 29 DE NOVEMBRO DE 1982**

*Elimina as frações de Cruzeiro nas  
operações de natureza orçamentária -  
ria, financeira e contábil.*



Na eliminação total dos centavos vem sendo objeto de estudos pelo Conselho Monetário Nacional, que ainda não chegou a uma decisão final. Soluções parciais vinham sendo tomadas: o Orçamento da União não contemplou centavos; as referências salariais dos servidores públicos desprezam centavos; a Secretaria da Receita Federal os dispensou nas declarações do imposto de renda, e em algumas áreas, como na Previdência Social, por exemplo, procedimento misto vinha sendo adotado.

A Secretaria-Central de Controle Interno-SECIN ao editar a Instrução Normativa nº 004, de 30 de agosto de 1982 para atualizar procedimentos de administração orçamentário-financeira-contábil, dispôs no item 102:

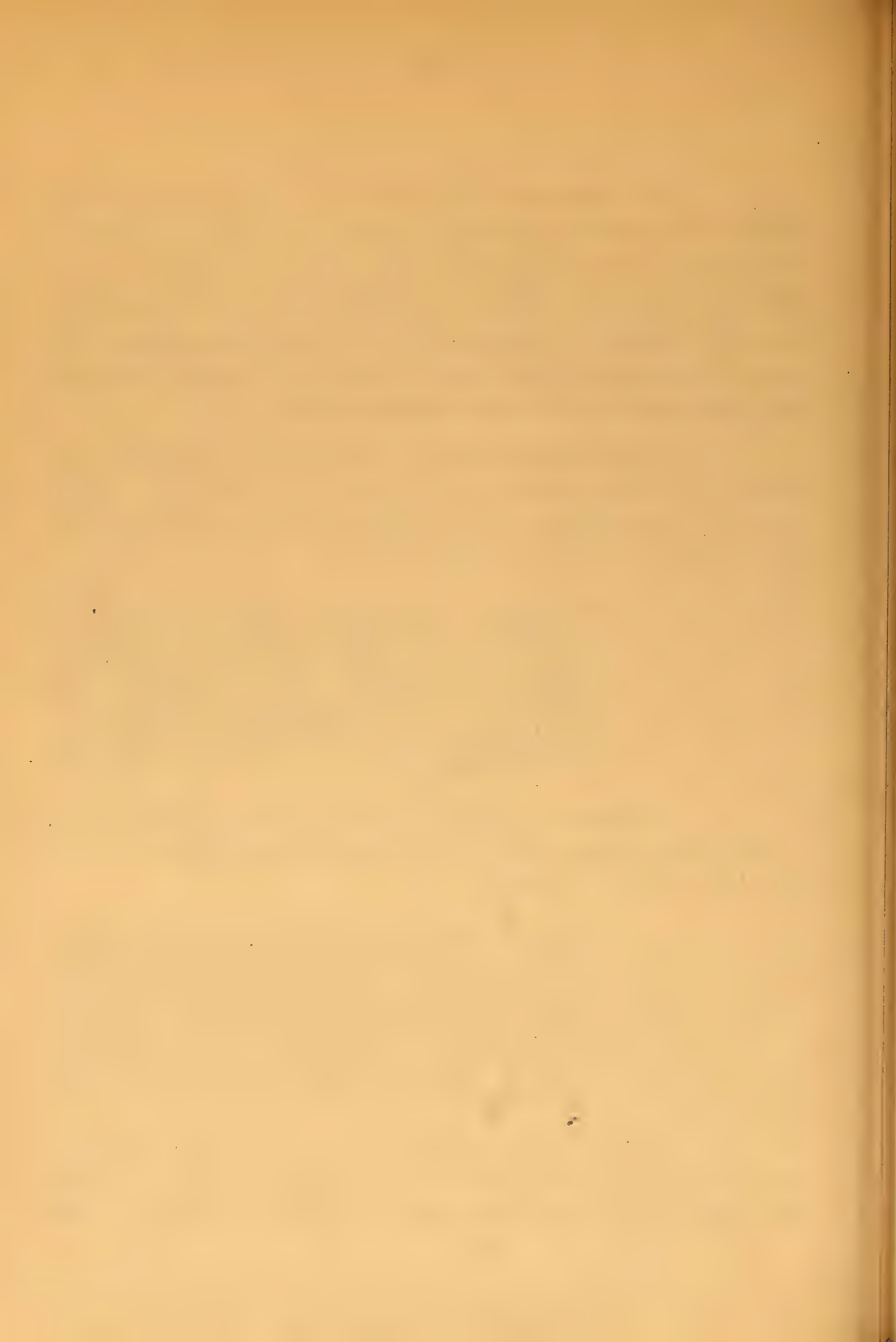
*"Na emissão de documentos ligados a Notas Orçamentárias e Financeiras, assim como nos pagamentos ou movimentação de recursos através de cheque bancário, aviso, ofício, expediente ou suprimento de fundos, serão desprezadas no final dos cálculos, as frações de cruzeiro (Cr\$). Os serviços de contabilidade, igualmente, eliminarão os centavos de cruzeiros, atualmente escriturados."*

Tornar mais elástica a abrangência dessa decisão foi a finalidade do Decreto-Lei nº 1970, de 29 de novembro de 1982, que dispôs em seu artigo 1º:

*"Art. 1º - Nas operações realizadas em moeda nacional, de natureza orçamentária, financeira e contábil, em que figurem órgãos e entidades da administração direta e indireta da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, bem como as fundações por estes mantidas ou instituídas, serão desprezadas, no resultado final dos cálculos, as frações de cruzeiro (Cr\$)."*

Desnecessário exaltar a economia advinda dessa medida. A presença de centavos nos documentos oficiais vinha exigindo a aquisição de máquinas calculadoras caríssimas, uma





vez que seu preço é estabelecido em função da maior ou menor capacidade de dígitos oferecidos. O mesmo inconveniente se repetia na área do processamento eletrônico de dados. A eliminação dos centavos tornou possível conferir maior capacidade operacional aos equipamentos.

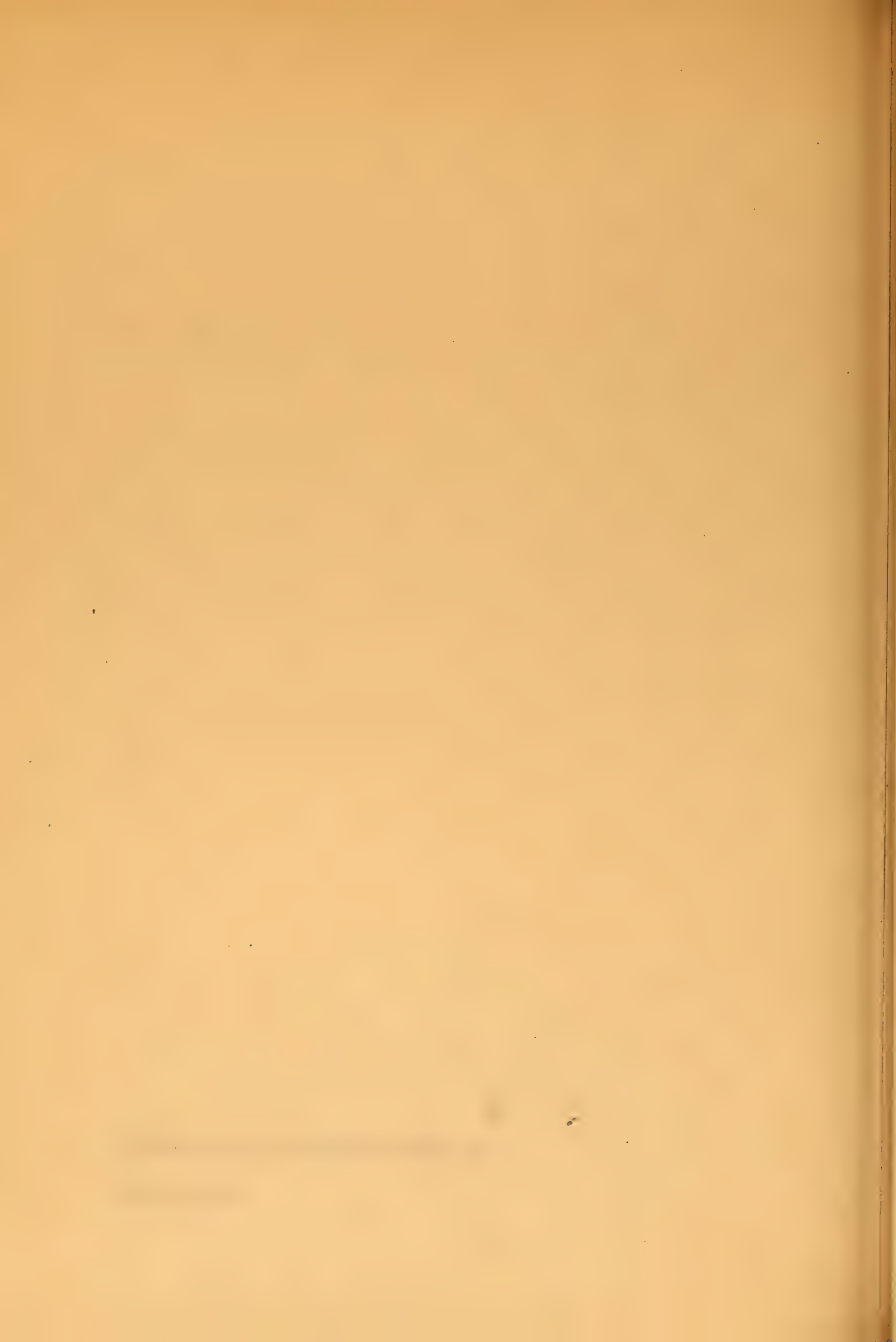
Registre-se que, não obstante auto-aplicável, o Decreto-Lei nº 1.970, até agora não foi assimilado convenientemente em certas áreas do serviço público federal, notadamente em alguns setores de processamento de dados. É preciso banir definitivamente os submúltiplos de cruzeiro, para que a indispensável uniformidade se faça presente.



INSTRUÇÃO NORMATIVA SECIN 004/82

COMENTÁRIOS





**A INSTRUÇÃO NORMATIVA SECIN/SEPLAN/PR/Nº 004, DE 30 DE AGOSTO**  
**DE 1982.**

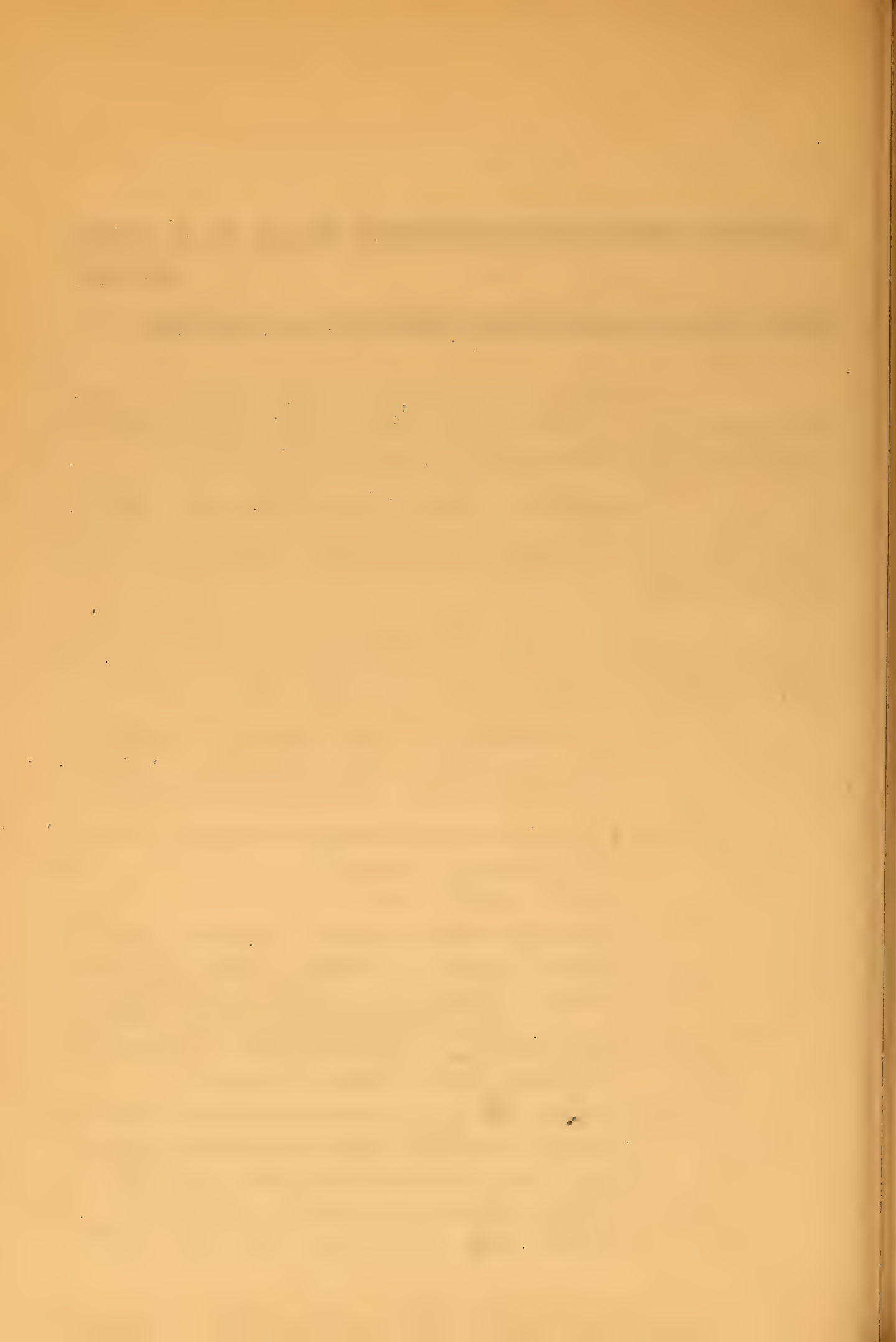
**(NORMAS GERAIS DE ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA)**

O objetivo principal da Instrução Normativa SECIN/SEPLAN/PR/Nº 004, de 30 de agosto de 1982, foi a atualização dos procedimentos de administração orçamentária e financeira.

Não modificou antigos procedimentos que permaneciam válidos, mas criou, como se fazia necessário, nova flexibilidade de instrumentos que permitam acompanhar os projetos em vigor no Brasil de hoje.

Isto em razão, principalmente, dos princípios advindos do Decreto nº 84.362, de 31 de dezembro de 1979, cujas inovações básicas, já exaustivamente conhecidas, são as seguintes:

- a) a transferência do Órgão Central de Controle Interno do Ministério da Fazenda para a Secretaria de Planejamento da Presidência da República;
- b) a instituição do acompanhamento físico-financeiro: a auditoria programática é meta a ser alcançada no segundo semestre de 1983;
- c) a centralização do sistema de auditoria na Secretaria Central de Controle Interno da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, com a conseqüente desativação das correspondentes divisões de auditoria junto aos Ministérios Cíveis, DASP e SEPLAN (Setorial);
- d) a concepção de Delegacias-Regionais de Contabilidade e Finanças - DECOF's em todas as capitais, com a conseqüente extinção das Inspetorias Seccionais de Finanças e dos Núcleos de Contabilidade, mantendo-se junto aos próprios



*Ministérios as áreas de contabilidade analítica, sob denominação, também, de Delegacia - Regional de Contabilidade e Finanças.*

*Vinte e duas são hoje as Delegacias-Regionais de Contabilidade e Finanças, em substituição a cento e vinte e duas unidades de contabilidade analítica existentes anteriormente. Desnecessário lembrar a economia advinda dessa medida, em tempo e dinheiro.*

*A Instrução Normativa SECIN/SEPLAN/PR/Nº 004, de 30 de agosto de 1982, foi concebida para, a par dessas transformações estruturais, simplificar os modelos de acompanhamento, quando possível e conveniente.*

Para melhor fixarmos os mandamentos da IN/004/82 vamos reproduzi-la a seguir, comentando algumas de suas novidades e explicando suas intenções e objetivos.

**INSTRUÇÃO NORMATIVA SECIN/SEPLAN/PR/Nº 004, DE 30 DE AGOSTO DE 1982.**

*Preâmbulo:*

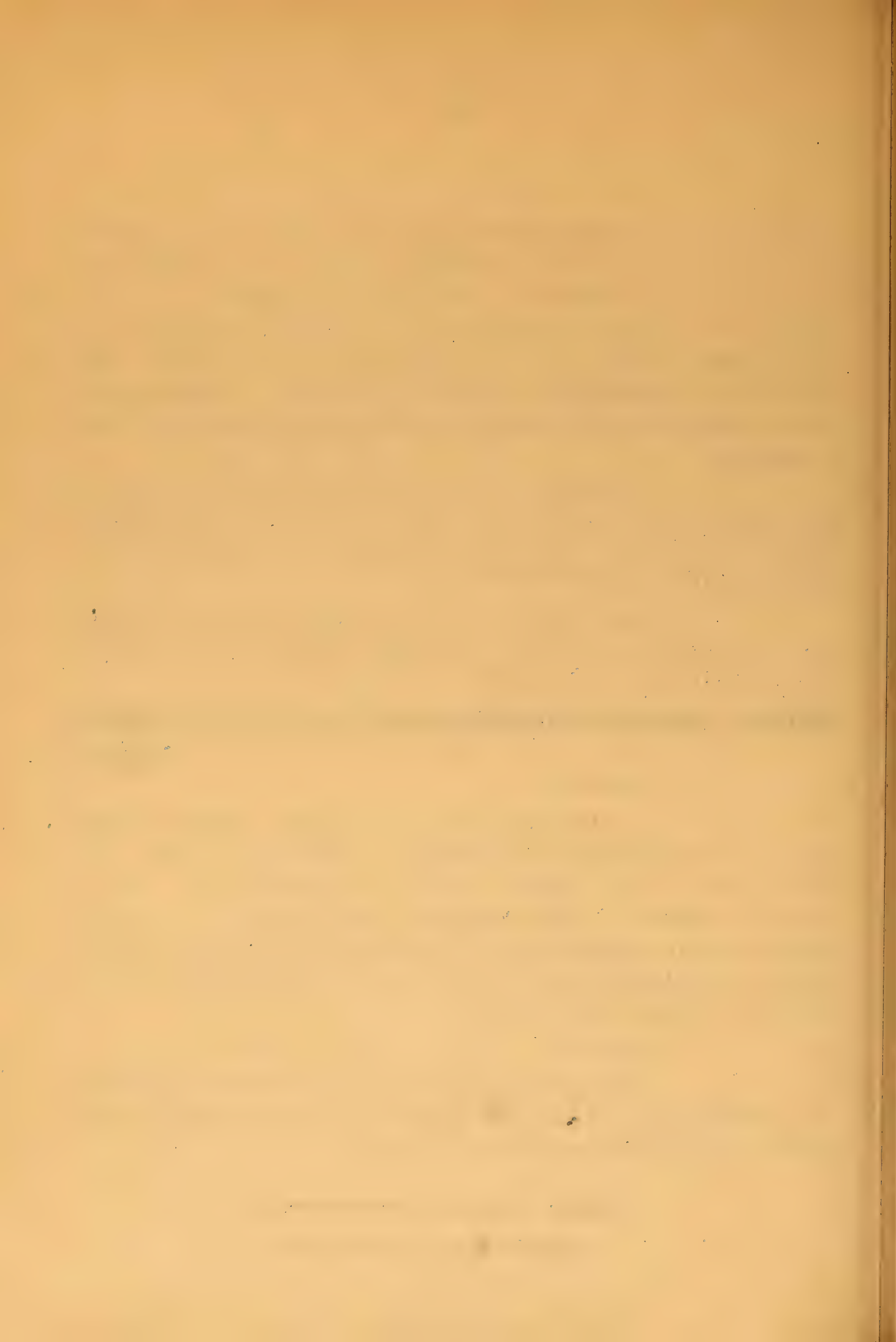
O SECRETÁRIO-CENTRAL DE CONTROLE INTERNO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 11 do Decreto nº 84.362, de 31 de dezembro de 1979, combinado com o artigo 1º, V, do Regimento Interno expedido pela Portaria nº 008, de 20 de janeiro de 1981, do Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, resolve

*Objetivo:*

ATUALIZAR os procedimentos de execução orçamentária e financeira, em face do sistema de controle interno estabelecido por força do Decreto nº 84.362/79.

**NORMAS GERAIS DE ADMINISTRAÇÃO  
ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**





## CAPÍTULO I

### DA ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

*O tópico 2 da IN repete conceito já antigo:*

2. A administração orçamentária se iniciará após publicação da lei anual do orçamento e editado o quadro de detalhamento da despesa, a nível de programas, subprogramas, projetos e atividades e em articulação com as categorias econômicas, elementos e sub-elementos da despesa, dentro das respectivas funções.

### SEÇÃO I

#### DA DESCENTRALIZAÇÃO DE CRÉDITOS

*O tópico 3 define descentralização de créditos:*

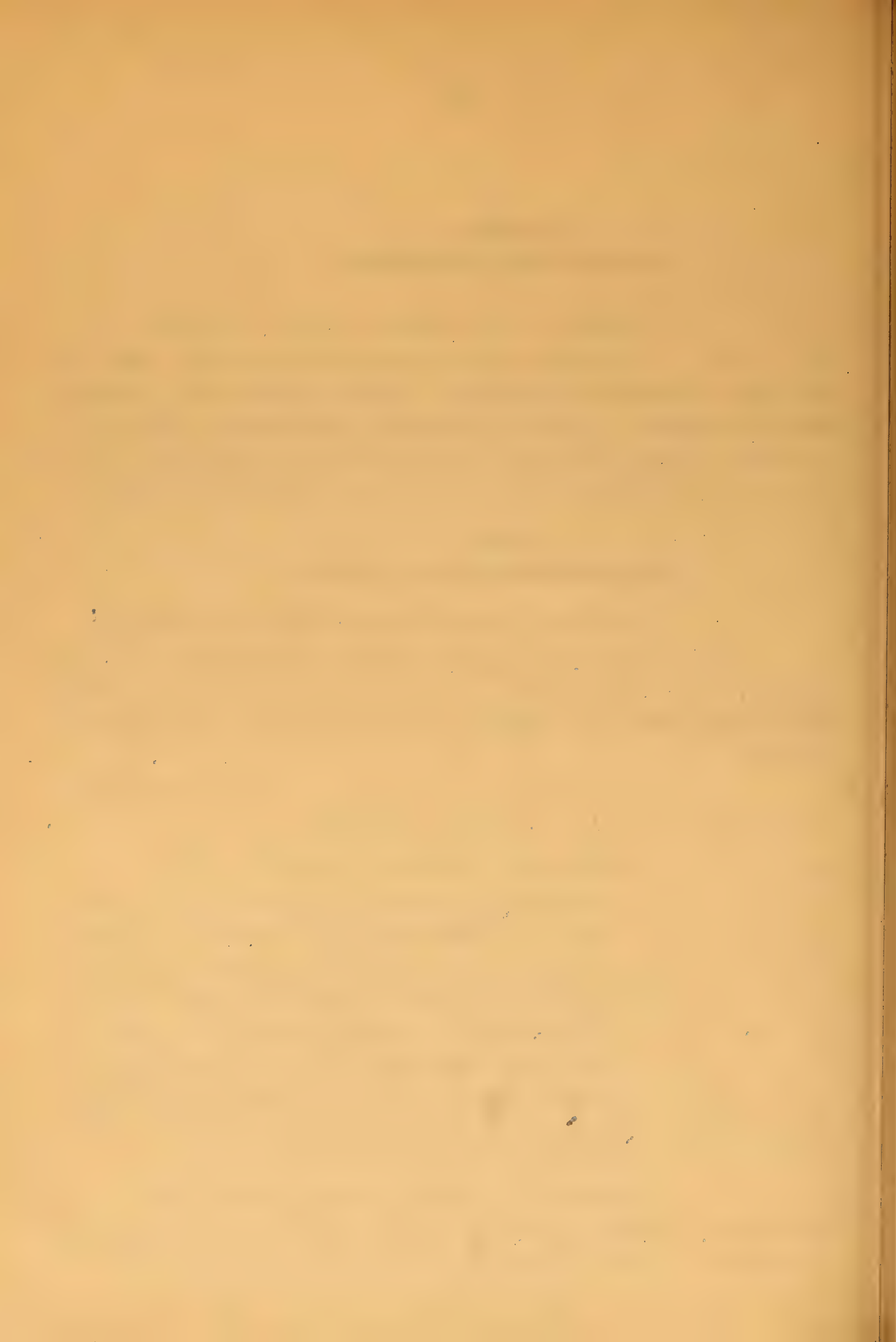
3. Descentralização de créditos orçamentários é a figura pela qual uma unidade transfere a outra unidade orçamentária ou administrativa o poder de utilizar recursos que lhe foram dotados.

*E o seguinte (4) distingue as operações descentralizadoras de crédito em destaque e provisão:*

4. São operações descentralizadoras de crédito:

- a) o destaque de créditos orçamentários de Ministério ou Órgão para outro Ministério ou Órgão;
- b) a provisão de créditos orçamentários dentro do próprio Ministério ou Órgão, em que a unidade orçamentária de origem possibilita a realização de seus programas de trabalho por parte de unidade administrativa diretamente subordinada ou por outras unidades orçamentárias ou administrativas não subordinadas.

*O destaque de crédito é figura nascida após a concepção de encargos gerais da União, significando reserva especial para os grandes programas do Governo. É a grande provisão*



*de onde nasce autorização para projetos especiais. Difere da provisão: esta caminha verticalmente dentro do próprio Ministério ou Órgão, enquanto o destaque se movimenta horizontalmente de um Ministério ou Órgão para outro Ministério ou Órgão.*

## SEÇÃO II

### DA UTILIZAÇÃO DE CRÉDITOS

*O empenho da despesa, que pode vir diretamente do orçamento, ou do destaque ou da provisão, está definido no tópico número 5:*

5.           Empenho de despesa é o instrumento de utilização direta de recursos orçamentários:

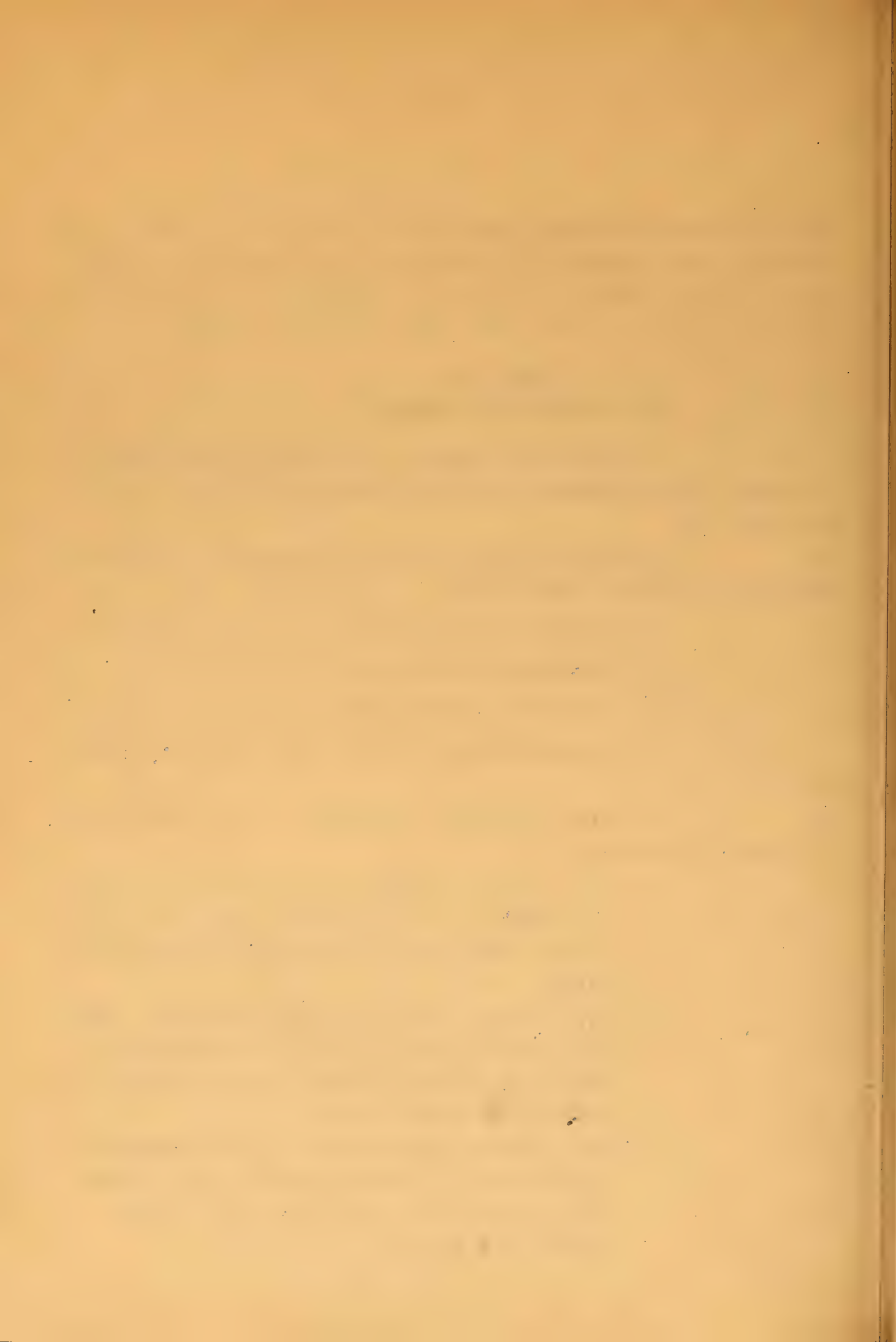
- a) dotados ao orçamento;
- b) recebidos sob destaque; e
- c) recebidos sob provisão.

*E suas modalidades de utilização são demonstradas no tópico 6:*

6.           São admitidas três modalidades de utilização para o empenho da despesa.

- a) para acudir a despesas com montante previamente conhecido e cujo pagamento ocorrerá de uma só vez, caso em que se denominará Empenho-Ordinário;
- b) para atender a despesas com montante também previamente conhecido, mas de pagamento parcelado, e geralmente mensal, hipótese em que se intitulará Empenho-Global; e
- c) para acolher despesas de valor não previamente identificável e de base periódica não homogênea, circunstância em que receberá o nome de Empenho-Estimativa.





## CAPÍTULO II

### DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

*Quando, no tópico 7 fica registrado que "a administração financeira se inicia com a divulgação do instrumento de programação dos recursos financeiros disponíveis que possam ser utilizados", a Instrução Normativa nº 004/82 quis se referir a Decreto do Executivo, publicado em geral no mês de dezembro, que regula o fluxo de caixa do orçamento para o ano seguinte.*

### SEÇÃO I

#### DA MOVIMENTAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS

*Reza o tópico nº 8, a respeito da Comissão de Programação Financeira:*

8. O órgão central de programação financeira, com apoio no instrumento de aprovação de dispêndios do exercício, iniciará a entrega de recursos ordinários aos órgãos setoriais respectivos. Essa entrega será precedida de cronograma de desembolso elaborado pelos órgãos setoriais, após consolidadas as propostas de suas unidades orçamentárias.

*O mandamento do tópico número 9 tem origem no Decreto-Lei nº 1815/80, instrumento cujo objetivo foi colibir abusos:*

9. A despesa de programas especiais custeados com receitas vinculadas ou próprias somente será empenhada quando se concretizar a correspondente arrecadação.

*As definições de Cota, Repasse e Sub-Repasse encontram-se nos tópicos número 10, 11 e 12, respectivamente:*

10. Denomina-se Cota a parcela que o órgão central de programação financeira autorizará o Banco do Brasil S.A., na qualidade de agente financeiro do Tesouro Nacional, a colocar à disposição dos usuários. A Cota poderá ser de valor uniforme ou não



uniforme, em cada período.

11. Chama-se Repasse a importância que a unidade orçamentária transfere a outro Ministério ou Órgão. A figura do Repasse financeiro está associada ao destaque orçamentário.

12. Intitula-se Sub-repasse a importância que a unidade orçamentária transfere a outra unidade orçamentária ou administrativa do mesmo Ministério ou Órgão. A figura do Sub-repasse está ligada à provisão.

## SEÇÃO II

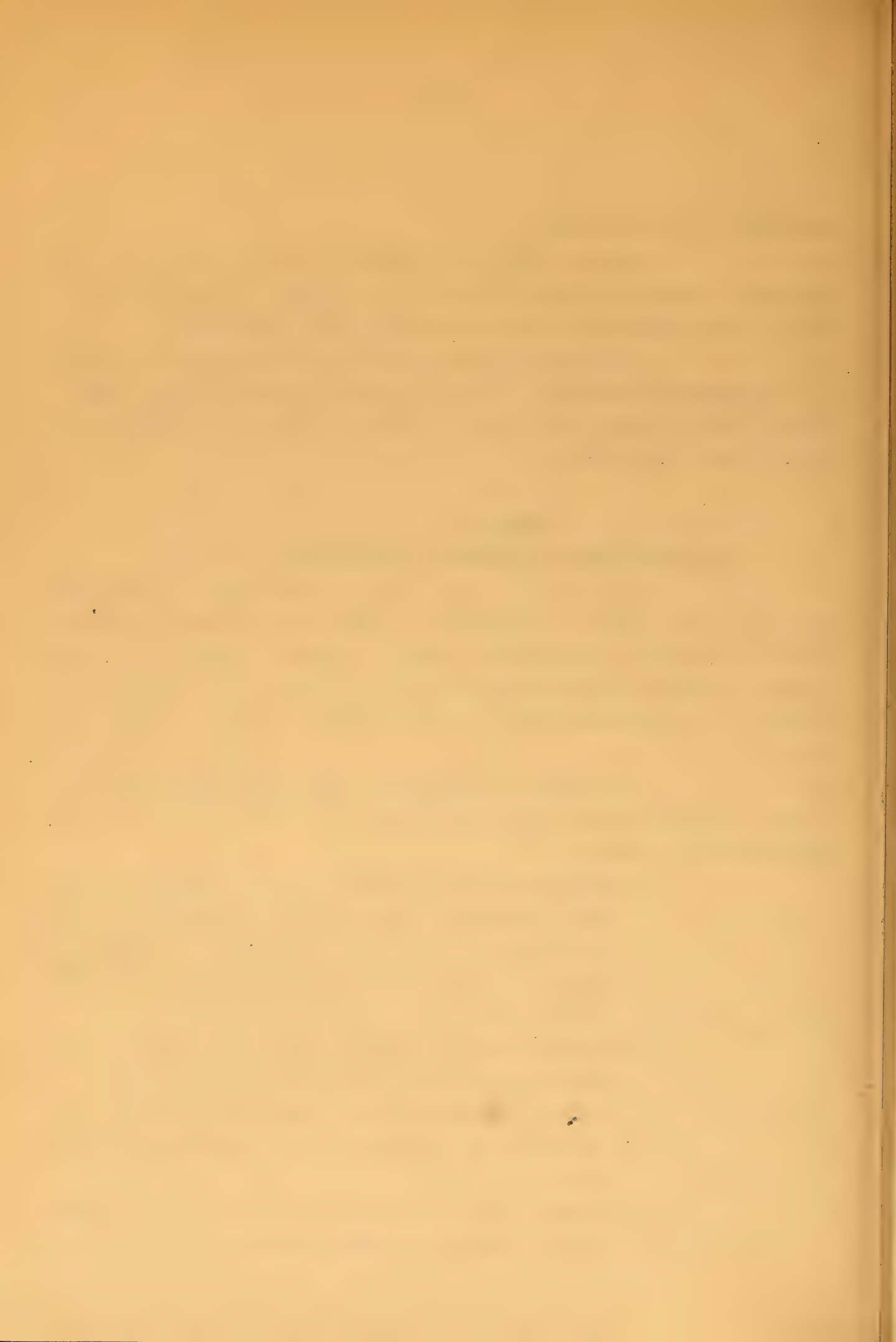
### DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS

*Com relação a esta Seção a introdução do item "d" no tópico 13, sobre a utilização de ofício como forma de movimentação de recursos financeiros pode ter causado surpresa. No entanto, o ofício é uma ferramenta, como as demais, para indicar o início de um processo contábil. Relembremos aqueles dispositivos:*

13. Os recursos financeiros serão utilizados pelas unidades orçamentárias e administrativas, até o limite de sua disponibilidade, através de:

- a) Ordem Bancária emitida contra o Banco do Brasil S.A. para transferência de numerário sob as figuras de Repasse e Sub-repasse e para pagamento a credor identificado após a liquidação da despesa;
- b) Cheque emitido contra o Banco do Brasil S.A. como alternativa à Ordem Bancária;
- c) Cheque emitido contra o Banco do Brasil S.A. em favor de responsável por suprimento de fundos.
- d) Ofício dirigido ao Banco do Brasil S.A. para pagamento de quaisquer despesas no País e no





exterior, inclusive as de que tratam as alí  
neas anteriores; e

e) Dinheiro, pelo titular de suprimento de fundos.

14. Ordens Bancárias, cheques e ofícios envolvendo mo  
vimentação de recursos financeiros conterão a assinatura do or  
denador de despesa e do responsável pelo respectivo setor finan-  
ceiro.

### CAPÍTULO III

#### DO SUPRIMENTO DE FUNDOS

*O tópico 15 define o suprimento de fundos e os se-  
guintes, 16 a 19, tratam da concessão de suprimentos.*

15. Suprimento de fundos é a modalidade de pagamento  
de despesa permitida em casos excepcionais e somente quando sua  
realização não possa ser cumprida por via de Ordem Bancária ou  
Cheque.

#### SEÇÃO I

##### DA CONCESSÃO DE SUPRIMENTOS

16. Em face do caráter de excepcionalidade de supri-  
mento de fundos para ocorrer as despesas não realizáveis pela  
via bancária, cabe restringir ao limite mínimo indispensável a  
utilização dessa modalidade, situando-a exclusivamente no aspec-  
to da norma legal permissiva.

17. São passíveis de realização através de suprimen  
to de fundos as despesas de:

- a) missão oficial do suprido acompanhando seu su-  
perior em viagem ou a serviço dele;
- b) diligências especiais e as de caráter secreto  
ou reservado;
- c) viagem ao exterior ou, no território nacional,  
em localidades não atingidas pela rede bancá-  
ria autorizada; e



- d) pronto pagamento e pequeno vulto, assim compreendidos os gastos cuja soma, em cada mês, não ultrapasse 5 (cinco) vezes o Maior Valor de Referência (MVR).

18. O titular de unidade orçamentária ou administrativa autorizará a entrega de suprimento de fundos exclusivamente a servidor subordinado.

19. Nenhuma autoridade concederá mais de dois suprimentos de fundos para atender a despesas de pronto pagamento e pequeno vulto, em cada mês.

*O que de imediato chama a atenção neste dispositivo é o estatuído na alínea "d" do tópico 17, combinado com o tópico 19. Limitar ao montante mensal de 5 (cinco) vezes o MVR, o suprimento de fundos destinado a despesas de pronto pagamento e pequeno vulto e fixar em no máximo duas essas concessões de suprimentos, foram medidas saneadoras contra excessos que vinham ocorrendo em relação ao uso do dinheiro público. Ficaram portanto limitadas a 10 (dez) MVR por mês as despesas de pronto pagamento e pequeno vulto em cada unidade orçamentária.*

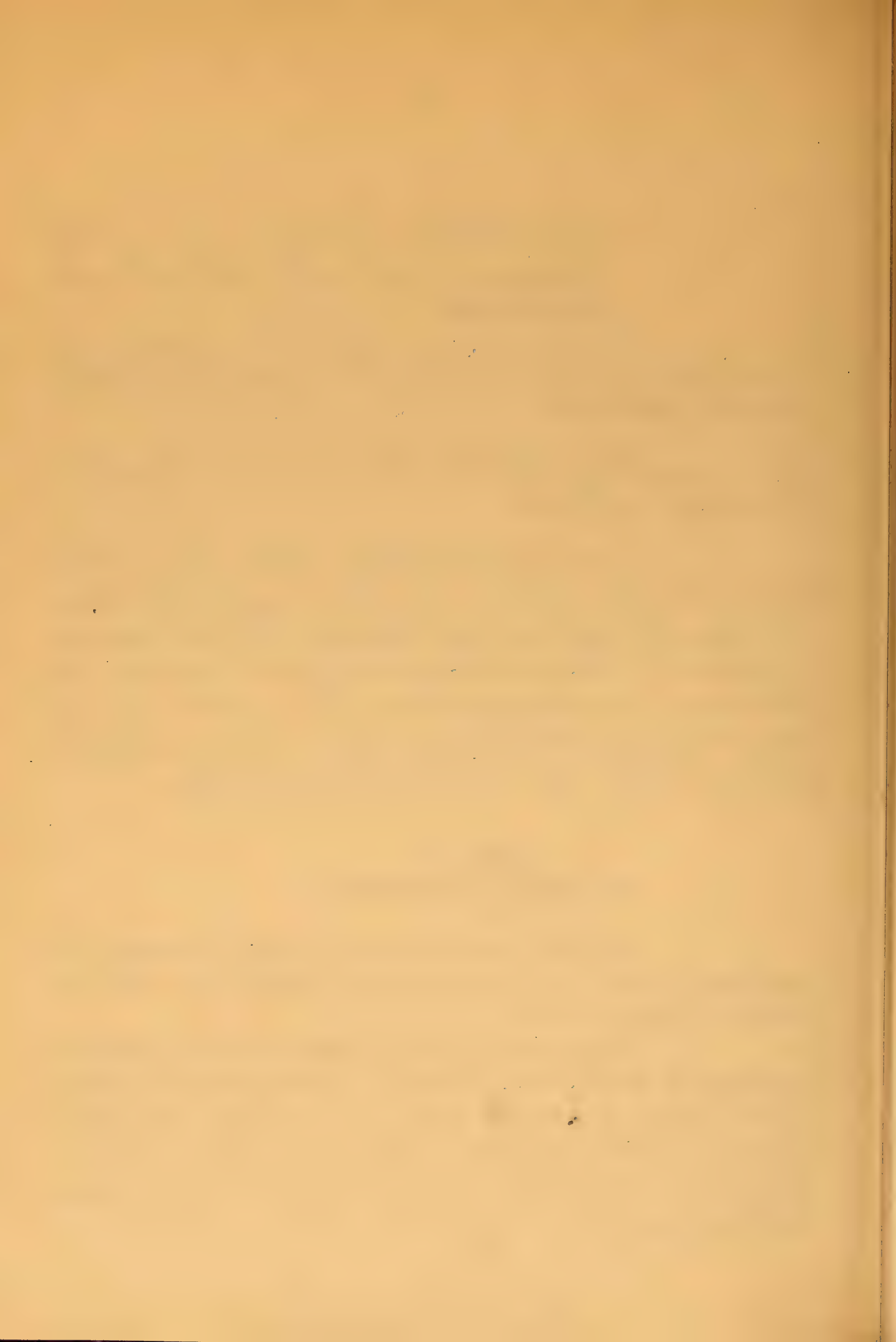
## SEÇÃO II

### DO CONTROLE DE SUPRIMENTO

*Não houve modificação com relação ao controle de suprimentos. Para melhor fixarmos seus mandamentos, repetimos abaixo os tópicos 20 a 26.*

20. A entrega de recursos financeiros será precedida de empenho de despesa, que receberá a classificação orçamentária do dispêndio a realizar. Admitir-se-á, todavia, na hipótese de concessão de suprimento de fundos para atender à aquisição de material e obtenção de serviços, simultaneamente, que a despesa seja classificada no elemento econômico de maior predominância dos gastos.





21. As despesas que hajam de ser realizadas via suprimento de fundos poderão ser amparadas por empenho-estimativa emitido no início de cada exercício financeiro e no qual serão feitas as anotações de cada prestação de contas, pelo valor líquido da despesa paga.

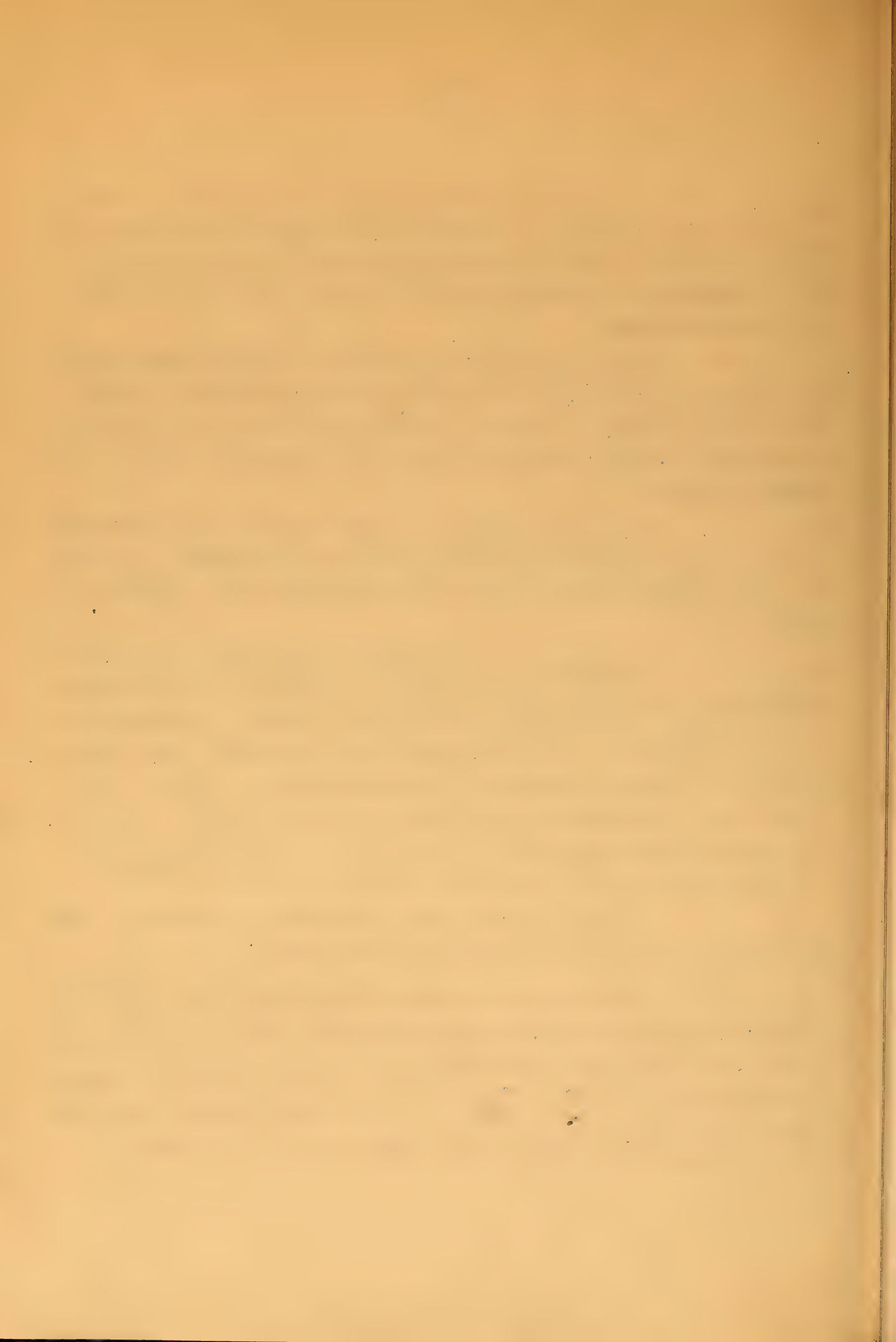
22. Não se concederá suprimento de fundos para aquisição de material permanente ou outra mutação patrimonial classificada como despesa de capital. As obras públicas e sua reforma ou ampliação serão atendidas, sempre, pelo processo normal da despesa pública.

23. Nenhum suprimento de fundos poderá ser concedido para aplicação além de 30 (trinta) dias. Sua prestação de contas será cumprida nos 10 (dez) dias subsequentes ao término do prazo.

24. Evitar-se-á a concessão de suprimento de fundos com prazo de aplicação após o exercício financeiro correspondente. Se, porém, absolutamente necessária a medida, levantar-se-á em 31 de dezembro o saldo disponível cuja aplicação não ultrapassará a primeira quinzena de janeiro seguinte. Será feita, nesse caso, a apropriação da despesa dentro do próprio exercício, em contrapartida com restos a pagar. O recolhimento do saldo não utilizado será feito pelo suprido ao Tesouro Nacional.

25. Nenhum suprido poderá movimentar, através de conta bancária, os recursos financeiros recebidos.

26. Os documentos comprobatórios da despesa efetuada serão extraídos em nome da repartição onde o suprido esteja em exercício. Exigir-se-á documento fiscal quando a operação estiver sujeita a tributo. A documentação comprobatória das despesas objeto da letra "b" do item 17 será simplesmente listada, com numeração cronológica e sem identificação do emitente.



## **CAPÍTULO IV**

### **RESTOS A PAGAR**

*Os capítulos IV e V harmonizam-se, naturalmente, com o estabelecido no Decreto-Lei nº 1815, de 09/12/80, que dispõe sobre apuração de resultado do exercício financeiro e dá outras providências.*

27. Constituem Restos a Pagar as despesas empenhadas e não pagas dentro do próprio exercício financeiro.

### **SEÇÃO I**

#### **DA INSCRIÇÃO**

28. São inscritos em restos a pagar, estejam ou não processados e desde que respeitados os prazos de entrega ou de cumprimento da obrigação, os empenhos referentes a:

- a) obras e serviços em andamento;
- b) material adquirido no exterior;
- c) material adquirido no País, diretamente ou através de representante exclusivo do produtor ou fabricante e caracterizada a não entrega no próprio exercício em virtude de encontrar-se em fabricação, confecção ou acabamento;
- d) compromissos decorrentes de contratos e convênios, assim entendidos, inclusive, os de serviços de utilidade pública, tais como, água, energia elétrica, telefone, gás etc., e, ainda, os serviços de transporte e reprografia, pelos valores efetivamente devidos;
- e) despesas de pessoal, pelos valores estritamente ocorridos e não pagos no exercício, vedada a inscrição de saldos de provisão ou empenho; e
- f) transferência de recursos a Estados, Municípios, Distrito Federal, Territórios, entidades



THE  
JOURNAL

SECTION I  
IN THE

The first part of the paper is devoted to a general survey of the state of the country at the time of the discovery of the gold fields.

The second part is devoted to a description of the gold fields and the methods of mining.

The third part is devoted to a description of the various towns and settlements in the gold fields.

The fourth part is devoted to a description of the various industries and occupations of the people.

The fifth part is devoted to a description of the various customs and manners of the people.

The sixth part is devoted to a description of the various diseases and ailments to which the people are subject.

públicas e privadas.

*O tópico 29 da Instrução Normativa ora comentada repete "ipsis litteris" o artigo 3º do Decreto-Lei nº 1815/80:*

29. A inscrição de valores em restos a pagar far-se-á no encerramento do exercício de emissão da nota de empenho e terá validade até 31 de dezembro do ano subsequente.

*O tópico 30, com ligeira modificação redacional, se resume ao disposto no § 4º do artigo 1º daquela norma legal:*

30. Despesas de qualquer natureza efetuadas no exterior, à conta de provisões emitidas no Brasil, comprometidas e não pagas no exercício, são inscritas em restos a pagar.

## SEÇÃO II DO CANCELAMENTO

31. Não haverá reinscrição de empenhos em restos a pagar. O reconhecimento de eventual direito do credor far-se-á através da emissão de nova nota de empenho, no exercício de reconhecimento, à conta de recursos correspondentes à mesma classificação orçamentária de origem e, se inexistentes ou exauridos, à conta de despesas de exercícios anteriores.

*O tópico 31 revigora o disposto no § 2º do artigo 4º do Decreto-Lei nº 1815/80*

## CAPÍTULO V DAS DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

*O tópico 32 define Despesas de Exercícios Anteriores:*

32. São Despesas de Exercícios Anteriores as dívidas resultantes de compromissos gerados em exercício financeiro anterior àquele em que deva ocorrer o pagamento, se reconhecidas.

*Convém relembrar que a SECIN é o órgão competente para reconhecer, exercer o controle e disciplinar o tratamento*



*das Despesas de Exercícios Anteriores, conforme estabelece o artigo 8º do Decreto-Lei nº 1815/60, em seu item II. Consequentemente, a Instrução Normativa nº 304 é o instrumento que vem consolidar a matéria, caracterizá-la e instruir com relação a elementos formadores de processos e sobre a tramitação destes para reconhecimento.*

*Senão, vejamos os termos da Instrução Normativa:*

### **SEÇÃO I**

#### **DA CARACTERIZAÇÃO DOS DISPÊNDIOS**

33. Aditem-se como despesas de exercícios anteriores, exclusivamente:

- a) compromissos gerados em exercícios encerrados independentes da vontade do ordenador de despesas; e
- b) restos a pagar com inscrição cancelada e somente quando impossível novo empenho da despesa sob igual classificação.

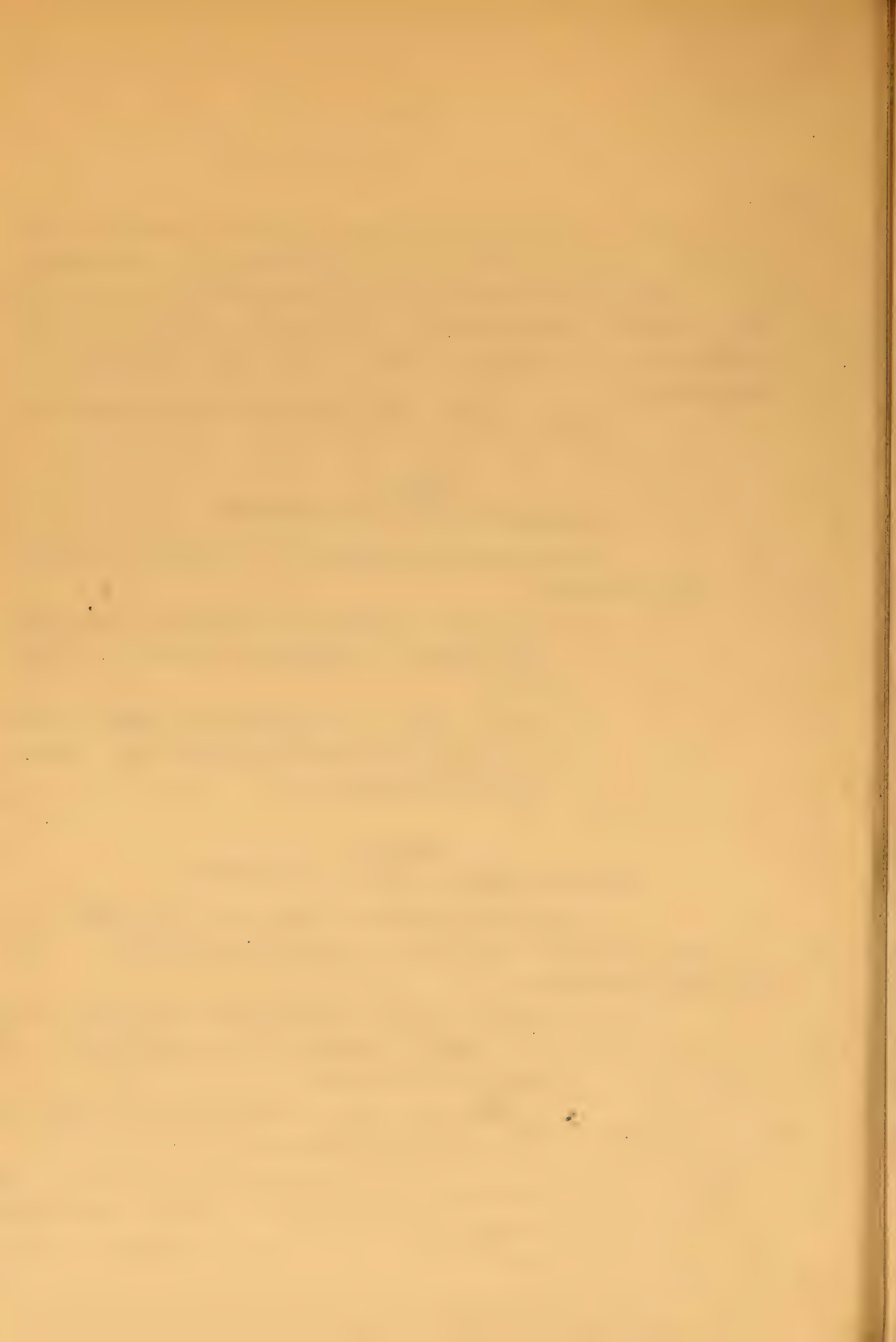
### **SEÇÃO II**

#### **DA FORMALIZAÇÃO DO DIREITO CREDITÓRIO**

34. Constituem elementos essenciais à instrução de processos relativos a despesas de exercícios anteriores, para fins de reconhecimento:

- a) demonstração do crédito orçamentário do exercício gerador da despesa, com identificação do saldo não utilizado;
- b) importância a pagar, nome do credor e data de vencimento do compromisso; e
- c) causa da inobservância de empenho prévio da despesa, com indicação do nome da autoridade que a ordenou, para fins de imposição de res-





ponsabilidade, salvo na hipótese da alínea "a" do inciso 33.

35. Os processos, instruídos, serão presentes ao Secretário de Controle Interno ou à autoridade de equivalente competência dos Ministérios e Órgãos, que se manifestará pelo reconhecimento da dívida ou pela impugnação da despesa, sem prejuízo da satisfação do direito creditório, dentro das seguintes alternativas:

- a) se impugnada a despesa, o expediente será diretamente devolvido à origem, com imposição de responsabilidade ao ordenador, através de registro contábil; e
- b) se acolhida a despesa, o expediente será encaminhado à Secretaria-Central de Controle Interno, a fim de que, reconhecida a dívida, seja autorizada a emissão de empenho, ainda que se trate de dotação atribuída ao próprio Ministério ou Órgão.

## CAPÍTULO VI DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA

36. As Delegacias Regionais de Contabilidade e Finanças, em todas as Unidades Federativas, contabilizarão todas as receitas orçamentárias arrecadadas pela União.

*Era a atribuição das Inspetorias Regionais de Finanças e Núcleos de Contabilidade, basicamente as da Secretaria de Controle Interno do Ministério da Fazenda. Com a implementação das DECOF's, passa a ser trabalho destas.*

## CAPÍTULO VII DO ACOMPANHAMENTO FÍSICO-FINANCEIRO

*O tópico 37 define o acompanhamento físico-financeiro:*



37. Acompanhamento físico-financeiro é o processo identificador da execução de programas de trabalho, a nível de projetos e atividades, em confronto com os correspondentes recursos orçamentários e financeiros à disposição.

*As Seções I e II tratam, respectivamente, do fluxo de dados para sua consecução e da realização de suas metas.*

## SEÇÃO I

### DO FLUXO DE DADOS

38. Publicada a lei orçamentária e o correspondente quadro de detalhamento da despesa, as unidades orçamentárias encaminharão aos serviços de contabilidade analítica de sua jurisdição os programas de trabalho a seu cargo, para o acompanhamento de sua execução.

39. Os programas de trabalho conterão:

- a) o desdobramento das funções em programas, sub-programas, projetos e atividades;
- b) a descrição da atividade a desenvolver ou manter e do projeto a iniciar, prosseguir ou completar;
- c) as diferentes fases em que se divide a execução do projeto ou atividade, com indicação do período de cada uma das etapas;
- d) os recursos orçamentários e financeiros a serem alocados no exercício corrente e nos exercícios futuros;
- e) as unidades de medida adotadas para cada um dos itens programados; e
- f) outros dados que, a juízo da unidade orçamentária, contribuam para a identificação do produto a obter.





## SEÇÃO II

### DA REALIZAÇÃO DAS METAS

40. O empenho da despesa identificará a fase do projeto ou atividade a ser atingida. Se várias forem as fases a cumprir, tal circunstância será do mesmo modo indicada no empenho.

41. Os projetos e atividades a cargo de mais de uma unidade orçamentária e respectivas unidades administrativas, dentro do mesmo Ministério ou Órgão, detalharão as fases de responsabilidade de cada unidade envolvida, com vistas ao acompanhamento setorial.

42. Os projetos e atividades a cargo de mais de um Ministério ou Órgão caracterizarão as etapas de competência das respectivas unidades orçamentárias e administrativas, com vistas ao acompanhamento global.

## CAPÍTULO VIII

### DOS ÓRGÃOS AUTÔNOMOS

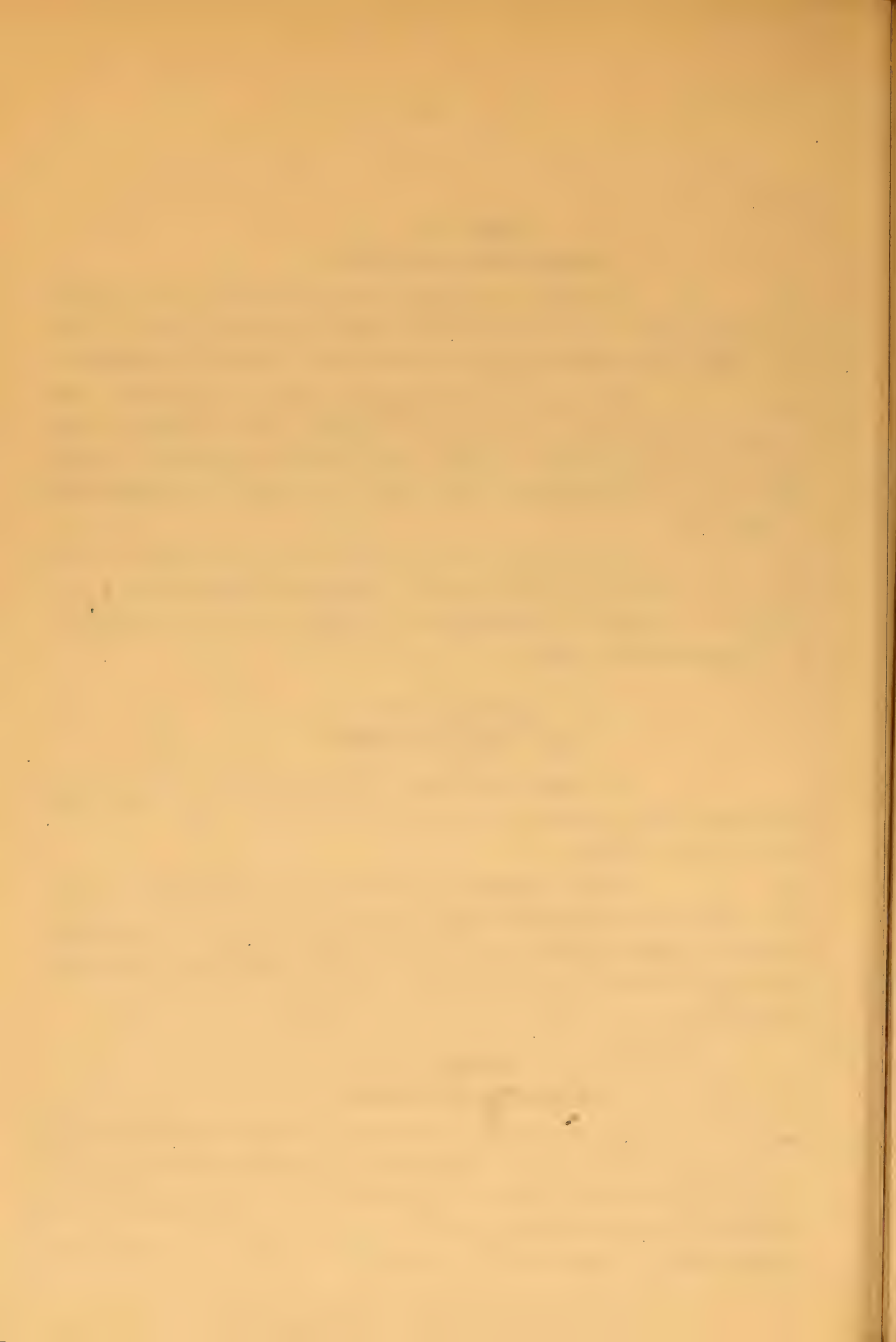
*Os órgãos autônomos ficam definidos como unidades da administração direta no tópico 43 da IN/004 e são identificados no item seguinte.*

43. Órgão autônomo é a unidade da administração direta a que o Poder Executivo pode assegurar capacidade de autogovernar-se, administrativa e financeiramente, em grau conveniente e em decorrência do reconhecimento de suas peculiares condições de trabalho.

## SEÇÃO I

### DOS ÓRGÃOS CONSIDERADOS

44. São passíveis de receber autonomia administrativa e financeira os serviços, institutos e estabelecimentos que executem atividades de pesquisa e ensino, ou de caráter industrial, comercial ou agrícola que, em face de suas características de organização e funcionamento, reclamem tratamento distinto daque



le a que são submetidos os demais órgãos da administração direta e sem elidir, de qualquer modo, a supervisão ministerial.

## SEÇÃO II DOS FUNDOS ESPECIAIS

*Os tópicos 45 a 50 são de fácil assimilação:*

45. Se concedida a autonomia financeira, poderá ser instituído fundo especial, de natureza contábil, cuja receita se comporá de recursos orçamentários e adicionais, de fontes não orçamentárias e, ainda, de recursos gerados pelo exercício da peculiar atividade.

46. A despesa a ser realizada obedecerá a programa de aplicação dos recursos adjudicados ao fundo especial, elaborado pelo gestor do órgão autônomo e aprovado por quem de direito, distinguindo-se pelo menos despesas correntes e de capital. Os programas assim elaborados poderão ser periodicamente reformulados, com o objetivo de assegurar o bom desempenho de ente autônomo.

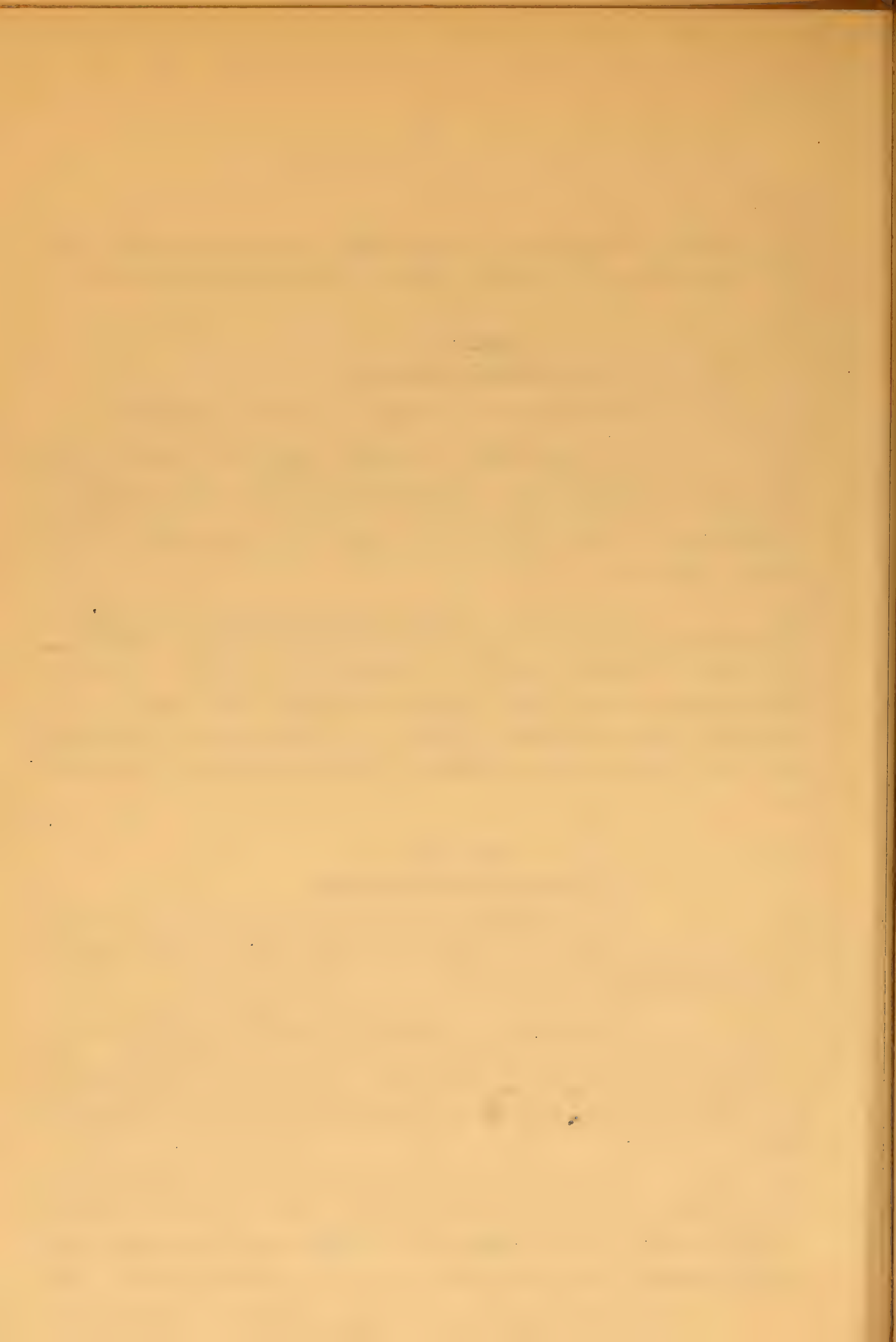
## SEÇÃO III DA SUPERVISÃO MINISTERIAL

47. A supervisão ministerial de ente autônomo será exercida através dos instrumentos aplicáveis aos demais órgãos da administração direta.

*A exigência de balancete contábil próprio das operações do fundo com autonomia financeira resulta do artigo 171 e parágrafos do Decreto-Lei nº 200/67. As aplicações do fundo não se confundem com aquelas da unidade orçamentária a que esteja ligado.*

48. O órgão autônomo manterá registro contábil das receitas e despesas pertinentes ao fundo especial demonstrando sua situação financeira e patrimonial. Elaborar-se-á mensalmente balancete contábil das operações realizadas, as quais não se con-





fundirão com aquelas praticadas pelo organismo a que esteja eventualmente subordinado ou vinculado.

49. O balancete mensal será consolidado pelas unidades de contabilidade setorial respectivas, para oportuna incorporação aos Balanços-Gerais da União.

50. Os saldos financeiros apurados em balanço patrimonial levantado em 31 de dezembro de cada exercício financeiro poderão constituir receita do exercício seguinte, a crédito do mesmo fundo mediante reformulação do programa de aplicação de recursos.

## CAPÍTULO IX

### DOS FORMULÁRIOS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

*A modificação mais fundamental da Instrução Normativa nº 004/82 foi com relação aos formulários utilizados na distribuição ou aplicação de recursos orçamentários e financeiros.*

51. Formulários de execução orçamentária e financeira são os documentos utilizados na distribuição ou aplicação de recursos orçamentários e financeiros.

## SEÇÃO I

### DOS FORMULÁRIOS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

*Seis impressos existentes anteriormente - Nota de Destaque, Anulação de Destaque, Nota de Provisão, Anulação de Provisão, Nota de Empenho e Anulação de Empenho - foram substituídos por apenas um documento: a Nota Orçamentária. E com mais uma vantagem: os modelos anteriores tinha de seis a oito vias cada um, enquanto a Nota Orçamentária tem apenas três.*

52. A descentralização de recursos orçamentários será efetivada através de Nota Orçamentária (Anexo I), com as seguintes características:

a) Destaque, que será emitido pela entidade gesto



ra de recursos sob supervisão ministerial e somente para descentralizar recursos em favor de Ministério ou Órgão, inclusive em prol daquele a que esteja afeta a supervisão; e

- b) Provisão, que será emitida pela unidade orçamentária detentora do crédito em favor de unidade administrativa subordinada, ou de outra unidade orçamentária ou administrativa, dentro do próprio Ministério ou Órgão.

53. A utilização e movimentação de recursos recebidos sob destaque far-se-á por:

- a) Empenho, quando o crédito for diretamente com prometido junto a entidades da administração in direta e a fornecedores de bens, obras, material e serviços e outros credores;
- b) Provisão, quando o crédito for redistribuído a qualquer unidade do próprio Ministério ou Órgão; e
- c) novo Destaque, quando o Ministério ou Órgão tiver de cedê-lo, parcialmente, em favor de outro Ministério ou Órgão.

54. A utilização de recursos recebidos sob Provisão será feita por Empenho, sob as modalidades seguintes:

- a) Empenho-Ordinário, para atender a despesa quantificada e liquidável de uma só vez;
- b) Empenho-Global, para atender a despesa quantificada e de base liquidável geralmente em cada mês, durante a fluência do exercício. São, via de regra, os compromissos de aluguel de imóveis, equipamentos, bens, instalações e de prestação de serviços por terceiros; e
- c) Empenho-Estimativa, para atender a despesa de





valor não quantificável, durante o exercício. São, em especial, os serviços de telefone, água, energia elétrica, transporte de pessoas e encomendas, reprodução de documentos, suprimentos de fundos e aquisição de combustíveis e lubrificantes sólidos, líquidos e gasosos. São ainda, diárias, vencimentos, gratificações, salários, proventos e pensões de servidores públicos, inativos, pensionistas e, também, as obrigações patronais decorrentes.

55. Destaque, Provisão e Empenho serão emitidos ou anulados através de Nota Orçamentária (Anexo 1), em três vias, com a seguinte destinação:

- 1.<sup>a</sup> via - Ministério, Órgão, Unidade Orçamentária ou Administrativa de destino ou Credor.
- 2.<sup>a</sup> via - Delegacia-Regional de Contabilidade e Finanças do local de emissão.
- 3.<sup>a</sup> via - Arquivo do emitente.

56. Nas 2.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup> vias de Empenho-Global e de Empenho-Estimativa serão anotados os pagamentos periódicos efetivados. A repartição emitente providenciará o reforço de empenhos que revelarem insuficiência de recursos orçamentários para atender aos compromissos ao longo de todo o exercício financeiro.

57. Os saldos de Destaque e Provisão serão cancelados em 31 de dezembro. Os Empenhos-Ordinário, Global e Estimativa serão anulados ou, quando couber, inscritos em conta de Restos a Pagar, no encerramento do exercício, onde poderão permanecer até 31 de dezembro do ano seguinte.

## SEÇÃO II

### DOS FORMULÁRIOS DE EXECUÇÃO FINANCEIRA

*A Nota Financeira é o atual documento para movimentação e pagamento de recursos financeiros. Emitida em no má-*



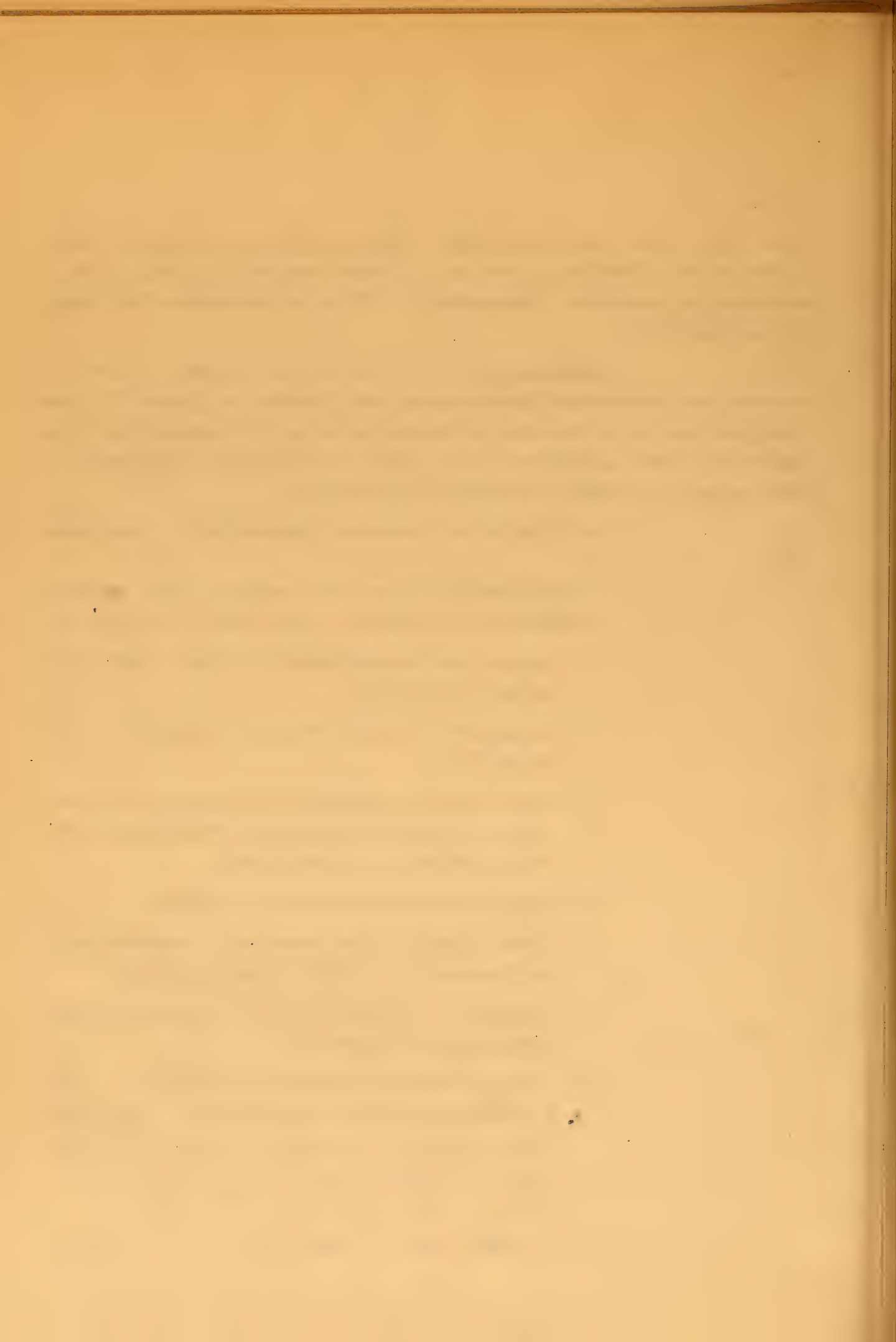
*ximo cinco vias, vem substituir três anteriores documentos, emitidos em até oito vias cada um: a Ordem Bancária, a Nota de Movimentação de Recursos Financeiros e a Nota de Pagamento de Despesa orçamentária.*

58. A movimentação de recursos financeiros far-se-á através do instrumento denominado Nota Financeira (Anexo 2), que será emitida pela unidade detentora de recursos financeiros em favor de outras unidades, com a função de lhes fazer Repasse ou Sub-repasse de fundos bancários disponíveis.

59. A utilização de recursos financeiros far-se-á por:

- I) Ordem Bancária, que será emitida pela unidade detentora de recursos financeiros em favor de:
  - a) credor por fornecimento de bens, material, obras e serviços;
  - b) entidade da administração indireta da União;
  - c) repartição ou entidade da administração direta e indireta de Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios;
  - d) instituição privada ou paraestatal;
  - e) fundo especial com autonomia administrativo-financeira e contabilidade própria;
  - f) convênio, contrato, ajuste, acordo e outros compromissos bilaterais;
  - g) estabelecimento bancário incumbido de efetuar pagamento de vencimentos, gratificações, salários, proventos e pensões de servidores públicos, inativos e pensionistas, mediante folha mensal ou adicional;
  - h) servidor público beneficiário de diárias,





ajudas-de-custo e outros créditos; e

i) entidade consignatária de desconto efetuado na ocasião do pagamento de contas, faturas e folhas de pagamento.

II) Cheque bancário, que será emitido pela unidade detentora de recursos financeiros em favor de:

a) responsável por suprimento de fundos;

b) pessoa física ou jurídica que, a critério do dirigente da repartição pagadora, possa ter seu crédito solvido independentemente de ordem bancária; e

c) estabelecimento bancário incumbido de efetuar o pagamento de vencimentos, gratificações, salários, proventos e pensões de servidores públicos, mediante folha ou adicional.

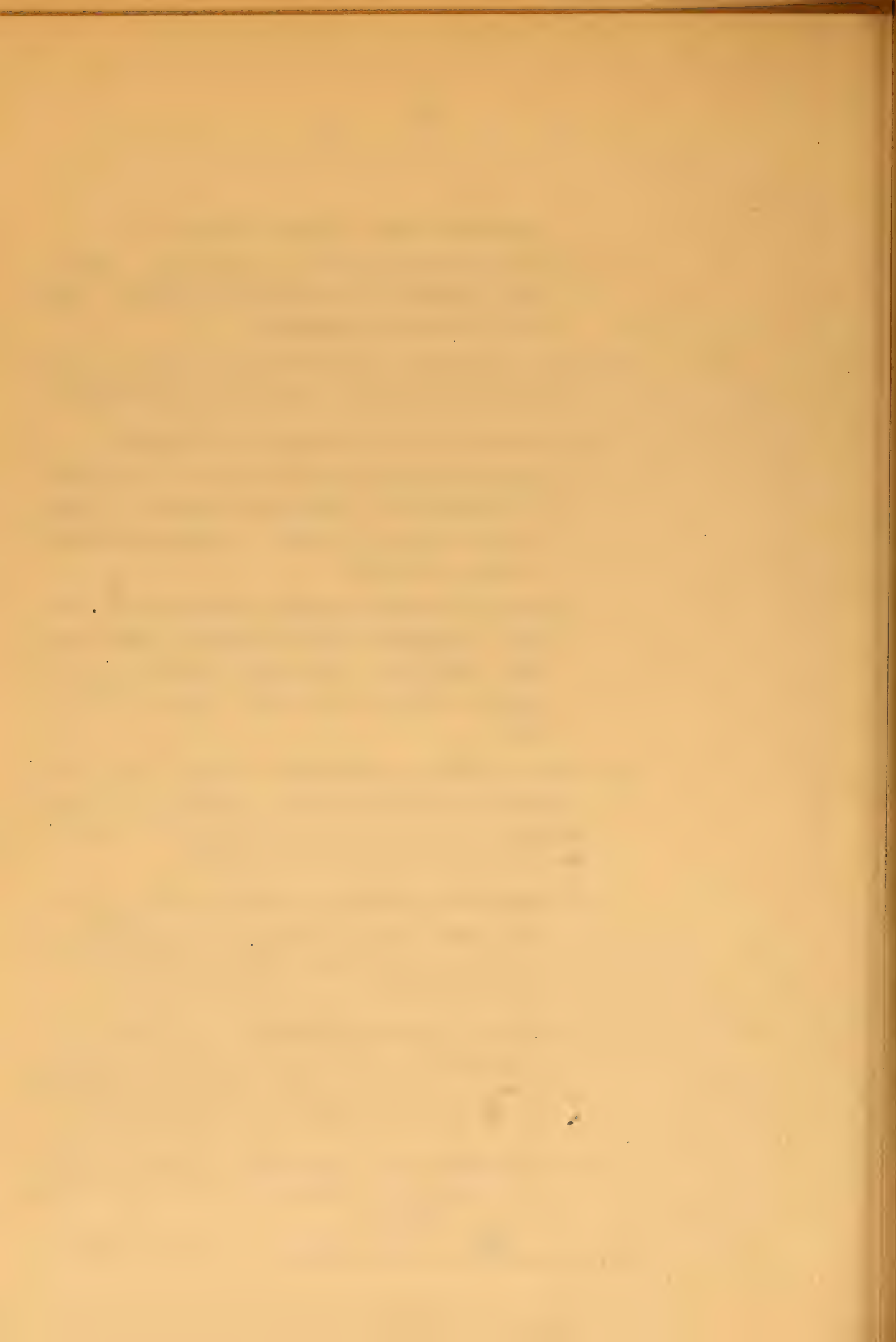
III) Aviso, Ofício ou Expediente dirigido ao estabelecimento bancário em que a unidade emitente disponha de fundos ou possa autorizar a movimentação de recursos, em razão de:

a) operações especiais ligadas a financiamentos, empréstimos e subsídios concedidos, inclusive em decorrência de decisão da Autoridade Monetária;

b) entrega de moeda estrangeira, no país, a servidor que tiver seu afastamento autorizado em virtude de viagem, missão, representação ou outra incumbência no exterior; e

c) responsável por suprimento de fundos em moeda estrangeira, que tenha de realizar despesas no exterior.

IV) Em dinheiro, exclusivamente, na realização de



despesas à conta de suprimento de fundos, vedado ao responsável efetuar pagamentos da espécie através de cheque, inclusive de sua conta bancária pessoal.

60. A utilização de recursos financeiros sob Ordem Bancária realizar-se-á exclusivamente através de Nota Financeira.

61. A Nota Financeira, quando se tratar de Repasse e Sub-repasse, será emitida em cinco vias, assim destinadas:

- 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> vias - Banco do Brasil S.A.;
- 3.<sup>a</sup> via - Delegacia Regional de Contabilidade e Finanças do local de emissão;
- 4.<sup>a</sup> via - Ministério ou Órgão ou seus desdobramentos administrativos de destino, por intermédio da Delegacia Regional de Contabilidade e Finanças respectiva; e
- 5.<sup>a</sup> via - Arquivo do emitente.

62. A Nota Financeira relativa a Ordem Bancária será emitida em quatro vias, com a seguinte destinação:

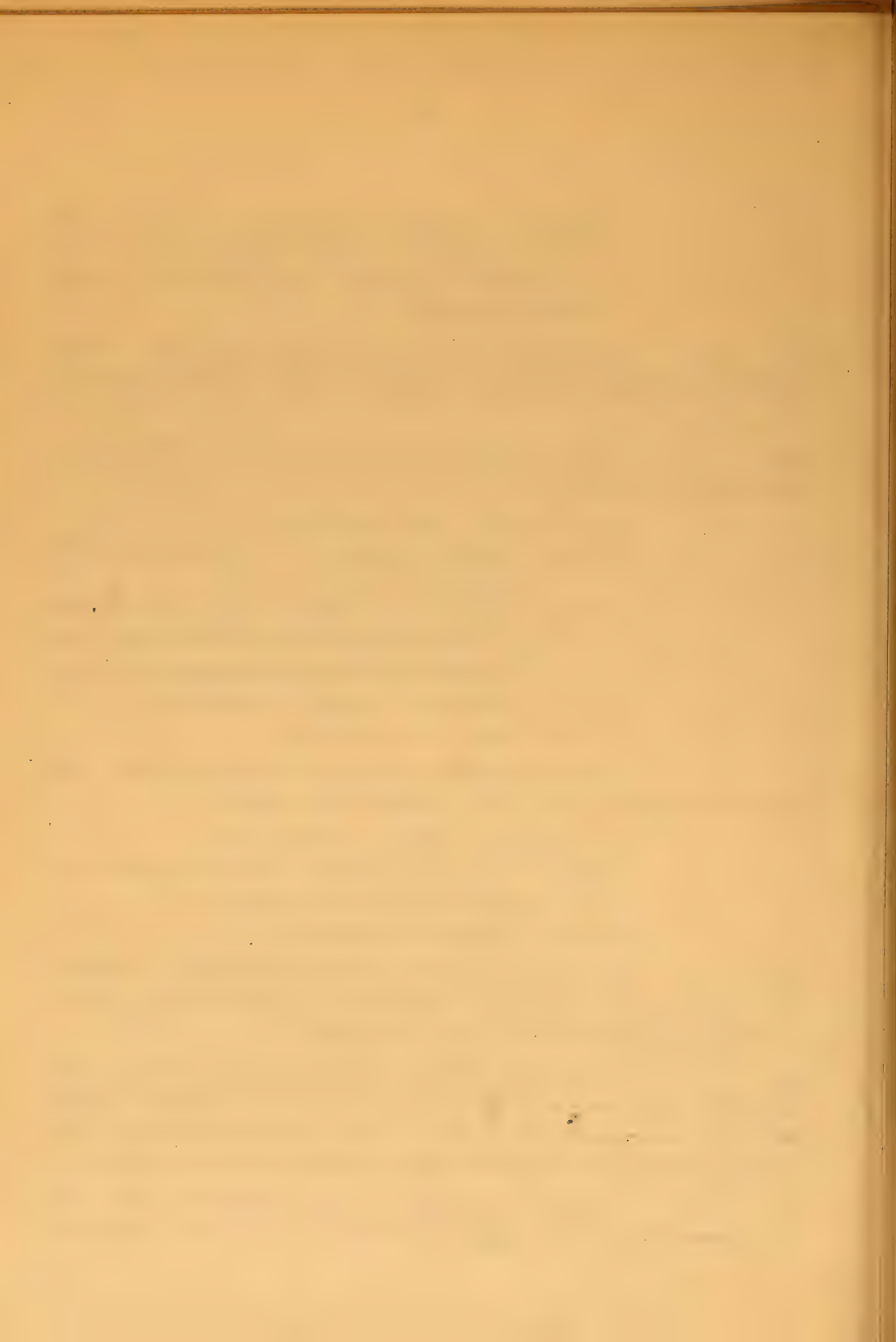
- 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> vias - Banco do Brasil S.A.;
- 3.<sup>a</sup> via - Delegacia Regional de Contabilidade e Finanças do local de emissão; e
- 4.<sup>a</sup> via - Arquivo do emitente.

63. Os Cheques bancários terão sua emissão comunicada, no mesmo dia, à Delegacia Regional de Contabilidade e Finanças respectiva, através de cópia carbonada.

64. Os Avisos, Ofícios e Expedientes envolvendo movimentação e utilização de recursos financeiros do Tesouro Nacional serão entregues, sob cópia, no mesmo dia da expedição, à Delegacia Regional de Contabilidade e Finanças correspondente.

65. A Nota Orçamentária e a Nota Financeira não recebem número de emissão. Cada modalidade de utilização desses docu





mentos, porém, recebe número ordinal crescente, a fim de que, en cerrado o exercício financeiro, seja evidenciado, separadamente, o número total de destaques, provisões, empenhos, repasses, sub-repasses e ordens bancárias.

66. A anulação de operações orçamentárias far-se-á, também, por Nota Orçamentária e a numeração será sequencial para cada tipo de operação invalidada.

67. É abolida a Nota de Movimentação de Recursos Financeiros (NMRF).

68. É abolida, igualmente, a Nota de Pagamento de Despesa Orçamentária (NPDO). A liquidação e o pagamento da despesa far-se-ão através de exame do próprio processo ou expediente versando sobre a solvência do direito creditório, onde se demonstrarão os valores bruto e líquido a pagar.

## **CAPÍTULO X**

### **DOS COMPROMISSOS EM MOEDA ESTRANGEIRA**

*O Capítulo X da Instrução Normativa nº 004/82 trata dos compromissos em moeda estrangeira, do aspecto do Sistema Orçamentário, na Seção I e do Sistema Financeiro, na Seção II, bem como da ótica da escrituração de operações externas, na Seção III.*

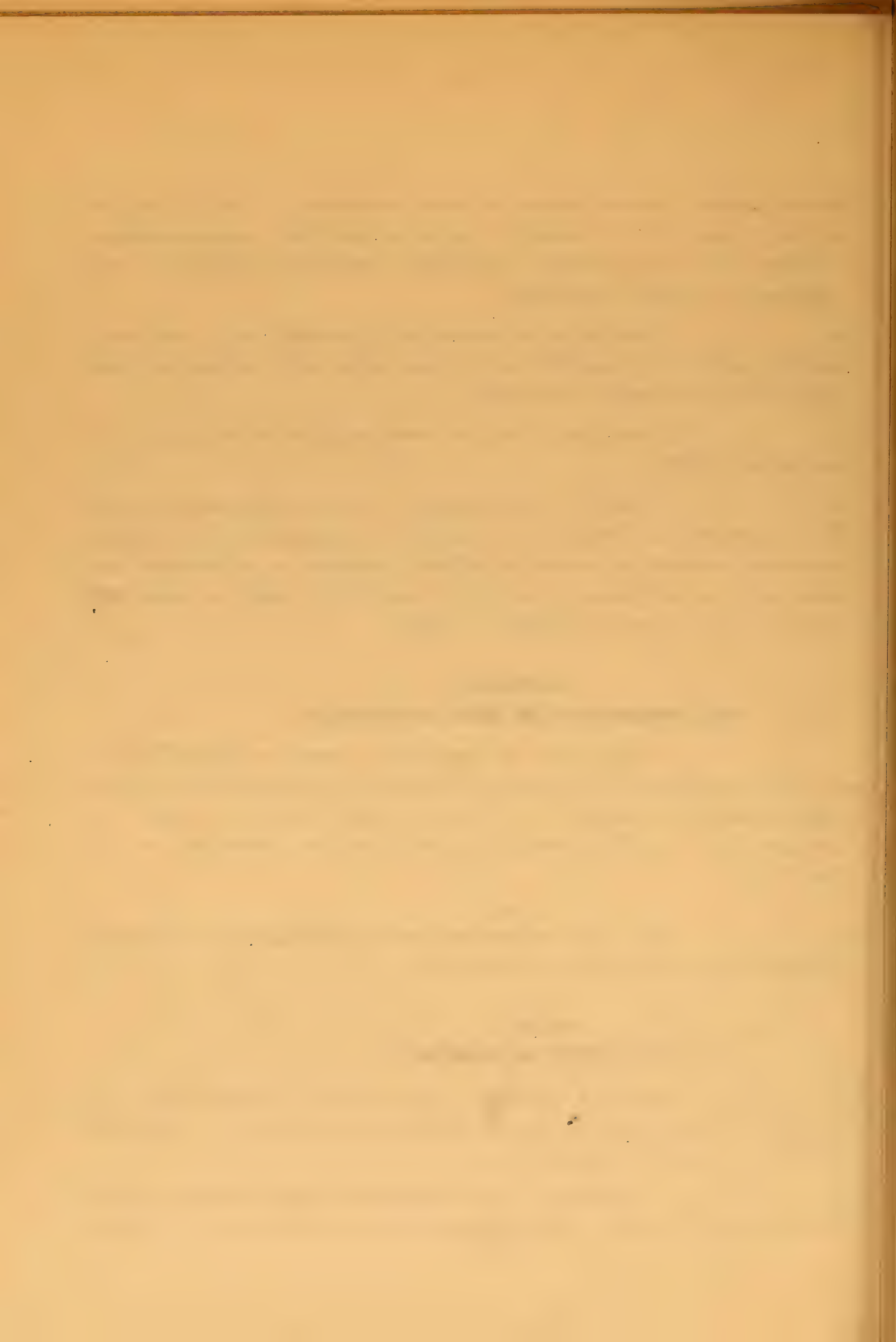
69. São compromissos em moeda estrangeira as despesas orçamentárias realizadas no exterior.

## **SEÇÃO I**

### **DO SISTEMA ORÇAMENTÁRIO**

70. Far-se-á Provisão de recursos orçamentários em favor de unidade localizada no exterior incumbida de realizar despesas em moeda estrangeira.

71. A Provisão, cuja importância será expressa em moeda nacional, terá seu correspondente valor indicado em dólares



americanos, com registro da taxa cambial do dia da remessa.

72. É facultado reforçar, tantas vezes quantas necessárias, a Provisão inicial, sempre com a indicação de seu correspondente valor em dólares americanos e a taxa cambial operada.

73. É dispensada, no exterior, a emissão de Nota Orçamentária de Empenho à conta de recursos objeto de provisão emitida no Brasil. Os compromissos, assumidos e pagos em moeda externa, se basearão em contratos, depósitos bancários, cartas e ordens de crédito, contas vinculadas e outras garantias afins, segundo exigência, costume ou tradição da praça de credores estrangeiros. Os instrumentos de compromissos externos, com indicação de valores e prazos de vencimento, serão presentes, sob cópia, ao órgão de controle a que estiver jurisdicionada a unidade orçamentária emitente da Provisão.

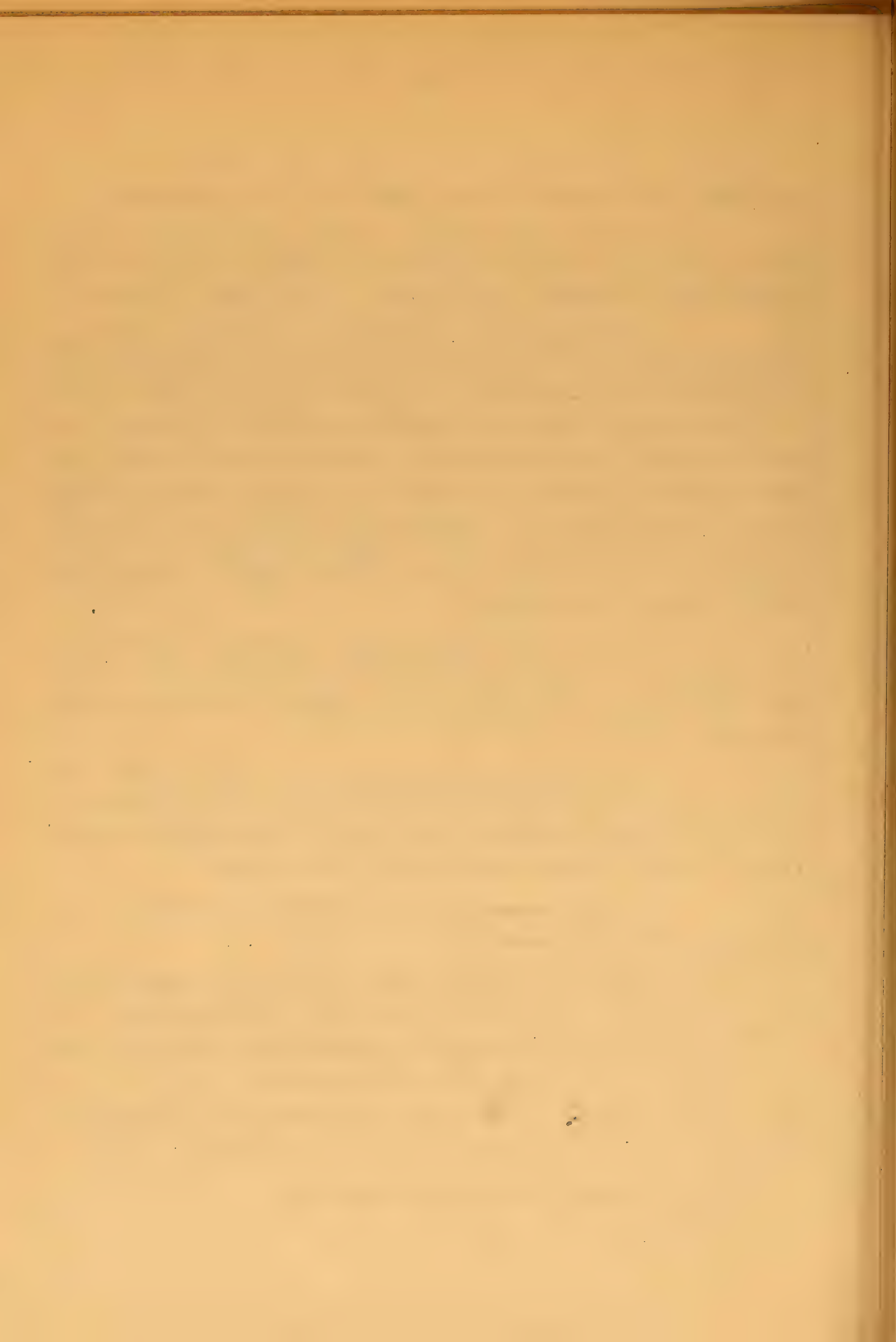
74. O saldo não comprometido, em dólares americanos, será comunicado à repartição emitente da Provisão, em 31 de dezembro de cada ano, para efeito de seu registro como crédito não utilizado.

75. Os compromissos assumidos e não pagos até 31 de dezembro de cada exercício serão inscritos em conta de restos a pagar, no exterior, em dólares americanos, e imediatamente comunicado à unidade orçamentária emissora da Provisão.

76. A Nota Orçamentária de Provisão será emitida em três vias, assim destinadas:

- 1ª via - Unidade administrativa ou órgão de destino no exterior, por intermédio da unidade de contabilidade analítica a que estiver jurisdicionada;
- 2ª via - Delegacia Regional de Contabilidade e Finanças do local de emissão; e
- 3ª via - Arquivo do emitente.





## SEÇÃO II

### DO SISTEMA FINANCEIRO

77. A transferência de recursos financeiros disponíveis no Brasil, em favor de unidade administrativa ou órgão localizado no exterior, far-se-á mediante emissão de Nota Financeira, como Sub-repasse. A Nota Financeira expressará a remessa em moeda nacional e seu correspondente valor em dólares americanos, evidenciada a taxa cambial operada.

78. Os recursos disponíveis no exterior, destinados a atender a compromissos de repartições diplomáticas sediadas também no exterior, serão depositados na conta de cada uma delas, na agência em Nova Iorque/USA do Banco do Brasil S.A., para direta utilização ou transferência a banco da respectiva localidade, dispensada a emissão de Nota Financeira.

79. Os pagamentos no exterior, indicados sempre em dólares americanos, serão anotados e deduzidos da própria Nota Orçamentária de Provisão.

80. A documentação comprobatória de pagamentos feitos no exterior receberá, em espaço próprio, a identificação do número da Nota Orçamentária de Provisão e a referência ao compromisso assumido.

81. Os saldos bancários existentes em 31 de dezembro de cada exercício permanecem disponíveis até o limite dos respectivos compromissos inscritos em restos a pagar.

82. O excedente de recursos bancários em relação a restos a pagar será considerado antecipação de Cota e deduzido de futura remessa.

## SEÇÃO III

### DA ESCRITURAÇÃO DE OPERAÇÕES EXTERNAS

83. O registro das operações de unidade administrativa ou órgão localizado no exterior será feito em dólares americanos, eliminada a obrigatoriedade de sua tradução em moeda nacional.



84. Os titulares de recursos em moeda estrangeira remeterão periodicamente ao órgão de contabilidade analítica o demonstrativo das operações de receita e despesa realizadas, por programa, projeto, atividade e categoria econômica, em dólares americanos. Será fornecida, inclusive, relação dos gastos efetuados, com remissão aos documentos comprobatórios, os quais, arquivados na unidade gestora, ficarão disponíveis perante a área de controle interno.

85. O órgão de contabilidade analítica, no Brasil, procederá à escrituração, apenas em moeda estrangeira, das operações realizadas.

86. Juntamente com o boletim das operações de receita e despesa do mês de dezembro, os órgãos localizados no exterior comunicarão à unidade de contabilidade analítica responsável pela escrituração no Brasil:

- a) a disponibilidade de recursos financeiros;
- b) os compromissos a inscrever em conta de restos a pagar;
- c) o saldo não utilizado das provisões; e
- d) a taxa cambial média do ano.

87. Os serviços de contabilidade analítica e sintética, na área de cada Ministério ou Órgão, levantarão dois balancetes mensais, cada qual demonstrando, independentemente, as operações realizadas em moeda nacional e as realizadas em dólares americanos.

88. Os balancetes elaborados em moeda estrangeira conterão as mesmas colunas adotadas nos modelos comuns substituindo-se apenas o símbolo "Cr\$" por "US\$". Indicar-se-á em cada balancete mensal levantado, o valor médio da taxa cambial apurada.

89. A taxa cambial média será o quociente do somatório das remessas em moeda nacional, pelo correspondente somatório, em dólares americanos.





90. A Secretaria-Central de Controle Interno, durante o exercício, consolidará, isoladamente, os balancetes expressos em moeda estrangeira e, ao levantar os Balanços-Gerais da União, em 31 de dezembro, os converterá em moeda nacional, através da aplicação da taxa cambial média do ano, indicada no balancete de dezembro.

91. Para os fins de que trata este Capítulo, as operações realizadas no exterior, qualquer que seja o padrão monetário, serão sempre indicadas em dólares americanos (US\$).

## CAPÍTULO XI DOS CONVÊNIOS, AJUSTES E ACORDOS

*Todas as figuras bilaterais das quais resulte a aplicação de recursos da administração federal vincular-se-ão a acompanhamento físico-financeiro.*

92. Convênios, contratos, ajustes, acordos e outras figuras bilaterais de que resulte a aplicação de recursos da administração federal serão objeto de acompanhamento físico-financeiro, nos moldes do controle aplicável aos programas de execução direta a cargo de unidades orçamentárias e administrativas.

## CAPÍTULO XII DOS SERVIÇOS DE CONTABILIDADE ANALÍTICA

*Como dissemos anteriormente, as Delegacias Regionais de Contabilidade e Finanças - DECOF's, nas Capitais dos Estados, subordinadas à SECIN/SEPLAN, vieram substituir as antigas Inspetorias Seccionais de Finanças e Núcleos de Contabilidade. Estas e mais as Delegacias Regionais de Contabilidade e Finanças localizadas no Distrito Federal e diretamente subordinadas às Secretarias de Controle Interno dos Ministérios Cíveis, executam os serviços de contabilidade analítica.*

*Nos Ministérios Militares e Órgãos da Presidência da República e dos Poderes Legislativo e Judiciário a execução*



*dos serviços de contabilidade analítica incumbe aos organismos equivalentes às Delegacias Regionais de Contabilidade e Finanças, e os Territórios sob administração civil terão esses trabalhos realizados pela DECOF do Estado a que normativamente venham a ser jurisdictionados.*

93. São serviços de contabilidade analítica as Delegacias Regionais de Contabilidade e Finanças localizadas no Distrito Federal e diretamente subordinadas às Secretarias de Controle Interno dos Ministérios Cíveis, e as Delegacias Regionais de Contabilidade e Finanças sediadas nas capitais de Estado, diretamente subordinadas à Secretaria-Central de Controle Interno da Secretaria de Planejamento da Presidência da República.

94. São equivalentes a Delegacia Regional de Contabilidade e Finanças os organismos a que incumbe, nos Ministérios e Órgãos da Presidência da República e dos Poderes Legislativo e Judiciário, a execução dos serviços de contabilidade analítica.

95. Os Territórios sob administração civil terão seus serviços de contabilidade analítica realizados pela Delegacia Regional de Contabilidade e Finanças junto ao Estado a que normativamente venham a ser jurisdictionados.

#### SEÇÃO ÚNICA

#### DOS DOCUMENTOS CONTABILIZÁVEIS

96. A Delegacia Regional de Contabilidade e Finanças ou unidade equivalente sediada no lugar da emissão de documentos ligados à gestão orçamentária, financeira e patrimonial receberá:

- a) segunda via de Nota Orçamentária;
- b) terceira via de Nota Financeira;
- c) cópia carbonada de Cheque bancário emitido;
- d) cópia de Convênio, Contrato, Ajuste e Acordo;
- e) expediente relativo a licitações;





- f) processos, expediente e documento comprobatório da despesa paga;
- g) ato de concessão de suprimento de fundos e sua prestação de contas;
- h) ato de incorporação e desincorporação de bens e valores da União ou sob sua guarda;
- i) elementos imprescindíveis ao acompanhamento físico-financeiro de programas direta ou indiretamente realizados pela administração federal;
- j) cronogramas de desembolso;
- l) inventário periódico de bens; e
- m) qualquer ato de que resulte a aplicação ou movimento de recursos orçamentários e financeiros e, ainda, qualquer ato ou fato administrativo capaz de afetar o estado patrimonial da unidade jurisdicionada.

*A redação do tópico 97 foi modificada pela Instrução Normativa nº 005/82 e ficou assim concebida:*

97. A Delegacia Regional de Contabilidade e Finanças do lugar onde serão movimentados os recursos receberá a primeira via de Nota Orçamentária de Destaque e Provisão e a quarta via de Nota Financeira de Repasse e Sub-repasse. Esses documentos, após anotados pela Delegacia, serão diretamente encaminhados à unidade gestora beneficiária, em cujo arquivo permanecerão.

98. Os documentos de que trata o tópico 96, em especial, Nota Orçamentária, Nota Financeira e cópia a carbono do Cheque Bancário, serão entregues à Delegacia Regional de Contabilidade e Finanças no mesmo dia em que forem emitidos.

99. A Delegacia Regional de Contabilidade e Finanças prestará orientação e apoio às unidades orçamentárias e adminis



trativas compreendidas na área de sua jurisdição, visando a cooperar no sentido da boa aplicação de recursos públicos.

100. A Delegacia Regional de Contabilidade e Finanças fornecerá, mensalmente:

- a) aos órgãos locais dos Ministérios Cíveis, o demonstrativo das operações realizadas;
- b) à Secretaria de Contabilidade da Secretaria de Controle Interno de cada Ministério Civil, quando a Delegacia Regional de Contabilidade e Finanças for localizada no Distrito Federal, o balancete das operações escrituradas; e
- c) à Secretaria de Contabilidade da Secretaria-Central de Controle Interno da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, quando a Delegacia Regional de Contabilidade e Finanças for localizada em capital de Estado, o balancete das operações escrituradas.

101. O serviço de contabilidade analítica equivalente a Delegacia Regional de Contabilidade e Finanças encaminhará à unidade de contabilidade sintética do respectivo Ministério Militar, Órgão da Presidência da República ou dos Poderes Legislativo e Judiciário os elementos necessários ao levantamento de balancete mensal consolidado, de sua área, cuja remessa será feita à Secretaria-Central de Controle Interno.

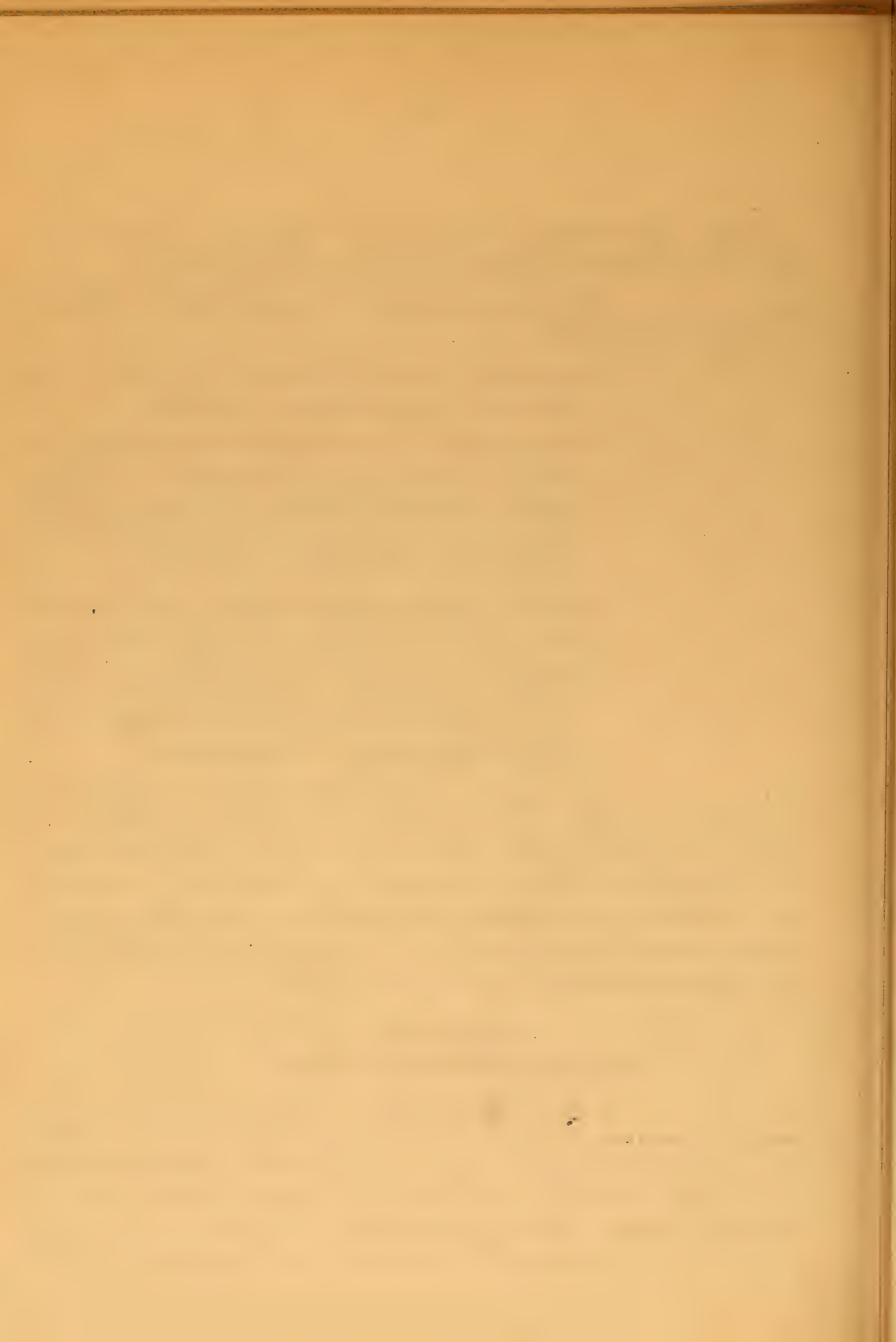
### CAPÍTULO XIII

#### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

*Dentre as disposições do último capítulo da Instrução Normativa nº 004/82, a mais surpreendente é a do tópico 102, que orienta para que sejam desprezadas as frações de cruzado no resultado final dos cálculos em qualquer emissão de documentos ligados a Notas Orçamentárias e Financeiras.*

*Provocando, a princípio, manifestações de dúvida*





e incompreensão, a medida foi posteriormente muito bem aceita e, por iniciativa da Secretaria-Central de Controle Interno junto ao Programa Nacional de Desburocratização, transformada no Decreto-Lei nº 1970, de 29 de novembro de 1982, passou a abranger todas as operações de natureza orçamentária, financeira e contábil praticada pela administração direta e indireta da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal (vide, a seguir a íntegra do Decreto-Lei nº 1970, de 29 de novembro de 1982, publicado no Diário Oficial da União de 30/11/82).

DECRETO-LEI nº 1.970, de 29 de novembro de 1982

*Elimina as frações de cruzeiro nas operações de natureza orçamentária, financeira e contábil*

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 55, item II, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Nas operações realizadas em moeda nacional, de natureza orçamentária, financeira e contábil, em que figurem órgãos e entidades da administração direta e indireta da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, bem como as fundações por estes mantidas ou instituídas, serão desprezadas, no resultado final dos cálculos, as frações de Cruzeiro (Cr\$).

Art. 2º Este Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 29 de novembro de 1982; 161º da Independência e 94º da República.

JOÃO FIGUEIREDO

Delfim Netto

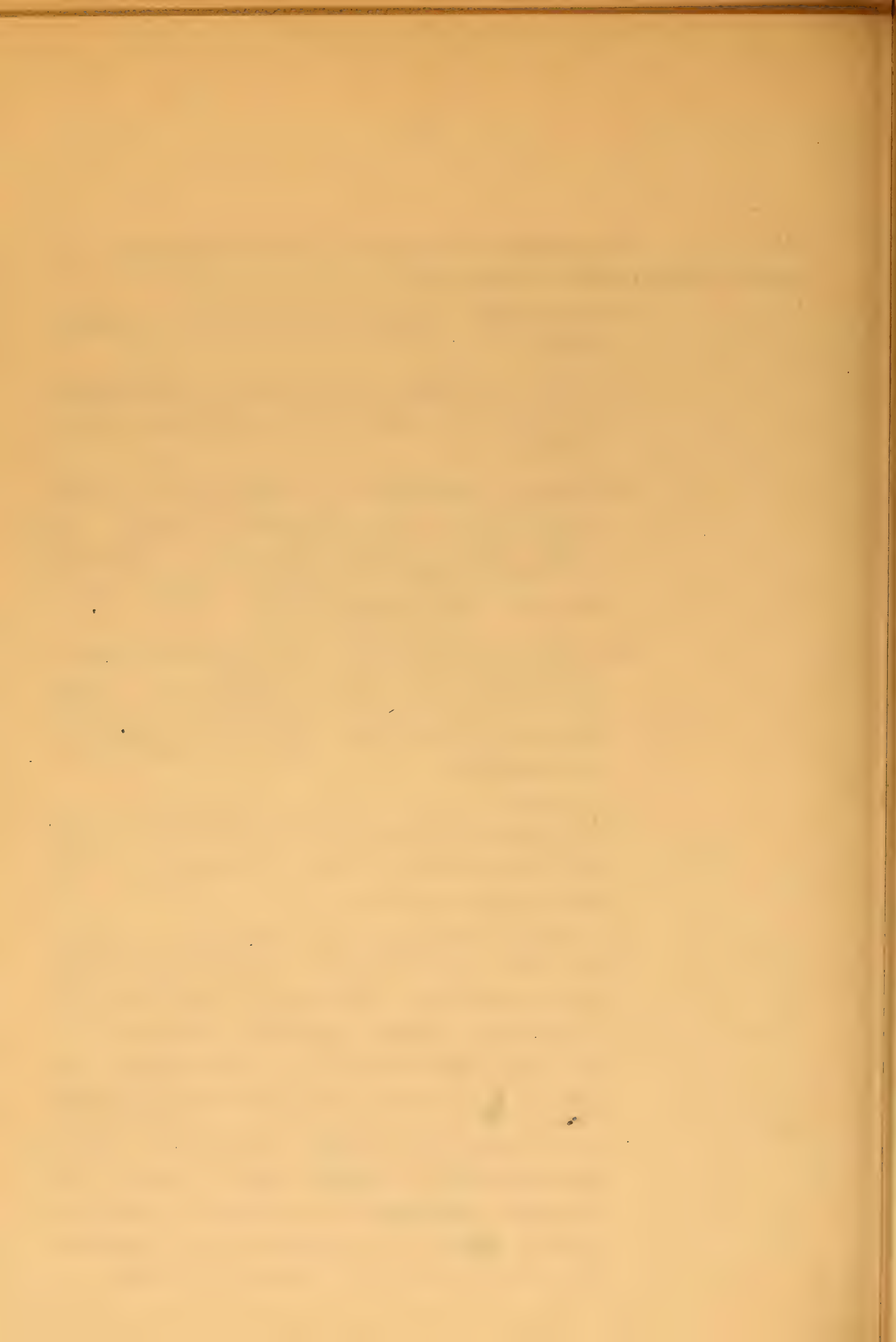
Hélio Beltrão



103. Os conceitos de expressões utilizadas nesta Instrução Normativa são os seguintes:

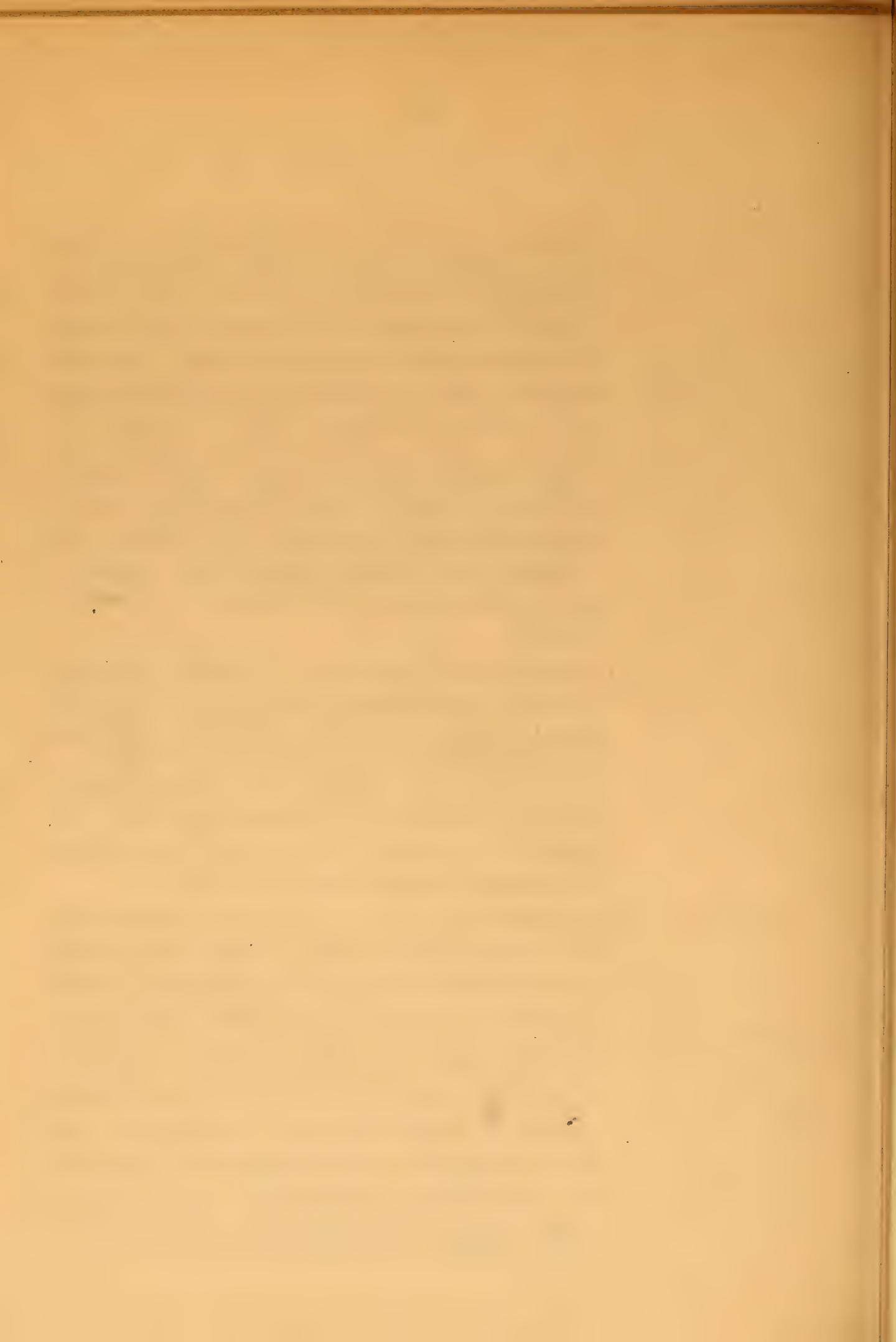
- a) Ministério - Os Ministérios Cíveis e Militares;
- b) Órgão - os Órgãos da estrutura da Presidência da República e dos Poderes Legislativo e Judiciário;
- c) Unidade Orçamentária - a repartição da Administração Direta a que o Orçamento da União consigna dotações específicas para a realização de seus programas de trabalho e sobre os quais exerce o poder de disposição;
- d) Unidade Administrativa - a repartição da Administração Direta à qual o Orçamento da União não consigna recursos e que depende de destques ou provisões para executar seus programas de trabalho;
- e) Unidade Gestora - a Unidade Orçamentária ou administrativa investida do poder de gerir recursos orçamentários e financeiros, próprios ou sob descentralização;
- f) Contabilidade Analítica - a Unidade responsável pela contabilização de atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial pratizados por unidades gestoras e observando a mais ampla minudência. É, nos Ministérios Cíveis, no Departamento Administrativo de Serviço Público-DASP e na Secretaria de Planejamento da Presidência da República-SEPLAN/PR, a Delegacia Regional de Contabilidade e Finanças, diretamente subordinada à Secretaria de Controle Interno respectiva, no aspecto das operações realizadas no Distrito Federal. É, também, a





Delegacia Regional de Contabilidade e Finanças, na Capital de cada Estado, diretamente subordinada à Secretaria-Central de Controle Interno da SEPLAN/PR e responsável pela contabilização de operações realizadas por unidades gestoras civis em qualquer localidade do território nacional, exceto o Distrito Federal. É, ainda, a Unidade incumbida de semelhantes tarefas, sob direta subordinação aos Ministérios Militares e Órgãos, tanto no Distrito Federal como em qualquer outra parte do território brasileiro. Tais Unidades levantam ou proporcionam o levantamento de balancetes e relatórios mensais.

- g) Contabilidade Sintética - a Unidade responsável pela consolidação setorial dos balancetes mensais levantados pelas Delegacias Regionais de Contabilidade e Finanças e equivalentes. É a Secretaria de Contabilidade da Secretaria de Controle Interno de cada Ministério Civil e, também, as Unidades de atribuição equivalente, nos Ministérios Militares e Órgãos; e
- h) Contabilidade Geral - a Unidade responsável pela incorporação de todos os balancetes e balanços consolidados pelas Secretarias de Controle Interno ou Unidades de atribuição equivalente, nos Ministérios Militares e Órgãos, inclusive as operações a cargo de autarquias, fundações e empresas públicas. É a Secretaria de Contabilidade da Secretaria-Central de Controle Interno da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, responsável, na condição de órgão-central, pela elaboração dos Balanços-Gerais da União, ou sejam as Contas que o Presi-

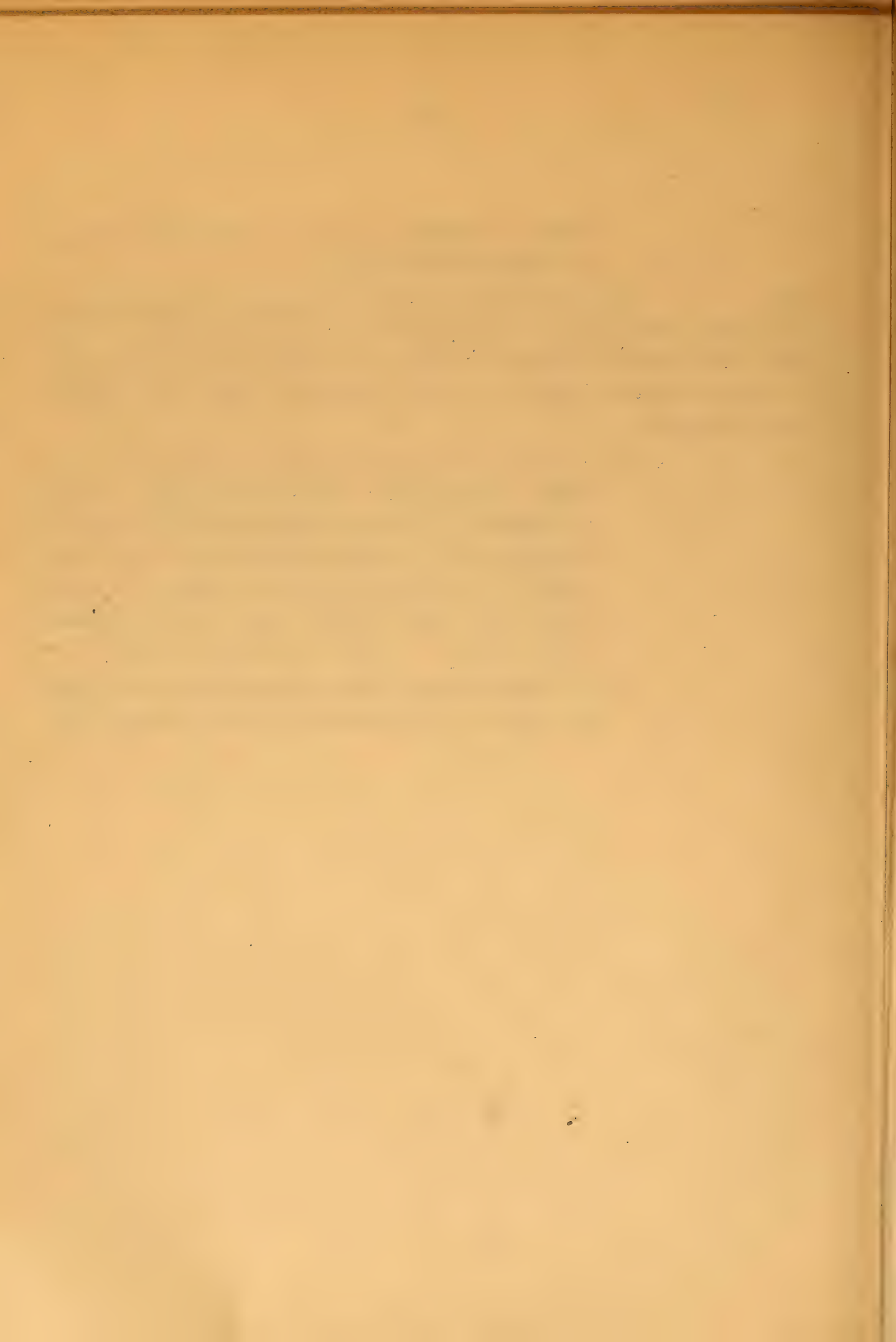


dente da República presta constitucionalmente ao Congresso Nacional.

104. Esta Instrução Normativa revoga as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 65, de 30 de outubro de 1978, da Inspetoria-Geral de Finanças do Ministério da Fazenda, e entra em vigor a partir de 01 de outubro de 1982, nas seguintes condições:

- a) é permitido o uso dos atuais formulários de "Nota de Destaque", "Nota de Provisão", "Nota de Empenho", "Nota de Movimentação de Recursos Financeiros" e "Ordem Bancária" até 31 de dezembro do corrente exercício financeiro, inclusive, após o que cederão lugar à Nota Orçamentária (Anexo 1) e Nota Financeira (Anexo 2); e
- b) o acompanhamento físico-financeiro será iniciado a partir do Orçamento do exercício de 1983.





CURSOS E PALESTRAS



**CURSOS, PALESTRAS E CONFERÊNCIAS MINISTRADAS PELA SECRETARIA-  
-CENTRAL DE CONTROLE INTERNO DURANTE O EXERCÍCIO DE 1982**

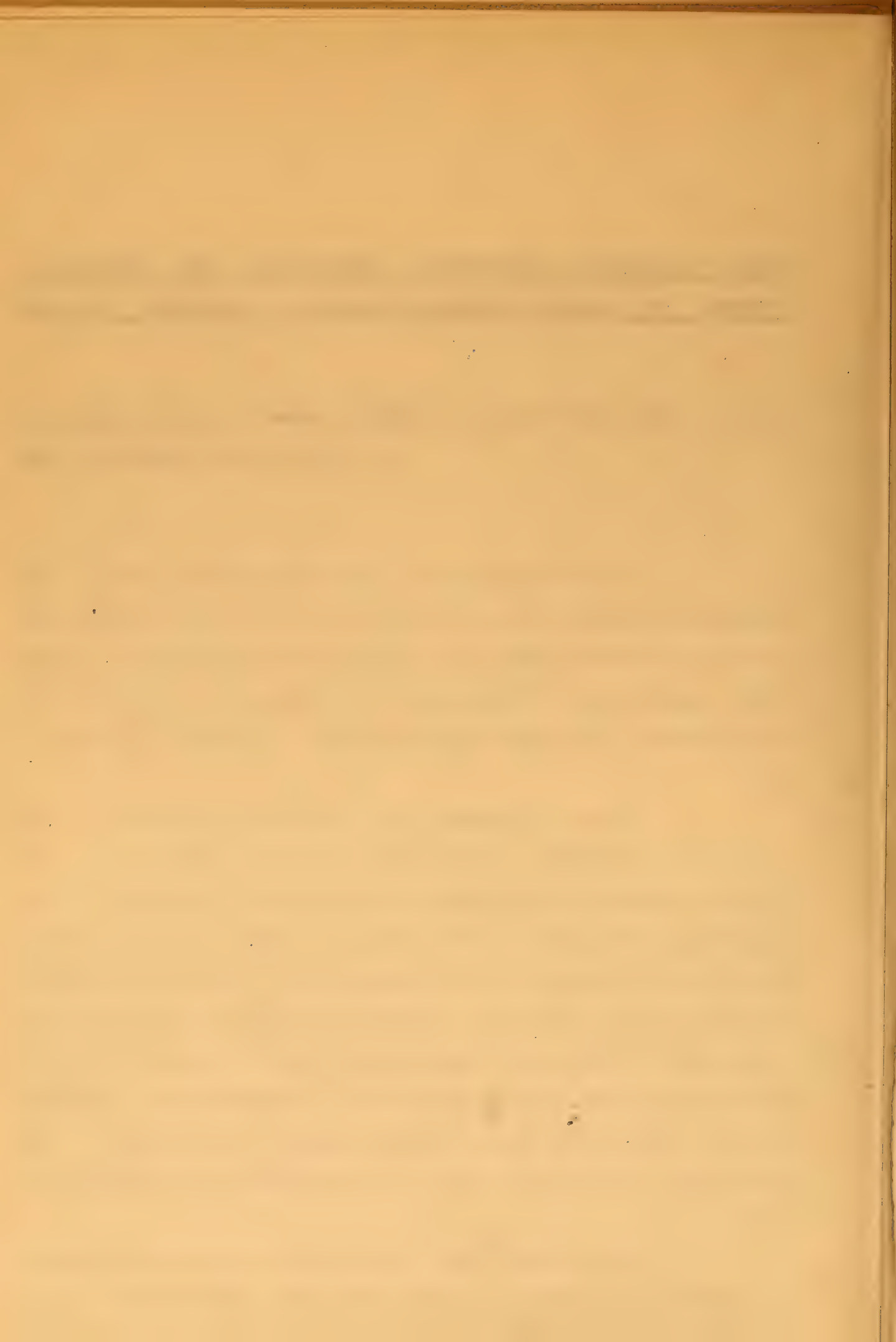
**CURSO DE TREINAMENTO SOBRE A INSTRUÇÃO NORMATIVA SECIN/SEPLAN/PR  
Nº 004, DE 30 DE AGOSTO DE 1982**

A Instrução Normativa SECIN/SEPLAN/PR/Nº 004/82 foi publicada no Diário Oficial da União em 30 de agosto de 1982. Em virtude das modificações que introduziu nos procedimentos de execução orçamentária e financeira, foi delineado um treinamento de cunho nacional para expor seus objetivos e orientar sua aplicação.

Com essa finalidade foi realizada em Brasília, logo no dia 1º de setembro, reunião com os Senhores Secretários de Controle Interno e autoridades de equivalente competência dos Ministérios Militares, da Presidência da República e dos Poderes Legislativo e Judiciário. No dia seguinte, explanação semelhante foi feita aos dirigentes e responsáveis pelos procedimentos orçamentários e financeiros das unidades da Secretaria de Planejamento da Presidência da República. E o treinamento em Brasília foi concluído no dia 10 de setembro, quando, no auditório da SEPLAN/PR, teve lugar uma palestra para todos os funcionários da Casa.

Foi formada, nesse ínterim, uma equipe de treinamento composta pelo titular da SECIN, pela Dra. Sumie Butuem, titu-





lar da Ciset/SEPLAN e pelos Doutores Mauro Romão de Siqueira , Adaly Gonçalves Carvalho e Maria Helena Pinto Goulart, para que o curso pudesse estender-se aos demais Estados do Brasil.

Algumas Capitais foram escolhidas para sediar os referidos encontros e assim foram treinados controladores e gestores de todo o País, nas seguintes localidades e datas:

- em 13 de setembro, em São Paulo, abrangendo São Paulo, Paraná e Mato Grosso do Sul;
- em 14 de setembro, em Porto Alegre, abrangendo Rio Grande do Sul e Santa Catarina;
- em 15 de setembro, no Rio de Janeiro, abrangendo Rio de Janeiro, e Espírito Santo;
- em 17 de setembro, em Goiânia, abrangendo Goiás, Mato Grosso e Minas Gerais;
- em 20 de setembro, em Salvador, abrangendo Bahia , Sergipe, Alagoas, Pernambuco e Paraíba;
- em 21 de setembro, em Fortaleza, abrangendo Ceará , Rio Grande do Norte, Piauí e Maranhão; e
- em 22 de setembro, em Manaus, abrangendo Amazonas , Acre, Rondônia, Pará e Territórios de Roraima e Amapá.

As reuniões foram divididas em aulas teóricas e debates, tendo-se obtido bom aproveitamento de todos os participantes.



**CURSO DE ATUALIZAÇÃO EM CONTABILIDADE PÚBLICA PROMOVIDO PELA  
FUNDAÇÃO CENTRO DE APERFEIÇOAMENTO DO SERVIDOR PÚBLICO-FUNCEP,  
PARA O MINISTÉRIO DO EXÉRCITO**

Com o objetivo de atualizar e aprimorar conhecimentos em Contabilidade Pública dos Técnicos em Contabilidade do Ministério do Exército, capacitando-os a melhor desenvolver as atividades ligadas à gestão de recursos, com vistas a seu aprimoramento funcional, foi oferecido um Curso de Atualização em Contabilidade Pública, com carga horária de 60 (sessenta) horas, realizado no Ministério do Exército, no período de 04 de novembro a 03 de dezembro de 1982. A palestra de abertura foi proferida pela titular da Secretaria de Controle Interno da SEPLAN/PR, Dra. Sumie Butuem. As aulas foram ministradas por Dr. Mauro Romão de Siqueira, Secretário de Administração Financeira e Dra. Adaly Gonçalves Carvalhal, Diretora da Divisão de Análise, ambos da Secretaria de Controle Interno da SEPLAN, que transmitiram aos 30 (trinta) participantes conhecimentos que permitam interpretar e registrar as operações de contabilidade analítica dos atos e fatos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial; elaborar balancetes, balanços, demonstrações orçamentárias, financeiras e patrimoniais; e diligenciar no sentido do cumprimento das normas legais e regulamentares, visando à eficiência do sistema contábil.

**AULA INAUGURAL PROFERIDA NO CURSO ESPECIAL DE AUDITORIA E FINANÇAS MINISTRADO SOB O PATROCÍNIO DA DIRETORIA DE ABASTECIMENTO DO MINISTÉRIO DA MARINHA, EM 19 DE ABRIL DE 1982**





Ao atender a convite para iniciação do Curso Especial de Auditoria e Finanças ministrado sob o patrocínio de Diretoria de Abastecimento do Ministério da Marinha o titular da Secretaria Central de Controle Interno escolheu para explanação o tema "Auditoria no Serviço Público."

## II CURSO DE PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA REALIZADO PELO CENTRO DE TREINAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO-CENDEC, EM CONJUNTO COM O INSTITUTO DO ORÇAMENTO-INOR DO INSTITUTO DE PLANEJAMENTO ECONÔMICO E SOCIAL-IPEA

O Centro de Treinamento para o Desenvolvimento Econômico-CENDEC realizou, no período de 30 de agosto a 17 de dezembro de 1982, o II Curso de Programação e Execução Orçamentária, como parte do programa conjunto daquele Centro com o Instituto de Orçamento-INOR do IPEA. Esta Secretaria-Central de Controle Interno colaborou com a indicação de técnicos para ministrarem algumas disciplinas do curso. Foram eles a Dra. Adaly Gonçalves Carvalhal e Dr. Mauro Romão de Siqueira, assessorado pelo Dr. José Roberto Paiva, Diretor de Controle Financeiro. Coube à Dra. Sumie Butuem, Secretária de Controle Interno da SEPLAN, proferir a palestra de encerramento do curso, quando desenvolveu o tema "Controle Interno".

## 4º CURSO DE ATUALIZAÇÃO EM MATÉRIA ORÇAMENTÁRIA DO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO-EMFA

O 4º Curso de Atualização em Matéria Orçamentária, sob



os auspícios da Escola de Administração Fazendária-ESAF, teve lugar no auditório do Estado-Maior do Exército, durante o último trimestre de 1982.

Nesse Curso, que é realizado anualmente, o titular da Secretaria-Central de Controle Interno foi convidado a discorrer sobre a Instrução Normativa SECIN/SEPLAN/PR/Nº 004/82, em aula que teve lugar em outubro de 1982.

Os participantes, todos Oficiais Superiores e absolutamente familiarizados com matéria orçamentária e financeira, tiveram a oportunidade de debater longa e amplamente as novas normas gerais de administração orçamentária e financeira.





OFÍCIOS-CIRCULARES  
E COMUNICADOS



OFÍCIOS-CIRCULARES EXPEDIDOS NO EXERCÍCIO DE 1982

**CIRC/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 001, DE 12 DE JANEIRO DE 1982**

*Encaminha cópia da Instrução Normativa nº 001, da SECIN/SEPLAN/PR, de 08 de janeiro de 1982.*

**CIRC/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 002, DE 12 DE JANEIRO DE 1982**

*Oferece modelos para padronização de balanços, aplicáveis às empresas públicas e às autarquias e fundações, com vistas ao Balanço-Geral da União/1981.*

**CIRC/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 003, DE 25 DE JANEIRO DE 1982**

*Oferece cópia do ofício Ciset/GAB/Nº 045, de 19 de janeiro de 1982, em que o Secretário de Controle Interno do Ministério do Interior encaminha matéria relativa à obrigatoriedade de as empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias aplicarem no FINOR e FINAN, no exercício de 1982, 100% das parcelas dedutíveis do imposto sobre a renda, a título de incentivos fiscais.*

**CIRC/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 004, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1982**

*Comunica posse, em 16 de fevereiro de 1982, do Secretário-Central de Controle Interno da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, cargo para o qual foi nomeado por Decreto de 21 de janeiro, publicado no DOU do dia 22, seguinte.*





**CIRC/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 005, DE 29 DE MARÇO DE 1982**

*Transmite, por cópia, o parecer SOF/INOR nº 106, de 25/03/82, em que a Secretaria de Orçamento e Finanças da SEPLAN/PR, em resposta a consulta formulada pela Secretaria de Controle Interno do Serviço Nacional de Informações, por intermédio da Secretaria-Central de Controle Interno, reafirma o entendimento de que a despesa relativa ao "Abono Pecuniário de Férias", instituído pelo Decreto-Lei nº 1.535, de 13 de abril de 1977, deve ser classificada no Elemento 3111-01 - Vencimentos e Vantagens Fixas.*

**CIRC/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 006, DE 16 DE ABRIL DE 1982**

*Solicita que a proposta orçamentária para o exercício de 1983, a cargo das Secretarias de Controle Interno dos Ministérios Cíveis e DASP continue a considerar as despesas de pessoal dos órgãos de contabilidade analítica e auditoria.*

**CIRC/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 007, DE 10 DE MAIO DE 1982**

*Transmite cópia de trabalho enviado pela Secretaria de Controle Interno do Ministério do Interior, relativo a limites aplicáveis a licitações e dispensas para compras, serviços e obras, com a atualização decorrente do Decreto nº 87.140, de 30 de abril de 1982, que alterou o Maior Valor de Referência-MVR.*

**CIRC/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 008, DE 11 DE MAIO DE 1982**

*Encaminha Balanços-Gerais da União referentes ao exercício de 1981.*



**CIRC/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 009, DE 11 DE MAIO DE 1982**

*Encaminha cópia do Aviso nº 102-SP/82, que o Senhor Presidente do Tribunal de Contas da União dirigiu ao Senhor Ministro de Estado-Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, em 20 de abril de 1982, para relatar deliberação do Plenário daquela Corte sobre pedido de reconsideração da decisão proferida no processo originado de consulta formulada pelo Banco da Amazônia S.A.-BASA, acerca da concessão do 13º salário aos dirigentes de empresas estatais.*

**CIRC/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 010, DE 20 DE MAIO DE 1982**

*Oferece listagem elaborada pela Divisão de Processamento de Dados-DAPRO da Secretaria-Central de Controle Interno, baseada no cadastro de órgãos e entidades organizado pelas Secretarias de Controle Interno dos Ministérios, a qual, para refletir a situação de todas as unidades orçamentárias e gestoras da administração direta, após corrigida, deverá ser devolvida à SECIN, para elaboração de trabalho definitivo.*

**CIRC/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 011, DE 27 DE MAIO DE 1982**

*Encaminha cópia da Instrução Normativa SECIN/SEPLAN/PR/Nº 003, de igual data, através da qual foi delegada competência aos Secretários de Controle Interno e autoridades de atribuição equivalente para reconhecer "Despesas de Exercícios Anteriores" ementas, originariamente, dos elementos que especifica.*





**CIRC/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 012, DE 07 DE JUNHO DE 1982**

*Encaminha cópia de ofício dirigido pela Secretaria-Central de Controle Interno à Secretaria de Orçamento e Finanças da SEPLAN, a respeito das recomendações contidas no Aviso-Circular nº 04/82, de 05 de maio de 1982, do Senhor Ministro de Estado-Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, relativamente a limite de diápendio de diárias.*

**CIRC/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 013, DE 13 DE JULHO DE 1982**

*Alerta para que o reconhecimento de despesas de exercícios anteriores seja efetuado em critério de cumprimento do Decreto-lei nº 1.815/80 e das Instruções Normativas nºs 003/80 e 003/81, da Secretaria-Central de Controle Interno. Relembra os casos efetivamente impossíveis de conhecimento prévio, especificando-os, e esclarece às Secretarias de Controle Interno e órgãos de atribuição equivalente que deverão impugnar de plano a realização de gastos não enquadrados entre os descritos.*

**CIRC/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 014, DE 16 DE JULHO DE 1982**

*Por sugestão da Secretaria de Controle Interno do Ministério do Interior, refere-se matéria relativa a licitação para projeto de engenharia e prestação de serviços de supervisão ou acompanhamento da execução de obras e serviços de engenharia, que foi alvo de decisão do Plenário do Tribunal de Contas da União, em sessão realizada em 01 de julho de 1982.*



## CIRC/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 015, DE 30 DE SETEMBRO DE 1982

Com base na Portaria SEPLAN/PR nº 162, de 29 de setembro de 1982, e referindo-se ao Quadro e Tabela Permanentes da Lei nº 5.648/70 e ao artigo 3º dos Decretos nºs 87.272 (Agricultura), 87.273 (Educação), 87.274 (Fazenda), 87.275 (Indústria e do Comércio), 87.276 (Interior), 87.277 (Justiça), 87.278 (Minas e Energia), 87.279 (Previdência Social), 87.280 (Saúde), 87.281 (Trabalho), 87.282 (Transportes) e 87.283 (DASP/PR), todos de 14 de junho de 1982, solicita amente sejam promovidos ou determinadas dispensas por extinção, dos ocupantes de cargos ou funções dos Grupos DAS-100 e DAI-110, quando do efetivo provimento dos cargos ou funções equivalentes nas Unidades Regionais da Secretaria-Central de Controle Interno.

## CIRC/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 016, DE 01 DE OUTUBRO DE 1982

Oferece orientação sobre o disposto no tópico 102 da Instrução Normativa nº 004, de 30 de agosto de 1982, a respeito da eliminação de centavos de Cruzeiro na emissão dos documentos mencionados, nos pagamentos ou movimentação de recursos, assim como nos serviços de contabilidade.

## CIRC/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 017, DE 08 DE OUTUBRO DE 1982

Comunica que poderão ser requisitadas à Imprensa Nacional, a partir de dezembro, para utilização uniforme e geral a partir de janeiro de 1983, os formulários NOTA ORÇAMENTÁRIA (modelo 1) e NOTA FINANCEIRA (modelo 2), a que se refere a Instrução Normativa nº 004, de 30/08/82.





TELEX/SECIN/SEPLAN/PR, DE 13 DE OUTUBRO DE 1982

*Solicita promover dispensa dos titulares das funções DAS e DAI das antigas Inspetorias-Secção de Finanças e Núcleos de Contabilidade nos Estados, a partir de 01 de outubro de 1982, data em que ocorreu a efetiva instalação das DECOF's, em harmonia ao disposto na Instrução Normativa nº 004, de 30 de agosto de 1982.*

CIRC/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 018, DE 13 DE OUTUBRO DE 1982

*Oferece cópia do telex-circular atrás citado, a propósito da dispensa, que deverá ocorrer em 01 de outubro de 1982, de titulares de cargos e funções dos Grupos DAS e DAI, das Delegacias-Regionais de Contabilidade e Finanças nas Capitais dos Estados.*

CIRC/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 019, DE 18 DE OUTUBRO DE 1982

*Oferece cópia da Relação das Delegacias-Regionais de Contabilidade e Finanças, nos Estados, listando seus titulares e respectivos endereços e telefones.*

CIRC/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 020, DE 19 DE OUTUBRO DE 1982

*Oferece Manual de Instrução nº 001/82 da Secretaria de Processamento de Dados-CAPRO, do órgão central, que contém informações sobre a nova sistemática de processamento de dados a ser adotada pela Secretaria-Central de Controle Interno a partir de 1983, bem como convida para encontro em que será debatida a referida matéria.*



**CIRC/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 021, DE 20 DE OUTUBRO DE 1982**

*Informa sobre a disciplina a ser atendida no tocante à realização de despesa em moeda estrangeira, para cumprimento da Instrução Normativa nº 304/81.*

**CIRC/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 022, DE 20 DE OUTUBRO DE 1982**

*Recomenda seja levantada a tomada de contas especial por término da gestão dos titulares e substitutos das ex-Inspetorias Seccionais de Finanças e Núcleos de Contabilidade dos Ministérios Cíveis, nas Capitais dos Estados.*

**CIRC/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 023, DE 25 DE OUTUBRO DE 1982**

*Orienta os órgãos setoriais que compõem o Sistema de Controle Interno da União sobre a alteração da "Lotação-Padrão" do Grupo-Atividades Específicas de Controle Interno.*

**CIRC/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 024, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1982**

*Transmite sob cópia a Portaria nº 218, de 09 de novembro de 1982, publicada no DOU do dia seguinte, em que o Senhor Ministro de Estado-Chefe da SEPLAN/PR disciplina medidas visando a controlar, na Pasta, os Balanços orçamentária, financeira e patrimonial e as demonstrações de contas relativos ao exercício financeiro de 1982.*

**CIRC/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 025, DE 09 DE NOVEMBRO DE 1982**

*Transmite cópia do trabalho elaborado pela Secretaria de Controle Interno do Ministério do Interior, relativo a limites aplicáveis a licitações*





*e dispensa para compra, serviços e obras, com a atualização decorrente do Decreto nº 87.744, de 29 de outubro de 1982, que alterou o Maior Valor de Referência-MVR.*

**CIRC/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 026, DE 09 DE NOVEMBRO DE 1982**

*Oferece cópia da Instrução Normativa nº 443/82, da Secretaria-Central de Controle Interno, publicada no DOU de 09 de novembro de 1982, que alterou a redação do tópico 97, bem como aprova o modelo "Continuação de Empenho nº...", referentes à Instrução Normativa nº 004/82.*

**CIRC/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 027, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1982**

*Transmite cópia da Portaria nº 220, de 10 de novembro de 1982, do Senhor Ministro de Estado-Chefe da SEPLAN, em que se disciplinam condições para a realização de despesas ligadas a festividades natalinas.*

**CIRC/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 028, DE 11 DE NOVEMBRO DE 1982**

*Comunica haver autorizado, em caráter excepcional, sejam aceitas as provisões emitidas à conta de outras provisões, até 31 de dezembro de 1982, nos casos de Destaque emitida pela Ministério da Fazenda em favor da Ministérios e Órgãos (Incorporação Geral da União - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda).*

**CIRC/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 029, DE 19 DE NOVEMBRO DE 1982**

*Para implementação final do novo programa de processamento de dados para uso no Sistema de Contro*



*le Interno, solicita seja providenciada a qualificação de todas as Unidades Gestoras Jurisdicionadas aos Ministérios Cíveis nos quais é remido o modelo-padrão, para preenchimento segundo o critério que especifica.*

**OF.CIRC/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 030, DE 19 DE NOVEMBRO DE 1982**

*De teor idêntico ao de nº 019, porém encaminhado aos responsáveis por unidades de competência equivalente ao controle interno nos Ministérios Militares e Órgãos da Presidência da República e dos Poderes Legislativo e Judiciário.*

**OF.CIRC/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 031, DE 25 DE NOVEMBRO DE 1982**

*Transmite cópia de diversos ofícios através dos quais se observa ser possível a aquisição de derivados de petróleo por via de nota de empenho, junto a postos revendedores.*

**OF.CIRC/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 032, DE 25 DE NOVEMBRO DE 1982**

*Comunica ter sido autorizada, em caráter excepcional, a concessão de suprimento de fundos, nas condições descritas no ofício nº 157, da mesma data, dirigido à Secretaria de Controle Interno do Ministério da Saúde, em favor da diretoria da SUCAM no Estado de Mato Grosso do Sul.*

**OF.CIRC/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 033, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1982**

*Dirigido às Delegacias-Regionais de Contabilidade e Finanças, encaminhando formulário padronizado para que sejam feitas as indicações para os provimentos das vagas em comissão e funções de confiança dos titulares e substitutos daquelas Delegacias nos Estados.*



DE CIRCULACIÃO Nº 012, DE 12 DE NOVEMBRO DE 1982

DE CIRCULACIÃO Nº 011, DE 09 DE NOVEMBRO DE 1982

quando se observou a ocorrência de um acidente de trânsito, envolvendo um veículo de propriedade da empresa, que se chocou com uma barreira de concreto.

DE CIRCULACIÃO Nº 032, DE 25 DE NOVEMBRO DE 1982

relacionada a ocorrência de um acidente de trânsito, envolvendo um veículo de propriedade da empresa, que se chocou com uma barreira de concreto.

DE CIRCULACIÃO Nº 033, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1982

Relatório de Departamento de Engenharia de Tráfego, sobre a ocorrência de um acidente de trânsito, envolvendo um veículo de propriedade da empresa, que se chocou com uma barreira de concreto.

**OF.CIRC/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 034, DE 03 DE DEZEMBRO DE 1982**

*Registra entendimento firmado entre a Secretaria-Central de Controle Interno e o Banco do Brasil S.A., a respeito da disciplina de entrega dos extratos de contas bancárias mantidas pelos Ministérios Civis e Órgãos da Presidência da República e dos Poderes Legislativo e Judiciário.*

**OF.CIRC/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 035, DE 21 DE DEZEMBRO DE 1982**

*Relembra dispositivo legal (artigo 14, parágrafo 2º do Decreto-lei nº 200/87), para reafirmar como obrigatória a identificação do favorecido na emissão de cheques bancários pelos órgãos da administração direta e entidades da administração indireta.*

**OF.CIRC/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 036, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1982**

*Retransmite às Delegacias-Regionais de Contabilidade e Finanças nos Estados expedientes recebidos do Departamento de Administração da Secretaria de Planejamento, referentes a recursos materiais e instalações daquelas Delegacias (Comissão de Inventário) e à organização de um núcleo no DA/SEPLAN voltado ao atendimento das necessidades-meio das DECOF's.*



PROCESSAMENTO DE DADOS





## PROCESSAMENTO DE DADOS

### INTRODUÇÃO

Durante o exercício de 1982, a Secretaria de Processamento de Dados-DAPRO, além da manutenção dos sistemas já implantados e em execução, voltados essencialmente às lides do Balanço-Geral da União, também teve destacada atuação na área de Desenvolvimento de novos sistemas, bem como na área de Produção, com destaque para modernização e ampliação do parque computacional ora instalado.

### DESENVOLVIMENTO

Em face da implementação das Delegacias-Regionais de Contabilidade e Finanças-DECOP's, em todos os Estados, exceto Mato Grosso do Sul e Rondônia, ocorrida em 28/09/82 e das modificações que seriam introduzidas no Sistema de Controle Interno, em decorrência da publicação da IN/SECIN/SEPLAN/PR/Nº 004, de 30/08/82, surgiu a necessidade de se desenvolver um Sistema dotado de filosofia amoldada à nova realidade do Controle Interno

O novo Sistema é composto de quatro módulos, a saber:

**MÓDULO I** - *Contabilidade e Execução Orçamentária Analítica.*  
*Este módulo foi desenvolvido para atender às Delegacias-Regionais de Contabilidade e Finanças-DECOP's em seus procedimentos diários.*  
*Em virtude da existência de dois modelos de computador, CORRA-400 e CORRA-410, o MÓDULO I foi desenvolvido nas duas versões.*



## **MÓDULO II - 1.<sup>a</sup> consolidação -**

*Consolidação dos órgãos integrantes (Ministérios Cíveis além dos seguintes órgãos da Presidência da República: DASP e SEPLAN).*

*Este módulo faz a consolidação das informações obtidas nos estados através das DECOF's/SECIN, com as informações prestadas pelas DECOF's/CIBET's no Distrito Federal.*

## **MÓDULO III - Consolidação Geral -**

*Consolidação dos órgãos integrantes com os órgãos afins (Ministérios Militares, Órgãos do Poder Legislativo e Judiciário, e demais Órgãos da Presidência da República exceto DASP e SEPLAN).*

*Este módulo consolida as informações obtidas com saída do módulo II, com as informações prestadas pelos órgãos afins.*

## **MÓDULO IV - Extração dos Balanços-Gerais -**

*Este módulo emite todos os relatórios que integram os Balanços-Gerais da União, além de outros para consulta.*

*O desenvolvimento também foi dividido em três fases.*

O Módulo I encontra-se totalmente desenvolvido e testado, com a implantação confirmada para o primeiro trimestre de 1983.

Atenderá às DECOF's/SECIN e DECOF's dos Ministérios da Fazenda, Saúde, Educação e Cultura, Trabalho, Justiça, Comunicações, Aeronáutica, Secretaria de Planejamento da Presidência da República e Conselho de Segurança Nacional, que solicitaram a transferência da programação e os respectivos manuais técnicos.





As outras duas fases do Sistema, Módulo II e Módulo III, estão atualmente em desenvolvimento, com implantação prevista para final de abril de 1983.

## ÁREA DE PRODUÇÃO

### EQUIPAMENTOS

Em virtude do crescimento das informações processadas nos Estados do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais, foi necessária a implementação de dois novos computadores COBRA/530 - 1530 conforme aquisição feita à COBRA COMPUTADORES E SISTEMAS BRASILEIROS S/A. Desta forma as DECOF's de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul e a SECIN, no Distrito Federal, contam atualmente com equipamentos COBRA/530 e as demais DECOF's com equipamento COBRA/400 II. Graças a esta aquisição os dois COBRA/400 II, ora instalados nas DECOF's de Minas Gerais e Rio Grande do Sul, serão transferidos para as DECOF's do Acre e Mato Grosso do Sul. Desta forma, a partir de 1983 todas as DECOF's/SECIN estarão equipadas com um computador capaz de atender à demanda de seu serviço.

Para fazer face aos processamentos em volumes significativamente aumentados pelas tarefas a seu cargo, foram adquiridas duas placas de 64 K-bytes de extensão de memória real, ficando assim a Unidade Central de Processamento (UCP) com 384 K-bytes de memória real e uma impressora de linha com capacidade de impressão de 1200 LPM (linha por minuto).

### INSTALAÇÕES

As instalações físicas dos CPD's do Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília foram concluídas e oferecem, hoje, melhores



condições de trabalho aos técnicos e maior segurança aos equipamentos.

Foram iniciados os estudos visando a concretizar, ainda no exercício de 1983 e conforme entendimentos mantidos, a instalação de um terminal de vídeo nas dependências do Tribunal de Contas da União, ligado remotamente ao computador da Secretaria-Central de Controle Interno. Desta forma, todos os dados estarão à disposição daquela Corte para coleta de informações a qualquer instante.

Até que esta medida seja consumada, a SECIN prestará as informações através de remessa de fita magnética.

#### TREINAMENTO

A fim de manter atualizado o pessoal envolvido no sistema foi realizado o treinamento que, de acordo com a população-alvo, teve lugar em duas etapas. A primeira teve como clientes as DAPRO's dos Ministérios e Órgãos e realizou-se em Brasília. A segunda, foi endereçada às DECOF's da SECIN e teve lugar em 5 capitais de Estado: São Paulo, Florianópolis, Belém, Natal e Salvador, nelas concentradas as DECOF's dos Estados vizinhos.





ANEXOS



## ANEXOS - INDEXAÇÃO

PÁGINA	DATA	INSTRUMENTO LEGAL
77	29/11/82	DECRETO-LEI N° 1.970
78	19/01/82	DECRETO N° 86.863
81	28/09/82	PORTARIA MINISTERIAL N° 162
83	24/11/82	PORTARIA MINISTERIAL N° 233
86	22/11/82	PORTARIA SECIN/N° 03
87	08/01/82	INSTRUÇÃO NORMATIVA SECIN/N° 001
89	22/04/82	INSTRUÇÃO NORMATIVA SECIN/N° 002
93	27/05/82	INSTRUÇÃO NORMATIVA SECIN/N° 003
95	08/11/82	INSTRUÇÃO NORMATIVA SECIN/N° 005
96	10/12/82	INSTRUÇÃO NORMATIVA SECIN/N° 006
121	23/12/82	INSTRUÇÃO NORMATIVA SECIN/N° 007





DECRETO-LEI Nº 1.970, DE 29 DE NOVEMBRO DE 1982

Elimina as frações de Cruzeiro nas operações de natureza orçamentária, financeira e contábil.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 55, item II, da Constituição,

D E C R E T A:

Art. 1º - Nas operações realizadas em moeda nacional, de natureza orçamentária, financeira e contábil, em que figurem órgãos e entidades da administração direta e indireta da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, bem como as fundações por estes mantidas ou instituídas, serão desprezadas, no resultado final dos cálculos, as frações de Cruzeiro (Cr\$).

Art. 2º - Este Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 29 de novembro de 1982: 161º da Independência e 94º da República.

JOÃO FIGUEIREDO  
DELFIN NETTO  
HÉLIO BELTRÃO



DECRETO Nº 86.863, DE 19 DE JANEIRO DE 1982

Altera o Decreto nº 79.208, de 07 de fevereiro de 1977, que dispõe sobre a composição das Categorias Direção Superior e Assessoramento Superior, do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, da Tabela Permanente da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, e dá outras providências.

**O Presidente da República**, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, III e V, da Constituição,

**D E C R E T A:**

Art. 1º — São criadas e incluídas na Tabela Permanente da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, de que trata o Decreto nº 79.208, de 07 de fevereiro de 1977, funções de confiança das Categorias Direção Superior, Código LT-DAS.101, e Assessoramento Superior, Código LT-DAS.102, do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, Código LT-DAS.100, na forma do Anexo I.

Art. 2º — Ficam extintas, na Tabela Permanente da Secretaria de Planejamento, as seguintes funções de confiança:

- 1 (uma) de Inspetor-Geral de Finanças, LT-DAS.101.4, e
- 3 (três) de Assessor do Inspetor-Geral de Finanças, LT-DAS.102.1.





Art. 3º — São criadas funções, na forma do Anexo II, para composição das categorias Direção Intermediária, Código DAI-111. e Assistência Intermediária, Código DAI-112, do Grupo-Direção e Assistência Intermediárias, Código DAI-110, do Quadro Permanente da Secretaria de Planejamento da Presidência da República.

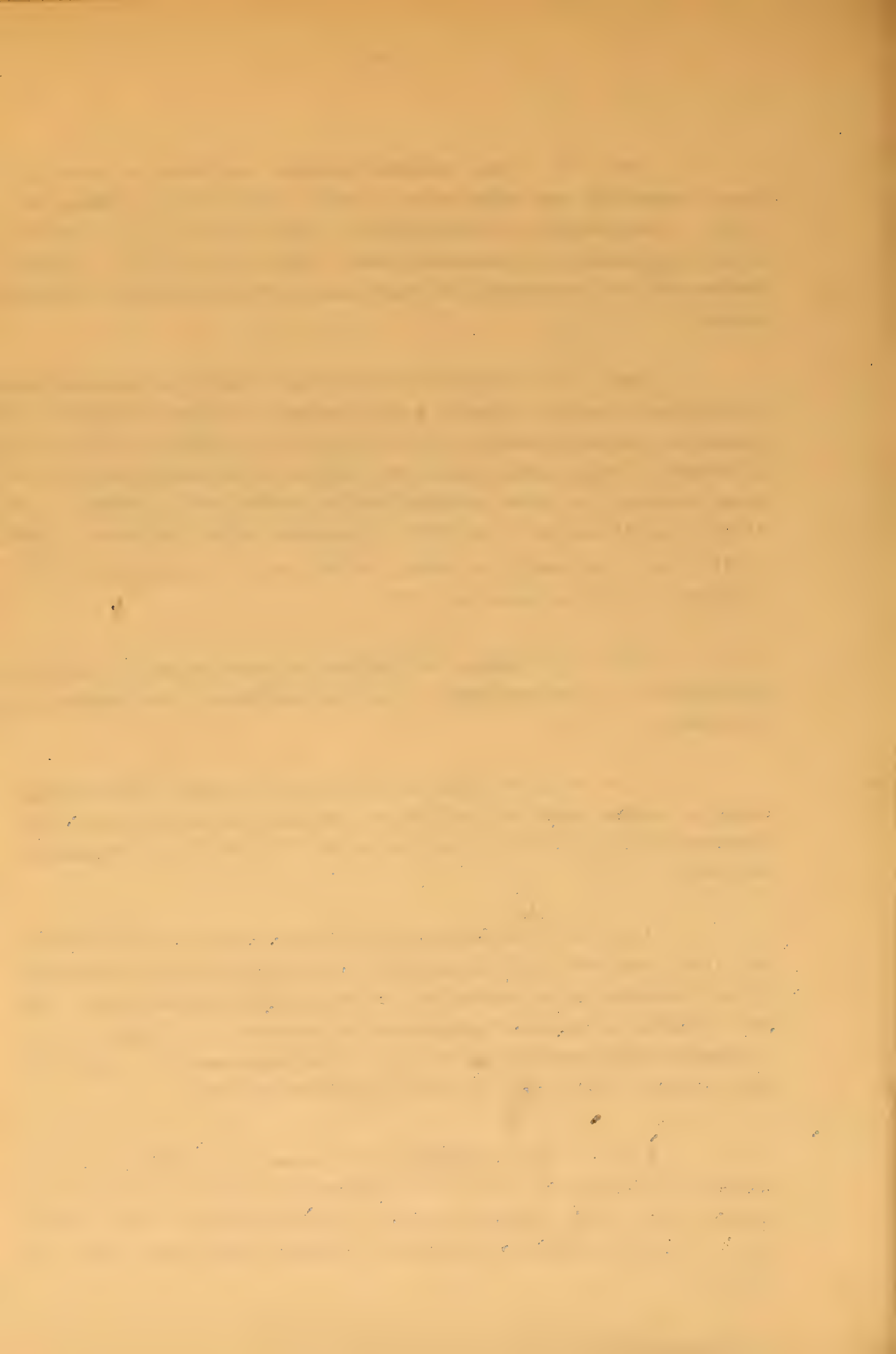
Art. 4º — O Ministro de Estado-Chefe da Secretaria de Planejamento poderá dispor, para atender ao desenvolvimento de trabalhos caracterizados pelo alto nível de especificidade, complexidade e responsabilidade, de funções de assessoramento, de grau superior, a serem preenchidas de acordo com o Decreto nº 75.627, de 18 de abril de 1975, alterados pelos Decretos nºs 77.475, de 23 de abril de 1976, 79.398, de 15 de março de 1977, e 79.824, de 20 de junho de 1977.

§ 1º — O número de funções de assessoramento será estabelecido de conformidade com as necessidades, devidamente justificadas.

§ 2º — Os valores de retribuição mensal das funções a que se refere este artigo são os resultantes da aplicação do disposto no artigo 2º do Decreto nº 86.772, de 22 de dezembro de 1981.

Art. 3º — Os Ministérios Civis, dentro de 30 (trinta) dias, proporão, por intermédio da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, as alterações necessárias em seus Quadros e Tabelas Permanentes de Pessoal, por força da estrutura-padrão prevista no artigo 12 do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 85.234, de 06 de outubro de 1980.

§ 1º — Os Ministérios Militares e os Órgãos de que tratam os artigos 40, 44 e 50 de Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, poderão propor a reformulação de suas unidades de controle interno, guardada a proporcionalidade dos encargos.



§ 2º — A implantação de unidades de controle interno, nos termos do parágrafo anterior, obedecerá ao disposto no § 2º do artigo 2º do Decreto nº 85.234, de 06 de outubro de 1980.

Art.6º — As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão à conta das dotações orçamentárias da Secretaria de Planejamento da Presidência da República.

Art.7º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília-DF, em 19 de j a n e i r o de 1982 ;  
161º da Independência e 94º da República.





Portaria n.º 162 , de 28 de Setembro de 1982

O Ministro de Estado-Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, em cumprimento ao disposto nos artigos 23 e 24 do Decreto nº 84.362, de 31 de dezembro de 1979 e no uso das atribuições que lhe confere o § 1º, do artigo 2º, do Decreto nº 85.234, de 06 de outubro de 1980, resolve

1. **IMPLEMENTAR** as Delegacias-Regionais de Contabilidade e Finanças-DECOF, integrantes da estrutura da Secretaria-Central de Controle Interno-SECIN, desta Secretaria de Planejamento, sediadas em cada capital de Estado, cumprindo-lhes produzir as operações de contabilidade analítica dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, praticados por unidade orçamentária ou administrativa civil, localizada em qualquer ponto do território nacional, exclusive o Distrito Federal.

1.1. Os serviços de contabilidade analítica a cargo dos Territórios do Amapá e de Roraima são de competência das Delegacias-Regionais de Contabilidade e Finanças nos Estados do Pará e Amazonas, respectivamente.



1.2. Ficam jurisdicionadas às Delegacias-Regionais de Contabilidade e Finanças nos Estados de Goiás e São Paulo, em caráter transitório, as atividades de contabilidade analítica inerentes aos Estados de Rondônia e Mato Grosso do Sul, respectivamente.

2. Derrogar as atribuições das atuais Inspetorias-Seccionais de Finanças, dos Núcleos de Contabilidade e das demais unidades de atribuições equivalentes, cujos recursos humanos, materiais, instalações e bens disponíveis, são considerados transferidos à lotação e ao acervo das Delegacias-Regionais de Contabilidade e Finanças, em suas respectivas sedes.

2.1. As despesas com pessoal civil e suas repercussões, inclusive diárias, encargos previdenciários e trabalhistas, efetuar-se-ão com ônus para os órgãos de origem dos servidores, até que a nova estrutura possa assumir tais incumbências, excetuando-se as decorrentes do provimento de cargos em comissão ou funções de confiança dos Grupos-Direção e Assessoramento Superior (LT-DAS-100) ou Direção e Assistência Intermediária (DAI-110), de que trata o Decreto nº 86.863, de 19 de janeiro de 1982.

3. Os recursos orçamentários dotados a programas a cargo de Inspetorias-Seccionais de Finanças e Núcleos de Contabilidade, nos exercícios financeiros de 1982 e 1983, serão transferidos pelos respectivos Ministérios Cíveis, sob destaque, à Secretaria-Central de Controle Interno-SECIN, para aplicação em despesas junto às Delegacias-Regionais de Contabilidade e Finanças nos correspondentes Estados.

4. É o Secretário-Central de Controle Interno autorizado a baixar ou promover a expedição de atos complementares necessários à aplicação da presente Portaria.

5. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ FLÁVIO PÉCORA





Portaria n.º 233 , de 24 de novembro de 1982

**O Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República.** em cumprimento ao disposto nos artigos 22 e 24 do Decreto nº 84.362, de 31 de dezembro de 1979 e no uso das atribuições que lhe confere o parágrafo 1º, do artigo 2º, do Decreto nº 85.234, de 06 de outubro de 1980, resolve

**IMPLEMENTAR** as Delegacias Regionais de Auditoria, integrantes da estrutura da Secretaria-Central de Controle Interno desta Secretaria de Planejamento, com sede no DISTRITO FEDERAL e nas capitais dos Estados: AMAZONAS, BAHIA, CEARÁ, MINAS GERAIS, PARÁ, PERNAMBUCO, RIO GRANDE DO SUL, RIO DE JANEIRO e SÃO PAULO, cumprindo-lhes produzir os trabalhos de auditoria contábil e de auditoria de programas e visando a assegurar eficácia aos controles interno e externo.

1.1. As atividades de auditoria em Unidade Federativa que não tenha sede de Delegacia serão realizadas segundo a jurisdição estabelecida no Anexo desta Portaria.



2. CONSIDERAR desativadas as atuais Divisões de Auditoria dos Ministérios Cíveis, do Departamento Administrativo do Serviço Público-DASP e da própria Secretaria de Planejamento-SEPLAN, cujos recursos humanos, materiais, instalações e bens disponíveis são ora transferidos à lotação e ao acervo das Delegacias Regionais de Auditoria.

2.1. Correrão à conta dos órgãos de origem as despesas com o pessoal de que se trata, inclusive diárias, encargos previdenciários e trabalhistas, excetuadas as referentes ao Grupo-Direção e Assessoramento Superiores (DAS-100) e Direção e Assistência Intermediárias (DAI-110), a que se refere o Decreto nº 86.863, de 19 de janeiro de 1982.

3. Os recursos orçamentários dotados a programas a cargo de Divisões de Auditoria, no exercício financeiro de 1983, serão transferidos pelos respectivos Ministérios Cíveis e Departamento Administrativo do Serviço Público, sob destaque, à Secretaria-Central de Controle Interno, para aplicação em despesas junto às Delegacias Regionais de Auditoria.

4. É o Secretário-Central de Controle Interno autorizado a baixar ou promover a expedição de atos complementares necessários à aplicação da presente Portaria.

5. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ANTONIO DELFIM NETTO





ANEXO A PORTARIA GM/SEPLAN/Nº 233

DELEGACIA REGIONAL DE AUDITORIA (DERAU)	UNIDADES FEDERATIVAS (Jurisdicionamento das Atividades de Auditoria)
01 - DERAU/AMAZONAS	Amazonas, Acre, Mato Grosso, Rondônia e Roraima
02 - DERAU/BAHIA	Bahia e Sergipe
03 - DERAU/CEARÁ	Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte
04 - DERAU/DISTRITO FEDERAL	Distrito Federal e Goiás
05 - DERAU/MINAS GERAIS	Minas Gerais e Espírito Santo
06 - DERAU/PARÁ	Pará, Maranhão e Amapá
07 - DERAU/PERNAMBUCO	Pernambuco, Alagoas e Paraíba
08 - DERAU/RIO GRANDE DO SUL	Rio Grande do Sul e Santa Catarina



Portaria nº 03, de 22 de novembro de 1982

**O SECRETÁRIO-CENTRAL DE CONTROLE INTERNO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos artigos 13, II, e 23, do Regimento Interno desta Secretaria, aprovado pela Portaria GM/SEPLAN/PR/Nº 008, de 20 de janeiro de 1981, e no item 4, da Portaria GM/SEPLAN/PR/Nº 162, de 28 de setembro de 1982, resolve:

**INSTITUIR** Representações desta Secretaria-Central de Controle Interno nos Territórios Federais do Amapá e de Roraima, sem onus.

2. Os trabalhos desenvolvidos pelas referidas Representações ficam jurisdicionados às Delegacias-Regionais de Contabilidade e Finanças nos Estados do Pará e Amazonas, respectivamente.

3. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO DE OLIVEIRA





## INSTRUÇÃO NORMATIVA SECIN/SEPLAN/PR/Nº 001, DE 08 DE JANEIRO DE 1982

O SECRETÁRIO-CENTRAL DE CONTROLE INTERNO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 11 do Decreto nº 84.362, de 31 de dezembro de 1979, resolve:

E X P E D I R a presente Instrução Normativa com a finalidade de disciplinar a composição dos processos de prestação e tomada-de-contas da Administração Federal, a partir do exercício financeiro de 1981, inclusive.

2. A elaboração dos processos de prestação e tomada-de-contas obedecerá às normas constantes da Instrução Normativa SECIN/Nº 001, de 02 de fevereiro de 1981, alterando-se apenas a letra i do item 2, referente ao demonstrativo de Auxílios, Subvenções e Contribuições, que fica substituído pelo Modelo nº 9, anexo, no qual se identificarão, acumuladamente, os recursos do próprio exercício e os de exercícios anteriores.

3. Os balancetes financeiro e patrimonial de que tratam as letras d e e do mesmo item 2 daquela Instrução Normativa são relativos às operações compreendidas até 31 de dezembro, excluídos os lançamentos do encerramento (balanço) de tais operações.

4. As Secretarias de Controle Interno e Unidades de atribuição equivalente, respeitado o que dispõe a Instrução Normativa SECIN/Nº 001/81, poderão incluir outras peças nos processos de prestação e tomada-de-contas, para atender às peculiaridades de cada Ministério ou Órgão.

FERNANDO DE OLIVEIRA  
Respondendo pela Secretaria-Central  
de Controle Interno



# EXERCÍCIO DE 198\_

## DEMONSTRATIVO DE AUXÍLIOS, SUBVENÇÕES E CONTRIBUIÇÕES

B E N E F I C I A D O	E N T R E G A		C O M P R O V A Ç Ã O		IMPUGNAÇÃO ACUMULADA ATÉ O EXERCÍCIO 5	SALDO A COMPROVAR 6=2-(4-5)
	NO EXERCÍCIO 1	ATÉ O EXERCÍCIO (ACUMULADA) 2	NO EXERCÍCIO 4	ATÉ O EXERCÍCIO (ACUMULADA) 5		
"A"	200	800	300	400	50	450
"B"	1500	2200	700	700	100	1600
"C"	-	1000	800	900	80	180
"D"	500	500	-	-	-	500
TOTAL	2200	4500	1800	2000	230	2730

Órgão Contábil - Local e Data

a) \_\_\_\_\_  
NOME E CARGO

Tomador das Contas

a) \_\_\_\_\_  
Chefe da Seção de Tomada de Contas





## INSTRUÇÃO NORMATIVA SECIN/SEPLAN/PR/Nº 002, DE 22 DE ABRIL DE 1982

O SECRETÁRIO-CENTRAL DE CONTROLE INTERNO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 21 do Decreto nº 84.362, de 31 de dezembro de 1979, combinado com o artigo 1º, I, do Regimento Interno implementado pela Portaria Ministerial nº 8, de 20 de janeiro de 1981, resolve

DISCIPLINAR a distribuição, consoante Anexo, de exemplares dos Balanços-Gerais da União, elaborados por esta Secretaria-Central de Controle Interno e compostos de:

- I - (1º Volume) - BALANÇOS-GERAIS DA UNIÃO, compreendendo:
  - a) Balanço Orçamentário, onde se refletem as receitas previstas e as despesas autorizadas, postas em confronto com as realizadas e identificando o resultado obtido;
  - b) Balanço Financeiro, que espelha as receitas e despesas orçamentárias, os ingressos e dispêndios extraorçamentários e as disponibilidades financeiras;
  - c) Balanço Patrimonial, que demonstra o Ativo e o Passivo Financeiro, o Ativo e o Passivo Permanente, o Saldo Patrimonial e as Contas de Compensação.
- II - (2º Volume com seus Tomos) - DEMONSTRAÇÃO ANALÍTICA DA DESPESA, em que se espelha a Despesa Autorizada, a Despesa Realizada e as posições de Restos a Pagar e de Créditos não Utilizados;
- III - (3º Volume) - BALANÇOS DAS ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA, onde se demonstram os resultados incorporados aos Balanços-Gerais da União; e



IV - (4º Volume) - RELATÓRIO das Atividades Administrativas (Parte I) e sobre a Execução do Orçamento e a Situação da Administração Financeira Federal (Parte II).

Revogam-se, em decorrência, as Portarias nºs 32, de 26 de abril de 1977, e 58, de 17 de outubro de 1977, da Inspeção-Geral de Finanças do Ministério da Fazenda.

FERNANDO DE OLIVEIRA  
Secretário-Central de Controle Interno



## ANEXO À INSTRUÇÃO NORMATIVA SECIN/SEPLAN/PR/Nº 002, DE 22/04/82

## BALANÇOS-GERAIS DA UNIÃO

(conjunto)

DESTINATÁRIOS	ENCADERNAÇÃO	
	COURO	COMUM
<u>PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA</u>		
Presidente da República (pessoal)	1	-
Presidente da República-p/Congresso Nacional	1	-
Presidente da República-p/Tribunal de Contas da União	1	-
Gabinete da Presidência da República	-	1
Gabinete da Vice-Presidência da República	-	1
Conselho de Segurança Nacional	-	1
Consultoria-Geral da República	-	1
Estado Maior das Forças Armadas	-	1
Secretaria de Planejamento-SEPLAN/PR		
Ministro-Chefe (pessoal)	1	-
Secretaria-Geral	1	-
Secretaria de Controle das Empresas Estatais	-	1
Secretaria de Orçamento e Finanças	-	3
Instituto de Planejamento Econômico e Social		
IPEA	-	1
IPLAN	-	1
Secretaria-Central de Controle Interno		
Gabinete do Secretário	1	-
Secretaria de Administração Financeira	1	-
Secretaria de Contabilidade	1	-
Secretaria de Auditoria	1	-
Secretaria de Processamento de Dados	1	-
Secretaria de Normas e Desenvolvimento	1	-
Delegacias-Regionais de Contabilidade e Finanças	-	23
Fundação IBGE	-	3
<u>TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO</u>		
Gabinete dos Ministros	-	9
Ministro-Relator	-	1
<u>MINISTÉRIO DA FAZENDA</u>		
Ministro	1	-
Secretaria da Receita Federal	-	1
Secretaria de Planejamento e Orçamento	-	1
<u>SECRETARIAS DE CONTROLE INTERNO E ÓRGÃOS EQUIVALENTES</u>		
Do Poder Executivo:		
Departamento Administrativo do Serviço Público-DASP	-	1
Secretaria de Planejamento	-	1
Serviço Nacional de Informações	-	1
Ministérios:		
Aeronáutica	-	1
Agricultura	-	1
Comunicações	-	1
Educação e Cultura	-	1
Exército	-	1
Fazenda	-	1
Indústria e do Comércio	-	1
Interior	-	1





D E S T I N A T Á R I O S	ENCADERNAÇÃO	
	COURO	COMUM
Justiça	-	1
Marinha	-	1
Minas e Energia	-	1
Previdência e Assistência Social	-	1
Relações Exteriores	-	1
Saúde	-	1
Trabalho	-	1
Transportes	-	1
Do Poder Legislativo:	-	1
Câmara dos Deputados	-	1
Senado Federal	-	1
Tribunal de Contas da União	-	1
Do Poder Judiciário:	-	1
Conselho da Justiça Federal	-	1
Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	-	1
Superior Tribunal Militar	-	1
Supremo Tribunal Federal	-	1
Tribunal Federal de Recursos	-	1
Tribunal Superior Eleitoral	-	1
Tribunal Superior do Trabalho	-	1
<u>ESTABELECIMENTOS FINANCEIROS</u>		
Banco do Brasil S.A.	-	1
Banco Central do Brasil	-	1
Presidência	-	1
Departamento Econômico	-	1
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico	-	1
Caixa Econômica Federal	-	1
<u>COLEGIADOS E ORGANISMOS</u>		
Comissão de Coordenação e Implementação de Técnicas Financeiras-COCITEF	-	1
Comissão de Programação Financeira	-	1
Fundação Getúlio Vargas	-	1
Fundo Monetário Internacional	-	1
<u>BIBLIOTECAS</u>		
Biblioteca Nacional	1	-
Escola de Administração Fazendária	1	-
Escola de Guerra Naval	1	-
Escola Nacional de Informações	1	-
Escola Superior de Guerra	1	-
Ministério da Fazenda	1	-
Secretaria de Planejamento da Presidência da República	1	-
<u>ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS</u>		
Secretarias de Fazenda ou Finanças-DF e Estados	-	24
Territórios do Amapá e de Roraima	-	2
S O M A S	19	113



## INSTRUÇÃO NORMATIVA SECIN/SEPLAN/Nº 003, DE 27 DE MAIO DE 1982

O SECRETÁRIO-CENTRAL DE CONTROLE INTERNO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 11 do Decreto nº 84.362, de 31 de dezembro de 1979, aliado ao artigo 13, II, do Regimento Interno expedido pela Portaria Ministerial nº 008, de 20 de janeiro de 1981, e, ainda, ao disposto no artigo 8º do Decreto-Lei nº 1.815, de 09 de dezembro de 1980, resolve

DELEGAR competência a Secretários de Controle Interno e autoridades de atribuição equivalente para, observada a disciplina da Instrução Normativa SECIN/SEPLAN/Nº 003, de 23 de fevereiro de 1981, reconhecer "Despesas de Exercícios Anteriores" classificáveis nos seguintes elementos e sub-elementos de despesa:

- I) 3.1.9.2.00 - Despesas de Exercícios Anteriores, correspondentes, originariamente, ao elemento 3.1.1.0.00 - Pessoal e abrangendo as seguintes divisões:
  - 3.1.1.1.00 - Pessoal Civil;
  - 3.1.1.2.00 - Pessoal Militar; e
  - 3.1.1.3.00 - Obrigações Patronais;





II) 3.2.9.2.00 - Despesas de Exercícios Anteriores, correspondentes, originariamente, ao elemento 3.2.5.0.00 - Transferências a Pessoas e abrangendo as seguintes divisões:

3.2.5.1.00 - Inativos;

3.2.5.2.00 - Pensionistas; e

3.2.5.3.00 - Salário-Família.

2. As demais "Despesas de Exercícios Anteriores" classificáveis no código 3.1.9.2.00 e correspondentes originariamente a outras Despesas de Custeio, assim como aquelas classificáveis no código 3.2.9.2.00, derivadas de outras Transferências Correntes, não abrangidas expressamente pelo tópico anterior, continuarão a ser reconhecidas pela Secretaria-Central de Controle Interno.

3. Continuarão, também, a ser reconhecidas pela Secretaria-Central de Controle Interno as "Despesas de Exercícios Anteriores" classificáveis nos elementos 4.1.9.2.00, 4.2.9.2.00 e 4.3.9.2.00, decorrentes, originária e respectivamente, dos elementos 4.1.0.0.00 - Investimentos, 4.2.0.0.00 - Inversões Financeiras e 4.3.0.0.00 - Transferências de Capital, com suas subdivisões.

FERNANDO DE OLIVEIRA

Secretário-Central de Controle Interno



## INSTRUÇÃO NORMATIVA SECIN/SEPLAN/PR/Nº 005, DE 08 DE NOVEMBRO DE 1982

O SECRETÁRIO-CENTRAL DE CONTROLE INTERNO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 11 do Decreto nº 84.562, de 31 de dezembro de 1979, combinado com o artigo 1º, V, do Regimento Interno expedido pela Portaria nº 008, de 20 de janeiro de 1981, do Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, resolve

A D I T A R a Instrução Normativa SECIN/SEPLAN/PR/Nº 004, de 30 de agosto de 1982, publicada a 31, seguinte e republicada, em 01 de setembro de 1982, com a finalidade de:

- a) dar nova redação ao item 97, que passa a ser assim concebido:

"A Delegacia-Regional de Contabilidade e Finanças do lugar onde serão movimentados os recursos receberá a primeira via de Nota Orçamentária de Destaque e Provisão e a quarta via de Nota Financeira de Repasse e Sub-repasse. Esses documentos, após anotados pela Delegacia, serão diretamente encaminhados à unidade gestora beneficiária, em cujo arquivo permanecerão."

- b) aprovar o modelo "Continuação do Empenho nº..." ora divulgado e que terá a referência SECIN/IN-482 - ANEXO 1 - Continuação.

2. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

FERNANDO DE OLIVEIRA  
Secretário-Central de Controle Interno



INSTRUÇÃO NORMATIVA SECIN/SEPLAN/PR/Nº 006, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1982

O SECRETÁRIO-CENTRAL DE CONTROLE INTERNO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 1º, V, e 13, II, do Regimento Interno expedido pela Portaria nº 008, de 20 de janeiro de 1981, do Ministro de Estado-Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, resolve

CONSOLIDAR, em Anexo, para conhecimento das áreas interessadas, em especial as do sistema de controle interno, a codificação das unidades gestoras jurisdicionadas aos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, para uso em instrumentos e programas relativos à execução orçamentária, financeira e contábil, a partir do exercício de 1983.

2. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

FERNANDO DE OLIVEIRA

Secretário-Central de Controle Interno





CÓDIGO	D E N O M I N A Ç Ã O
	<u>CÂMARA DOS DEPUTADOS</u>
0100.27.01	Câmara dos Deputados
	<u>SENADO FEDERAL</u>
0200.27.01	Senado Federal
0200.27.02	Centro Gráfico
0200.27.03	Centro de Informática e Processamento de Dados
	<u>TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO</u>
0300.03.01	IRCE/AM
0300.05.01	IRCE/PA
0300.07.01	IRCE/MA
0300.08.01	IRCE/PI
0300.09.01	IRCE/CE
0300.10.01	IRCE/RN
0300.11.01	IRCE/PB
0300.12.01	IRCE/PE
0300.13.01	IRCE/AL
0300.15.01	IRCE/SE
0300.16.01	IRCE/BA
0300.17.01	IRCE/MG
0300.18.01	IRCE/ES
0300.19.01	IRCE/MS
0300.20.01	IRCE/RJ
0300.21.01	IRCE/SP
0300.22.01	IRCE/PR
0300.23.01	IRCE/SC
0300.24.01	IRCE/RS
0300.25.01	IRCE/MT
0300.26.01	IRCE/GO
0300.27.01	Departamento de Administração
	<u>SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL</u>
0400.27.01	Supremo Tribunal Federal
	<u>TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS</u>
0500.27.01	Tribunal Federal de Recursos
	<u>SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR</u>
0600.03.01	Auditoria da 12. <sup>a</sup> CJM/AM
0600.05.01	Auditoria da 8. <sup>a</sup> CJM/PA
0600.09.01	Auditoria da 10. <sup>a</sup> CJM/CE
0600.12.01	Auditoria da 7. <sup>a</sup> CJM/PE
0600.16.01	Auditoria da 6. <sup>a</sup> CJM/BA
0600.17.01	Auditoria da 4. <sup>a</sup> CJM/MG
0600.19.01	Auditoria da 9. <sup>a</sup> CJM/MS
0600.20.01	1. <sup>a</sup> Auditoria da Marinha da 1. <sup>a</sup> CJM/RJ
0600.20.02	2. <sup>a</sup> Auditoria da Marinha da 1. <sup>a</sup> CJM/RJ
0600.20.03	1. <sup>a</sup> Auditoria do Exército da 1. <sup>a</sup> CJM/RJ
0600.20.04	2. <sup>a</sup> Auditoria do Exército da 1. <sup>a</sup> CJM/RJ
0600.20.05	3. <sup>a</sup> Auditoria do Exército da 1. <sup>a</sup> CJM/RJ



CÓDIGO	D E N O M I N A Ç Ã O
0600.20.06	1ª Auditoria da Aeronáutica da 1ª CJM/RJ
0600.20.07	2ª Auditoria da Aeronáutica da 1ª CJM/RJ
0600.21.01	1ª Auditoria da 2ª CJM/SP
0600.21.02	2ª Auditoria da 2ª CJM/SP
0600.21.03	3ª Auditoria da 2ª CJM/SP
0600.22.01	Auditoria da 5ª CJM/PR
0600.24.01	1ª Auditoria da 3ª CJM/RS
0600.24.02	2ª Auditoria da 3ª CJM/RS
0600.24.03	3ª Auditoria da 3ª CJM/RS
0600.27.01	Superior Tribunal Militar
0600.27.02	Auditoria de Correição
0600.27.03	Auditoria da 11ª CJM
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL	
0700.01.26	Tribunal Regional Eleitoral/RO
0700.02.24	Tribunal Regional Eleitoral/AC
0700.03.03	Tribunal Regional Eleitoral/AM
0700.05.13	Tribunal Regional Eleitoral/PA
0700.07.10	Tribunal Regional Eleitoral/MA
0700.08.17	Tribunal Regional Eleitoral/PI
0700.09.05	Tribunal Regional Eleitoral/CE
0700.10.19	Tribunal Regional Eleitoral/RN
0700.11.14	Tribunal Regional Eleitoral/PB
0700.12.16	Tribunal Regional Eleitoral/PE
0700.13.02	Tribunal-Regional Eleitoral/AL
0700.15.23	Tribunal Regional Eleitoral/SE
0700.16.04	Tribunal Regional Eleitoral/BA
0700.17.12	Tribunal Regional Eleitoral/MG
0700.18.07	Tribunal Regional Eleitoral/ES
0700.19.25	Tribunal Regional Eleitoral/MS
0700.20.18	Tribunal Regional Eleitoral/RJ
0700.21.22	Tribunal Regional Eleitoral/SP
0700.22.15	Tribunal Regional Eleitoral/PR
0700.23.21	Tribunal Regional Eleitoral/SC
0700.24.20	Tribunal Regional Eleitoral/RS
0700.25.11	Tribunal Regional Eleitoral/MT
0700.26.08	Tribunal Regional Eleitoral/GO
0700.27.01	Tribunal Superior Eleitoral
0700.27.06	Tribunal Regional Eleitoral
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO	
0800.03.01	Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/AM
0800.05.01	Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/PA
0800.09.01	Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região/CE
0800.12.01	Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região/PE
0800.16.01	Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA
0800.17.01	Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG
0800.20.01	Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ
0800.21.01	Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP
0800.22.01	Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região/PR
0800.23.01	Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região/SC
0800.24.01	Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/RS
0800.27.01	Tribunal Superior do Trabalho
0800.27.02	Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região





CÓDIGO	DENOMINAÇÃO
<u>CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL</u>	
0900.02.01	Seção Judiciária/AC
0900.03.01	Seção Judiciária/AM
0900.05.01	Seção Judiciária/PA
0900.07.01	Seção Judiciária/MA
0900.08.01	Seção Judiciária/PI
0900.09.01	Seção Judiciária/CE
0900.10.01	Seção Judiciária/RN
0900.11.01	Seção Judiciária/PB
0900.12.01	Seção Judiciária/PE
0900.13.01	Seção Judiciária/AL
0900.15.01	Seção Judiciária/SE
0900.16.01	Seção Judiciária/BA
0900.17.01	Seção Judiciária/MG
0900.18.01	Seção Judiciária/ES
0900.19.01	Seção Judiciária/MS
0900.20.01	Seção Judiciária/RJ
0900.21.01	Seção Judiciária/SP
0900.22.01	Seção Judiciária/PR
0900.23.01	Seção Judiciária/SC
0900.24.01	Seção Judiciária/RS
0900.25.01	Seção Judiciária/MT
0900.26.01	Seção Judiciária/GO
0900.27.01	Seção Judiciária
<u>TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL</u>	
1000.04.01	Juízo da 1. <sup>a</sup> Circunscrição Judiciária Comarca de Boa Vista/RR
1000.04.02	Juízo da 2. <sup>a</sup> Circunscrição Judiciária Comarca de Caracaraí/RR
1000.06.01	Juízo da 1. <sup>a</sup> Circunscrição Judiciária Comarca de Macapá/AP
1000.06.02	Juízo da 2. <sup>a</sup> Circunscrição Judiciária Comarca de Mazagão/AP
1000.06.03	Juízo da 3. <sup>a</sup> Circunscrição Judiciária Comarca de Amapá/AP
1000.06.04	Juízo da 4. <sup>a</sup> Circunscrição Judiciária - Comarca de Calçoene/AP
1000.06.05	Juízo da 5. <sup>a</sup> Circunscrição Judiciária - Comarca de Oiapoque/AP
1000.27.01	Tribunal de Justiça do D.F.
1000.27.02	Juizado de Menores do D.F.



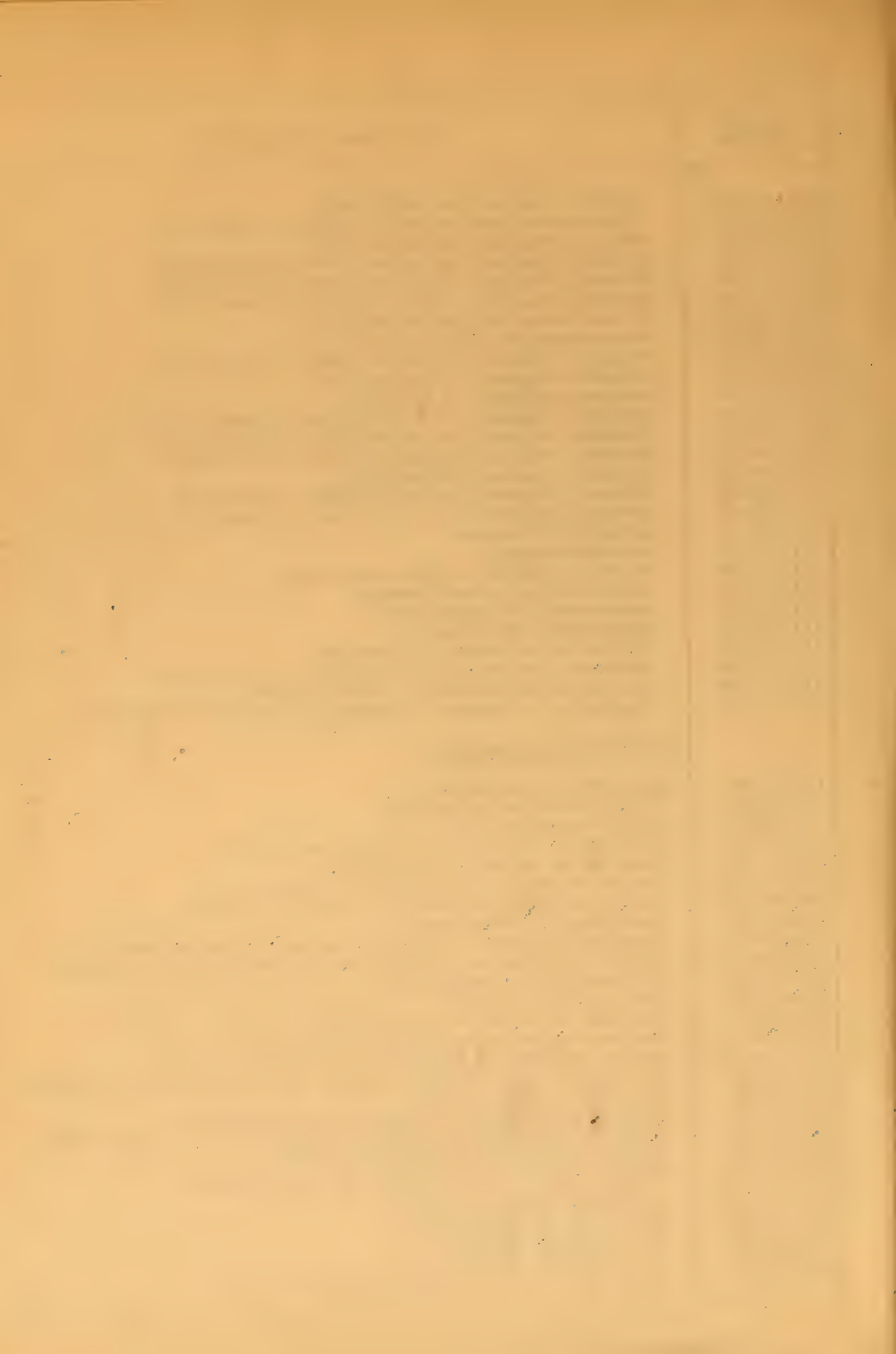
CÓDIGO	D E N O M I N A Ç Ã O
	<u>GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA</u>
1101.27.01	Gabinete da Presidência da República
	<u>GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA</u>
1102.27.01	Gabinete da Vice-Presidência da República
	<u>CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL</u>
1103.05.01	Grupo Executivo das Terras do Araguaia/Tocantins/PA
1103.27.01	Secretaria Especial de Informática
	<u>SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES</u>
1104.27.01	Serviço Nacional de Informações
	<u>ESTADO-MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS</u>
1105.20.01	Escola Superior de Guerra
1105.27.01	Estado-Maior das Forças Armadas
1105.27.02	Hospital das Forças Armadas
	<u>CONSULTORIA-GERAL DA REPÚBLICA</u>
1108.27.01	Consultoria-Geral da República
	<u>DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO</u>
1110.27.01	Departamento de Administração
	<u>ESCOLA NACIONAL DE INFORMAÇÕES</u>
1111.27.01	Escola Nacional de Informações
	<u>SECRETARIA DE PLANEJAMENTO</u>
1113.01.01	Delegacia Regional de Contabilidade e Finanças/RO
1113.02.01	Delegacia Regional de Contabilidade e Finanças/AC
1113.03.01	Delegacia Regional de Contabilidade e Finanças/AM
1113.03.02	Delegacia Regional de Auditoria/AM
1113.04.01	Representação da Secretaria-Central de Controle Interno/RR
1113.05.01	Delegacia Regional de Contabilidade e Finanças/PA
1113.05.02	Delegacia Regional de Auditoria/PA
1113.06.01	Representação da Secretaria-Central de Controle Interno/AP
1113.07.01	Delegacia Regional de Contabilidade e Finanças/MA
1113.08.01	Delegacia Regional de Contabilidade e Finanças/PI
1113.09.01	Delegacia Regional de Contabilidade e Finanças/CE
1113.09.02	Delegacia Regional de Auditoria/CE
1113.10.01	Delegacia Regional de Contabilidade e Finanças/RN
1113.11.01	Delegacia Regional de Contabilidade e Finanças/PB
1113.12.01	Delegacia Regional de Contabilidade e Finanças/PE
1113.12.02	Delegacia Regional de Auditoria/PE
1113.12.03	Delegacia Regional da SEPLAN/PE
1113.13.01	Delegacia Regional de Contabilidade e Finanças/AL
1113.15.01	Delegacia Regional de Contabilidade e Finanças/SE
1113.16.01	Delegacia Regional de Contabilidade e Finanças/BA



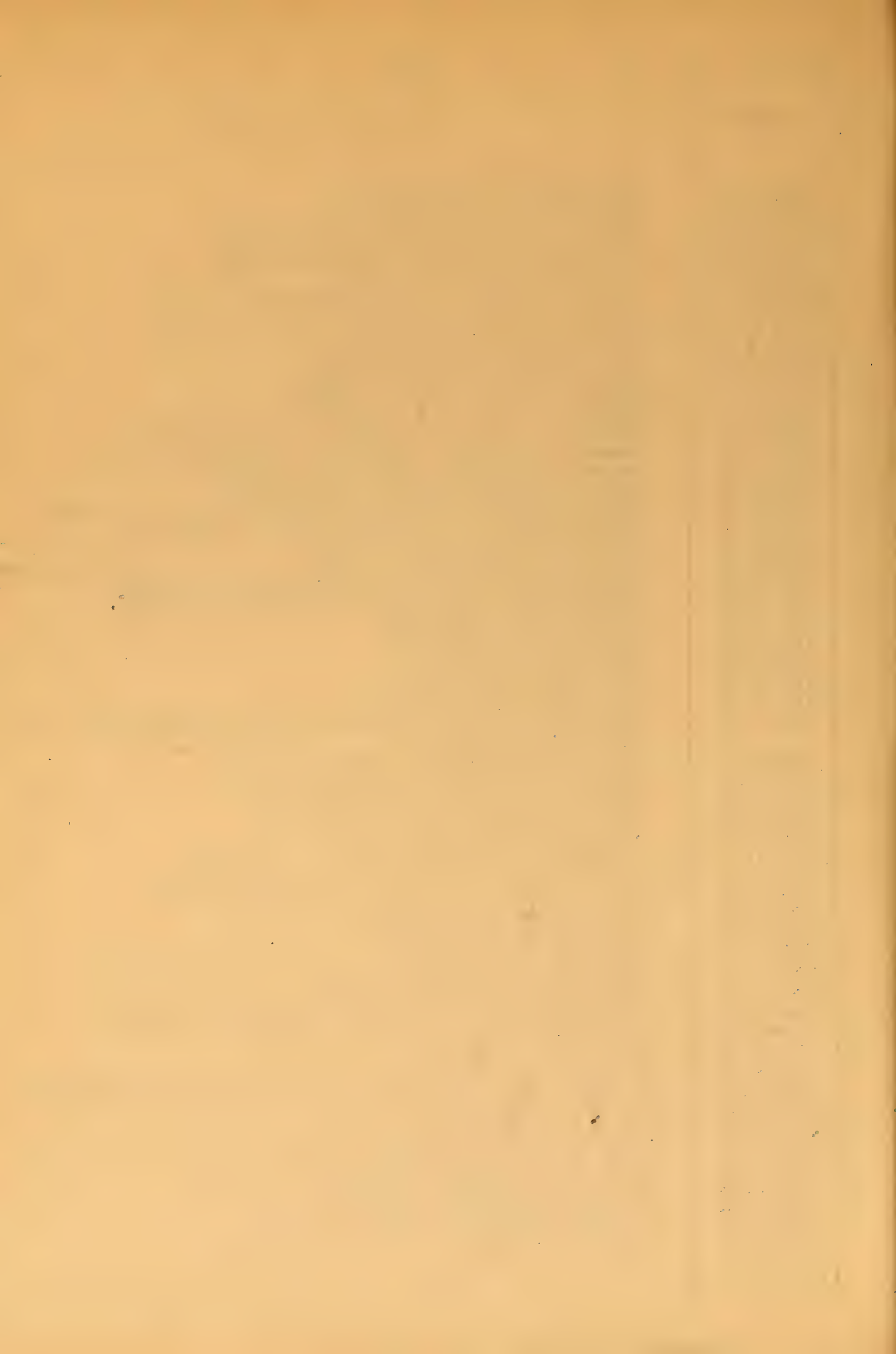


CÓDIGO	D E N O M I N A Ç Ã O
1113.16.02	Delegacia Regional de Auditoria/BA
1113.17.01	Delegacia Regional de Contabilidade e Finanças/MG
1113.17.02	Delegacia Regional de Auditoria/MG
1113.18.01	Delegacia Regional de Contabilidade e Finanças/ES
1113.19.01	Delegacia Regional de Contabilidade e Finanças/MS
1113.20.01	Delegacia Regional de Contabilidade e Finanças/RJ
1113.20.02	Delegacia Regional de Auditoria/RJ
1113.20.03	Departamento de Administração/RJ
1113.21.01	Delegacia Regional de Contabilidade e Finanças/SP
1113.21.02	Delegacia Regional de Auditoria/SP
1113.21.03	Delegacia Regional da SEPLAN/SP
1113.22.01	Delegacia Regional de Contabilidade e Finanças/PR
1113.23.01	Delegacia Regional de Contabilidade e Finanças/SC
1113.24.01	Delegacia Regional de Contabilidade e Finanças/RS
1113.24.02	Delegacia Regional Auditoria/RS
1113.25.01	Delegacia Regional de Contabilidade e Finanças/MT
1113.26.01	Delegacia Regional de Contabilidade e Finanças/GO
1113.27.01	Gabinete do Ministro
1113.27.02	Secretaria-Geral
1113.27.03	Secretaria-Central de Controle Interno
1113.27.04	Secretaria de Controle Interno
1113.27.05	Departamento de Administração
1113.27.06	Departamento de Pessoal
1113.27.07	Divisão de Segurança e Informações
1113.27.08	Secretaria de Articulação com Estados e Municípios
1113.27.09	Secretaria de Modernização Administrativa
1113.27.10	Secretaria de Cooperação Econômica e Técnica Internacional
<b>MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA</b>	
1200.03.01	Base Aérea de Manaus/AM
1200.05.01	1º Comando Aéreo Regional/PA
1200.05.02	Base Aérea de Belém/PA
1200.05.03	Comissão de Aeroportos da Região Amazônica/PA
1200.05.04	Hospital de Aeronáutica de Belém/PA
1200.05.05	Parque de Material Aeronáutico de Belém/PA
1200.05.06	Serviço Regional de Proteção ao Voo de Belém/PA
1200.09.01	Base Aérea de Fortaleza/CE
1200.10.01	Campo de Lançamento de Foguetes da Barreira do Inferno/RN
1200.10.02	Centro de Aplicações Táticas e Recuperação de Equipagens/RN
1200.12.01	2º Comando Aéreo Regional/PE
1200.12.02	Base Aérea de Recife/PE
1200.12.03	Hospital de Aeronáutica de Recife/PE
1200.12.04	Parque de Material Aeronáutico de Recife/PE
1200.12.05	Serviço Regional de Proteção ao Voo de Recife/PE
1200.14.01	Guarnição Militar da Aeronáutica do Território Fed. Fernando Noronha
1200.16.01	Base Aérea de Salvador/BA
1200.17.01	Centro de Instrução de Graduados da Aeronáutica/MG
1200.17.02	Comissão Coordenadora do Projeto Aeroporto de Belo Horizonte/MG
1200.17.03	Escola Preparatória de Cadetes do Ar/MG
1200.17.04	Parque de Material Aeronáutico de Lagoa Santa/MG
1200.20.01	3º Comando Aéreo Regional/RJ
1200.20.02	Base Aérea dos Afonsos/RJ
1200.20.03	Base Aérea do Galeão/RJ
1200.20.04	Base Aérea de Santa Cruz/RJ
1200.20.05	Caixa de Financiamento da Aeronáutica/RJ





CÓDIGO	DENOMINAÇÃO
1200.20.06	Comando de Transporte Aéreo/RJ
1200.20.07	Departamento de Aviação Civil/RJ
1200.20.08	Depósito Central de Intendência/RJ
1200.20.09	Depósito de Aeronáutica do Rio de Janeiro/RJ
1200.20.10	Diretoria de Eletrônica e Proteção ao Voo/RJ
1200.20.11	Diretoria de Material Bélico/RJ
1200.20.12	Diretoria de Material da Aeronáutica/RJ
1200.20.13	Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica/RJ
1200.20.14	Grupo de Apoio dos Afonsos/RJ
1200.20.15	Grupo de Apoio do Rio de Janeiro/RJ
1200.20.16	Hospital Central da Aeronáutica/RJ
1200.20.17	Hospital da Aeronáutica dos Afonsos/RJ
1200.20.18	Hospital da Força Aérea do Galeão/RJ
1200.20.19	Laboratório Químico-Farmacêutico da Aeronáutica/RJ
1200.20.20	Pagadoria de Inativos e Pensionistas da Aeronáutica/RJ
1200.20.21	Parque de Material Aeronáutico do Galeão/RJ
1200.20.22	Parque de Material Aeronáutico do Afonsos/RJ
1200.20.23	Parque de Material Bélico da Aeronáutica do Rio de Janeiro/RJ
1200.20.24	Parque de Material de Eletrônica do Rio de Janeiro/RJ
1200.20.25	Prefeitura de Aeronáutica do Galeão
1200.20.26	Secretaria de Aplicação dos Recursos para Assist. Médico-Hospitalar/RJ
1200.20.27	Serviço Regional de Proteção ao Voo do Rio de Janeiro/RJ
1200.20.28	Subdiretoria de Orçamentação e Pagamento de Pessoal/RJ
1200.21.01	4º Comando Aéreo Regional/SP
1200.21.02	Academia da Força Aérea/SP
1200.21.03	Base Aérea de Santos/SP
1200.21.04	Base Aérea de São Paulo/SP
1200.21.05	Centro Técnico Aeroespacial/SP
1200.21.06	Comissão Coordenadora do Projeto Sistema Aeroportuário da Área Terminal de São Paulo/SP
1200.21.07	Departamento de Pesquisas e Desenvolvimento/SP
1200.21.08	Escola de Especialistas da Aeronáutica/SP
1200.21.09	Fazenda da Aeronáutica de Pirassununga/SP
1200.21.10	Hospital de Aeronáutica de São Paulo/SP
1200.21.11	Instituto de Proteção ao Voo/SP
1200.21.12	Parque de Material Aeronáutico de São Paulo/SP
1200.21.13	Serviço Regional de Proteção ao Voo de São Paulo/SP
1200.22.01	Escola de Oficiais Especialistas da Aeronáutica/PR
1200.23.01	Base Aérea de Florianópolis/SC
1200.24.01	5º Comando Aéreo Regional/RS
1200.24.02	Base Aérea de Canoas/RS
1200.24.03	Base Aérea de Santa Maria/RS
1200.24.04	Hospital de Aeronáutica de Canoas/RS
1200.24.05	Serviço Regional de Proteção ao Voo de Porto Alegre/RS
1200.25.01	Base Aérea de Campo Grande/MT
1200.26.01	Base Aérea de Anápolis/GO
1200.27.01	6º Comando Aéreo Regional
1200.27.02	1º Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo
1200.27.03	Base Aérea de Brasília
1200.27.04	Gabinete do Ministro da Aeronáutica
1200.27.05	Grupo de Apoio de Brasília
1200.27.06	Prefeitura de Aeronáutica de Brasília
1200.27.07	Secretaria de Economia e Finanças
1200.27.08	Serviço Regional de Proteção ao Voo de Brasília
1200.77.01	Comissão Aeronáutica Brasileira na Europa
1200.77.02	Comissão Aeronáutica Brasileira em Washington





CÓDIGO	DENOMINAÇÃO
<u>MINISTÉRIO DA AGRICULTURA</u>	
1300.01.01	Delegacia Federal de Agricultura/RO
1300.02.01	Delegacia Federal de Agricultura/AC
1300.03.01	Delegacia Federal de Agricultura/AM
1300.03.02	1º Distrito de Meteorologia/AM
1300.04.01	Delegacia Federal de Agricultura/RR
1300.05.01	Delegacia Federal de Agricultura/PA
1300.05.02	2º Distrito de Meteorologia/PA
1300.06.04	Delegacia Federal de Agricultura/AP
1300.07.01	Delegacia Federal de Agricultura/MA
1300.08.01	Delegacia Federal de Agricultura/PI
1300.09.01	Delegacia Federal de Agricultura/CE
1300.10.01	Delegacia Federal de Agricultura/RN
1300.11.01	Delegacia Federal de Agricultura/PB
1300.12.01	Delegacia Federal de Agricultura/PE
1300.12.02	3º Distrito de Meteorologia/PE
1300.13.01	Delegacia Federal de Agricultura/AL
1300.15.01	Delegacia Federal de Agricultura/SE
1300.16.01	Delegacia Federal de Agricultura/BA
1300.16.02	4º Distrito de Meteorologia/BA
1300.17.01	Delegacia Federal de Agricultura/MG
1300.17.02	5º Distrito de Meteorologia/MG
1300.18.01	Delegacia Federal de Agricultura/ES
1300.19.01	Delegacia Federal de Agricultura/MS
1300.20.01	Delegacia Federal de Agricultura/RJ
1300.20.02	6º Distrito de Meteorologia/RJ
1300.21.01	Delegacia Federal de Agricultura/SP
1300.21.02	7º Distrito de Meteorologia/SP
1300.21.03	Centro Nacional de Engenharia Rural/SP
1300.22.01	Delegacia Federal de Agricultura/PR
1300.23.01	Delegacia Federal de Agricultura/SC
1300.24.01	Delegacia Federal de Agricultura/RS
1300.24.02	8º Distrito de Meteorologia/RS
1300.25.01	Delegacia Federal de Agricultura/MT
1300.25.02	9º Distrito de Meteorologia/MT
1300.26.01	Delegacia Federal de Agricultura/GO
1300.26.02	10º Distrito de Meteorologia/GO
1300.27.01	Gabinete do Ministro
1300.27.02	Secretaria-Geral
1300.27.03	Secretaria-Geral - Entidades Supervisionadas
1300.27.04	Secretaria de Controle Interno
1300.27.05	Divisão de Segurança e Informações
1300.27.06	Departamento de Administração
1300.27.07	Secretaria Nacional de Defesa Agropecuária
1300.27.08	Secretaria Nacional de Abastecimento
1300.27.09	Secretaria Nacional de Produção Agropecuária
1300.27.10	Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
1300.27.11	Instituto Nacional de Meteorologia
1300.27.12	Departamento de Pessoal
1300.27.13	Delegacia Federal de Agricultura
1300.27.14	Conselho Nacional de Cooperativismo
1300.27.15	Coordenadoria de Assuntos Internacionais de Agricultura
<u>MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES</u>	
1400.03.01	Diretoria Regional do Departamento Nacional de Telecomunicações em Manaus/AM





CÓDIGO	DENOMINAÇÃO
1400.05.01	Diretoria Regional do Departamento Nacional de Telecomunicações em Belém/PA
1400.05.02	Serviço de Inativos e Disponíveis do Ministério das Comunicações em Belém/PA
1400.07.01	Serviço de Inativos e Disponíveis do Ministério das Comunicações em São Luiz/MA
1400.08.01	Serviço de Inativos e Disponíveis do Ministério das Comunicações em Teresina/PI
1400.09.01	Diretoria Regional do Departamento Nacional de Telecomunicações em Fortaleza/CE
1400.09.02	Serviço de Inativos e Disponíveis do Ministério das Comunicações em Fortaleza/CE
1400.10.01	Serviço de Inativos e Disponíveis em Natal/RN
1400.11.01	Serviço de Inativos e Disponíveis em João Pessoa/PB
1400.12.01	Diretoria Regional do Departamento Nacional de Telecomunicações em Recife/PE
1400.12.02	Serviço de Inativos e Disponíveis em Recife/PE
1400.13.01	Serviço de Inativos e Disponíveis em Maceió /AL
1400.15.01	Serviço de Inativos e Disponíveis em Aracaju/SE
1400.16.01	Diretoria Regional do Departamento Nacional de Telecomunicações em Salvador/BA
1400.16.02	Serviço de Inativos e Disponíveis em Salvador/BA
1400.17.01	Diretoria Regional do Departamento Nacional de Telecomunicações em Belo Horizonte/MG
1400.17.02	Serviço de Inativos e Disponíveis em Belo Horizonte/MG
1400.17.03	Serviço de Inativos e Disponíveis em Juiz de Fora/MG
1400.17.04	Serviço de Inativos e Disponíveis em Campanha/MG
1400.17.05	Serviço de Inativos e Disponíveis em Uberaba/MG
1400.19.01	Diretoria Regional do Departamento Nacional de Telecomunicações em Campo Grande/MS
1400.19.02	Serviço de Inativos e Disponíveis em Campo Grande/MS
1400.20.01	Diretoria Regional do Departamento Nacional de Telecomunicações no Rio de Janeiro/RJ
1400.20.02	Serviço de Inativos e Disponíveis no Rio de Janeiro/RJ
1400.20.03	Serviço de Inativos e Disponíveis em Niterói/RJ
1400.21.01	Diretoria Regional do Departamento Nacional de Telecomunicações em São Paulo/SP
1400.21.02	Serviço de Inativos e Disponíveis em São Paulo/SP
1400.21.03	Serviço de Inativos e Disponíveis em Baurú/SP
1400.21.04	Serviço de Inativos e Disponíveis em São José do Rio Preto/SP
1400.21.05	Serviço de Inativos e Disponíveis em Ribeirão Preto/SP
1400.22.01	Diretoria Regional do Departamento Nacional de Telecomunicações em Curitiba/PR
1400.22.02	Serviço de Inativos e Disponíveis em Curitiba/PR
1400.23.01	Diretoria Regional do Departamento Nacional de Telecomunicações em Florianópolis/SC
1400.23.02	Serviço de Inativos e Disponíveis em Florianópolis/SC
1400.24.01	Diretoria Regional do Departamento Nacional de Telecomunicações em Porto Alegre/RS
1400.24.02	Serviço de Inativos e Disponíveis em Porto Alegre/RS
1400.24.03	Serviço de Inativos e Disponíveis em Santa Maria/RS
1400.25.01	Serviço de Inativos e Disponíveis em Cuiabá/MT
1400.26.01	Diretoria Regional do Departamento Nacional de Telecomunicações em Goiânia/GO
1400.26.02	Serviço de Inativos e Disponíveis em Goiânia/GO
1400.27.01	Departamento de Administração
1400.27.02	Departamento do Pessoal
1400.27.03	Secretaria Geral - Programação Financeira Setorial



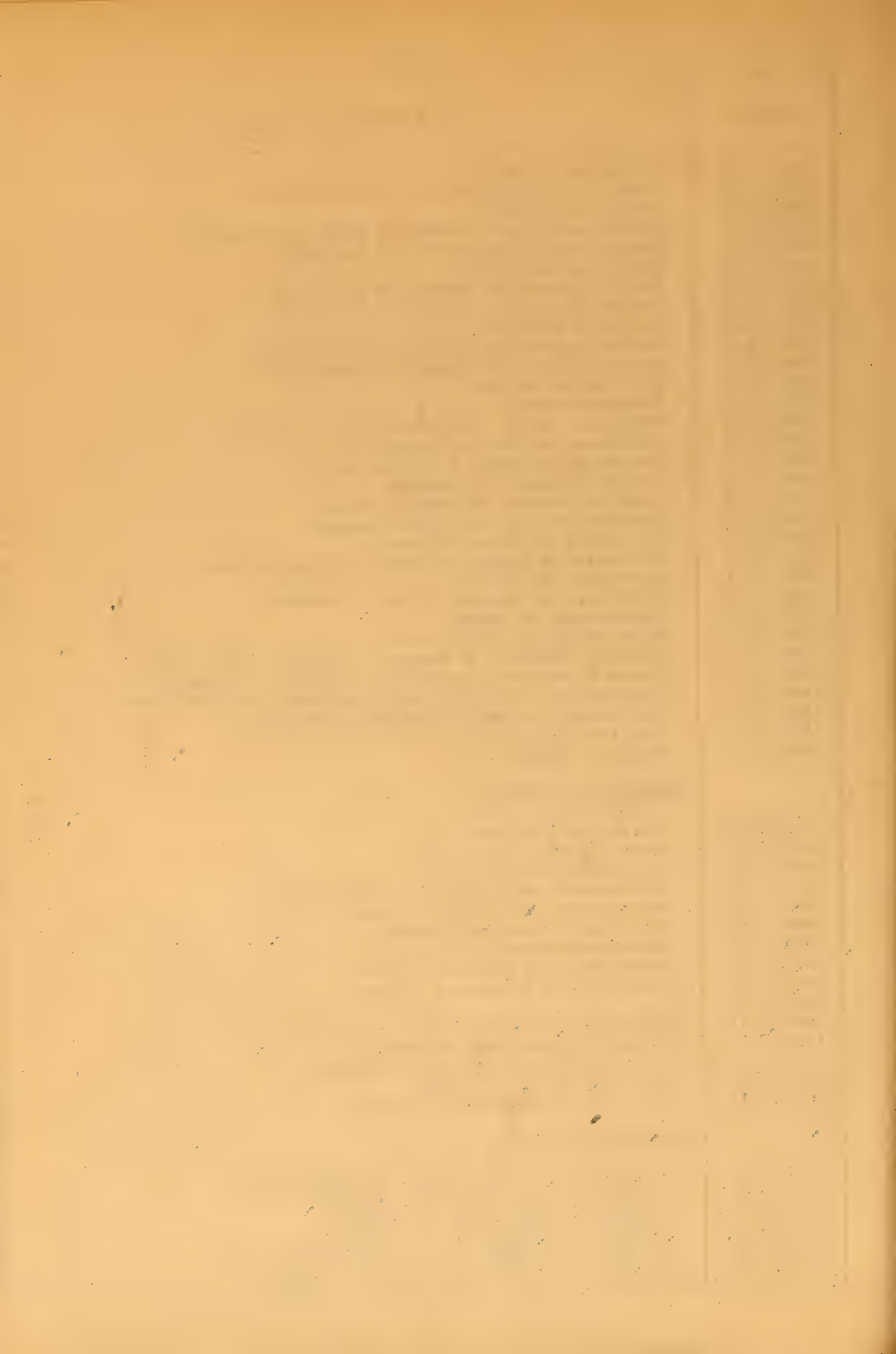


CÓDIGO	DENOMINAÇÃO
<b>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA</b>	
1500.01.01	Delegacia do MEC/RO
1500.02.01	Delegacia do MEC/AC
1500.03.01	Delegacia do MEC/AM
1500.03.02	Escola Agrotécnica Federal de Manaus/AM
1500.04.01	Delegacia do MEC/PR
1500.05.01	Delegacia do MEC/PA
1500.05.02	Escola Agrotécnica Federal de Castanhal/PA
1500.06.01	Delegacia do MEC/AP
1500.07.01	Delegacia do MEC/MA
1500.07.02	Escola Agrotécnica Federal de São Luis/MA
1500.08.01	Delegacia do MEC/PI
1500.09.01	Delegacia do MEC/CE
1500.09.02	Escola Agrotécnica Federal de Crato/CE
1500.09.03	Escola Agrotécnica Federal de Iguatu/CE
1500.10.01	Delegacia do MEC/RN
1500.11.01	Delegacia do MEC/PB
1500.11.02	Escola Agrotécnica Federal de Souza/PB
1500.12.01	Delegacia do MEC/PE
1500.12.02	Escola Agrotécnica Federal de Belo Jardim/PE
1500.12.03	Escola Agrotécnica Federal de Barreiros/PE
1500.12.03	Escola Agrotécnica Federal de Vitória de Santo Antão/PE
1500.13.01	Delegacia do MEC/AL
1500.13.02	Escola Agrotécnica Federal de Satuba/AL
1500.15.01	Delegacia do MEC/SE
1500.15.02	Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão/SE
1500.16.01	Delegacia do MEC/BA
1500.16.02	Escola Agrotécnica Federal de Catu/BA
1500.17.01	Delegacia do MEC/MG
1500.17.02	Escola Agrotécnica Federal de Bambuí/MG
1500.17.03	Escola Agrotécnica Federal de Barbacena/MG
1500.17.04	Escola Agrotécnica Federal de Inconfidentes/MG
1500.17.05	Escola Agrotécnica Federal de Januária/MG
1500.17.06	Escola Agrotécnica Federal de Machado/MG
1500.17.07	Escola Agrotécnica Federal de Muzambinho/MG
1500.17.08	Escola Agrotécnica Federal de Rio Pomba/MG
1500.17.09	Escola Agrotécnica Federal de Salinas/MG
1500.17.10	Escola Agrotécnica Federal de São João Evangelista/MG
1500.17.11	Escola Agrotécnica Federal de Uberaba/MG
1500.17.12	Escola Agrotécnica Federal de Uberlândia/MG
1500.17.13	Instituto de Recursos Humanos de Assistência ao Educando "João Pinheiro"/MG
1500.18.01	Delegacia do MEC/ES
1500.18.02	Escola Agrotécnica Federal de Alegre/ES
1500.18.03	Escola Agrotécnica Federal de Colatina/ES
1500.18.04	Escola Agrotécnica Federal de Santa Tereza/ES
1500.19.01	Delegacia do MEC/MS
1500.20.01	Conselho Federal de Cultura/RJ
1500.20.02	Conselho Nacional de Desportos/RJ
1500.20.03	Conselho Nacional de Cinema/RJ
1500.20.04	Comissão Nacional de Moral e Civismo/RJ
1500.20.05	Centro Nacional de Educação Especial/RJ
1500.20.06	Delegacia do MEC/RJ
1500.20.07	Projeção do CEDATE/RJ
1500.21.01	Delegacia do MEC/SP
1500.22.01	Delegacia do MEC/PR



CÓDIGO	D E N O M I N A Ç Ã O
1500.23.01	Delegacia do MEC/SC
1500.23.02	Escola Agrotécnica Federal de Concórdia/SC
1500.24.01	Delegacia do MEC/RS
1500.24.02	Escola Agrotécnica Federal de Bento Gonçalves/RS
1500.24.03	Escola Agrotécnica Federal de Sertão/RS
1500.25.01	Delegacia do MEC/MT
1500.25.02	Escola Agrotécnica Federal de Cáceres/MT
1500.25.03	Escola Agrotécnica Federal de Cuiabá/MT
1500.26.01	Delegacia do MEC/GO
1500.26.02	Escola Agrotécnica Federal de Rio Verde/GO
1500.26.03	Escola Agrotécnica Federal de Urutaí/GO
1500.27.01	Gabinete do Ministro
1500.27.02	Secretaria-Geral
1500.27.03	Secretaria Geral - Entidades Supervisionadas
1500.27.04	Secretaria de Controle Interno
1500.27.05	Divisão de Segurança e Informações
1500.27.06	Conselho Federal de Educação
1500.27.07	Conselho Nacional de Serviço Social
1500.27.08	Conselho Nacional de Direito Autoral
1500.27.09	Secretaria de Educação Superior
1500.27.10	Secretaria de Ensino de Primeiro e Segundo Graus
1500.27.11	Secretaria de Cultura
1500.27.12	Secretaria de Educação Física e Desportos
1500.27.13	Departamento de Pessoal
1500.27.14	Departamento de Administração
1500.27.15	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
1500.27.16	Centro de Desenvolvimento e Apoio Técnico a Educação
1500.27.17	Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
1500.27.18	Coordenação Nacional do Ensino Agropecuário
1500.27.19	Instituto Nacional de Assistência ao Educando
1500.27.20	Delegacia do MEC
<u>MINISTÉRIO DO EXÉRCITO</u>	
1600.27.01	Gabinete do Ministro
1600.27.02	Estado-Maior do Exército
1600.27.03	Secretaria-Geral
1600.27.04	Departamento de Engenharia e Comunicações
1600.27.05	Departamento de Ensino e Pesquisa
1600.27.06	Departamento-Geral do Pessoal
1600.27.07	Departamento-Geral do Serviço
1600.27.08	Departamento de Material Bélico
1600.27.09	Secretaria de Economia e Finanças
1600.27.10	
1600.27.11	Indústria Brasileira de Material Bélico
1600.27.12	Fundação Habitacional do Exército
1600.27.13	Diretoria de Administração Financeira
1600.27.14	Diretoria de Contabilidade
1600.27.15	Centro de Informações do Exército
<u>MINISTÉRIO DA FAZENDA</u>	
1700.01.01	Delegacia da Receita Federal em Porto Velho/RO
1700.02.01	Delegacia do Ministério da Fazenda/AC
1700.02.02	Procuradoria da Fazenda Nacional/AC
1700.02.03	Núcleo da Escola Administ. Fazendária/AC
1700.02.04	Delegacia da Receita Federal em Rio Branco/AC
1700.02.05	Delegacia do Serviço Patrimônio da União/AC





CÓDIGO	DENOMINAÇÃO
1700.03.01	Delegacia do Ministério da Fazenda/AM
1700.03.02	Procuradoria da Fazenda Nacional/AM
1700.03.03	Núcleo da Escola Administ. Fazendária/AM
1700.03.04	Delegacia da Receita Federal em Manaus/AM
1700.03.05	Insp.Receita Federal Classe Esp.no Porto de Manaus/AM
1700.03.06	Delegacia do Serviço Patrimônio União/AM
1700.04.01	Delegacia da Receita Federal em Boa Vista/RR
1700.04.02	Inspetoria da Receita Federal em Pacaraima/RR
1700.05.01	Delegacia do Ministério da Fazenda/PA
1700.05.02	Procuradoria da Fazenda Nacional/PA
1700.05.03	Núcleo da Escola Administ.Fazendária/PA
1700.05.04	Sup.Regional da Receita Federal-2a. Região Fiscal/PA
1700.05.05	Delegacia da Receita Federal em Belém/PA
1700.05.06	Delegacia da Receita Federal em Santarém/PA
1700.05.07	Inspetoria da Receita Federal Classe Esp. em Monte Dourado/PA
1700.05.08	Delegacia do Serviço Patrimônio União/PA
1700.06.01	Delegacia da Receita Federal em Macapá/AP
1700.07.01	Delegacia do Ministério da Fazenda/MA
1700.07.02	Procuradoria da Fazenda Nacional/MA
1700.07.03	Núcleo da Escola Administ. Fazendária/MA
1700.07.04	Delegacia da Receita Federal em São Luiz/MA
1700.07.05	Delegacia do Serviço Patrimônio União/MA
1700.08.01	Delegacia do Ministério da Fazenda/PI
1700.08.02	Procuradoria da Fazenda Nacional/PI
1700.08.03	Núcleo da Escola Administ.Fazendária/PI
1700.08.04	Delegacia da Receita Federal em Teresina/PI
1700.08.05	Delegacia do Serviço Patrimônio União/PI
1700.09.01	Delegacia do Ministério da Fazenda/CE
1700.09.02	Procuradoria da Fazenda Nacional/CE
1700.09.03	Núcleo da Escola Administ. Fazendária/CE
1700.09.04	Sup.Regional da Receita Federal - 3a. Região Fiscal/CE
1700.09.05	Delegacia da Receita Federal em Fortaleza/CE
1700.09.06	Delegacia da Receita Federal em Juazeiro do Norte/CE
1700.09.07	Delegacia do Serviço Patrimônio União/CE
1700.10.01	Delegacia do Ministério da Fazenda/RN
1700.10.02	Procuradoria da Fazenda Nacional/RN
1700.10.03	Núcleo da Escola Administ. Fazendária/RN
1700.10.04	Delegacia da Receita Federal em Natal/RN
1700.10.05	Delegacia do Serviço Patrimônio União/RN
1700.11.01	Delegacia do Ministério da Fazenda/PB
1700.11.02	Procuradoria da Fazenda Nacional/PB
1700.11.03	Núcleo de Escola Administ.Fazendária/PB
1700.11.04	Delegacia da Receita Federal em João Pessoa/PB
1700.11.05	Delegacia do Serviço Patrimônio União/PB
1700.12.01	Delegacia do Ministério da Fazenda/PE
1700.12.02	Procuradoria da Fazenda Nacional/PE
1700.12.03	Núcleo da Escola Administ. Fazendária/PE
1700.12.04	Sup.Regional da Receita Federal - 4a. Região Fiscal/PE
1700.12.05	Delegacia da Receita Federal em Recife/PE
1700.12.06	Delegacia da Receita Federal em Caruaru/PE
1700.12.07	Inspetoria Receita Federal Classe Esp.Porto de Recife/PE
1700.12.08	Delegacia do Serviço Patrimônio União/PE
1700.13.01	Delegacia do Ministério da Fazenda/AL
1700.13.02	Procuradoria da Fazenda Nacional/AL
1700.13.03	Núcleo da Escola Administ.Fazendária/AL
1700.13.04	Delegacia da Receita Federal em Maceió/AL
1700.13.05	Delegacia do Serviço Patrimônio da União/AL



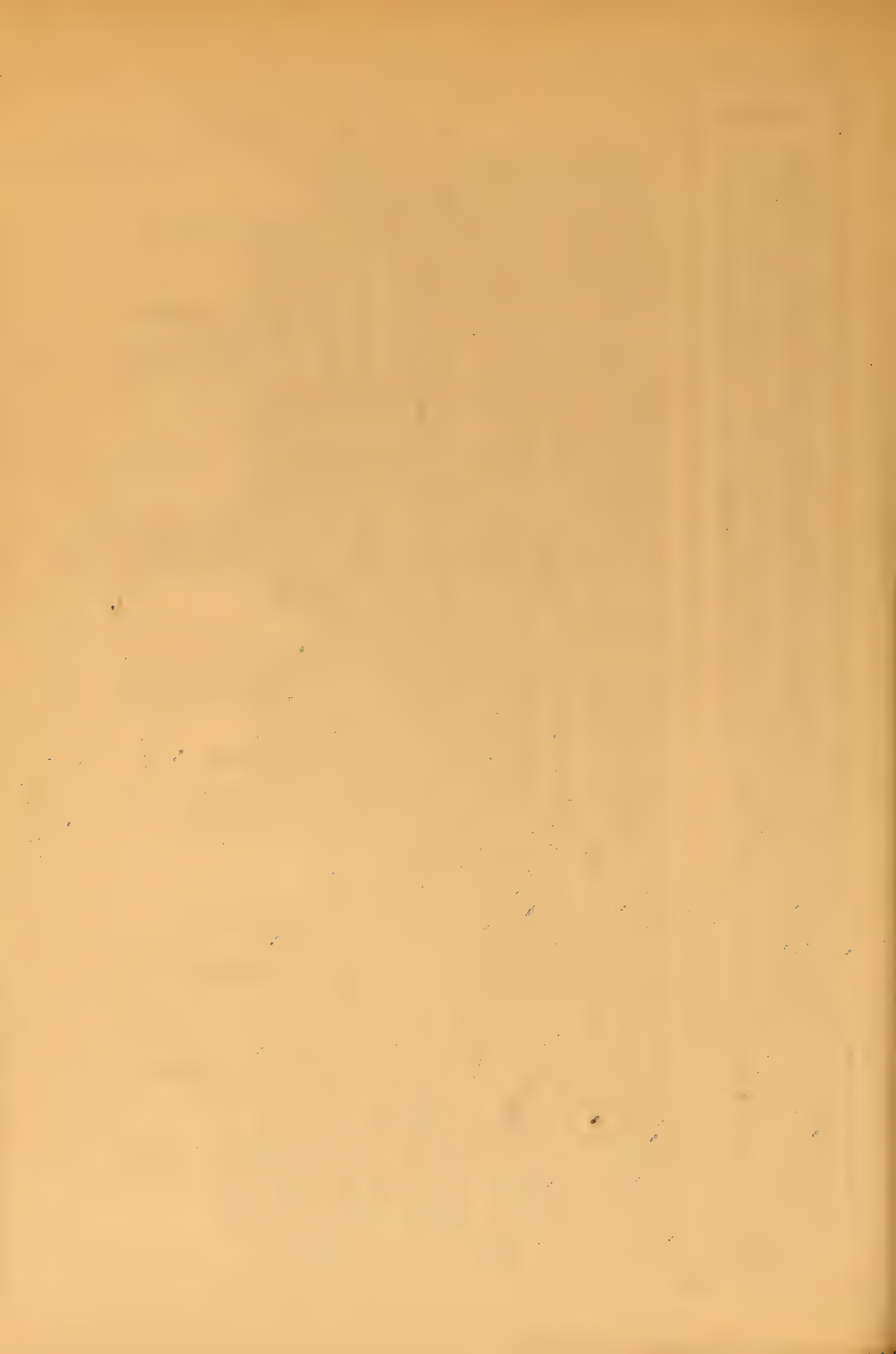


CÓDIGO	D E N O M I N A Ç Ã O
1700.15.01	Delegacia do Ministério da Fazenda/SE
1700.15.02	Procuradoria da Fazenda Nacional/SE
1700.15.03	Núcleo da Escola Administ.Fazendária/SE
1700.15.04	Delegacia da Receita Federal em Aracaju/SE
1700.15.05	Delegacia do Serviço Patrimônio União/SE
1700.16.01	Delegacia do Ministério da Fazenda/BA
1700.16.02	Procuradoria da Fazenda Nacional/BA
1700.16.03	Núcleo da Escola Administ.Fazendária/BA
1700.16.04	Sup.Regional da Receita Federal - 5a. Região Fiscal/BA
1700.16.05	Delegacia da Receita Federal em Salvador/BA
1700.16.06	Delegacia da Receita Federal em Feira de Santana/BA
1700.16.07	Delegacia da Receita Federal em Vitória da Conquista/BA
1700.16.08	Insp.da Receita Federal classe Esp. em Ilhéus/BA
1700.16.09	Delegacia do Serviço Patrimônio União/BA
1700.17.01	Delegacia do Ministério da Fazenda/MG
1700.17.02	Procuradoria da Fazenda Nacional/MG
1700.17.03	Núcleo da Escola Administração Fazendária/MG
1700.17.04	Sup.Regional da Receita Federal - 6a. Região Fiscal/MG
1700.17.05	Delegacia da Receita Federal em Belo Horizonte/MG
1700.17.06	Delegacia da Receita Federal em Curvelo/MG
1700.17.07	Delegacia da Receita Federal em Governador Valadares/MG
1700.17.08	Delegacia da Receita Federal em Juiz de Fora/MG
1700.17.09	Delegacia da Receita Federal em Uberaba/MG
1700.17.10	Delegacia da Receita Federal em Varginha/MG
1700.17.11	Delegacia da Receita Federal em Divinópolis/MG
1700.17.12	Delegacia da Receita Federal em Montes Claros/MG
1700.17.13	Delegacia da Receita Federal em Uberlândia/MG
1700.17.14	Inspetoria Receita Federal Clas.Esp.em Gameleira/MG
1700.17.15	Delegacia do Serviço do Patrimônio União/MG
1700.18.01	Delegacia do Ministério da Fazenda/ES
1700.18.02	Procuradoria da Fazenda Nacional/ES
1700.18.03	Núcleo da Escola Administ.Fazendária/ES
1700.18.04	Delegacia da Receita Federal em Vitória/ES
1700.18.05	Delegacia do Serviço Patrimônio União/ES
1700.19.01	Delegacia do Ministério da Fazenda/MS
1700.19.02	Procuradoria da Fazenda Nacional/MS
1700.19.03	Núcleo da Escola Administ.Fazendária/MS
1700.19.04	Delegacia da Receita Federal em Campo Grande/MS
1700.19.05	Inspetoria Rec.Federal Classe Esp. em Corumbá/MS
1700.19.06	Inspetoria Rec.Federal Classe Esp. em Ponta Porã/MS
1700.19.07	Delegacia do Serviço Patrimônio União/MS
1700.20.01	Delegacia do Ministério da Fazenda/RJ
1700.20.02	Comissão de Coord. e Implement.de Técnicas Financeiras/RJ
1700.20.03	Procuradoria da Fazenda Nacional/RJ
1700.20.04	Núcleo da Escola Adm.Fazendária/RJ
1700.20.05	Sup.Regional da Receita Federal - 7a. Região Fiscal/RJ
1700.20.06	Delegacia da Receita Federal/RJ
1700.20.07	Insp. da Receita Federal - Classe Esp. no Porto do Rio de Janeiro/RJ
1700.20.08	Delegacia da Receita Federal em Barra do Piraí/RJ
1700.20.09	Delegacia da Receita Federal em Campos/RJ
1700.20.10	Delegacia da Receita Federal em Niterói/RJ
1700.20.11	Delegacia da Receita Federal em Nova Iguaçu/RJ
1700.20.12	Inspetoria Receita Federal Classe Esp. em Angra dos Reis/RJ
1700.20.13	Representação da Secretaria da Receita Federal/RJ
1700.20.14	Insp. da Receita Federal classe Esp. no Aeroporto Internacional/RJ
1700.20.15	Serviço do Patrimônio da União/RJ
1700.20.16	Delegacia do Serviço Patrimônio União/RJ
1700.20.17	Coordenadoria das Empres.Incorporadas ao Patrimônio Nacional/RJ





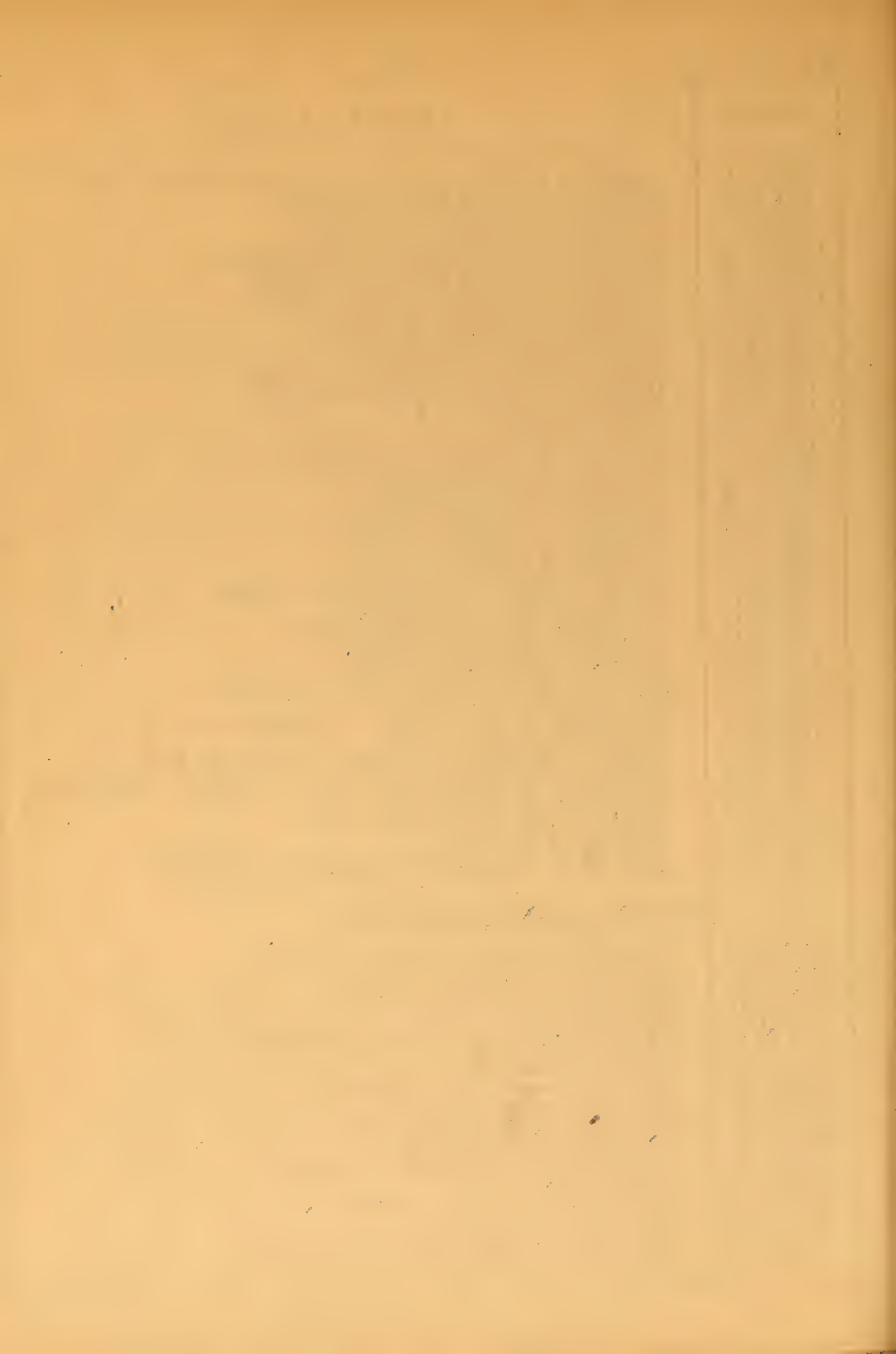
CÓDIGO	D E N O M I N A Ç Ã O
1700.21.01	Delegacia do Ministério da Fazenda/SP
1700.21.02	Procuradoria da Fazenda Nacional/SP
1700.21.03	Núcleo da Escola Adm.Fazendária/SP
1700.21.04	Sup.Regional da Receita Federal - 8a.Região Fiscal/SP
1700.21.05	Delegacia da Receita Federal em Araçatuba/SP
1700.21.06	Delegacia da Receita Federal em Baurú/SP
1700.21.07	Delegacia da Receita Federal em Campinas/SP
1700.21.08	Delegacia da Receita Federal em Presidente Prudente/SP
1700.21.09	Delegacia da Receita Federal em Ribeirão Preto/SP
1700.21.10	Delegacia da Receita Federal em São José do Rio Preto/SP
1700.21.11	Delegacia da Receita Federal em São Paulo/SP
1700.21.12	Delegacia da Receita Federal em Santos/SP
1700.21.13	Delegacia da Receita Federal em Sorocaba/SP
1700.21.14	Delegacia da Receita Federal em Taubaté/SP
1700.21.15	Delegacia da Receita Federal em Guarulhos/SP
1700.21.16	Delegacia da Receita Federal em Limeira/SP
1700.21.17	Delegacia da Receita Federal em Osasco/SP
1700.21.18	Delegacia da Receita Federal em Santo André/SP
1700.21.19	Inspetoria Rec.Federal Clas. Esp. no Aeroporto Viracopos/SP
1700.21.20	Inspetoria Rec.Federal Clas. Esp. em São Sebastião/SP
1700.21.21	Inspetoria Rec.Federal Clas. Esp. no Aeroporto de Congonhas/SP
1700.21.22	Representação do Dep.de Administração/SP
1700.21.23	Delegacia do Serviço Patrimônio União/SP
1700.22.01	Delegacia do Ministério da Fazenda/PR
1700.22.02	Procuradoria da Fazenda Nacional/PR
1700.22.03	Núcleo da Escola Administração Fazendária/PR
1700.22.04	Sup. Regional da Receita Federal - 9a. Região Fiscal/PR
1700.22.05	Delegacia da Receita Federal em Cascavel/PR
1700.22.06	Delegacia da Receita Federal em Curitiba/PR
1700.22.07	Delegacia da Receita Federal em Londrina/PR
1700.22.08	Delegacia da Receita Federal em Ponta Grossa/PR
1700.22.09	Delegacia da Receita Federal em Maringá/PR
1700.22.10	Delegacia da Receita Federal em Foz do Iguaçu/PR
1700.22.11	Inspetoria Rec. Federal Clas. Esp. em Paranaguá/PR
1700.22.12	Delegacia do Serviço Patrimônio União/PR
1700.23.01	Delegacia do Ministério da Fazenda/SC
1700.23.02	Procuradoria da Fazenda Nacional/SC
1700.23.03	Núcleo da Escola Adm. Fazendária/SC
1700.23.04	Delegacia da Receita Federal em Florianópolis/SC
1700.23.05	Delegacia da Receita Federal em Joaçaba/SC
1700.23.06	Delegacia da Receita Federal em Joinville/SC
1700.23.07	Inspetoria da Re.Federal clas. Esp. em Itajaí/SC
1700.23.08	Delegacia do Serviço Patrimônio União/SC
1700.24.01	Delegacia do Ministério da Fazenda/RS
1700.24.02	Procuradoria da Fazenda Nacional/RS
1700.24.03	Núcleo da Escola Administ.Fazendária/RS
1700.24.04	Sup.Regional da Receita Federal - 10a.Região Fiscal/RS
1700.24.05	Delegacia da Receita Federal em Caxias do Sul/RS
1700.24.06	Delegacia da Receita Federal em Passo Fundo/RS
1700.24.07	Delegacia da Receita Federal em Pelotas/RS
1700.24.08	Delegacia da Receita Federal em Porto Alegre/RS
1700.24.09	Delegacia da Receita Federal em Rio Grande/RS
1700.24.10	Delegacia da Receita Federal em Santa Maria/RS
1700.24.11	Delegacia da Receita Federal em Novo Hamburgo/RS
1700.24.12	Delegacia da Receita Federal em Santo Angelo/RS
1700.24.13	Delegacia da Receita Federal em Uruguaiana/RS
1700.24.14	Inspetoria Re.Federal Clas. Esp. em Santana do Livramento/RS





CÓDIGO	D E N O M I N A Ç Ã O
1700.24.15	Inspetoria Rec.Federal Clas. Esp. Aeroporto Salgado Filho/RN
1700.24.16	Delegacia do Serviço Patrimônio União/RN
1700.25.01	Delegacia do Ministério da Fazenda/MT
1700.25.02	Procuradoria da Fazenda Nacional/MT
1700.25.03	Núcleo da Escola Administração Fazendária/MT
1700.25.04	Delegacia da Receita Federal em Cuiabá/MT
1700.25.05	Delegacia do Serviço Patrimônio União/MT
1700.26.01	Delegacia do Ministério da Fazenda/GO
1700.26.02	Procuradoria da Fazenda Nacional/GO
1700.26.03	Núcleo da Escola Adm.Fazendária/GO
1700.26.04	Delegacia da Receita Federal em Goiânia/GO
1700.26.05	Delegacia do Serviço Patrimônio União/GO
1700.27.01	Gabinete do Ministro
1700.27.02	Secretaria-Geral
1700.27.03	Secretaria de Planejamento e Orçamento
1700.27.04	Secretaria de Assuntos Legislativos
1700.27.05	Comissão de Política Aduaneira
1700.27.06	Delegacia do Ministério da Fazenda
1700.27.07	Comissão de Programação Financeira
1700.27.08	Secretaria de Economia e Finanças
1700.27.09	Secretaria de Controle Interno
1700.27.10	Delegacia Regional de Contabilidade e Finanças
1700.27.11	Divisão de Segurança e Informações
1700.27.12	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
1700.27.13	Procuradoria da Fazenda Nacional
1700.27.14	Escola de Administração Fazendária
1700.27.15	Núcleo da Escola de Adm.Fazendária em Brasília
1700.27.16	Secretaria da Receita Federal
1700.27.17	Sup.Regional da Receita Federal - 1a.Região Fiscal
1700.27.18	Delegacia da Receita Federal
1700.27.19	Inspetoria Rec.Federal Classe Esp. Aeroporto Internacional
1700.27.20	Comissão de Planejamento e Coordenação de Combate ao Contrabando
1700.27.21	Departamento de Administração
1700.27.22	Delegacia do Serviço Patrimônio União
1700.27.23	Departamento do Pessoal
1700.27.40	Fundo Esp.de Adm.das Empresas Incorporadas-FUNDEIPIN
1700.27.41	Fundo Esp.de Treinamento e Desenvolvimento-FUNTREDE
MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO	
1800.20.01	Comissão Executiva do Sal/RJ
1800.20.07	Departamento de Serviços Gerais/RJ
1800.20.09	Instituto Nacional de Tecnologia/RJ
1800.20.11	Departamento do Pessoal/RJ
1800.21.03	Delegacia Estadual de Indústria e Comércio/SP
1800.27.01	Gabinete do Ministro
1800.27.02	Secretaria-Geral
1800.27.03	Secretaria-Geral - Órgãos Regionais
1800.27.04	Secretaria de Controle Interno
1800.27.05	Divisão de Segurança e Informações
1800.27.07	Departamento de Serviços Gerais
1800.27.08	Departamento Nacional de Reg. de Comércio
1800.27.11	Departamento do Pessoal
1800.27.12	Secretaria de Tecnologia Industrial
1800.27.13	Secretaria de Administração
1800.27.14	Secretaria Geral - Entidades Supervisionadas
1800.27.15	Conselho de Desenvolvimento Industrial





CÓDIGO	D E N O M I N A Ç Ã O
1800.27.16 1800.27.17	Conselho de Não Ferrosos e de Siderurgia Conselho de Desenvolvimento Comercial
	<u>MINISTÉRIO DO INTERIOR</u>
1900.01.01	Representação da Secretaria do Meio Ambiente/RO
1900.03.01	Representação da Secretaria do Meio Ambiente/AM
1900.04.01	Representação da Secretaria do Meio Ambiente/RR
1900.06.01	Representação da Secretaria do Meio Ambiente/AP
1900.12.01	Representação da Secretaria do Meio Ambiente/PE
1900.20.01	Secretaria Especial da Região Sudeste/RJ
1900.20.02	Representação da Secretaria do Meio Ambiente/RJ
1900.21.01	Representação da Secretaria do Meio Ambiente/SP
1900.24.01	Representação da Secretaria do Meio Ambiente/ES
1900.25.01	Representação da Secretaria do Meio Ambiente/MI
1900.27.01	Gabinete do Ministro
1900.27.02	Secretaria-Geral
1900.27.03	Secretaria-Geral - Entidades Supervisionadas
1900.27.04	Secretaria de Controle Interno
1900.27.05	Divisão de Segurança e Informações
1900.27.06	Secretaria Especial do Meio Ambiente
1900.27.07	Departamento de Administração
1900.27.08	Departamento do Pessoal
	<u>MINISTÉRIO DA JUSTIÇA</u>
2000.01.01	Procuradoria da República/RO
2000.01.02	Superintendência-Regional do DPF/RO
2000.02.01	Procuradoria da República/AC
2000.02.02	Superintendência-Regional do DPF/AC
2000.03.01	Procuradoria da República/AM
2000.03.02	Procuradoria-Regional do Trabalho - 11a. Região/AM
2000.03.03	Superintendência-Regional do DPF/AM
2000.04.01	Divisão de Polícia Federal/RR
2000.05.01	Procuradoria da República/PA
2000.05.02	Procuradoria Regional do Trabalho - 8a. Região/PA
2000.05.03	Superintendência Regional do DPF/PA
2000.07.01	Procuradoria da República/MA
2000.07.02	Superintendência Regional do DPF/MA
2000.08.01	Procuradoria da República/PI
2000.08.02	Superintendência Regional do DPF/PI
2000.09.01	Procuradoria da República/CE
2000.09.02	Procuradoria Regional do Trabalho - 7a. Região/CE
2000.09.03	Superintendência Regional do DPF/CE
2000.10.01	Procuradoria da República/RN
2000.10.02	Superintendência-Regional do DPF/RN
2000.11.01	Procuradoria da República/PB
2000.11.02	Superintendência Regional do DPF/PB
2000.12.01	Procuradoria da República/PE
2000.12.02	Procuradoria Regional do Trabalho - 6a. Região/PE
2000.12.03	Superintendência Regional do DPF/PE
2000.13.01	Procuradoria da República/AL
2000.13.02	Superintendência Regional do DPF/AL
2000.15.01	Procuradoria da República/SE
2000.15.02	Superintendência Regional do DPF/SE
2000.16.01	Procuradoria da República/BA
2000.16.02	Procuradoria-Regional do Trabalho - 5a. Região/BA





CÓDIGO	DENOMINAÇÃO
2000.16.03	Superintendência Regional do DPF/BA
2000.16.04	Divisão de Polícia Federal em Ilhéus/BA
2000.17.01	Procuradoria da República/MG
2000.17.02	Procuradoria-Regional do Trabalho - 3a.Região/MG
2000.17.03	Superintendência Regional do DPF/MG
2000.18.01	Procuradoria da República/ES
2000.18.02	Superintendência Regional do DPF/ES
2000.19.01	Procuradoria da República/MS
2000.19.02	Superintendência Regional do DPF/MS
2000.20.01	Procuradoria da República/RJ
2000.20.02	Procuradoria Regional do Trabalho - 1a.Região/RJ
2000.20.03	Conselho Administrativo de Defesa Econômica/RJ
2000.20.04	Arquivo Nacional/RJ
2000.20.05	Superintendência Regional do DPF/RJ
2000.20.06	Departamento de Imprensa Nacional/RJ
2000.21.01	Procuradoria da República/SP
2000.21.02	Procuradoria Regional do Trabalho - 2a. Região/SP
2000.21.03	Superintendência Regional do DPF/SP
2000.21.04	Divisão de Polícia Federal em Santos/SP
2000.22.01	Procuradoria da República/PR
2000.22.02	Procuradoria Regional do Trabalho - 9a.Região/PR
2000.22.03	Superintendência Regional do DPF/PR
2000.22.04	Divisão de Polícia Federal em Foz do Iguaçu/PR
2000.23.01	Procuradoria da República/SC
2000.23.02	Procuradoria Regional do Trabalho - 12a.Região/SC
2000.23.03	Superintendência Regional do DPF/SC
2000.24.01	Procuradoria da República/RS
2000.24.02	Procuradoria Regional do Trabalho - 4a.Região/RS
2000.24.03	Superintendência Regional do DPF/RS
2000.25.01	Procuradoria da República/MT
2000.25.02	Superintendência Regional do DPF/MT
2000.26.01	Procuradoria da República/GO
2000.26.02	Superintendência Regional do DPF/GO
2000.27.01	Gabinete do Ministro
2000.27.02	Secretaria-Geral
2000.27.03	Secretaria de Controle Interno
2000.27.04	Delegacia Regional de Contabilidade e Finanças
2000.27.05	Ministério Público Federal
2000.27.06	Procuradoria da República
2000.27.07	Ministério Público Militar
2000.27.08	Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios
2000.27.09	Ministério Público do Trabalho
2000.27.10	Procuradoria Regional do Trabalho - 10a.Região
2000.27.11	Divisão de Segurança e Informações
2000.27.12	Conselho Administrativo de Defesa Econômica
2000.27.13	Departamento Nacional de Trânsito
2000.27.14	Conselho Nacional de Trânsito
2000.27.15	Departamento Penitenciário Federal
2000.27.16	Departamento de Administração
2000.27.17	Departamento de Polícia Federal
2000.27.18	Superintendência Regional do DPF
2000.27.19	Academia Nacional de Polícia
2000.27.20	Centro de Processamento de Dados
2000.27.21	Departamento Federal de Justiça
2000.27.22	Departamento de Imprensa Nacional
2000.27.23	Consultoria Jurídica
2000.27.24	Departamento de Pessoal





CÓDIGO	DENOMINAÇÃO
2000.27.25 2000.27.26 2000.27.27	Departamento de Assuntos Judiciários Departamento de Assuntos Legislativos Secretaria-Geral - Entidades Supervisionadas
	<u>MINISTÉRIO DA MARINHA</u>
2100.20.01 2100.77.01	Diretoria de Finanças da Marinha no Brasil/RJ Diretoria de Finanças da Marinha no Exterior Nova York



CÓDIGO	DENOMINAÇÃO
<u>MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA</u>	
2200.03.01	8º Distrito do DNPM/AM
2200.05.01	Escritório do CNP em Belém/PA
2200.05.02	7º Distrito do DNAEE/PA
2200.05.03	5º Distrito do DNPM/PA
2200.09.01	Escritório do CNP em Fortaleza/CE
2200.09.02	10º Distrito do DNPM/CE
2200.12.01	Escritório do CNP em Recife/PE
2200.12.02	6º Distrito do DNAEE/PE
2200.12.03	4º Distrito do DNPM/PE
2200.16.01	Comissão Executiva do Projeto RADAMBRASIL/BA
2200.16.02	Escritório do CNP em Salvador/BA
2200.16.03	7º Distrito do DNPM/BA
2200.17.01	Escritório do CNP em Belo Horizonte/MG
2200.17.02	5º Distrito do DNAEE/MG
2200.17.03	3º Distrito do DNPM/MG
2200.20.01	Base de Apoio Rio de Janeiro/RJ
2200.20.02	Escritório do CNP no Rio de Janeiro/RJ
2200.20.03	4º Distrito do DNAEE/RJ
2200.20.04	9º Distrito do DNPM
2200.21.01	Escritório do CNP em São Paulo/SP
2200.21.02	3º Distrito do DNAEE/SP
2200.21.03	2º Distrito do DNPM/SP
2200.22.01	2º Distrito do DNAEE/PR
2200.23.01	Base de Apoio/SC
2200.23.02	Escritório do CNP em Criciúma/SC
2200.23.03	11º Distrito do DNPM/SC
2200.24.01	Escritório do CNP em Porto Alegre/RS
2200.24.02	1º Distrito do DNAEE/RS
2200.24.03	1º Distrito do DNPM/RS
2200.25.01	Escritório do CNP em Cuiabá/MT
2200.25.02	12º Distrito do DNPM/MT
2200.26.01	Base de Apoio/GO
2200.26.02	8º Distrito do DNAEE/GO
2200.26.03	6º Distrito do DNPM/GO
2200.27.01	Gabinete do Ministro
2200.27.02	Secretaria-Geral
2200.27.03	Secretaria-Geral - Entidades Supervisionadas
2200.27.04	Secretaria de Controle Interno
2200.27.05	Divisão de Segurança e Informações
2200.27.06	Conselho Nacional do Petróleo
2200.27.07	Departamento de Administração
2200.27.08	Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica
2200.27.09	Departamento Nacional da Produção Mineral
2200.27.10	Departamento do Pessoal
2200.27.11	Consultoria Jurídica
2200.27.12	Secretaria de Contabilidade
2200.27.13	Ministério das Minas e Energia
<u>MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL</u>	
2300.27.01	Secretaria-Geral
2300.27.02	Divisão de Segurança e Informações
2300.27.03	Departamento de Administração
2300.27.04	Central de Medicamentos





CÓDIGO	DENOMINAÇÃO
<u>MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES</u>	
2400.05.01	Primeira Comissão Brasileira Demarcadora de Limites/PA
2400.20.01	Segunda Comissão Brasileira Demarcadora de Limites/RJ
2400.20.02	Escritório Regional no Estado do Rio de Janeiro/RJ
2400.27.01	Secretaria-Geral
2400.27.02	Secretaria de Controle Interno
2400.27.03	Secretaria de Informações do Gabinete
2400.27.04	Departamento Geral de Administração
2400.27.05	Departamento de Comunicações e Documentação
2400.27.06	Departamento de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica
2400.27.07	Departamento de Cooperação Cultural e Divulgação
2400.27.08	Departamento de Promoção Comercial
2400.27.09	Departamento Econômico
2400.27.10	Cerimonial
2400.27.11	Divisão de Orçamento e Programação Financeira
2400.27.12	Divisão do Pessoal
2400.27.13	Divisão do Patrimônio
2400.27.14	Divisão Consular
2400.27.15	Divisão da Europa-II
2400.27.16	Instituto Rio Branco
2400.77.01	Escritório do Conselheiro Financeiro da Embaixada do Brasil em Washington
<u>MINISTÉRIO DA SAÚDE</u>	
2500.01.01	Diretoria Regional da SUCAM/RO
2500.02.01	Diretoria Regional da SUCAM/AC
2500.02.02	Delegacia Federal de Saúde/AC
2500.03.01	Diretoria Regional da SUCAM/AM
2500.03.02	Delegacia Federal de Saúde/AM
2500.03.03	Hospital Adriano Jorge/AM
2500.04.01	Diretoria Regional da SUCAM/RR
2500.04.02	Delegacia Federal de Saúde/RR
2500.05.01	Diretoria Regional da SUCAM/PA
2500.05.02	Delegacia Federal de Saúde/PA
2500.05.03	Hospital Barros Barreto/PA
2500.06.01	Diretoria Regional da SUCAM/AP
2500.06.02	Delegacia Federal de Saúde/AP
2500.07.01	Diretoria Regional da SUCAM/MA
2500.07.02	Delegacia Federal de Saúde/MA
2500.08.01	Diretoria Regional da SUCAM/PI
2500.08.02	Delegacia Federal de Saúde/PI
2500.08.03	Hospital Getúlio Vargas/PI
2500.09.01	Diretoria Regional da SUCAM/CE
2500.09.02	Delegacia Federal de Saúde/CE
2500.09.03	Hospital de Maracanaú/CE
2500.09.04	Pavilhão Rodrigues de Albuquerque-Sobral/CE
2500.10.01	Diretoria Regional da SUCAM/RN
2500.10.02	Delegacia Federal de Saúde/RN
2500.10.03	Pavilhão Rafael Fernandes - Mossoró/RN
2500.11.01	Diretoria Regional da SUCAM/PB
2500.11.02	Delegacia Federal de Saúde/PB
2500.12.01	Diretoria Regional da SUCAM/PE
2500.12.02	Delegacia Federal de Saúde/PE
2500.13.01	Diretoria Regional da SUCAM/AL
2500.13.02	Delegacia Federal de Saúde/AL



CÓDIGO	DENOMINAÇÃO
2500.15.01	Diretoria Regional da SUCAM/SE
2500.15.02	Delegacia Federal de Saúde/SE
2500.16.01	Diretoria Regional da SUCAM/BA
2500.16.02	Delegacia Federal de Saúde/BA
2500.17.01	Diretoria Regional da SUCAM/MG
2500.17.02	Delegacia Federal de Saúde/MG
2500.18.01	Diretoria Regional da SUCAM/ES
2500.18.02	Delegacia Federal de Saúde/ES
2500.19.01	Diretoria Regional da SUCAM/MS
2500.19.02	Delegacia Federal de Saúde/MS
2500.20.01	Diretoria Regional da SUCAM/RJ
2500.20.02	Delegacia Federal de Saúde/RJ
2500.20.03	Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária/RJ
2500.20.04	Instituto Nacional do Câncer/RJ
2500.20.05	Hospital Raphael de Paula Souza/RJ
2500.20.06	Hospital Pinel/RJ
2500.20.07	Centro Psiquiátrico Pedro II/RJ
2500.20.08	Colônia Juliano Moreira/RJ
2500.20.09	Campanha Nacional Contra a Tuberculose/RJ
2500.21.01	Diretoria Regional da SUCAM/SP
2500.21.02	Delegacia Federal de Saúde/SP
2500.22.01	Diretoria Regional da SUCAM/PR
2500.22.02	Delegacia Federal de Saúde/PR
2500.23.01	Diretoria Regional da SUCAM/SC
2500.23.02	Delegacia Federal de Saúde/SC
2500.24.01	Diretoria Regional da SUCAM/RS
2500.24.02	Delegacia Federal de Saúde/RS
2500.25.01	Diretoria Regional da SUCAM/MT
2500.25.02	Delegacia Federal de Saúde/MT
2500.26.01	Diretoria Regional da SUCAM/GO
2500.26.02	Delegacia Federal de Saúde/GO
2500.27.01	Gabinete do Ministro
2500.27.02	Conselho Nacional de Saúde
2500.27.03	Secretaria Geral
2500.27.04	Secretaria de Controle Interno
2500.27.05	Divisão de Segurança e Informações
2500.27.06	Departamento de Administração
2500.27.07	Superintendência de Campanhas de Saúde Pública
2500.27.08	Diretoria Regional da SUCAM
2500.27.09	Departamento do Pessoal
2500.27.10	Coordenadoria Regional de Saúde do Centro-Oeste
2500.27.11	Coordenadoria Regional de Saúde da Amazônia
2500.27.12	Coordenadoria Regional de Saúde do Sul
2500.27.13	Coordenadoria Regional de Saúde do Sudeste
2500.27.14	Coordenadoria Regional de Saúde do Nordeste
2500.27.15	Secretaria Nacional de Ações Básicas de Saúde
2500.27.16	Secretaria Nacional de Programas Especiais de Saúde
2500.27.17	Delegacia Federal de Saúde
2500.27.18	Campanha Nacional de Combate ao Câncer
2500.27.19	Campanha Nacional de Saúde Mental
2500.27.20	Secretaria de Contabilidade
<b>MINISTÉRIO DO TRABALHO</b>	
2600.01.01	Delegacia Regional do Trabalho em Rondônia/RO
2600.01.02	Subdelegacia do Trabalho em Ji-Paraná/RO





CÓDIGO	DENOMINAÇÃO
2600.02.01	Delegacia Regional do Trabalho/AC
2600.02.02	Subdelegacia do Trabalho em Cruzeiro do Sul/AC
2600.02.03	Delegacia Regional do SENAR/AC
2600.03.01	Delegacia Regional do Trabalho/AM
2600.03.02	Delegacia do Trabalho Marítimo em Manaus/AM
2600.03.03	Subdelegacia do Trabalho em Humaitã/AM
2600.03.04	Delegacia Regional do SENAR /AM
2600.04.01	Subdelegacia do Trabalho em Boa Vista/RR
2600.05.01	Delegacia Regional do Trabalho/PA
2600.05.02	Delegacia do Trabalho Marítimo em Belém/PA
2600.05.03	Subdelegacia do Trabalho em Santarém/PA
2600.05.04	Delegacia Regional do SENAR/PA
2600.06.01	Subdelegacia do Trabalho em Macapá/AP
2600.07.01	Delegacia Regional do Trabalho/MA
2600.07.02	Delegacia do Trabalho Marítimo em São Luiz/MA
2600.07.03	Subdelegacia do Trabalho em Imperatriz/MA
2600.07.04	Delegacia Regional do SENAR/MA
2600.08.01	Delegacia Regional do Trabalho/PI
2600.08.02	Delegacia do Trabalho Marítimo em Parnaíba/PI
2600.08.03	Subdelegacia do Trabalho em Parnaíba/PI
2600.08.04	Delegacia Regional do SENAR/PI
2600.09.01	Delegacia Regional do Trabalho/CE
2600.09.02	Delegacia do Trabalho Marítimo em Fortaleza/CE
2600.09.03	Subdelegacia do Trabalho em Crato/CE
2600.09.04	Subdelegacia do Trabalho em Sobral/CE
2600.09.05	Delegacia Regional do SENAR/CE
2600.10.01	Delegacia Regional do Trabalho/RN
2600.10.02	Delegacia Trabalho Marítimo em Natal/RN
2600.10.03	Subdelegacia do Trabalho em Mossoró/RN
2600.10.04	Delegacia Regional do SENAR/RN
2600.11.01	Delegacia Regional do Trabalho na Paraíba/PB
2600.11.02	Delegacia do Trabalho Marítimo em João Pessoa/PB
2600.11.03	Subdelegacia do Trabalho em Campina Grande/PB
2600.11.04	Delegacia Regional do SENAR/PB
2600.12.01	Delegacia Regional do Trabalho/PE
2600.12.02	Delegacia do Trabalho Marítimo em Recife/PE
2600.12.03	Subdelegacia do Trabalho em Caruarú/PE
2600.12.04	Subdelegacia do Trabalho em Garanhuns/PE
2600.12.05	Subdelegacia do Trabalho em Petrolina/PE
2600.12.06	Delegacia Regional do SENAR/PE
2600.13.01	Delegacia Regional do Trabalho em Alagoas/AL
2600.13.02	Delegacia do Trabalho Marítimo em Maceió/AL
2600.13.03	Subdelegacia do Trabalho em Delmiro Gouveia/AL
2600.13.04	Delegacia Regional do SENAR/AL
2600.15.01	Delegacia Regional do Trabalho/SE
2600.15.02	Delegacia do Trabalho Marítimo em Aracaju/SE
2600.15.03	Subdelegacia do Trabalho em Estância/SE
2600.15.04	Delegacia Regional do SENAR/SE
2600.16.01	Delegacia Regional do Trabalho/BA
2600.16.02	Delegacia do Trabalho Marítimo em Salvador/BA
2600.16.03	Subdelegacia do Trabalho em Feira de Santana/BA
2600.16.04	Subdelegacia do Trabalho em Ilhéus/BA
2600.16.05	Subdelegacia do Trabalho em Itabuna/BA
2600.16.06	Delegacia Regional do SENAR/BA
2600.17.01	Delegacia Regional do Trabalho em Minas Gerais/MG
2600.17.02	Delegacia do Trabalho Marítimo em Pirapora/MG
2600.17.03	Subdelegacia do Trabalho em Contagem/MG





CÓDIGO	DENOMINAÇÃO
2600.17.04	Subdelegacia do Trabalho em Curvelo/MG
2600.17.05	Subdelegacia do Trabalho em Divinópolis/MG
2600.17.06	Subdelegacia do Trabalho em Governador Valadares/MG
2600.17.07	Subdelegacia do Trabalho em Ipatinga/MG
2600.17.08	Subdelegacia do Trabalho em Itajubá/MG
2600.17.09	Subdelegacia do Trabalho em Juiz de Fora/MG
2600.17.10	Subdelegacia do Trabalho em Montes Claros/MG
2600.17.11	Subdelegacia do Trabalho em Patos de Minas/MG
2600.17.12	Subdelegacia do Trabalho em Poços de Caldas/MG
2600.17.13	Subdelegacia do Trabalho em Teófilo Otoni/MG
2600.17.14	Subdelegacia do Trabalho em Uberlândia/MG
2600.17.15	Subdelegacia do Trabalho em Varginha/MG
2600.17.16	Subdelegacia do Trabalho em Ponte Nova/MG
2600.17.17	Subdelegacia do Trabalho em Uberaba/MG
2600.17.18	Delegacia Regional do SENAR/MG
2600.18.01	Delegacia Regional do Trabalho/ES
2600.18.02	Delegacia do Trabalho Marítimo em Vitória/ES
2600.18.03	Subdelegacia do Trabalho em Cachoeiro do Itapemirim/ES
2600.18.04	Subdelegacia do Trabalho em Colatina/ES
2600.18.05	Delegacia Regional do SENAR/ES
2600.19.01	Delegacia Regional do Trabalho em Mato Grosso do Sul/MS
2600.19.02	Delegacia do Trabalho Marítimo em Corumbá/MS
2600.19.03	Subdelegacia do Trabalho em Dourados/MS
2600.19.04	Delegacia Regional do Trabalho/MS
2600.20.01	Conselho Superior do Trabalho Marítimo/RJ
2600.20.02	Delegacia Regional do Trabalho/RJ
2600.20.03	Delegacia do Trabalho Marítimo/RJ
2600.20.04	Subdelegacia do Trabalho em Niterói/RJ
2600.20.05	Subdelegacia do Trabalho em Barra Mansa/RJ
2600.20.06	Subdelegacia do Trabalho em Campos/RJ
2600.20.07	Subdelegacia do Trabalho em Duque de Caxias/RJ
2600.20.08	Subdelegacia do Trabalho em Nova Friburgo/RJ
2600.20.09	Subdelegacia do Trabalho em Nova Iguaçu/RJ
2600.20.10	Subdelegacia do Trabalho em Volta Redonda/RJ
2600.20.11	Subdelegacia do Trabalho em Itaperuna/RJ
2600.20.12	Subdelegacia do Trabalho em São Gonçalo/RJ
2600.20.13	Departamento de Administração-Representação/RJ
2600.20.14	Serviço Especial de Bolsas de Estudo/RJ
2600.20.15	Delegacia Regional do SENAR/RJ
2600.20.16	Secretaria de Segurança e Medicina do Trabalho-Representação/RJ
2600.21.01	Delegacia Regional do Trabalho em São Paulo/SP
2600.21.02	Delegacia do Trabalho Marítimo em Santos/SP
2600.21.03	Subdelegacia do Trabalho em Araçatuba/SP
2600.21.04	Subdelegacia do Trabalho em Araraquara/SP
2600.21.05	Subdelegacia do Trabalho em Barretos/SP
2600.21.06	Subdelegacia do Trabalho em Baurú/SP
2600.21.07	Subdelegacia do Trabalho em Campinas/SP
2600.21.08	Subdelegacia do Trabalho em Franca/SP
2600.21.09	Subdelegacia do Trabalho em Guarulhos/SP
2600.21.10	Subdelegacia do Trabalho em Jundiaí/SP
2600.21.11	Subdelegacia do Trabalho em Marília/SP
2600.21.12	Subdelegacia do Trabalho em Presidente Prudente/SP
2600.21.13	Subdelegacia do Trabalho em Ribeirão Preto/SP
2600.21.14	Subdelegacia do Trabalho em Santo André/SP
2600.21.15	Subdelegacia do Trabalho em Santos/SP
2600.21.16	Subdelegacia do Trabalho em São Bernardo do Campo/SP
2600.21.17	Subdelegacia do Trabalho em São Carlos/SP
2600.21.18	Subdelegacia do Trabalho em São José dos Campos/SP





CÓDIGO	DENOMINAÇÃO
2600.21.19	Subdelegacia do Trabalho em São José do Rio Preto/SP
2600.21.20	Subdelegacia do Trabalho em Sorocaba/SP
2600.21.21	Subdelegacia do Trabalho em Osasco/SP
2600.21.22	Delegacia Regional do SENAR/SP
2600.22.01	Delegacia Regional do Trabalho/PR
2600.22.02	Delegacia do Trabalho Marítimo em Paranaguá/PR
2600.22.03	Delegacia do Trabalho Marítimo em Foz do Iguaçu/PR
2600.22.04	Subdelegacia do Trabalho em Foz do Iguaçu/PR
2600.22.05	Subdelegacia do Trabalho em Londrina/PR
2600.22.06	Delegacia Regional do SENAR/PR
2600.23.01	Delegacia Regional do Trabalho/SC
2600.23.02	Delegacia do Trabalho Marítimo em Itajaí/SC
2600.23.03	Subdelegacia do Trabalho em Blumenau/SC
2600.23.04	Subdelegacia do Trabalho em Chapecó/SC
2600.23.05	Subdelegacia do Trabalho em Criciúma/SC
2600.23.06	Subdelegacia do Trabalho em Joaçaba/SC
2600.23.07	Subdelegacia do Trabalho em Joinville/SC
2600.23.08	Delegacia Regional do SENAR/SC
2600.24.01	Delegacia Regional do Trabalho/RS
2600.24.02	Delegacia do Trabalho Marítimo em Rio Grande/RS
2600.24.03	Subdelegacia do Trabalho em Bagé/RS
2600.24.04	Subdelegacia do Trabalho em Caxias do Sul/RS
2600.24.05	Subdelegacia do Trabalho em Passo Fundo/RS
2600.24.06	Subdelegacia do Trabalho em Pelotas/RS
2600.24.07	Subdelegacia do Trabalho em Santa Maria/RS
2600.24.08	Subdelegacia do Trabalho em Santo Ângelo/RS
2600.24.09	Subdelegacia do Trabalho em São Leopoldo/RS
2600.24.10	Subdelegacia do Trabalho em Uruguaiana/RS
2600.24.11	Delegacia Regional do SENAR/RS
2600.25.01	Delegacia Regional do Trabalho/MT
2600.25.02	Subdelegacia do Trabalho em Rondonópolis/MT
2600.25.03	Delegacia Regional do SENAR/MT
2600.26.01	Delegacia Regional do Trabalho/GO
2600.26.02	Subdelegacia do Trabalho em Anápolis/GO
2600.26.03	Subdelegacia do Trabalho em Jataí/GO
2600.26.04	Delegacia Regional do SENAR/GO
2600.27.01	Gabinete do Ministro
2600.27.02	Conselho Federal de Mão de Obra
2600.27.03	Secretaria Geral
2600.27.04	Centro de Documentação e Informática
2600.27.05	Secretaria Geral - Entidades Supervisionadas
2600.27.06	Secretaria Geral - Órgãos Regionais do Trabalho
2600.27.07	Delegacia Regional do Trabalho
2600.27.08	Subdelegacia do Trabalho em Taguatinga
2600.27.09	Subdelegacia do Trabalho em Formosa
2600.27.10	Secretaria de Controle Interno
2600.27.11	Divisão de Segurança e Informações
2600.27.12	Secretaria de Relações do Trabalho
2600.27.13	Secretaria de Emprego e Salário
2600.27.14	Secretaria de Mão de Obra
2600.27.15	Departamento de Administração
2600.27.16	Departamento do Pessoal
2600.27.17	Serviço Nacional de Formação Profissional Rural
2600.27.18	Secretaria de Segurança e Medicina do Trabalho
2600.27.19	Secretaria de Promoção Social
2600.27.20	Secretaria de Imigração



CÓDIGO	DENOMINAÇÃO
	<p><u>MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES</u></p> <p>2700.05.01 8º Batalhão de Engenharia de Construção/PA</p> <p>2700.08.01 2º Batalhão de Engenharia de Construção/PI</p> <p>2700.08.02 3º Batalhão de Engenharia de Construção/PI</p> <p>2700.11.01 1º Grupamento de Engenharia de Construção/PB</p> <p>2700.16.01 4º Batalhão de Engenharia de Construção/BA</p> <p>2700.17.01 2º Batalhão Ferroviário/MG</p> <p>2700.23.01 1º Batalhão Ferroviário/SC</p> <p>2700.25.01 9º Batalhão de Engenharia de Construção/MT</p> <p>2700.25.02 Comissão de Estradas de Rodagem nº 3/MT</p> <p>2700.27.01 Gabinete do Ministro</p> <p>2700.27.02 Secretaria Geral</p> <p>2700.27.03 Secretaria Geral - Entidades Supervisionadas</p> <p>2700.27.04 Secretaria de Controle Interno</p> <p>2700.27.05 Divisão de Segurança e Informações</p> <p>2700.27.06 Departamento de Administração</p> <p>2700.27.08 Departamento do Pessoal</p>





INSTRUÇÃO NORMATIVA SECIN/SEPLAN/PR/Nº 007, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1982

O SECRETÁRIO-CENTRAL DE CONTROLE INTERNO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 8º do Decreto-Lei nº 1.815, de 09 de dezembro de 1980, resolve

DELEGAR competência a Secretários de Controle Interno e autoridades de atribuição equivalente para, no corrente exercício financeiro de 1982, proceder à inscrição, em Restos a Pagar, de despesas empenhadas e não pagas, observada a disciplina das Instruções Normativas SECIN/SEPLAN/PR nºs 003, de 18 de dezembro de 1980 e 004, de 30 de agosto de 1982.

FERNANDO DE OLIVEIRA

Secretário-Central de Controle Interno



## PARTE II

### A EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO E A SITUAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA FEDERAL





A EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO



## A EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO

### ASPECTOS GERAIS

O Orçamento Geral da União para o exercício financeiro de 1982, objeto da Lei nº 6.962, de 07 de dezembro de 1981, ao dispor sobre os ingressos e dispêndios de órgãos da Administração Direta e entidades da Administração Indireta, além das fundações instituídas e subvencionadas pelo Governo Federal, estimou a Receita e fixou a Despesa, equilibradamente, em Cr\$4.471.970 bilhões.

A peça orçamentária se compõe de dois Anexos compreendendo a estimativa e a identificação da despesa, complementada por Adendo. Divulgou, ainda, o Anexo III, consubstanciador da programação de entidades supervisionadas (autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações) através de recursos transferidos do Orçamento Geral.

Levadas em conta somente as receitas e despesas envolvidas pela direta atuação do Tesouro, confrontadas a previsão de receita e a fixação de despesa, assim se demonstra o resultado comparado:

### EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA EM 1982 RECEITAS E DESPESAS DO TESOURO CONFRONTO ENTRE PREVISÕES E REALIZAÇÕES

Cr\$1.000.000

ESPECIFICAÇÃO	ORÇADO	REALIZADO	DIFERENÇA
I - RECEITA	4.000.200	4.774.815	+ 19.37
Receitas Correntes	3.936.269	4.726.843	+ 29.08
Receitas de Capital	63.931	47.972	- 24.97
II - DESPESA	4.000.200	4.619.772	+ 15.49
Despesas Correntes	2.522.147	3.521.784	+ 39.63
Despesas de Capital	817.653	1.097.988	+ 34.28
Reserva de Contingência	660.400	-	-
III - SUPERÁVIT	-	155.043	-





As receitas e despesas de entidades da Administração In direta e fundações beneficiárias de transferências do orçamento geral foram pormenorizadas em instrumentos orçamentários próprios, moldados à lei vigente. Sua execução é demonstrada em balanços e peças instrutivas colocados na Parte II do Volume 2º. Essas entidades descentralizadas estão nominadas em tópico pertinente neste relatório.

### CRÉDITOS SUPLEMENTARES

A Lei-de-Meios autorizou o Poder Executivo (art. 5º) a abrir créditos suplementares, mediante anulação parcial ou total de dotações ou créditos adicionais, até o limite de 25% do total da despesa fixada para 1982, ou sejam Cr\$1.117.992,5 milhões.

Pela Lei nº 7.027, de 13.09.82, o Poder Executivo teve sua limitação ampliada em Cr\$519.190 milhões para utilização do excesso de arrecadação de receitas ordinárias do Tesouro Nacional, de acordo com o disposto na Lei nº 4.320, de 17.03.64, em seu artigo 43, § 1º, II.

Em consequência, o limite de abertura de créditos suplementares em 1982 ficou adstrito a:

	<u>Cr\$1 milhão</u>
Lei 6.962/81 (Lei-de-Meios).....	1.117.992,5
Lei 7.027/82.....	<u>519.190,0</u>
S O M A .....	<u>1.637.182,5</u>



Os decretos expedidos pelo Poder Executivo determinaram a utilização de créditos adicionais no valor de Cr\$1.613.710.922.000. Deduzida a parcela relativa a suplementação de Reserva de Contingência, no valor de Cr\$174.450.000.000 resultou o líquido no valor de Cr\$1.439.260.922.000. Significa dizer que Cr\$197.921.578.000 do limite permissivo não foram utilizados.

### CRÉDITOS ESPECIAIS

Sob prévia autorização legislativa, pôde o Executivo abrir e reabrir créditos especiais no valor de Cr\$13.494.944.000, em favor dos seguintes Ministérios e Órgãos:

	<u>Cr\$1 milhão</u>
Ministério da Educação e Cultura.....	1.041,799
Ministério da Fazenda.....	11.908,310
Ministério da Justiça.....	9,670
Ministério da Saúde.....	316,589
Justiça Federal de Primeira Instância.....	43,000
Justiça do Trabalho.....	175,576
	<u>13.494,944</u>

Os créditos especiais abertos e reabertos podem ser assim rememorados:

<u>I - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA</u>	<u>Cr\$1 milhão</u>
a) destinado à instituição da Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR.....	102,000
b) em favor das entidades supervisionadas.....	939,799





## II - MINISTÉRIO DA FAZENDA

Cr\$1 milhão

- |  |            |
|--|------------|
| a) destinado ao Fundo Especial de Exportação/Açúcar.....               | 11.500,000 |
| b) destinado à administração e manutenção de unidades nos Estados..... | 408,319    |

## III - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

- |   |       |
|---|-------|
| destinado à instalação de Procuradoria Regional do Trabalho da 10ª, 11ª e 12ª Região..... | 9,670 |
|---|-------|

## IV - MINISTÉRIO DA SAÚDE

- |  |         |
|--|---------|
| destinado ao desenvolvimento dos programas de saúde..... | 316,589 |
|--|---------|

## V - JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA

- |   |        |
|---|--------|
| destinado às obras do anexo do edifício-sede no Rio de Janeiro..... | 43,000 |
|---|--------|

## VI - JUSTIÇA DO TRABALHO

- |  |         |
|--|---------|
| a) destinado à instalação de Juntas de Conciliação e Julgamento das 2ª, 4ª e 8ª Regiões..... | 126,576 |
| b) destinado à instalação de Juntas de Conciliação e Julgamento da 7ª Região.....            | 60,000  |

Como se observa, a quantia bastante significativa de Cr\$11.500.000.000 foi destinada a alimentar fundo especial dedicado à exportação, particularmente de açúcar.

Os recursos compensatórios foram obtidos mediante anulação de créditos orçamentários e excesso de arrecadação de receitas do Tesouro.

Não ocorreu, em 1982, abertura de crédito extraorçamentário.



## PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA

O Decreto nº 86.794, de 28 de dezembro de 1981, efetuou a programação de caixa sob o limite de Cr\$4.000.200 milhões e ao mesmo tempo estabeleceu outros comportamentos.

No tocante à execução orçamentário-financeira, o Decreto trouxe apenas uma inovação, qual seja a de coibir a pulverização de contas bancárias. Vedou-se a permanência ou abertura de contas específicas para os recursos alocados sob a forma de convênio.

No mais, restringiu-se a dar cumprimento a normas legais pertinentes. À luz do artigo 6º do Decreto-lei nº 1.815/80, pôs-se em prática a remessa de recursos para o exterior, onerando o Ministério ou Órgão remetente com a totalidade da operação. Eliminada a figura da taxa aleatória (o extinto dólar orçamentário), a medida veio facilitar a tarefa no campo contábil e permitir o conhecimento do preço real do bem ou serviço adquirido em moeda estrangeira.

A realidade da programação financeira executada está contida em tópico incluído neste relatório.





A REALIZAÇÃO DA RECEITA



## REALIZAÇÃO DA RECEITA

A Receita alcançou, na marca da execução, o valor de Cr\$4.774.815.069.346. Posta em contraste com a estimada, que foi de Cr\$4.000.200.000.000, apresenta a diferença positiva de Cr\$774.615.069.346, ou sejam 16%.

Apresentou ela um crescimento nominal de 103% sobre a de 1981 (que significou Cr\$2.351,9 bilhões). As Receitas Correntes contribuíram com 98,9%, ou seja, Cr\$4.726.843 milhões.

A Receita Tributária mostra a arrecadação no valor de Cr\$3.901 bilhões, correspondente a 82% do total. Em relação a 1981, seu incremento significa 102% sobre o volume então arrecadado, de Cr\$1.929,5 bilhões. Dentro da Receita Tributária, respondem os impostos com Cr\$3,634 bilhões (93%), as taxas com Cr\$234 bilhões (6,0%) e a correção monetária com Cr\$32 bilhões (0,8%). No exercício de 1981 os impostos consubstanciaram o índice de 90% da receita tributária. Esse percentual cresceu ainda mais em 1982, ao chegar a 93%.

Os grandes adutores da Receita Tributária continuam sendo os impostos sobre a renda e proventos (1.457 bilhões), produtos industrializados (1.064 bilhões), operações financeiras (556 bilhões) e importação (234 bilhões). Compõem eles, somados, o apreciável índice de 85% sobre o produto tributário, no valor de Cr\$3.901 bilhões.

No bojo dos demais ingressos classificados como Receitas Correntes vamos encontrar a Receita Patrimonial e as Receitas Diversas com as marcas de Cr\$69,366 bilhões e Cr\$407,281 bilhões, respectivamente, contra as de Cr\$41 e Cr\$201 bilhões, registradas em 1981. A Receita Patrimonial cresceu 70,0% e as Receitas Diversas 100%.

A arrecadação da Receita Orçamentária da União se operou em todo o território nacional e no exterior. As Unidades Federativas com mais forte desempenho arrecadador continuam sendo, tal como em 1981, os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, o Distrito Federal e os Estados de Minas Gerais e Rio Grande do Sul, nessa ordem, como se reflete no quadro a seguir:





ANO: 1982

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	RECEITA ARRECADADA	Cr\$ milhões	
		% O	SOBRE TOTAL
São Paulo .....	1.587.048,7		33,2
Rio de Janeiro .....	1.118.869,3		23,4
Distrito Federal .....	873.966,1		18,3
Minas Gerais .....	321.188,8		6,7
Rio Grande do Sul .....	228.563,0		4,8
Paraná .....	142.749,8		3,0
Outros .....	502.429,3		10,5

No ano de 1981, a arrecadação assim se comportou:

ANO: 1981

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	RECEITA ARRECADADA	Cr\$ milhões	
		% O	SOBRE TOTAL
São Paulo .....	787.770,8		33,5
Rio de Janeiro .....	528.885,0		22,5
Distrito Federal .....	447.944,0		19,1
Minas Gerais .....	142.440,7		6,1
Rio Grande do Sul .....	119.037,8		5,1
Paraná .....	75.934,7		3,2
Outros .....	249.943,8		10,5

A ordem de colocação dos Estados segundo a arrecadação não reflete a verdade. O sistema de arrecadação da receita federal revelou-se, mais uma vez, incapaz de discriminar o montante oriundo de cada Unidade Federativa com relação ao Imposto Sobre Operações Financeiras e Imposto Sobre a Exportação. Ditos Impostos figuram, de acordo com os elementos fornecidos pelo Ministério da Fazenda, como arrecadados totalmente no Distrito Federal. Sabemos, entretanto, que certos Estados, mormente São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, concorrem para a quase totalidade desses ingressos por força da localização dos maiores parques industriais exportadores do país.

Em nosso relatório anterior, de 1981, já registrávamos essa impropriedade. Lamentavelmente, apesar de nossa insistên-



cia junto à Receita Federal e ao Banco Central, ainda não obtivemos êxito. Podemos afirmar, sem qualquer receio, ser inexata a 3.<sup>a</sup> colocação atribuída ao Distrito Federal. Fique o registro de nosso inconformismo.

## IMPOSTOS SOBRE O COMÉRCIO EXTERIOR

### IMPORTAÇÃO

O Imposto de Importação continua detendo o quarto lugar na arrecadação. Sua marca foi de Cr\$234 bilhões e significou 83% do valor da estimativa, que era de Cr\$280 bilhões. O desestímulo oficial ao programa de importações, visando ao equilíbrio da balança comercial, mostra que as diretrizes vão sendo cumpridas na medida em que se observam menores índices de arrecadação quanto a produtos estrangeiros.

### EXPORTAÇÃO

Ao contrário de seu opositor — Imposto de Importação — o Imposto de Exportação se beneficia de fortes estímulos governamentais tendentes a cumprir a meta de que "exportar é a solução". Este tributo arrecadou apenas Cr\$7 bilhões contra Cr\$11,580 bilhões verificados em 1981. Ainda assim, superou em Cr\$6,8 bilhões a previsão, que fora de apenas Cr\$200 milhões.





## IMPOSTO SOBRE O PATRIMÔNIO E A RENDA

### TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS (SISA)

O Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis, atribuído à União nos Territórios, proporcionou aos cofres federais o montante de Cr\$20,200 milhões. A arrecadação ficou aquém da previsão em Cr\$14,800 milhões.

### RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA

O Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza garante o primeiro posto na arrecadação total. Em 1982 a previsão fora de Cr\$1,023 trilhões e o produto dos ingressos foi de Cr\$1,457 trilhões com um acréscimo de mais de 42%. Relativamente a 1981, cuja arrecadação chegou a Cr\$674,019 bilhões, o percentual detém a margem de 116%. No conjunto das receitas auferidas em 1982, o Imposto sobre a Renda assume o índice percentual de 37,31, mais do que em 1981, quando apresentou 28,71.

Cabe destacar que não se encontram envolvidas na arrecadação deste tributo as contribuições para programas especiais nem estão incluídos os incentivos fiscais recolhidos por pessoas jurídicas.

Os incentivos fiscais de pessoas físicas beiraram o valor de Cr\$29,805 bilhões.

Relativamente a incentivos fiscais de pessoas jurídicas foi atingida em 1982 a importância de Cr\$340.880.681 mil. aí incluídos Cr\$97,031 bilhões do PIN (FINOR, FINAM e Outros) e Cr\$64,687 bilhões do PROTEFRA (FINOR, FINAM e Outros), a saber:



PESSOAS JURÍDICAS

	<u>Cr\$ 1.000</u>
FINOR.....	74.799.801
FINAM.....	31.222.834
FISSET (pesca).....	865.264
FISSET (turismo).....	2.433.633
FISSET (reflorestamento).....	52.083.903
PIN.....	97.031.196
PROTERRA.....	64.687.440
OUTROS.....	17.756.610
	<u><del>340.880.681</del></u>

PESSOAS FÍSICAS (\*)

Decreto-lei 157/67.....	<u>29.805.505</u>
<b>T O T A L.....</b>	<u><b>370.686.186</b></u>

(\*) Valor sujeito a confirmação, por depender da utilização de listagem das opções manifestadas pelos contribuintes.

IMPOSTOS SOBRE A PRODUÇÃO E A CIRCULAÇÃOPRODUTOS INDUSTRIALIZADOS

O Imposto sobre Produtos Industrializados se traduz na segunda maior fonte canalizadora de tributos. Sua arrecadação atingiu Cr\$1,064 trilhões e superou a estimativa, que era de





Cr\$1.040 trilhões, em Cr\$24 bilhões. Em relação a 1981, cujos ingressos se situaram em 524,609 bilhões de cruzeiros, o crescimento nominal representou pouco mais de 100%. A participação desse tributo no conjunto dos ingressos do Tesouro está localizada em 27,3%, contra os 22,3% observados em 1981. A industrialização do fumo concorreu com Cr\$536 bilhões e respondeu por 50,4% de sua arrecadação.

O fraco desempenho desse tributo, no tocante à estimativa de arrecadação, que mal suplantou, pode ser adjudicado ao critério de menor incidência sobre produtos básicos consumidos pelas classes menos favorecidas e maior ênfase na tributação de bens de consumo e permanentes adquiridos pelas faixas de população mais aquinhoadas. O não essencial ou supérfluo está suportando a carga antes colocada mais pesadamente sobre a vida econômica dos estratos mais carentes da sociedade. O prosseguimento do programa de restituição do IPI, como reflexo do estímulo às exportações, foi outro fator decisivo no baixo comportamento dos ingressos.

Sabe-se, no entanto, que esse e outros tributos têm assumido muito mais o conceito da extrafiscalidade, isto é, a política de estímulo às exportações, e menos o intuito de colher as arrecadações fiscais.

### CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS

A arrecadação do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias, efetuada pela União nos Territórios, chegou a Cr\$1.296 bilhões contra os Cr\$3,615 bilhões previstos. No ano de 1981, a arrecadação deste tributo registrou Cr\$1.720 bilhões. O comportamento desse tributo foi péssimo, em 1982, quer em relação à estimativa



— cumprida em torno de 36%, apenas — quer em relação ao normal crescimento que deveria se aguardar em função das quantias acusadas em 1981.

Recomendaríamos à Secretaria da Receita Federal voltasse sua atenção para o baixo desempenho do ICM auferido pela União nos Territórios Federais, a fim de ser corrigida a anomalia.

### OPERAÇÕES FINANCEIRAS

O Imposto sobre Operações Financeiras é, por excelência, o instrumento utilizado para dificultar a importação de bens e serviços e a contratação de empréstimos internos, além de desestimular as viagens de turismo ao exterior, com a sobretaxa impositiva ao preço de venda da moeda estrangeira.

Os ingressos somaram Cr\$555,879 bilhões, correspondendo ao dobro, praticamente, do valor observado em 1981, de Cr\$279,350 bilhões. A estimativa, enquadrada em Cr\$404 bilhões, foi superada em pouco mais de Cr\$151 bilhões, isto é, 37,6%, contra os 41,4% do exercício de 1981.

### SERVIÇO DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO INTERMUNICIPAL E INTERESTADUAL DE PESSOAS E CARGAS

Este tributo gerou ingressos de Cr\$39,458 bilhões e ultrapassou a previsão, de Cr\$36 bilhões, em cerca de 8%. O ano de 1981 registrou a arrecadação de Cr\$19,750 bilhões e o crescimento desse tributo situou-se em 100%.





## IMPOSTOS ESPECIAIS

O conjunto de Impostos Especiais abarca os chamados Impostos Únicos, os quais contribuíram com a soma no valor de Cr\$276.142 bilhões, contra uma estimativa quase igual, de Cr\$278,500 bilhões. Em relação a 1981 (Cr\$138,849 bilhões), o crescimento mostra praticamente 100%.

## LUBRIFICANTES E COMBUSTÍVEIS

O Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos e Adicional, cuja estimativa fora de Cr\$111 bilhões, cumpriu seu papel ao arrecadar Cr\$111,546 bilhões.

No tocante a 1981, que mostrou Cr\$60,140 bilhões, inclusive adicional, o comportamento de 1982 evidenciou o crescimento de 85%, arredondadamente.

## ENERGIA ELÉTRICA

A arrecadação de 1982, de Cr\$127,375 bilhões, ficou Cr\$5,625 bilhões aquém da previsão, que era de Cr\$133 bilhões. Em relação ao ano de 1981, porém, cresceu Cr\$66,799 bilhões ou seja, quase 90%.

## MINERAIS

O Imposto Único sobre Minerais foi o que melhor se comportou dentre seus congêneres, ao mostrar a arrecadação de Cr\$37.222 bilhões contra a expectativa de Cr\$34,500 bilhões. O



registro percentual mostra ingressos além de 10,7 pontos sobre a previsão. Comparada a 1981, com Cr\$18,135 bilhões, a coleta de 1982 se colocou em mais de 100% superior àquela.

## TAXAS

As taxas arrecadadas ficaram no patamar de Cr\$234,543 bilhões e correspondem a um excesso de Cr\$28,207 bilhões quanto à previsão (13,6%), localizada em Cr\$206,336 bilhões.

Comparativamente a 1981, cujo total revelou Cr\$127,709 bilhões, as taxas proporcionaram em 1982 um aumento de arrecadação ao redor de 83%.

## OUTRAS RECEITAS

### CORREÇÃO MONETÁRIA

A Correção Monetária aplicável aos tributos proporcionou a arrecadação líquida de Cr\$32,194 bilhões. A estimativa havia sido de Cr\$16,014 bilhões e, em decorrência, verificou-se o dobro, praticamente, da realização. Comparativamente a 1981, cujo ingresso foi de Cr\$11,822 bilhões, houve incremento nominal de 172,8%.





## PARTICIPAÇÃO E DIVIDENDOS

Integrante mais expressiva da Receita Patrimonial, a Receita de Participação e Dividendos, representativa de imobilizações da União no capital de empresas públicas e sociedades de economia mista, significou o volume de Cr\$55,022 bilhões. A arrecadação foi 1,8% aquém da previsão de Cr\$56 bilhões. Relativamente a 1981 (Cr\$30,242 bilhões), o crescimento mostra 81,8%.

## SALÁRIO-EDUCAÇÃO

Os ingressos decorrentes da contribuição do salário-educação chegaram a marca de Cr\$122,989 bilhões, representando mais 28,11% sobre a estimativa, calculada em Cr\$96 bilhões.

Essa contribuição produziu em 1981 a soma no valor de Cr\$61,706 bilhões, que praticamente duplicou em 1982 (99,3%).

## PIN E PROTERRA

As contribuições destinadas aos Programas de Integração Nacional-PIN e de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste-PROTERRA (estimativas de Cr\$63,430 bilhões e Cr\$42,290 bilhões, respectivamente), apresentaram ingressos, na ordem, de Cr\$31,518 bilhões e Cr\$21,018 bilhões, cujo total, de Cr\$52,536 bilhões, se situa 50,31% abaixo da previsão. No ano anterior, 1981, o cômputo chegou a Cr\$81,480 bilhões, inferior em 29,74%.



## SOBRETARIFA DE TELECOMUNICAÇÕES

Os ingressos sob este título somaram Cr\$115,115 bilhões, refletindo maior arrecadação de 25,1% sobre a estimativa, de Cr\$92 bilhões. Em contraste com 1981, em que a arrecadação refletiu Cr\$48,365 bilhões, o crescimento significou 138%.

## DIVERSOS

A Receita Industrial comportou a arrecadação de Cr\$1,016 bilhões, gerada notadamente pelo Departamento de Imprensa Nacional, cujo faturamento respondeu por Cr\$1,002 bilhões, contra os Cr\$371,637 milhões registrados em 1981. O Centro Gráfico do Senado Federal também cresceu, não obstante em percentual menor: arrecadou 6,018 milhões de cruzeiros em 1982 e Cr\$5,000 milhões em 1981. A Receita Industrial experimentou, conseqüentemente, sensível estímulo no processo arrecadador como o comprova o excelente índice de 170% em 1982 contrastado com 1981.

## PARTICIPAÇÕES DIVERSAS

Este agrupamento pertence, com a estimativa de Cr\$127,600 bilhões, ao título Transferências Correntes, cuja captação chegou a Cr\$186,701 bilhões.

Dentro de Participações Diversas vamos encontrar o ingresso mais sensível que é a Cota-parte do Preço de Realimentação da Gasolina, retratando a arrecadação de Cr\$141,722 bilhões em 1982, contra a estimativa de Cr\$85 bilhões.

Seu crescimento nominal foi, assim, de 66,73%.





## RECEITAS DIVERSAS

As Receitas Diversas constituem-se dos agrupamentos Multas, Indenizações e Restituições, Cobrança da Dívida Ativa e Outras Receitas Diversas, com a previsão orçamentária no valor de Cr\$345,788 bilhões e coleta de Cr\$407,282 bilhões.

### MULTAS

A arrecadação de Multas ficou aquém da previsão. Registrou-se o ingresso de Cr\$27.207 bilhões contra Cr\$34,730 bilhões estimados. O percentual negativo corresponde a 22%.

### INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES

A previsão, de Cr\$2,400 bilhões, foi superada pela arrecadação, que abordou Cr\$3,151 bilhões. O esforço significa 31,29%.

### DÍVIDA ATIVA

A cobrança da Dívida Ativa alcançou Cr\$3,451 bilhões não chegou a expectativa orçamentária, de Cr\$3,780 bilhões, da qual se distanciou 9%.



## OUTRAS RECEITAS DIVERSAS

Sua previsão de Cr\$304,878 bilhões foi largamente ultrapassada pela arrecadação, que evidenciou Cr\$372,613 bilhões e progrediu em 22,21%.

As rubricas preponderantes da formação de Outras Receitas Diversas foram:

- *Contribuições, com previsão de Cr\$163,728 bilhões e arrecadação de Cr\$223,405 bilhões (36% além);*
- *Correção Monetária não incidente nos tributos, com previsão de Cr\$7,300 e arrecadação de Cr\$13,885 bilhões (90,20% acima);*
- *Tarifas, com previsão de Cr\$108,745 e arrecadação de Cr\$126,964 bilhões (16,75% a maior);*
- *Serviços não Industriais, com previsão de Cr\$20,552 e arrecadação de Cr\$5,672 bilhões (menos 72%); e*
- *Rendas Eventuais, com previsão de Cr\$3,354 e arrecadação de Cr\$2,192 bilhões (34,6% abaixo).*

## RECEITAS DE CAPITAL

As Receitas de Capital foram orçadas em Cr\$63,931 bilhões e sua realização demonstrou somente Cr\$47,972 bilhões.

Os valores mais expressivos desse quadro podem ser assim decompostos:





- Operações de Crédito Externas, com estimativa de Cr\$61,110 efetivo ingresso de Cr\$35,649 bilhões;
- Operações de Crédito Internas, com estimativa de Cr\$ 2,253 bilhões e efetivo ingresso de Cr\$11,402 bilhões;
- Alienação de Bens Móveis, com estimativa de Cr\$46,697 milhões e efetivo ingresso de Cr\$77,991 milhões;
- Alienação de Bens Imóveis, com estimativa de Cr\$353,955 milhões e efetivo ingresso de Cr\$325,321 milhões; e
- Amortização de Empréstimos Concedidos, com estimativa de Cr\$141,459 milhões e efetivo ingresso de Cr\$510,387 milhões.

## FINSOCIAL

O Fundo de Investimento Social-FINSOCIAL, criado pelo Decreto-Lei nº 1.940, de 25 de maio de 1982, é gerido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social-BNDES. As informações colhidas por nós junto ao BNDES esclarecem que a arrecadação do FINSOCIAL, em 1982, chegou a Cr\$132.603.595.690 e as aplicações somaram Cr\$37.374.203.000, deste modo distribuídas:

	<u>Cr\$1,00</u>
BNH.....	17.000.000.000
INCRA.....	6.874.203.000
INAN.....	3.500.000.000
FNDE/INAE.....	10.000.000.000
	<u>37.374.203.000</u>

O saldo disponível em 31/12/82, conseqüentemente, era de Cr\$95.229.392.690.



## IMPOSTO TERRITORIAL RURAL (\*)

A arrecadação de Imposto Territorial Rural, que figurou no Orçamento com a previsão de Cr\$9 bilhões, sob Receita Tributária, não transitou pelas contas do Tesouro Nacional. Os ingressos foram diretamente alocados ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA, que forneceu à Secretaria-Central de Controle Interno o mapa da distribuição dos recursos por Unidade Federativa reproduzido a seguir:

### IMPOSTO TERRITORIAL RURAL DEMONSTRATIVO DA ARRECADAÇÃO DE 1982

Cr\$ 1,00

U.F.	INCRA	PREFEITURAS	TOTAL
Acre.....	15.191.359	53.150.198	68.341.557
Alagoas.....	36.182.741	99.399.749	135.582.490
Amazonas.....	20.618.851	62.212.747	82.831.598
Amapá.....	7.287.789	15.681.571	22.969.360
Bahia.....	165.151.938	535.488.684	700.640.622
Ceará.....	20.000.113	56.436.996	76.437.109
Distrito Federal.....	17.181.103	19.966.734	37.147.837
Espírito Santo.....	39.223.344	208.047.217	247.270.561
Goiás.....	256.521.901	793.071.332	1.049.593.233
Maranhão.....	28.038.255	69.374.347	97.412.602
Minas Gerais.....	480.647.104	1.377.538.802	1.858.185.906
Mato Grosso.....	182.273.932	815.019.601	997.293.533
Mato Grosso do Sul.....	161.555.232	554.443.113	715.998.345
Pará.....	82.823.861	315.033.326	397.857.187
Paraíba.....	25.597.620	80.545.374	106.142.994
Pernambuco.....	50.512.247	142.208.481	192.720.728
Piauí.....	11.081.250	34.001.236	45.082.486
Paraná.....	464.799.279	1.331.038.331	1.795.837.610
Rio de Janeiro.....	100.212.328	138.532.019	238.744.347
Rio Grande do Norte.....	13.685.401	27.971.656	41.657.057
Rondônia.....	29.793.858	99.515.452	129.309.310
Roraima.....	5.984.753	11.183.636	17.168.389
Rio Grande do Sul.....	349.893.526	1.085.052.447	1.434.945.973
Santa Catarina.....	152.376.632	528.586.866	680.963.498
Sergipe.....	18.305.363	46.474.142	64.779.505
São Paulo.....	1.329.981.886	2.782.420.806	4.112.402.692
<b>T O T A L</b>	<b>4.064.921.666</b>	<b>11.282.394.863</b>	<b>15.347.316.529</b>





Nos cinco últimos exercícios a arrecadação desse tributo assim se comportou:

# ARRECAÇÃO DO IMPOSTO TERRITORIAL RURAL

1979 a 1982

Cr\$1 milhão

EXERCÍCIOS	PREFEITURAS	INCRA	TOTAL
1978	384.402,9	96.100,7	480.503,6
1979	142.237,8	36.584,5	178.822,3
1980	1.866.499,5	469.547,0	2.336.046,5
1981	5.383.724,6	1.350.002,4	6.733.727,0
1982	11.282.394,9	4.064.921,6	15.347.316,5

A adução de recursos, vê-se, superou a estimativa em 70,5%.



A EXECUÇÃO DA DESPESA





## EXECUÇÃO DA DESPESA

A Despesa realizada à conta de recursos orçamentários do Tesouro, embora autorizada até o limite no valor de Cr\$4.713.735.614.905, não registrou senão Cr\$4.619.772.086.276. Os créditos não utilizados somaram Cr\$93.963.528.629 (2%).

Os grandes números da despesa podem ser assim sintetizados:

Cr\$ 1,00		
C R É D I T O S	AUTORIZAÇÃO	REALIZAÇÃO
Orçamentários e Suplementares	4.700.240.670.905	4.606.346.077.557
Especiais .....	13.494.944.000	13.426.008.719
	4.713.735.614.905	4.619.772.086.276

A despesa abriga os recursos derivados de receitas vinculadas à realização de programas específicos.

Em face de classificação sob categoria econômica, a despesa mostra o seguinte comportamento:

	<u>Cr\$ 1 milhão</u>	<u>PARTICIPAÇÃO</u>
Despesas Correntes	3.521.783,954	76,24%
Despesas de Capital	1.097.988,132	23,76%
	<u>4.619.772,086</u>	<u>100,00%</u>

A despesa realizada compreende também a parcela de Cr\$158.612.131.993 correspondente a empenhos não liquidados nem pagos no exercício financeiro e inscritos em Restos a Pagar.



Os gastos do Poder Legislativo chegaram a Cr\$40,388 bilhões e percutiram a despesa orçamentária em 0,88%. Cresceram 121% em comparação a 1981, ano em que registrou a baliza de Cr\$ 18,239 bilhões.

O Poder Judiciário responde pela aplicação de Cr\$46,350 bilhões, que constitui 1,01% do total. Sua despesa no ano de 1981 acusou Cr\$19,340 bilhões, motivo pelo qual a percentagem se situa em 124 pontos a maior em 1982.

As despesas a cargo do Poder Executivo totalizaram Cr\$2.328,678 bilhões, implicando a fatia percentual de 50,4%. O ano de 1981 registrou dispêndios de Cr\$1.031,026 bilhões. O incremento de 1982 mostra 125% sobre o exercício passado.

Os Encargos Gerais da União (Cr\$382,057 bilhões), as Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios (Cr\$920,052 bilhões), os Encargos Financeiros (Cr\$441.583 bilhões) e os Encargos Previdenciários (Cr\$460,661 bilhões) somaram Cr\$2.204,353 bilhões, equivalentes a 47,7% da despesa realizada. A expansão, com parada a 1981, (Cr\$1.186,289 bilhões) atingiu o índice de 85,9%.

As Despesas Correntes atingiram o marco de Cr\$3.521,783 bilhões e as de Capital o de Cr\$1.097,988 bilhões consumindo 76,2% e 23,8%, respectivamente, do total da Despesa Realizada.

As Despesas Correntes, que em 1981 consubstanciavam Cr\$1.399,089 bilhões (62% do total), cresceram 151,6% em 1982. E as de Capital, registrando Cr\$855,806 bilhões em 1981, subiram ao patamar de 28,5% em 1982.

Os ingredientes das Despesas de Capital são os Investimentos, com Cr\$472,500 bilhões, as Inversões Financeiras, com Cr\$192,781 bilhões e as Transferências de Capital, com Cr\$432,705 bilhões.





A despesa com pessoal envolve os funcionários empregados, civis e militares, assim como inativos, pensionistas e servidores da administração descentralizada. Refere-se, outrossim, a salário-família e obrigações patronais junto ao sistema previdenciário. Esse conjunto rotulado "pessoal" hauriu dispêndios no valor total de Cr\$1.506.306.122 mil, que significou 32,6% relativamente à despesa realizada. No ano de 1981 tais dispêndios representaram Cr\$719.964.187 mil (31,9% do total). Em 1980, esse percentual foi menor - 28,7%.

A despesa de pessoal e suas repercussões cresceu 109,20% comparadamente a 1981, quando registrou 110,5% de crescimento sobre 1980.

Segundo as Funções, as atividades desenvolvidas pelo governo federal mostram os seguintes valores:

F U N Ç Ã O	%	Cr\$ 1.000
LEGISLATIVA .....	0,80	37.389.073,084
JUDICIÁRIA.....	1,03	47.776.965,622
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO.....	14,36	663.319.177,033
AGRICULTURA.....	5,56	256.719.933,705
COMUNICAÇÕES.....	1,29	59.448.581,538
DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA.....	10,44	482.304.268,468
DESENVOLVIMENTO REGIONAL.....	14,84	685.453.962,858
EDUCAÇÃO E CULTURA.....	12,36	571.031.557,749
ENERGIA E RECURSOS MINERAIS.....	6,74	310.962.519,440
HABITAÇÃO E URBANISMO.....	0,29	13.661.430,989
INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS.....	2,96	136.402.789,113
RELAÇÕES EXTERIORES.....	0,71	33.402.510,164
SAÚDE E SANEAMENTO.....	2,87	132.352.172,053
TRABALHO.....	0,44	20.623.386,774
ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA.....	13,21	610.138.216,438
TRANSPORTE .....	12,10	558.785.541,125



RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O cotejo entre a receita e a despesa evidencia o superávit orçamentário de Cr\$155.043,0 milhões assim:

<u>RECEITA ARRECADADA</u>		<u>Cr\$ 1 milhão</u>
Correntes.....	4.726.843,0	
de Capital.....	<u>47.972,0</u>	4.774.815,0
<u>DESPESA REALIZADA</u>		
Correntes.....	3.521.783,9	
de Capital.....	<u>1.097.988,1</u>	4.619.772,0
SUPERÁVIT ORÇAMENTÁRIO....		<u>155.043,0</u>

POUPANÇA DO SETOR PÚBLICO

Os números extraídos do Balanço Orçamentário nos conduzem ao resultado da poupança do setor público:

	<u>Cr\$ 1 milhão</u>
RECEITAS CORRENTES.....	4.726.843,0
(-) DESPESAS CORRENTES.....	<u>3.521.783,9</u>
SALDO EM CONTA CORRENTE	1.205.059,1
(+) RECEITAS DE CAPITAL.....	<u>47.972,0</u>
RECURSOS PARA FORMAÇÃO DE CAPITAL.....	1.253.031,1
(-) DESPESAS DE CAPITAL.....	<u>1.097.988,1</u>
SUPERÁVIT ORÇAMENTÁRIO	<u>155.043,0</u>





## TRANSFERÊNCIAS DO ORÇAMENTO FISCAL PARA O ORÇAMENTO MONETÁRIO

Dentre as transferências do orçamento fiscal para o orçamento monetário, no valor de Cr\$639,679 bilhões, as mais importantes foram as destinadas à cobertura de encargos da dívida interna federal (ORTN's), no valor de Cr\$101,477 bilhões, ao pagamento de benefícios pecuniários para captação de recursos externos previstos no Decreto-lei nº 1.411/75, na importância de 60 bilhões de cruzeiros, à política de preço nacional equalizado para açúcar e álcool, somando Cr\$38,034 bilhões, e ao amparo da diferença de preço na comercialização do trigo, representando Cr\$ 201,684 bilhões, além da cobertura de gastos com subsídio ao abastecimento.

### OPERACÕES DE RECEITA E DESPESA

O movimento das contas do Tesouro Nacional pode ser deste modo sumariado:

	<u>Cr\$ 1.000</u>	
	<u>RECEITA</u>	<u>DESPESA</u>
ORÇAMENTÁRIA .....	4.774.815.069	4.619.772.086
ENTIDADES DESCENTRALIZADAS..	26.535.370.548	25.192.361.883
EXTRAORÇAMENTÁRIAS .....	21.869.429.889	25.992.201.627
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS..	9.769.016.518	5.395.096.301
	<u>62.948.632.024</u>	<u>61.199.431.897</u>
SALDO DE 1981 .....	1.626.557.780	-
SALDO PARA 1983 .....	-	3.375.757.907
	<u>64.575.189.804</u>	<u>64.575.189.804</u>



**DEPOSITOS**

O conjunto de depósitos, que se desdobra nas contas seguintes, evidenciou ao término de 1982 estas posições:

	<u>Cr\$1.000.000</u>	
	<u>RECEITA</u>	<u>DESPESA</u>
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	130.927,769	96.734,737
CONSIGNAÇÕES .....	80.630,777	79.189,248
	<u>211.558,546</u>	<u>175.923,985</u>

As Letras do Tesouro Nacional, captadoras de recursos antecipadores da receita, tiveram a seguinte conduta:

	<u>Cr\$1.000</u>
SALDO DO EXERCÍCIO DE 1981 .....	1.099.000.445
EMISSIONES EM 1982 .....	<u>3.680.000.000</u>
	4.779.000.445
RESGATES EM 1982 .....	<u>3.319.000.035</u>
SALDO PARA 1983 .....	<u>1.460.000.410</u>

**RESPONSÁVEIS**

As contas integrantes do grupo registram estes eventos:

	<u>Cr\$1.000</u>	
	<u>RECEITA</u>	<u>DESPESA</u>
ENTIDADES AUTÁRQUICAS .....	29.525.435	29.374.444
ESTADOS E MUNICÍPIOS .....	130.737	160.548
OUTRAS ENTIDADES .....	190.932.894	252.911.177
DIVERSOS RESPONSÁVEIS .....	17.351.990	17.423.222
	<u>237.941.056</u>	<u>299.869.391</u>





A este agrupamento filiam-se as contas "Variação Cambial" e "Transferências Financeiras". Esta última, recorde-se, é o elo de ligação entre as contas dos Sistemas Financeiro e Patrimonial, servindo-lhes de interferência. Eis as operações refletidas:

	<u>Cr\$1.000</u>	
	<u>DÉBITO</u>	<u>CRÉDITO</u>
Variação Cambial	2.698.344	2.624.381
Transferências Financeiras	<u>9.769.016.518</u>	<u>3.375.757.907</u>
	<u>9.771.714.862</u>	<u>3.378.382.288</u>

### FUNDOS ESPECIAIS

Os fundos especiais autônomos assumem condição ex-drúxula diante do binômio Administração Direta/Administração Indireta com que se os dotou. Pertencem à Administração Direta, por força do artigo 172, "caput", do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967 e com a redação introduzida pelo Decreto-lei nº 900, de 29 de setembro de 1969, "verbis":

*"art. 172 - O Poder Executivo assegurará autonomia administrativa e financeira, no grau conveniente, aos serviços, institutos e estabelecimentos incumbidos da execução de atividades de pesquisa ou ensino ou de caráter industrial, comercial ou agrícola, que, por suas peculiaridades de organização e funcionamento, exijam tratamento diverso do aplicável aos demais órgãos de administração direta, observada sempre a supervisão ministerial." (grifos nossos)*



Seu parágrafo primeiro diz que "os órgãos a que se refere este artigo terão a denominação genérica de órgãos autônomos". E o parágrafo segundo prevê, caso concedida a autonomia financeira, seja o Poder Executivo autorizado a instituir fundos especiais de natureza contábil, os quais recolherão todos os recursos vinculados aos programas adjudicados ao ente autônomo, sejam oriundos do orçamento, de fontes estranhas ao orçamento ou da própria receita gerada em decorrência da singular atividade.

E aí reside, afigura-se-nos, a autonomia confundida com aquela que se concede às entidades da administração indireta (autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações subvencionadas), que dispõem de gestão administrativa financeira e contábil própria, cujos fatos são registrados em operações por elas mesmas contabilizadas.

Se o órgão é autônomo e dispõe, em consequência, de liberdade para administrar os recursos financeiros captados, de qualquer origem, e se, ainda, esses valores disponíveis podem até ser transportados para exercícios futuros, sem as amarras normalmente impostas às unidades orçamentárias e administrativas comuns, — cabe reconhecer-lhe a competência para emitir seus próprios balancetes contábeis e as demonstrações financeiras. Ou terá sentido diferente a expressão "fundo especial de natureza contábil"?

Em face dessa circunstância reveladora do antagonismo aplicado por defeito da Lei a órgão da Administração Direta dotado de autonomia financeira e contábil é que a Secretaria-Central de Controle Interno passou a exigir balancetes elaborados pelos próprios fundos autônomos, a partir do exercício de 1983. Tal é a tradução dos itens 43/50 de nossa Instrução Normativa nº 004, de 30 de agosto de 1982, publicada no DOU de 30, subsequente, o que implica dizer serão contabilizadas as operações de âmbito dos organismos autônomos por eles mesmos e cujos balancetes serão incorporados pela contabilidade sintética de cada Ministério ou Órgão, sem interferência das Unidades responsáveis pela contabilidade analítica.





Claro está que o órgão (ou ordenador de despesas) gestor do fundo, ainda que este se apresente teratologicamente dicotômico ou bifurcado, não estará desvencilhado, em qualquer hipótese, da obrigação de prestar contas, quer ao controle interno, quer ao controle externo.

O comportamento dos Fundos e Programas Especiais, em 1982, põe em evidência os seguintes números:

Cr\$ 1,00

MINISTÉRIO/ÓRGÃO	DISPÊNDIOS	INGRESSOS
CÂMARA DOS DEPUTADOS.....	46.134.421	250.133.748
SENADO FEDERAL.....	59.545.862	-
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL.....	121.964.445	119.999.998
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA.....	172.740.361.925	162.212.189.964
MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA.....	300.721.846.960	300.469.578.296
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA.....	10.498.191.000	14.932.791.114
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES.....	798.128.468	1.156.089.198
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA.....	6.380.612.376	6.345.476.998
MINISTÉRIO DO EXÉRCITO.....	5.800.710.768	16.434.790.492
MINISTÉRIO DA FAZENDA.....	630.329.153.139	718.488.236.852
MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO...	9.348.547.013	9.210.341.517
MINISTÉRIO DO INTERIOR.....	93.664.113	92.000.000
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA.....	1.406.025.928	1.389.429.369
MINISTÉRIO DA MARINHA.....	2.793.998.367	2.832.424.418
MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA.....	608.217.431.011	635.754.716.398
MINISTÉRIO DA PREVID.E ASSIST.SOCIAL....	25.002.412.030	25.785.423.876
MINISTÉRIO DA SAÚDE.....	5.465.701.862	5.732.736.176
MINISTÉRIO DO TRABALHO.....	14.247.454.554	14.215.235.103
<b>S O M A S</b>	<b>1.794.071.884.242</b>	<b>1.915.421.593.517</b>

## AGENTES FINANCEIROS

A movimentação das contas de receita e despesa do Tesouro Nacional através de seu agente financeiro, o Banco do Brasil S.A., está contida no quadro a seguir oferecido, que revela a parcela "a descoberto" no valor de Cr\$171.483.761.620, ao findar-se o exercício de 1982, não considerados, contudo, os valores arrecadados e em trânsito em 31 de dezembro.



**DEMONSTRATIVO DAS CONTAS "RECEITA E DESPESA" DA UNIÃO**

**NO BANCO DO BRASIL S/A**

MÊS	RECEITA	DESPESA	DEVEDOR	CREDOR
S A L D O A N T E R I O R	-	61.862.644.372	61.862.644.372	-
JANEIRO .....	128.184.298.931	200.443.633.842	72.259.334.911	-
FEVEREIRO .....	232.049.920.605	211.455.943.390	-	20.593.977.215
MARÇO .....	332.021.578.863	307.106.560.446	-	24.915.018.417
ABRIL .....	254.000.450.229	318.806.873.621	64.806.423.392	-
MAIO .....	358.967.317.174	352.366.507.902	-	6.600.809.272
JUNHO .....	359.160.909.184	321.689.177.742	-	37.471.731.442
JULHO .....	309.637.635.230	379.818.051.552	70.180.416.322	-
AGOSTO .....	352.603.824.241	386.726.256.201	34.122.431.960	-
SETEMBRO .....	380.127.492.296	482.952.433.966	102.824.941.670	-
OUTUBRO .....	457.178.318.375	552.243.026.711	95.064.708.336	-
NOVEMBRO .....	527.877.246.503	472.582.280.098	-	55.294.966.405
DEZEMBRO .....	817.039.179.667	632.278.543.075	-	184.760.636.592
S O M A .....	4.508.848.171.298	4.680.331.932.918	501.120.900.963	329.637.139.343
S A L D O .....	171.483.761.620			171.483.761.620
T O T A L G E R A L .....	4.680.331.932.918	4.680.331.932.918	501.120.900.963	501.120.900.963

FONTE: MINISTÉRIO DA FAZENDA - Secretaria de Controle Interno/DIBAN





BALANÇO PATRIMONIAL



## ATIVO FINANCEIRO

O ATIVO FINANCEIRO enfeixa os agrupamentos Disponível, Vinculado em C/C Bancária e Realizável, exprimindo valores representativos de numerário utilizável ou à disposição de compromissos especiais e, também, o registro de créditos da União perante terceiros.

O conjunto Disponível revela o total de Cr\$3.152.790,693 milhões e tem como item mais expressivo as Entidades da Administração Indireta cujos saldos são de Cr\$2.628.981,594 milhões. Os haveres imediatamente disponíveis pelo Tesouro somam Cr\$523.809,099 milhões, em poder da rede bancária arrecadadora e no próprio Banco do Brasil.

O grupo Vinculado em C/C Bancária deriva de saldos bancários específicos para atender a fundos especiais e programas a cargo de entidades da administração descentralizada e também, para atender ao Serviço da Dívida Externa, tudo no valor de Cr\$222.967,215 milhões.

No agrupamento Realizável Cr\$12.406.089,956 milhões, avulta a conta Agentes Financeiros Devedores, refletindo Cr\$12.318.423,324 milhões, cuja função é registrar operações entre o Tesouro Nacional e seus agentes financeiros e monetários — Banco do Brasil e Banco Central — no País e no exterior. A conta de Diversos Responsáveis, com Cr\$293,288 milhões, corresponde a responsabilidades em fase de apuração.





PASSIVO FINANCEIRO

O PASSIVO FINANCEIRO reflete a dívida flutuante do Tesouro, isto é, as exigibilidades não submissas a autorização orçamentária, expressas em Cr\$6.471.740,685 milhões.

A conta de Restos a Pagar exhibe o saldo no valor de Cr\$158.706,958 milhões decorrente dos movimentos seguintes:

	<u>Cr\$ milhões</u>
SALDO DO EXERCÍCIO de 1981 .....	53.452,270
(+) INSCRIÇÃO-1982 .....	<u>158.612,132</u>
	212.064,402
(-) PAGAMENTOS E BAIXAS-1982 .....	<u>53.357,444</u>
SALDO PARA 1983 .....	<u><u>158.706,958</u></u>

ATIVO PERMANENTE

O ATIVO PERMANENTE congrega Bens, Créditos, Valores e Diversos, significando o conjunto de haveres da União, que somam Cr\$29.669.011.985 mil cruzeiros - quase 30 trilhões.

Os Bens da União configuram-se em Cr\$239.661.480 mil cruzeiros. Esse montante, todavia, não representa fielmente os bens patrimoniais do Erário, em termos físicos. A Secretaria-Central de Controle Interno tem em mente realizar, no



decorrer de 1983, amplo levantamento da realidade física dos bens imóveis e móveis com o fito de evidenciar, através da Contabilidade, os valores concretamente imobilizados. Bem podemos supor que os quase 240 bilhões de cruzeiros hoje registrados ainda não se afinam à realidade, muito embora tenhamos tido em 1982 novas incorporações líquidas em torno de Cr\$125 bilhões.

Os bens da União se traduzem nos seguintes registros cronológicos:

	<u>Cr\$1.000</u>
1980 .....	69.281.234
1981 .....	114.014.650
1982 .....	239.661.480

Os Créditos da União estão representados pelo valor de Cr\$91.650,046 milhões e referem-se a Dívida Ativa (Cr\$75,410 bilhões), Empréstimos ou Financiamentos Internos (Cr\$9,350 bilhões) e Devedores por Parcelamento de Dívidas Fiscais (Cr\$6,890 bilhões).

O ativo das Entidades da Administração Indireta está se sobressaindo com Cr\$27.138.019,103 milhões.





**DÍVIDA ATIVA**

Preocupam-nos os números da Dívida Ativa da União:

	<u>Cr\$1.000</u>
SALDO DE 1981.....	40.730.544,3
INSCRIÇÃO EM 1982.....	<u>43.796.869,1</u>
	84.527.413,4
1982:	
COBRANÇA.....	3.451.185,8
CANCELAMENTO.....	<u>5.665.891,1</u>
	9.117.076,9
SALDO PARA 1983.....	<u>75.410.336,5</u>

O impulso de Cr\$40,7 bilhões (1981) para Cr\$75,4 bilhões (1982) foi exatamente de 85,25%.

Dentro do próprio exercício de 1982, a cobrança mostrou o esforço de apenas 7,88% em relação às inscrições (Cr\$3.451 bilhões contra Cr\$43,796 bilhões). O saldo de 1981 e a inscrição feita em 1982, somando Cr\$84,527 bilhões, tiveram uma baixa de somente 10,78% (Cr\$9,117 bilhões), sobre a dívida ativa.

Algo precisa ser feito, e com urgência, no sentido de que os cofres públicos arrecadem os 75,5 bilhões de cruzeiros devidos pelos maus contribuintes. O ritmo de cobrança continua a se revelar lento.



## VALORES DA UNIÃO

O grupo **VALORES DA UNIÃO** está representado por Cr\$2.199.681,4 milhões e comporta, como elemento mais sugestivo, a conta "Ações de Sociedades de Economia Mista", com o valor de Cr\$2.029.955,6 milhões. Outro valor expressivo está colocado em "Participação em Fundos Rotativos" (Cr\$22.510,5 milhões) assim como em "Patrimônio Líquido - Fundações" (Cr\$102.944,0 milhões). O conjunto de **VALORES**, que em 1981 se exibia com o valor de apenas Cr\$243.387 bilhões, experimentou extraordinário crescimento em 1982, ao chegar a Cr\$2,2 trilhões. Esse vertiginoso aumento de 903,86% se originou de providência mandada adotar pelo Sistema de Controle Interno, representado por este órgão-central, no sentido de que se incorporassem ao patrimônio, de um lado, as ações representativas do capital da União nas sociedades de economia mista e, de outro, se lançassem os valores relativos à presença condominial em Fundos Rotativos (o Habitacional do DASP, primordialmente) e, ainda, fosse identificado o patrimônio líquido de fundações mantidas pelo Governo Federal. Dessas providências resultou pelo menos boa parte do excelente superávit contido no Balanço Patrimonial (de 4,164 trilhões de cruzeiros), para o qual o grupo **VALORES** concorreu com Cr\$1,956 trilhões (quase a metade), ou seja a diferença entre 1982 (Cr\$2,199 trilhões) e 1981 (Cr\$243 bilhões).

## **PASSIVO PERMANENTE**

O **PASSIVO PERMANENTE**, totalizando Cr\$33.399.438,797 milhões, é formado pelas contas Dívida Fundada Interna e Dívida Fundada Externa, a primeira das quais, com o saldo de Cr\$6.403.351.067 mil, traduz o montante em títulos em circulação no final de 1982. A Dívida Fundada Externa corresponde a Cr\$1.777.122,834 milhões.





Seu crescimento (eram Cr\$2.007.191,291 mil em 1981) foi acentuado: Cr\$4,396 trilhões.

A Dívida Fundada Externa também cresceu: os Cr\$833,108 bilhões do ano de 1981 subiram ao patamar de Cr\$1.777.122,8 milhões — Cr\$1.776.252,6 milhões em contratos e Cr\$870,2 milhões em títulos.

Forçoso é aceitar que o maior vulto da Dívida, quer Interna, quer Externa, resultou de acréscimo líquido de compromissos assumidos pelo Governo dentro e fora do País.

Surgem ainda nesse agrupamento as Entidades da Administração Indireta, cujo passivo ascende a Cr\$25.218.964,895 milhões.



**RESULTADO FINANCEIRO**

A posição financeira, exposta no Balanço Patrimonial, é superavitária, como o demonstramos a seguir:

Cr\$1.000**ATIVO FINANCEIRO**

Disponível, Realizável

e Pendente..... 15.781.913,7

(-) Saldos-Adm. Indireta... 2.628.981,6

Administração Direta..... 13.152.932,1

Administração Indireta.... 19.087.725,7 32.240.657,8**PASSIVO FINANCEIRO**

Administração Direta..... 6.471.740,7

Administração Indireta.... 13.903.017,0 20.374.757,7**SUPERÁVIT FINANCEIRO DA UNIÃO**11.865.900,1

Se não entremearmos nessa posição os números atinentes à Administração Descentralizada, encontraremos este enfoque:

Cr\$1.000**ADMINISTRAÇÃO DIRETA**

ATIVO FINANCEIRO..... 13.152.932,1

PASSIVO FINANCEIRO..... 6.471.740,7**SUPERÁVIT FINANCEIRO DO TESOIRO**6.681.191,4





RESULTADO PATRIMONIAL

O confronto das variações positivas e negativas, como fruto das operações orçamentárias e extraorçamentárias, desnuda o seguinte panorama patrimonial:

Resultante da Execução Orçamentária:Cr\$1.000Variações Ativas

Receita Orçamentária .....	4.774.815.069	
Receita Entid.-Administração Indireta...	26.535.370.548	
Variação Cambial Interna .....	<u>73.962</u>	31.310.259.579

(-) Mutações Patrimoniais Passivas

Cobrança da Dívida Ativa .....	3.451.186	
Alienação de Bens Móveis .....	246.097	
Alienação de Bens Imóveis .....	42.229	
Alienação de Bens de Natureza Industrial .....	11	
Alienação de Títulos e Valores .....	1.815	
Recebimento de Créditos .....	3.880.729	
Diversas .....	<u>2.783.379</u>	10.405.446
		<u>31.299.854.133</u>

Variações Passivas

Despesa Orçamentária .....	4.619.772.086	
Despesa Entid.-Administração Indireta...	<u>25.192.361.883</u>	29.812.133.969

(-) Mutações Patrimoniais Ativas

Aquisição Bens Móveis .....	44.753.892	
Construção e Aquisição Bens Imóveis ...	96.009.538	
Construção e Aquisição Bens Natureza Industrial .....	228.750	
Aquisição Títulos e Valores .....	143.570.962	
Diversas .....	<u>18.183.825</u>	302.746.967
		<u>29.509.387.002</u>



O embate das variações favoráveis e desfavoráveis nos conduz ao primeiro resultado patrimonial:

	<u>Cr\$ 1.000</u>
Receita efetiva .....	31.299.854.133
Despesa efetiva .....	<u>29.509.387.002</u>
Superávit Patrimonial da Gestão Orçamentária .....	<u>1.790.467.131</u>

Independente da Execução Orçamentária

Variações Positivas:

Inscrição da Dívida Ativa .....	43.796.869
Inscrição de Outros Créditos .....	8.835.236
Incorporação de Bens .....	87.274.480
Cancelamento de Dívidas Passivas.....	7.193.078
Diversas .....	<u>32.539.228.252</u>
Soma .....	<u>32.686.327.915</u>

Variações Negativas:

Cancelamento da Dívida Ativa .....	5.665.891
Restabelecimento de Dívidas Passivas..	125.388
Diversas .....	<u>30.306.910.512</u>
Soma .....	<u>30.312.701.791</u>

Esta compilação de números extraorçamentários revela o seguinte resultado:

	<u>Cr\$ 1.000</u>
Variações Positivas .....	32.686.327.915
Variações Negativas .....	<u>30.312.701.791</u>
Superávit Extraorçamentário .....	<u>2.373.626.124</u>





Os resultados parciais obtidos, conjugados, nos le-  
varão ao seguinte resultado patrimonial — ou resultado econômi-  
co, se preferirmos — do exercício financeiro de 1982:

Cr\$ 1.000

Superávit Patrimonial da Gestão Orçamen- tária.....	1.790.467.131
Superávit Extraorçamentário.....	<u>2.373.626.124</u>
Superávit Patrimonial em 1982.....	<u>4.164.093.255</u>

Sob diferente ângulo, tal evidência pode ser cons-  
truída assim:

Cr\$ 1.000

Ativo Real Líquido em 31/12/82.....	5.579.746.248
Ativo Real Líquido em 31/12/81.....	<u>1.415.652.993</u>
Superávit Patrimonial em 1982.....	<u>4.164.093.255</u>



O ESFORÇO DO SETOR PÚBLICO FEDERAL





## O ESFORÇO DO SETOR

### PÚBLICO FEDERAL

Imperioso se faz assinalar que a conjuntura da economia mundial, como um todo, vem se abatendo impiedosamente sobre todos os países. Nem os mais infensos normalmente a fatores externos puderam escapar da teia armada a partir da crise do petróleo e que desequilibrava acentuadamente tanto a balança comercial quanto a balança financeira. Nações ricas e pobres passaram a compartilhar as mesmas dificuldades econômicas. Estas, de um lado, trouxeram a imperiosa necessidade de impor medidas drásticas à importação de matérias primas, produtos e serviços não essenciais à normal demanda do mercado, e, de outro passo, como consequência, o realinhamento dos comportamentos internos. Os setores público e privado tiveram de conviver com a presença de novas realidades e perspectivas, dentro das quais, como ingrediente impostergável da tomada de decisões, comparecia o esforço exportador a equilibrar, ou pelo menos atenuar, o impacto da balança comercial negativa. E a recessão econômica mundial surgiu, não obstante as providências governamentais adotadas, cada qual sob modelo diverso, segundo as peculiares condições de cada país, cujo comportamento interno se via a braços com o drama da inflação e do desemprego — mesmo os mais ricos.

Esse quadro, no Brasil — integrante do Terceiro Mundo —, não poderia ser diferente. As mesmas dificuldades presentes noutras partes do globo também se sentiram aqui. A queda de produção, motivada, sob um prisma, pela retração do mercado consumidor, e, sob outro aspecto, pela escassez e pouca oferta de matérias primas, em especial as importadas, levava a empresa, paradoxalmente, a elevar seus preços, afugentando ainda mais os clientes.



As empresas prestadoras de serviços — inclusive as grandes empreiteiras de obras —, normalmente direcionadas às encomendas do setor público, viram seu faturamento declinar. O repasse dos aumentos sucessivos do petróleo estrangeiro para o custo dos transportes aumentou o preço da circulação da riqueza. As empresas transportadoras, sem qualquer subsídio governamental, se limitaram a transferir o peso desses custos adicionais aos fretes cobrados, os quais, por seu turno, passaram a onerar as mercadorias vendidas ao consumidor.

Não obstante todos esses percalços, o Balanço-Geral da União espelha o cuidadoso desempenho do setor público federal, que foi também vítima da conjuntura econômica, mas para cuja superação contribuiu poderosamente com o seu esforço e o seu exemplo, através da redução dos gastos governamentais.

### REVELAÇÃO DE SUPERÁVITS

O superávit orçamentário, constituído pela maior dimensão da receita sobre o volume dos gastos públicos, significou a importância de Cr\$155,043 bilhões.

O superávit financeiro do Tesouro comparece com Cr\$6,681 bilhões; o superávit financeiro da União, com Cr\$11,869 bilhões. E o superávit patrimonial, o mais expressivo de quantos índices possam ser ostentados, indica o magnífico resultado de Cr\$4.164,093 bilhões, isto é, mais de 4 trilhões.

Cotejada com 1981, a vida superavitária da União pode ser exposta assim:

Cr\$1 milhão			
SUPERÁVITS	1981	1982	AUMENTO EM 1982
ORÇAMENTÁRIO .....	97.070,2	155.043,0	59,72%
FINANCEIRO (do Tesouro) .....	2.143,9	6.681,0	211,70%
FINANCEIRO (da União) .....	6.871,8	11.869,1	72,76%
PATRIMONIAL .....	643.445,6	4.164.093,2	547,15%





BALANÇO DAS ENTIDADES  
DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA



ADMINISTRAÇÃO INDIRETAFLUXO DO BALANÇO DAS ENTIDADES

Cabe-nos assinalar, com agrado, que as autarquias, empresas públicas e fundações entregaram a tempo seu balanço de 1982. Nenhuma delas remanesceu faltosa. Suas operações foram incorporadas contabilmente pelas Secretarias de Controle Interno dos Ministérios a que se vinculam. A consolidação dessas peças, efetuada por este órgão-central dos sistemas de administração financeira, contabilidade e auditoria, consubstancia a Parte II (Autarquias, Empresas Públicas e Fundações) do 2º Volume (Balanços e Demonstrações Contábeis).

É mister lembrar a ocorrência de certas mutações havidas em 1982, com reflexo nas seguintes áreas:

**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA****SECRETARIA DE PLANEJAMENTO (inclusão)**

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL-BNDES  
(transferido do Ministério da Indústria e do Comércio)

AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL-FINAME  
(Carteira Autônoma do BNDES)

**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA (transformação)**

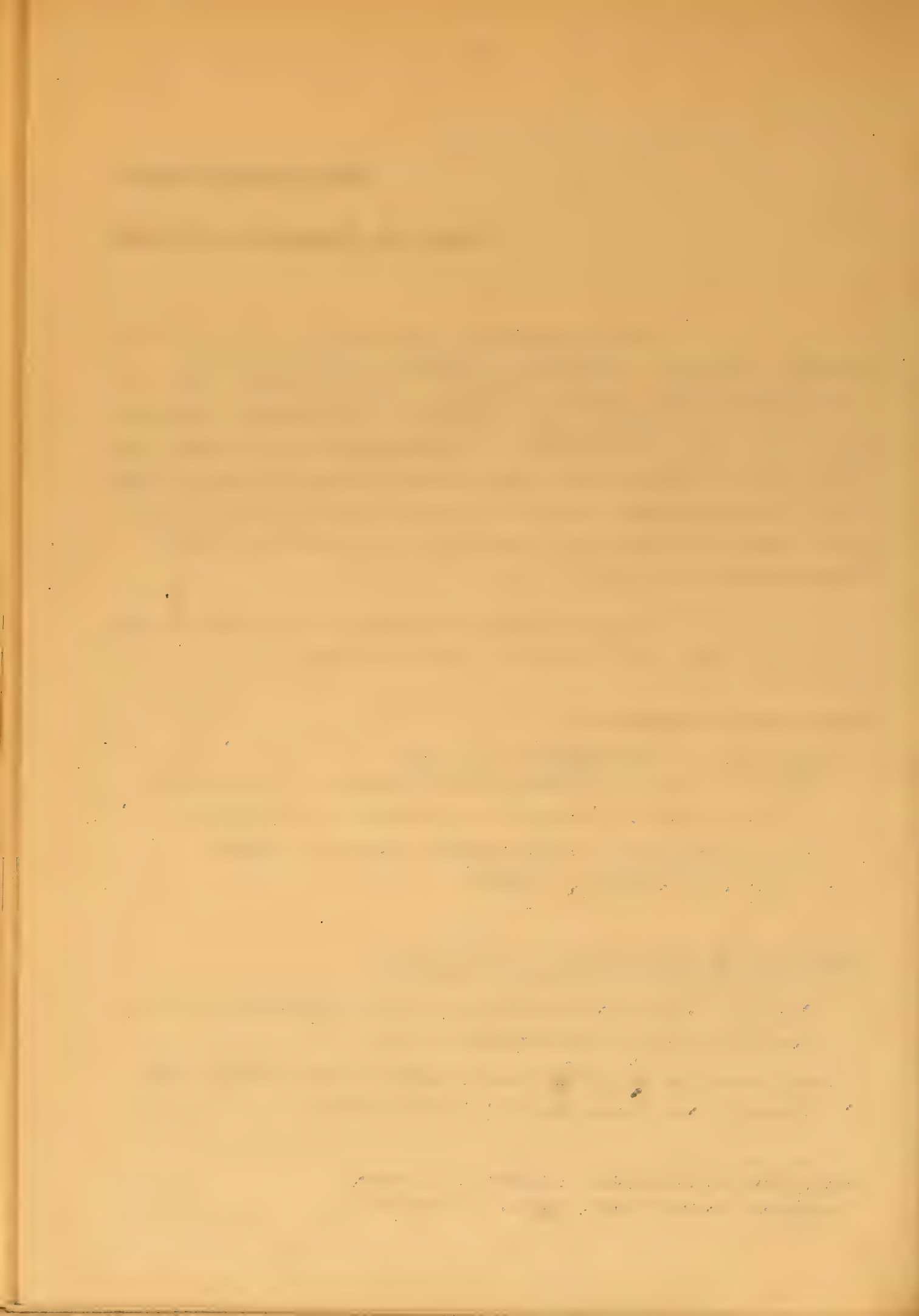
CONSELHO NACIONAL DE COOPERATIVISMO-CNC

(passou a ser Unidade Administrativa do Gabinete do Ministro da Agricultura - Administração Direta)

GRUPO EXECUTIVO DE ELETRIFICAÇÃO RURAL DE COOPERATIVAS-GEER  
(passou a ser Fundo Especial Autônomo-FUER)

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA (inclusão)**

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA





**MINISTÉRIO DO EXÉRCITO****Transformação:**

CAIXA DE FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO DO EXÉRCITO  
(foi sucedida pela Fundação Habitacional do Exército)

**Inclusão:**

PRÓLOGO S.A.-PRODUTOS ELETRÔNICOS  
(Empresa Pública)

**MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO (exclusão)**

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO-BNDE  
(passou para a SEPLAN/PR)

AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL-FINAME  
(passou para a SEPLAN/PR)

**MINISTÉRIO DO INTERIOR (exclusão)**

TERRITÓRIO FEDERAL DE RONDÔNIA

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA (inclusão)**

FUNDAÇÃO PETRÔNIO PORTELA

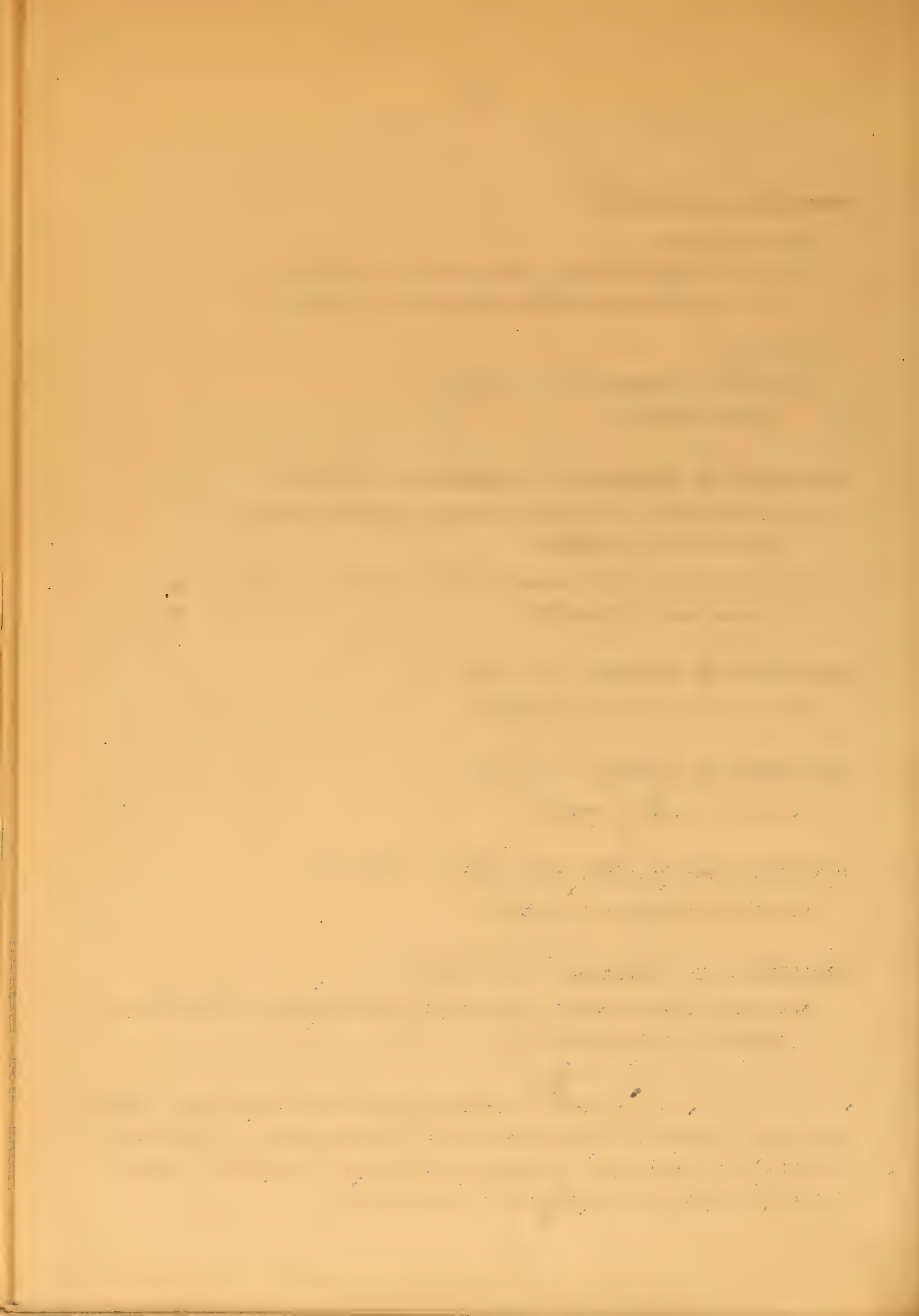
**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (inclusão)**

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

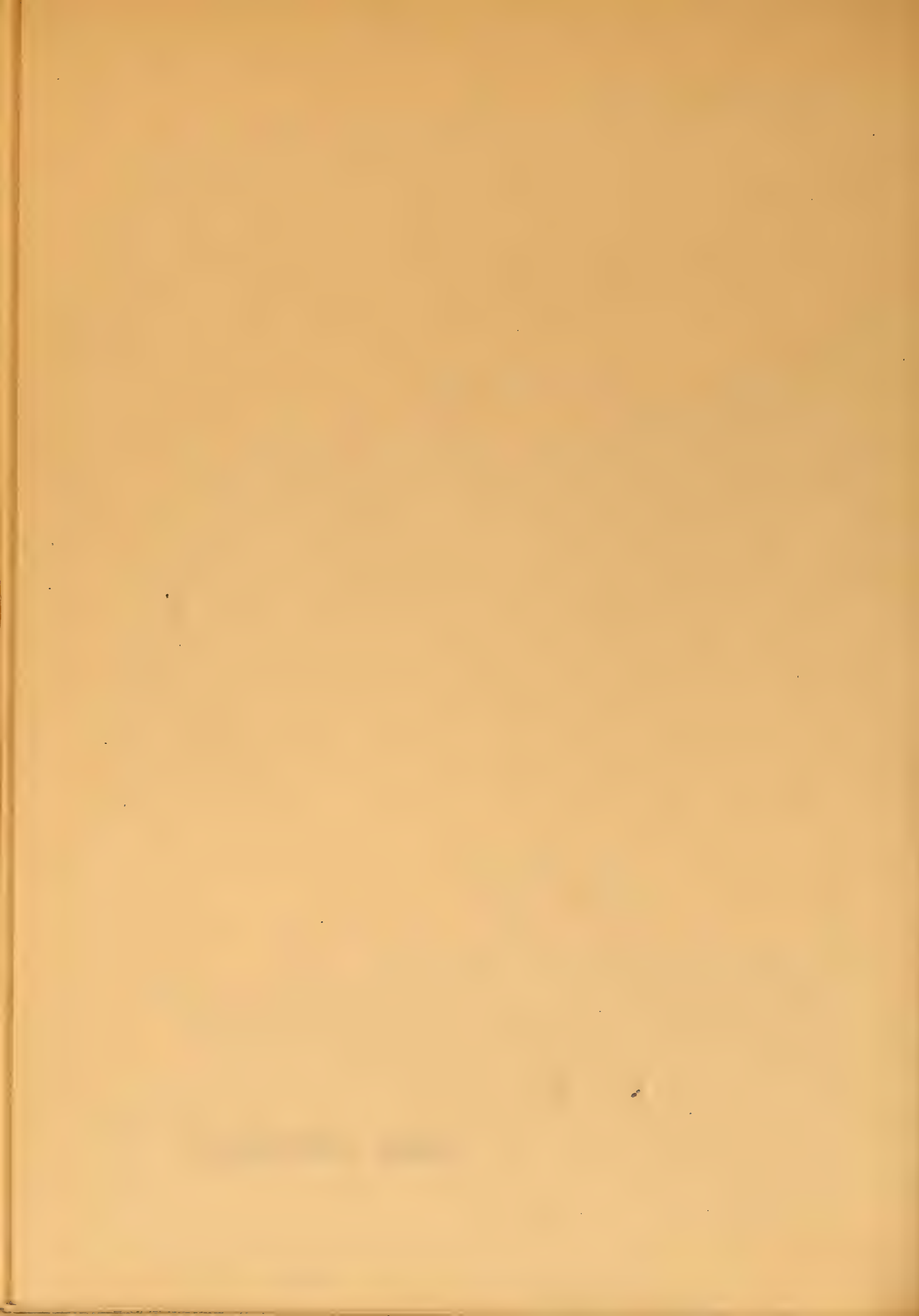
**MINISTÉRIO DO TRABALHO (inclusão)**

FUNDAÇÃO "JORGE DUPRAT FIGUEIREDO" DE SEGURANÇA E MEDICINA DO  
TRABALHO-FUNDACENTRO.

As inclusões, modificações e exclusões não representaram, contudo, qualquer barreira à integração do movimento contábil das entidades dotadas de novo perfil jurídico: seus balancetes foram aqui recebidos e consolidados.



QUADROS DEMONSTRATIVOS



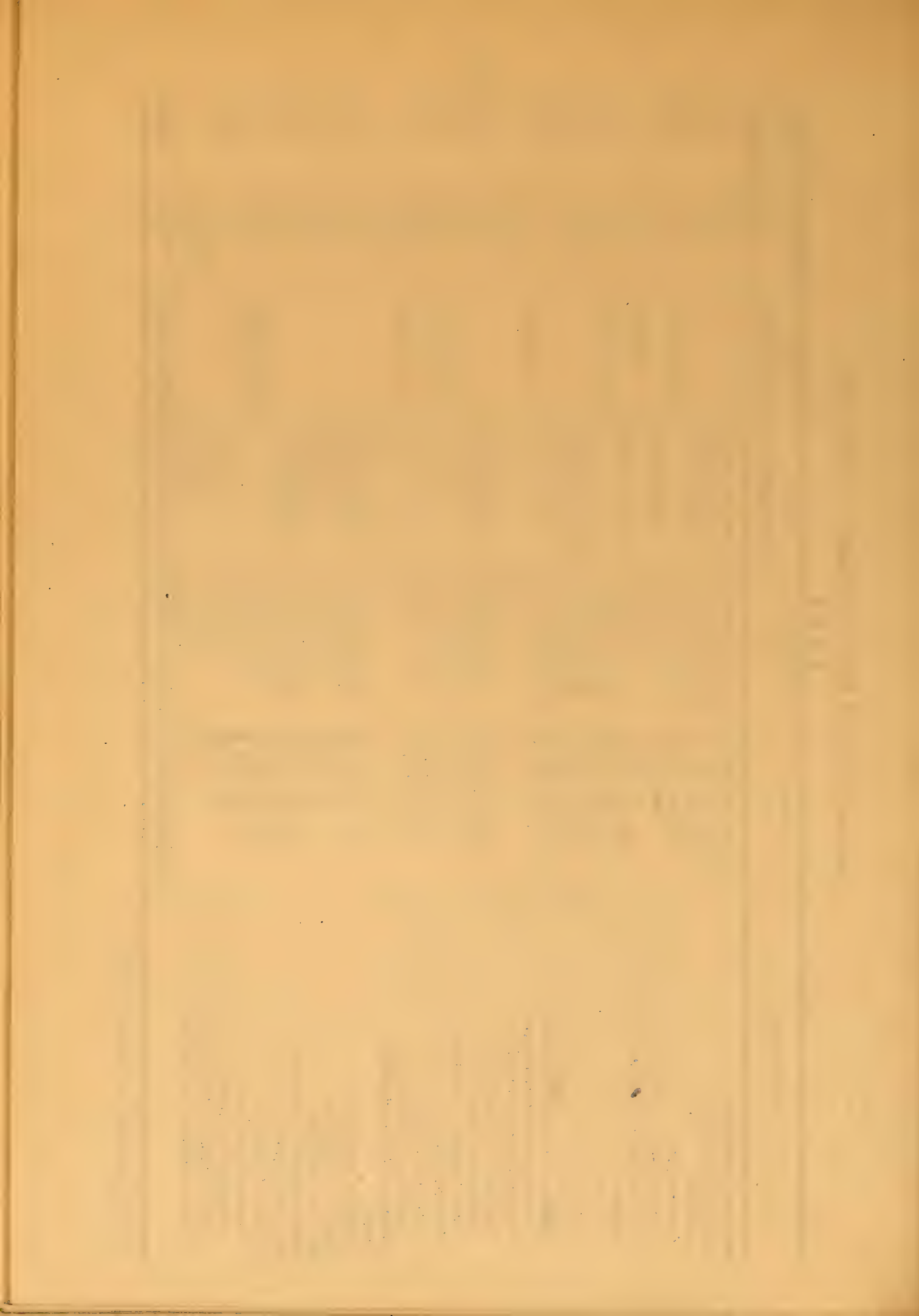
# CONFRONTO ENTRE A RECEITA ESTIMADA E A ARRECADADA

## 1982

ESPECIFICAÇÃO	ESTIMADA (A)	ARRECADADA (B)	MAIOR ARRECADADO	MENOR ARRECADADO	INCREMEN- TO % DE B/A	Cr\$ mil	
						% DA RUBRI CA S/TOTAL	ARRECADADO
RECEITAS CORRENTES	3.936.269.000,0	4.726.843.062,9	790.574.062,9	-	20,08		98,99
RECEITA TRIBUTÁRIA	3.296.700.605,0	3.900.939.704,8	604.239.099,8	-	18,33		81,70
IMPOSTOS	3.074.350.000,0	3.634.202.267,3	559.852.267,3	-	18,21		76,11
Importação	280.000.000,0	233.803.531,3	-	46.196.468,7	16,50		4,89
Exportação	200.000,0	7.052.023,2	6.852.023,2	-	3.426,00		0,14
Atribuídos à União nos Territórios	35.000,0	20.199,7	-	14.800,3	42,29		-
Renda	1.023.000.000,0	1.456.861.998,8	433.861.998,8	-	42,41		30,51
Física	72.000.000,0	62.131.881,9	-	10.868.118,1	14,89		1,30
Jurídica	242.000.000,0	499.049.658,2	257.049.658,2	-	106,21		10,45
Fonte	708.000.000,0	895.680.458,7	187.680.458,7	-	26,50		18,76
Produtos Industrializados	1.040.000.000,0	1.063.687.691,8	23.687.691,8	-	2,28		22,28
Circulação de Mercadorias	3.615.000,0	1.296.151,8	-	2.318.848,2	64,15		0,30
Impostos Extraordinários	-	3,3	3,3	-	100,00		-
Operações Financeiras	404.000.000,0	555.879.190,9	151.879.190,9	-	37,59		11,64
Transporte Rodoviário	36.000.000,0	39.458.358,0	3.458.358,0	-	9,60		0,83
Lubrificantes e Combustíveis	111.000.000,0	111.545.632,1	545.632,1	-	0,49		2,34
Energia Elétrica	133.000.000,0	127.375.017,1	-	5.262.982,9	4,23		2,67
Minerais do País	34.500.000,0	37.222.464,3	2.722.464,3	-	7,89		0,78
Territorial Rural (*)	9.000.000,0	5,0	-	8.999.995,0	100,00		-
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	-	1,9	1,9	-	100,00		-
TAXAS	206.336.605,0	234.543.177,3	28.206.572,3	-	13,67		4,91
CORREÇÃO MONETÁRIA	16.014.000,0	32.194.258,3	16.180.258,3	-	101,03		0,68
RECEITA PATRIMONIAL	59.749.964,0	69.366.238,9	9.616.274,9	-	16,09		1,45
RECEITA INDUSTRIAL	710.200,0	1.015.866,1	305.666,1	-	43,04		0,02
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	233.320.000,0	348.239.427,0	114.919.427,0	-	49,25		7,29
RECEITAS DIVERSAS	345.788.231,0	407.281.826,1	61.493.595,1	-	17,78		8,53
RECEITAS DE CAPITAL	63.931.000,0	47.972.006,4	-	15.958.993,6	24,96		1,01
Operações de Crédito	63.389.894,0	47.050.758,2	-	16.339.135,8	25,78		0,99
Alienação de Bens	399.647,0	401.237,5	1.590,5	-	3,97		0,01
Amortização de Empréstimos	141.459,0	510.287,4	368.828,4	-	260,73		0,01
Transferências de Capital	-	9.723,3	9.723,3	-	100,00		-
	4.000.200.000,0	4.774.815.069,3	1.021.556.308,9	246.941.239,6	19,36		100,00

(\*) A arrecadação foi efetuada pelo INCRA

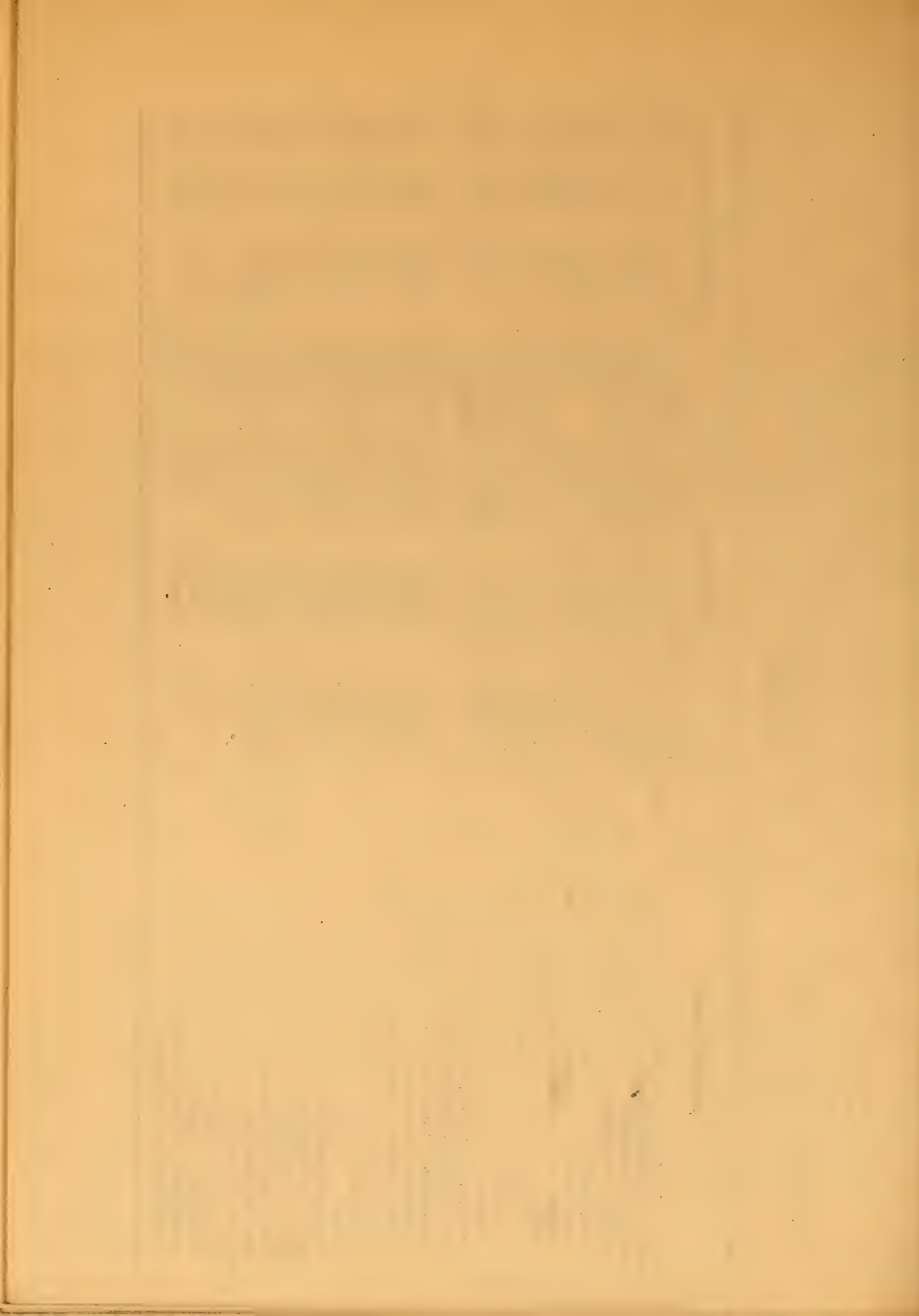




# RECEITA ORÇAMENTÁRIA 1979/1982

Cr\$1 milhão

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADAÇÃO					INCREMENTOS NOMINAIS %			
	1979 (1)	1980 (2)	1981 (3)	1982 (4)		2/1	3/2	4/3	
RECEITA ORÇAMENTÁRIA .....	544.243,7	1.230.018,0	2.351.966,1	4.774.815,0		126,0	91,2	103,0	
RECEITAS CORRENTES .....	544.191,5	1.220.084,5	2.334.155,9	4.726.843,0		124,2	91,3	102,5	
RECEITA TRIBUTÁRIA .....	484.143,0	1.002.704,3	1.929.554,4	3.900.939,7		107,1	92,4	102,1	
Importação .....	36.003,0	87.109,1	139.918,0	233.803,5		141,9	60,6	67,1	
Exportação .....	154,6	20.637,9	11.780,4	7.052,0		13.249,2	- 42,9	-40,2	
Atribuídos à União nos Territórios .....	249,3	584,4	1.744,8	20,2		134,4	198,5	-98,9	
Renda .....	169.818,3	320.335,2	674.019,2	1.456.861,9		88,6	110,4	116,1	
Física .....	13.096,1	19.167,5	40.290,3	62.131,9		46,4	110,2	54,2	
Jurídica .....	41.884,5	80.655,6	195.250,5	499.049,6		92,6	142,1	155,5	
Fonte .....	114.837,7	220.512,1	438.478,4	895.680,4		92,0	98,8	104,2	
Produtos Industrializados .....	137.663,8	272.153,1	524.609,3	1.063.687,7		97,7	92,8	102,7	
Circulação de Mercadorias .....	-	-	-	1.296,2		-	-	-	
Operações Financeiras .....	23.864,4	117.699,7	279.350,7	555.879,3		393,2	137,3	98,9	
Transporte Rodoviário .....	4.464,2	10.081,2	19.750,8	39.458,4		125,8	95,9	99,7	
Lubrificantes e Combustíveis .....	52.572,5	48.302,2	60.140,4	111.545,6		- 8,1	24,5	85,4	
Energia Elétrica .....	14.248,9	26.800,7	60.574,4	127.375,0		88,1	126,0	110,2	
Minerais do País .....	4.775,6	9.712,1	18.135,1	37.222,5		103,4	86,7	105,2	
Taxas .....	38.958,0	85.202,3	127.709,2	234.543,2		118,7	49,9	83,6	
Correção Monetária .....	1.370,4	4.086,4	11.822,1	32.194,2		198,2	189,3	172,3	
RECEITA PATRIMONIAL .....	10.602,7	20.483,5	40.791,9	69.366,2		93,2	99,1	70,0	
RECEITA INDUSTRIAL .....	90,4	301,3	376,7	1.015,9		233,3	25,0	169,6	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES .....	28.491,3	109.340,9	160.475,9	348.239,4		283,8	46,8	117,0	
RECEITAS DIVERSAS .....	20.864,1	87.254,5	202.957,0	407.281,8		318,2	132,6	100,6	
RECEITAS DE CAPITAL .....	52,2	9.933,5	17.810,2	47.972,0		18.929,7	79,3	169,3	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO .....	-	9.038,7	17.152,6	47.050,8		-	89,8	174,3	
ALIENAÇÃO DE BENS .....	48,7	890,5	598,0	401,2		1.728,5	- 32,8	-33,0	
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS .....	3,5	4,3	59,6	510,3		22,9	1.286,0	756,3	
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL .....	-	-	-	9,7		-	-	-	

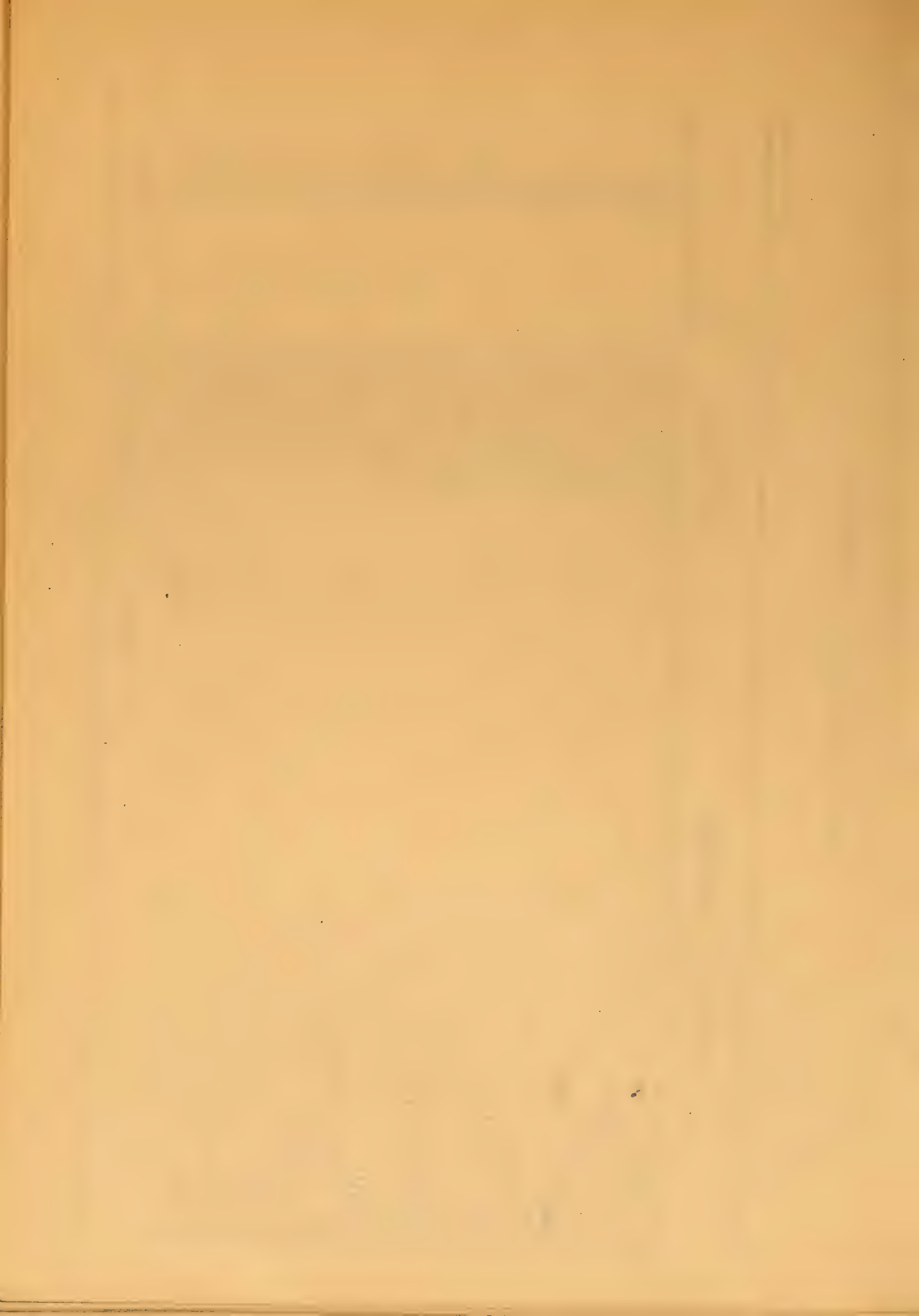


RECEITA POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO  
1982

Cr\$ 1.000

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	Receita Arrecadada	%
São Paulo . . . . .	1.587.048.688,5	33,24
Rio de Janeiro . . . . .	1.118.869.267,4	23,43
Distrito Federal . . . . .	873.966.105,5	18,30
Minas Gerais . . . . .	321.188.779,7	6,73
Rio Grande do Sul . . . . .	228.563.008,6	4,79
Paraná . . . . .	142.749.813,1	2,99
Bahia . . . . .	115.803.105,4	2,43
Pernambuco . . . . .	108.899.168,9	2,28
Santa Catarina . . . . .	57.865.669,4	1,21
Pará . . . . .	36.459.545,4	0,76
Ceará . . . . .	29.512.439,2	0,62
Amazonas . . . . .	29.009.982,4	0,61
Espírito Santo . . . . .	28.800.567,6	0,60
Goiás . . . . .	23.428.419,4	0,49
Alagoas . . . . .	10.387.015,4	0,22
Paraíba . . . . .	10.385.403,9	0,22
Rio Grande do Norte . . . . .	9.189.448,1	0,19
Mato Grosso do Sul . . . . .	7.886.865,4	0,17
Mato Grosso . . . . .	7.766.713,7	0,16
Maranhão . . . . .	6.962.423,4	0,15
Sergipe . . . . .	6.926.534,5	0,14
Piauí . . . . .	5.119.466,4	0,11
Rondônia . . . . .	3.577.897,5	0,07
Amapá . . . . .	2.450.666,3	0,05
Roraima . . . . .	1.023.154,7	0,02
Acre . . . . .	974.919,5	0,02
TOTAL	4.774.815.069,3	100,00







DESPESA POR ORÇÃOS, SEGUNDO A SUA NATUREZA  
1982

Cr\$ milhão

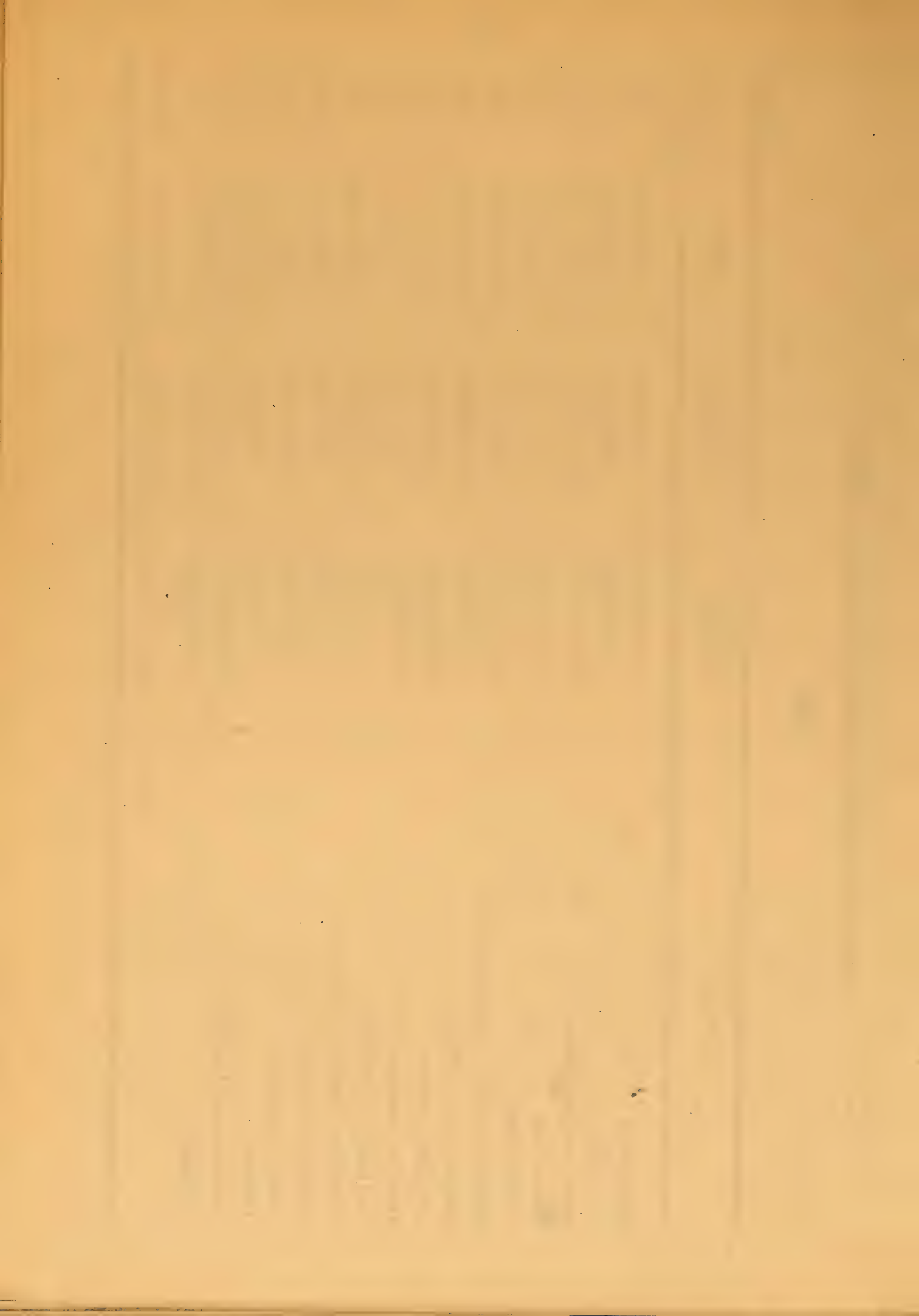
ORÇÃOS E MINISTÉRIOS	Despesas Correntes	Despesas de Capital	T O T A L	8 S/Total
Câmara dos Deputados . . . . .	19.261,7	644,1	19.905,8	0,43
Senado Federal . . . . .	15.150,3	1.041,7	16.192,0	0,35
Tribunal de Contas da União . . . . .	4.245,3	45,8	4.291,1	0,09
Supremo Tribunal Federal . . . . .	1.318,2	261,7	1.579,9	0,03
Tribunal Federal de Recursos . . . . .	1.947,4	33,9	1.981,3	0,04
Justiça Militar . . . . .	1.792,4	118,8	1.911,2	0,04
Justiça Eleitoral . . . . .	7.858,8	164,9	8.023,7	0,17
Justiça do Trabalho . . . . .	24.309,2	714,8	25.024,0	0,54
Justiça Federal de 1ª Instância . . . . .	4.802,9	437,7	5.240,6	0,11
Justiça do Distrito Federal e dos Territórios . . . . .	2.442,8	147,5	2.590,3	0,06
Presidência da República . . . . .	95.895,4	6.839,5	102.734,9	2,22
Ministério da Aeronáutica . . . . .	133.993,6	28.437,7	162.431,3	3,52
Ministério da Agricultura . . . . .	93.569,9	47.519,0	141.088,9	3,05
Ministério das Comunicações . . . . .	7.274,1	52.174,6	59.448,7	1,29
Ministério da Educação e Cultura . . . . .	352.366,2	39.195,2	391.561,4	8,48
Ministério do Exército . . . . .	196.151,2	25.620,9	221.772,1	4,80
Ministério da Fazenda . . . . .	74.985,4	4.524,2	79.509,6	1,72
Ministério da Indústria e do Comércio . . . . .	38.064,9	92.557,2	130.622,1	2,83
Ministério do Interior . . . . .	73.495,1	85.540,3	159.035,4	3,44
Ministério da Justiça . . . . .	20.085,6	1.283,7	21.369,3	0,46
Ministério da Marinha . . . . .	127.200,3	21.948,6	149.148,9	3,23
Ministério das Minas e Energia . . . . .	20.557,0	82.462,6	103.019,6	2,23
Ministério da Previdência e Assistência Social . . . . .	77.293,5	140,7	77.434,2	1,68
Ministério das Relações Exteriores . . . . .	31.854,3	1.525,7	33.380,0	0,72
Ministério da Saúde . . . . .	65.354,4	6.572,7	71.927,1	1,56
Ministério do Trabalho . . . . .	18.776,5	1.846,8	20.623,3	0,45
Ministério dos Transportes . . . . .	229.622,6	173.948,6	403.571,2	8,74
Encargos Gerais da União . . . . .	41.943,8	340.113,3	382.057,1	8,27
Transferência a Estados, DF e Municípios . . . . .	911.660,5	8.391,9	920.052,4	19,92
Encargos Financeiros da União . . . . .	367.849,4	73.734,0	441.583,4	9,56
Encargos Previdenciários da União . . . . .	460.661,2		460.661,2	9,97
TOTAL	3.521.783,9	1.097.988,1	4.619.772,0	100,00



DESPESA POR FUNÇÕES SEGUNDO A CATEGORIA ECONÔMICA

1982

FUNÇÕES	Despesas Correntes	Despesas de Capital	TOTAL	s/Total
Legislativa .....	35.800.542,2	1.588.531,0	37.389.073,2	0,81
Judiciária .....	40.889.578,5	6.887.387,1	47.776.965,6	1,03
Administração e Planejamento .....	477.098.327,0	186.220.850,0	663.319.177,0	14,36
Agricultura .....	196.706.299,0	60.013.634,7	256.719.933,7	5,56
Comunicações .....	7.274.059,9	52.174.521,6	59.448.581,5	1,28
Defesa Nacional e Segurança Pública .....	423.646.602,7	58.657.665,7	482.304.268,4	10,44
Desenvolvimento Regional .....	523.576.962,1	161.877.000,8	685.453.962,9	14,84
Educação e Cultura .....	530.383.655,4	40.647.902,4	571.031.557,8	12,36
Energia e Recursos Minerais .....	136.388.581,5	174.573.937,9	310.962.519,4	6,73
Habituação e Urbanismo .....	567.108,5	13.094.322,5	13.661.431,0	0,30
Indústria, Comércio e Serviços .....	44.542.730,1	91.860.059,1	136.402.789,2	2,95
Relações Exteriores .....	31.854.330,9	1.548.179,2	33.402.510,1	0,72
Saúde e Saneamento .....	106.949.428,8	25.402.743,3	132.352.172,1	2,86
Trabalho .....	18.776.555,4	1.846.831,4	20.623.386,8	0,45
Assistência e Previdência .....	608.500.918,6	1.637.297,8	610.138.216,4	13,21
Transporte .....	338.828.273,0	219.957.268,1	558.785.541,1	12,10
TOTAL	3.521.783.953,6	1.097.988.132,6	4.619.772.086,2	100,00

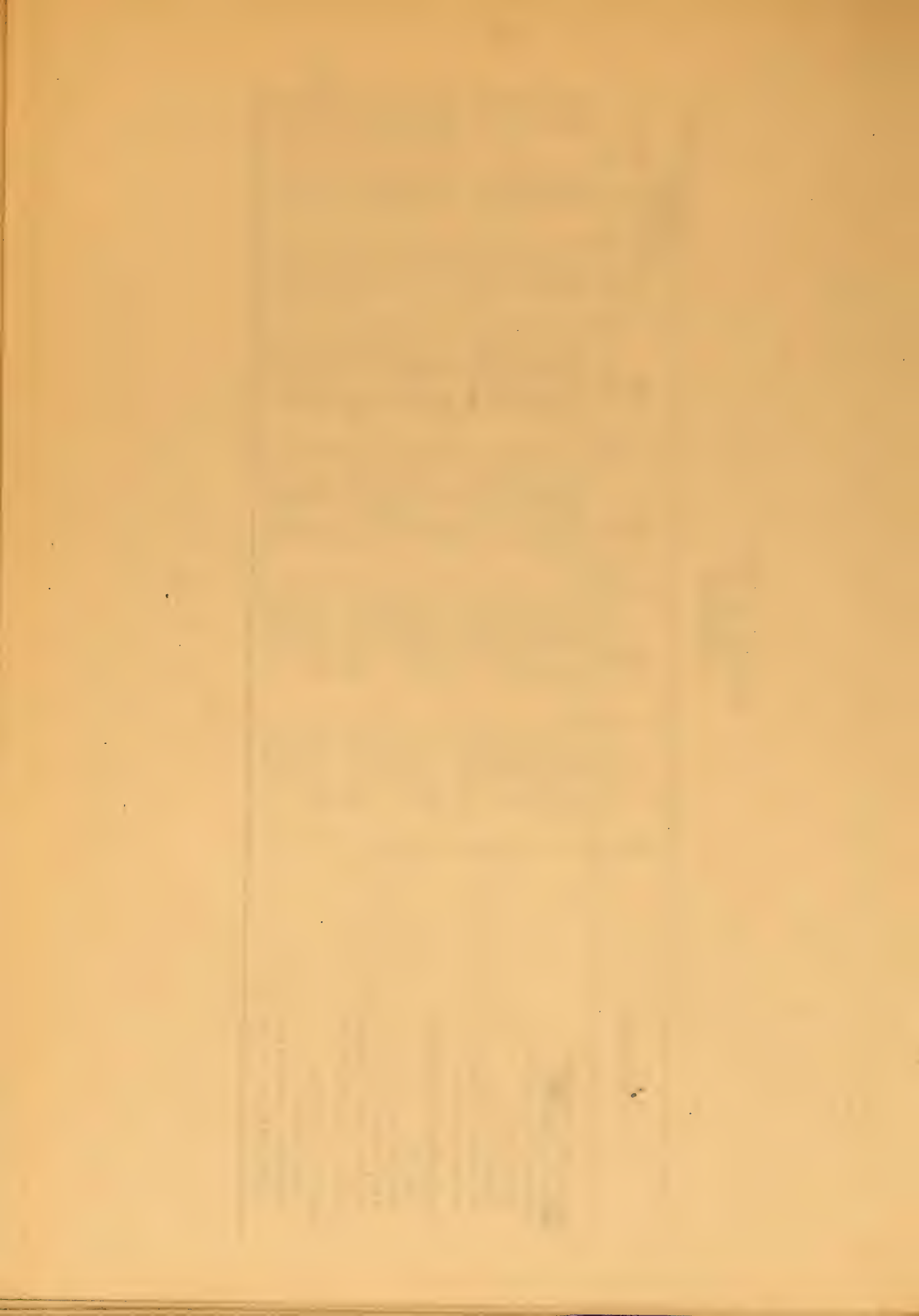




**DESPESA DA UNIÃO**  
**1979/1982**

DISCRIMINAÇÃO	1979 (1)	1980 (2)	1981 (3)	1982 (4)	Cr\$ milhões			
					INCREMENTOS NOMINAIS			
					2/1	3/2	4/3	
DESPESA ORÇAMENTÁRIA								
DESPESAS CORRENTES								
DESPESAS DE CUSTEIO								
Pessoal Civil .....	521.135,6	1.190.944,0	2.254.895,8	4.619.772,0	128,5	89,3	104,9	
Pessoal Militar .....	338.118,8	784.084,0	1.399.089,7	3.521.783,9	131,9	78,4	151,7	
Obrigações Patronais .....	111.807,5	227.498,7	416.769,6	880.202,1	103,5	83,2	111,6	
Outros Custeios .....	31.931,1	56.498,9	111.016,7	227.587,5	76,9	96,5	105,0	
	34.208,6	66.771,5	137.508,5	280.573,7	95,2	105,9	104,0	
	1.607,0	3.379,7	7.426,3	15.699,6	110,3	119,7	111,4	
	44.060,8	100.843,6	160.818,1	356.341,3	128,9	59,5	121,6	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES								
Inativos .....	226.311,3	556.585,3	982.320,1	2.641.581,8	145,9	76,5	168,9	
Pensionistas .....	30.030,0	63.090,1	130.424,7	291.561,0	110,1	106,7	123,6	
Salário-Família .....	13.611,2	28.627,3	55.308,4	124.707,0	110,3	93,2	125,5	
Pessoal Admin. Descentralizada .....	1.740,0	3.168,5	5.603,8	10.765,3	82,1	76,9	92,1	
Outras Transferências .....	58.710,1	120.543,3	272.675,7	555.412,0	105,3	126,2	103,7	
	122.220,0	341.156,1	518.307,5	1.659.136,5	179,1	51,9	220,1	
DESPESAS DE CAPITAL								
INVESTIMENTOS .....	183.016,8	406.910,0	855.806,1	1.097.988,1	122,3	110,3	28,3	
INVERSÕES FINANCEIRAS .....	35.599,6	92.276,0	361.239,1	472.500,6	159,2	291,5	30,8	
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL .....	8.140,6	13.070,2	37.994,2	192.781,6	60,6	190,7	407,5	
	139.276,6	301.563,8	456.572,8	432.705,9	116,5	51,4	- 5,2	





DESPESA POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO

1982

Cr\$ 1.000

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	Despesa Realizada	2 s/Total
Distrito Federal . . . . .	2.906.395.984,8	62,91
Rio de Janeiro . . . . .	614.353.938,8	13,30
São Paulo . . . . .	56.744.276,9	1,23
Rio Grande do Sul . . . . .	67.775.913,0	1,47
Exterior . . . . .	138.349.013,3	3,00
Pernambuco . . . . .	18.261.775,1	0,40
Minas Gerais . . . . .	24.574.594,3	0,53
Pará . . . . .	17.240.050,9	0,37
Bahia . . . . .	19.743.434,1	0,43
Paraná . . . . .	18.193.731,7	0,40
Ceará . . . . .	14.590.426,7	0,32
Mato Grosso do Sul . . . . .	11.882.784,0	0,26
Amazonas . . . . .	8.396.787,2	0,18
Santa Catarina . . . . .	11.634.520,4	0,25
Rio Grande do Norte . . . . .	6.479.528,7	0,14
Mato Grosso . . . . .	6.225.637,7	0,13
Goiás . . . . .	6.482.773,1	0,14
Paraíba . . . . .	5.689.847,0	0,12
Maranhão . . . . .	5.706.938,6	0,12
Piauí . . . . .	4.990.768,0	0,11
Alagoas . . . . .	3.963.683,2	0,09
Acre . . . . .	3.933.093,0	0,09
Espírito Santo . . . . .	3.700.919,5	0,08
Sergipe . . . . .	3.573.405,1	0,07
Rondônia . . . . .	1.045.658,5	0,02
Roraima . . . . .	574.057,6	0,01
Amapá . . . . .	595.236,7	0,01
Fernando de Noronha . . . . .	14.960,0	-
Regionalização a Cargo das Entidades da Adm. Indireta . . . . .	638.658.348,2	13,82
TOTAL	4.619.772.086,1	100,00





# DESPESA DA UNIÃO 1979/1982

Cr\$ mil

MINISTÉRIOS OU ÓRGÃOS	1979 (1)	1980 (2)	1981 (3)	1982 (4)	INCREMENTOS NOMINAIS %			
					2/1	3/2	4/3	4/3
<b>DESPESA TOTAL</b>	521.135.674	1.190.984.878	2.258.895.881	4.619.772.886	188	89	124	124
<b>PODER LEGISLATIVO</b>								
Câmara dos Deputados.....	2.502.879	9.283.844	18.239.626	40.388.829	102	85	112	112
Senado Federal.....	1.890.185	3.192.172	6.799.515	16.191.960	69	113	138	138
Tribunal de Contas da União.....	593.336	1.031.214	2.055.431	4.291.150	74	99	108	108
<b>PODER JUDICIÁRIO</b>	5.412.137	9.746.617	19.340.828	46.350.878	80	98	139	139
Supremo Tribunal Federal.....	186.637	313.437	614.538	1.579.878	68	96	157	157
Tribunal Federal de Recursos.....	241.192	452.168	923.042	1.981.356	87	104	114	114
Justiça Militar.....	309.865	515.237	924.180	1.911.228	66	79	106	106
Justiça Eleitoral.....	1.059.048	1.899.055	3.459.336	8.023.633	79	82	131	131
Justiça do Trabalho.....	2.810.915	5.073.453	10.153.842	25.924.106	84	100	146	146
Justiça Federal de 1ª Instância.....			2.693.802	5.240.486		95	158	158
Justiça do DF. e dos Territórios.....	220.915	421.093	1.173.083	2.590.211	91	179	120	120
<b>PODER EXECUTIVO</b>	208.318.131	434.962.702	1.031.026.204	2.328.678.209	109	137	125	125
Presidência da República.....	8.445.473	20.609.346	48.862.734	102.734.947	144	137	110	110
Ministério da Aeronáutica.....	16.422.114	32.997.183	62.137.824	162.431.276	101	88	161	161
Ministério da Agricultura.....	10.393.092	21.847.535	60.009.409	141.088.982	110	175	135	135
Ministério das Comunicações.....	1.972.685	1.942.604	3.790.513	59.448.582	- 2	95	1468	1468
Ministério da Educação e Cultural.....	38.282.033	73.896.163	172.518.689	391.561.445	93	133	126	126
Ministério do Exército.....	24.908.234	50.886.352	92.188.490	221.772.181	104	81	140	140
Ministério da Fazenda.....	10.513.111	19.199.029	40.766.895	79.509.524	83	112	95	95
Ministério da Indústria e do Comércio.....	1.521.356	12.181.061	23.795.899	130.622.208	534	95	428	428
Ministério do Interior.....	13.944.360	36.585.014	88.209.342	159.035.480	162	141	80	80
Ministério da Justiça.....	2.416.481	4.992.020	9.416.868	21.369.286	107	89	126	126
Ministério da Marinha.....	16.785.528	31.679.669	60.749.891	149.148.889	89	92	145	145
Ministério das Minas e Energia.....	2.648.912	13.515.434	45.642.538	103.019.563	410	238	125	125
Ministério da Previdência e Assist. Social.....	15.771.955	25.251.615	97.515.380	77.434.165	60	286	-20	-20
Ministério das Relações Exteriores.....	3.040.849	5.551.521	14.386.099	33.379.917	83	159	132	132
Ministério da Saúde.....	9.476.308	16.390.236	31.318.833	71.927.136	73	91	129	129
Ministério do Trabalho.....	3.206.695	5.247.114	9.514.696	20.623.387	64	81	116	116
Ministério dos Transportes.....	28.168.945	62.190.806	170.202.104	403.571.241	121	174	137	137
<b>ENCARGOS GERAIS DA UNIÃO (*)</b>	138.769.526	377.449.699	623.918.289	382.057.055	172	65	-38	-38
<b>ENCARGOS FINANCEIROS DA UNIÃO</b>				441.583.469			100	100
<b>ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DA UNIÃO</b>				460.661.167			100	100
<b>TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS, DF. E TERRITÓRIOS...</b>	102.323.243	216.428.980	431.665.230	920.052.479	112	99	113	113
<b>FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (*)</b>	56.355.198	132.306.236	112.604.406		135	15	-100	-100
<b>FUNDO NAC. DE APOIO DESENVOLVIMENTO URBANO (*)</b>	4.971.040	10.816.000	18.101.298		118	67	-100	-100

\* Até 1981, incluídos os Encargos Financeiros e Encargos Previdenciários da União

• Extintos a partir de 1982





**DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO  
1982**

Cr\$ 1.000

UNIDADES OU ESTADOS	Saldo 1981	Inscrição	Cobrança	Cancelamento	Saldo para 1983
DISTRITO FEDERAL .....	230.195,2	224.652,3	51.003,4	23.302,0	380.542,1
GOIÁS .....	304.250,0	174.807,5	104.491,2	20.677,4	353.888,9
MATO GROSSO .....	121.015,5	477.049,4	20.819,3	432.089,1	145.156,5
MATO GROSSO DO SUL .....	2.008.877,5	136.271,7	14.003,0	13.255,7	2.117.890,5
AMAZONAS .....	223.649,1	488.949,4	52.540,1	39.499,5	620.558,9
PARÁ .....	456.955,4	717.784,0	29.513,6	113.223,0	1.032.002,8
RORAIMA .....	-	-	-	-	-
ACRE .....	-	-	-	-	-
RONDÔNIA .....	-	-	-	-	-
AMAPÁ .....	-	-	-	-	-
MARANHÃO .....	103.417,4	228.870,7	37.324,3	19.454,5	275.509,3
PIAUÍ .....	20.407,2	97.501,2	17.269,9	823,0	99.815,5
CEARÁ .....	232.924,3	272.362,6	41.303,5	16.960,6	447.022,8
RIO GRANDE DO NORTE .....	191.288,2	535.565,0	35.915,8	36.915,7	654.021,7
PARAÍBA .....	535.943,5	348.766,4	79.657,4	1.728,1	803.324,4
PERNAMBUCO .....	1.325.399,4	1.049.303,0	112.205,3	35.701,1	2.226.796,0
ALAGOAS .....	103.533,1	154.234,5	32.745,4	2.423,1	222.599,1
SERGIPE .....	152.165,8	150.885,2	22.204,7	908,0	279.938,3
BAHIA .....	663.749,0	969.596,5	122.397,3	265.191,8	1.245.756,4
MINAS GERAIS .....	1.726.390,5	2.246.106,2	103.137,6	272.492,6	3.596.866,5
ESPÍRITO SANTO .....	431.903,4	171.204,1	72.278,3	17.173,9	513.655,3
RIO DE JANEIRO .....	6.310.795,8	5.743.141,7	589.964,0	311.753,7	11.152.219,8
SÃO PAULO .....	20.561.140,8	25.166.256,8	1.339.007,8	3.853.414,9	40.534.974,9
PARANÁ .....	1.327.649,8	1.601.568,5	196.645,7	59.413,7	2.673.158,9
SANTA CATARINA .....	596.591,1	752.149,3	96.955,4	11.689,4	1.240.095,6
RIO GRANDE DO SUL .....	3.102.302,3	2.089.843,1	279.802,8	117.800,3	4.794.542,3
<b>TOTAL</b>	<b>40.730.544,3</b>	<b>43.796.869,1</b>	<b>3.451.185,8</b>	<b>5.665.891,1</b>	<b>75.410.336,5</b>



GRÁFICOS

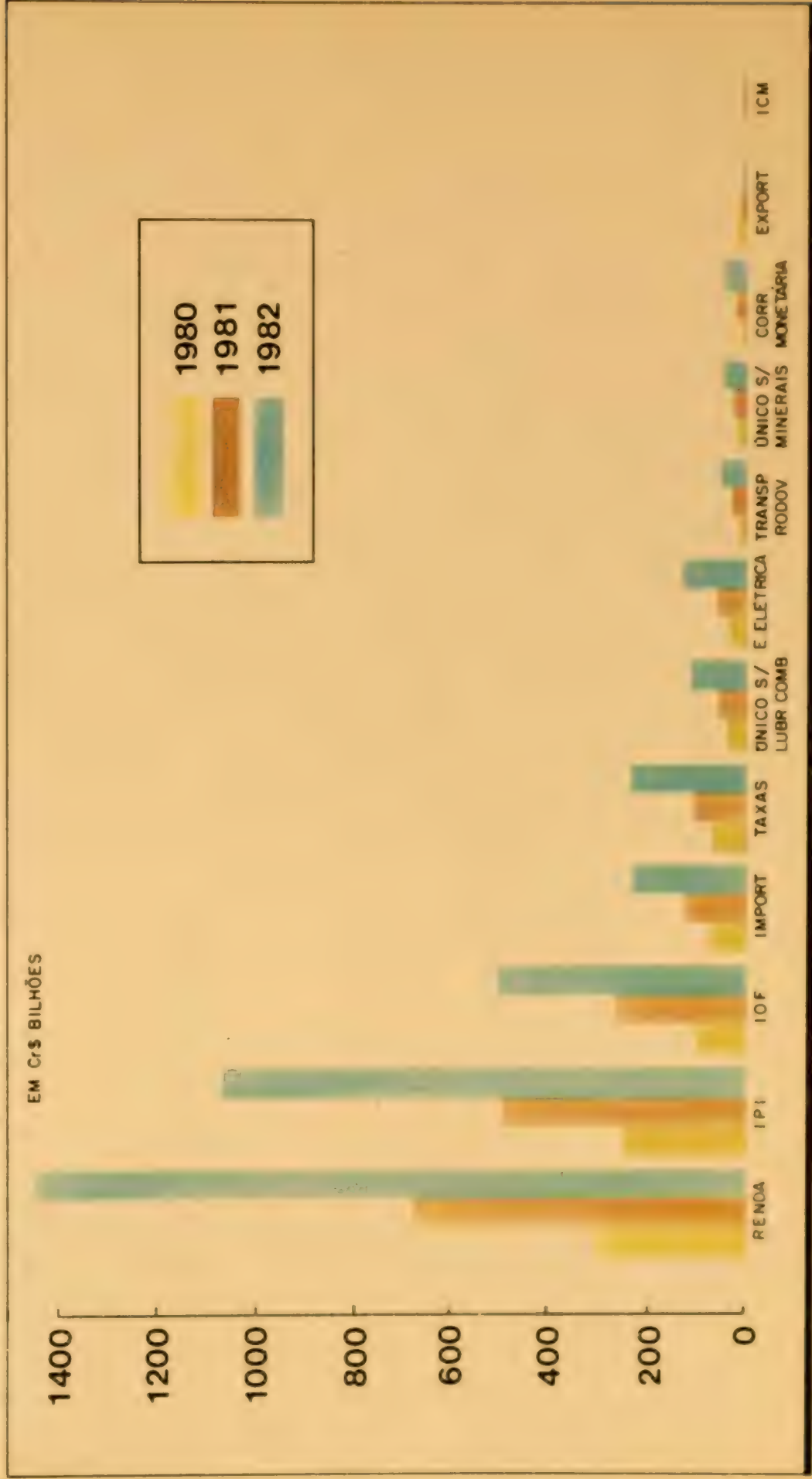


PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Secretaria de Planejamento

Secretaria-Central de Controle Interno

RECEITA ARRECADADA





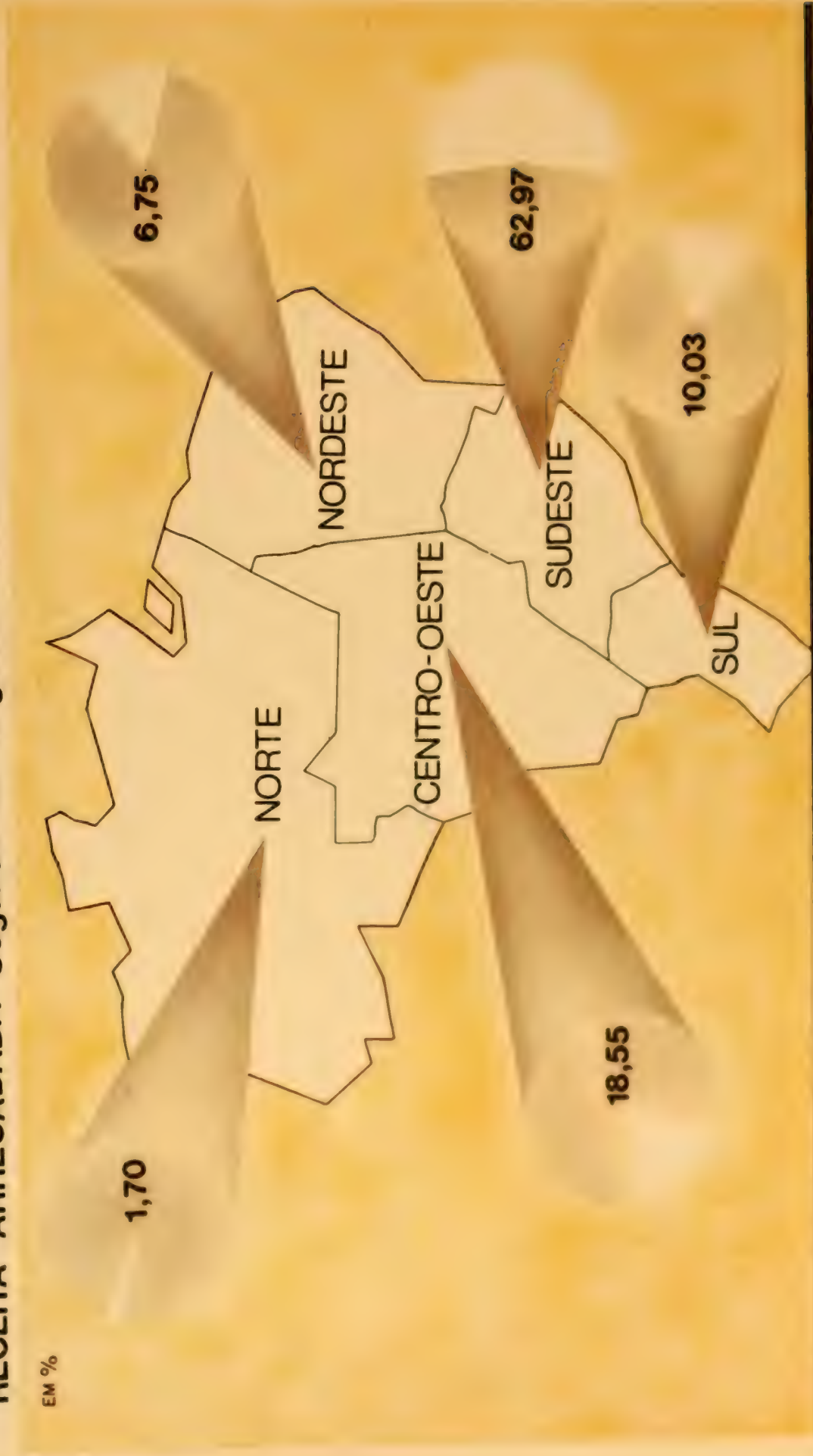


PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Secretaria de Planejamento

Secretaria-Central de Controle Interno

RECEITA ARRECADADA - Segundo as Regiões - 1982



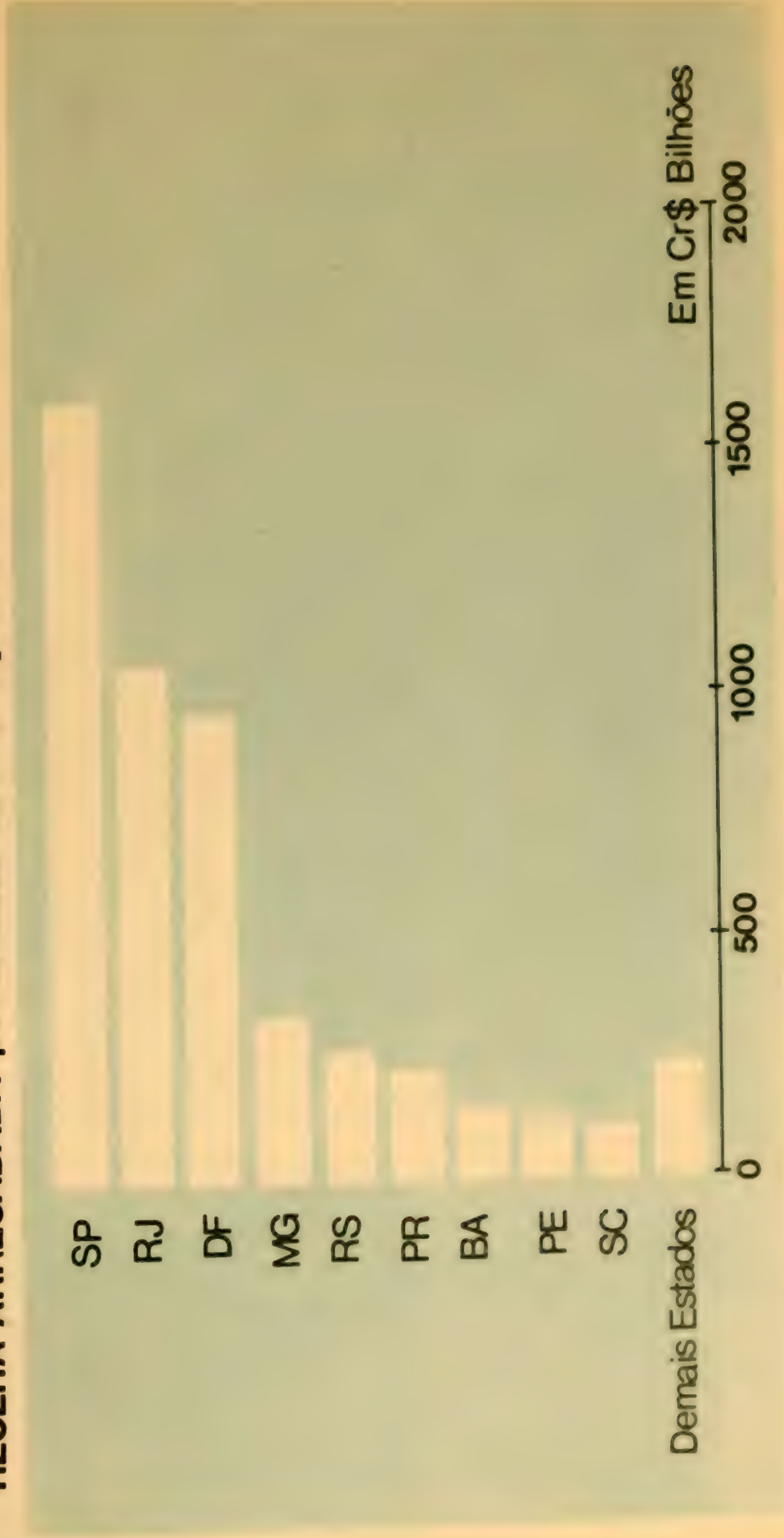


PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Secretaria de Planejamento

Secretaria-Central de Controle Interno

RECEITA ARRECADADA - por Unidade da Federação - 1982



Total 4 774,815



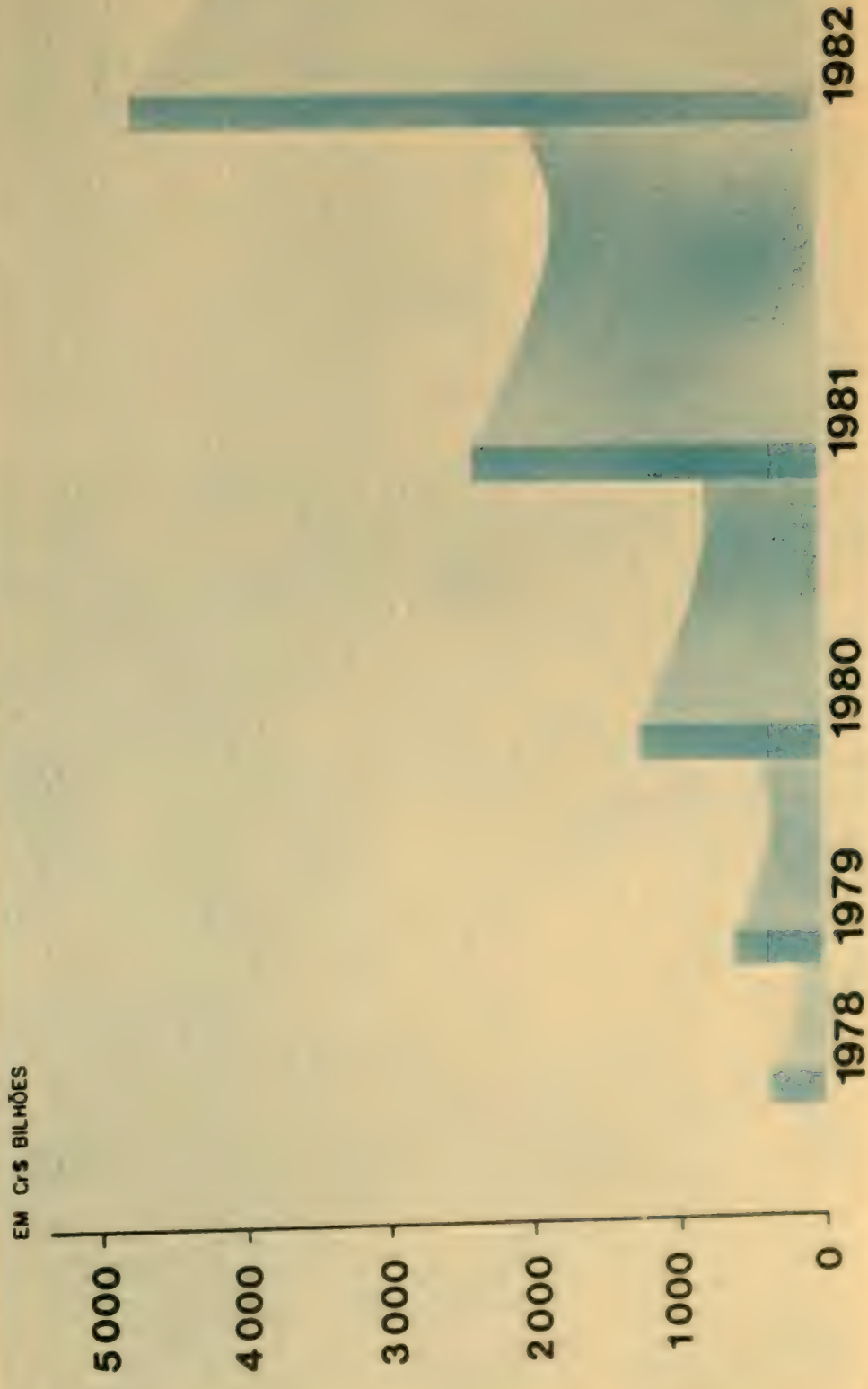


PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Secretaria de Planejamento

Secretaria-Central de Controle Interno

RECEITAS CORRENTES - Evolução no Período 1978/1982



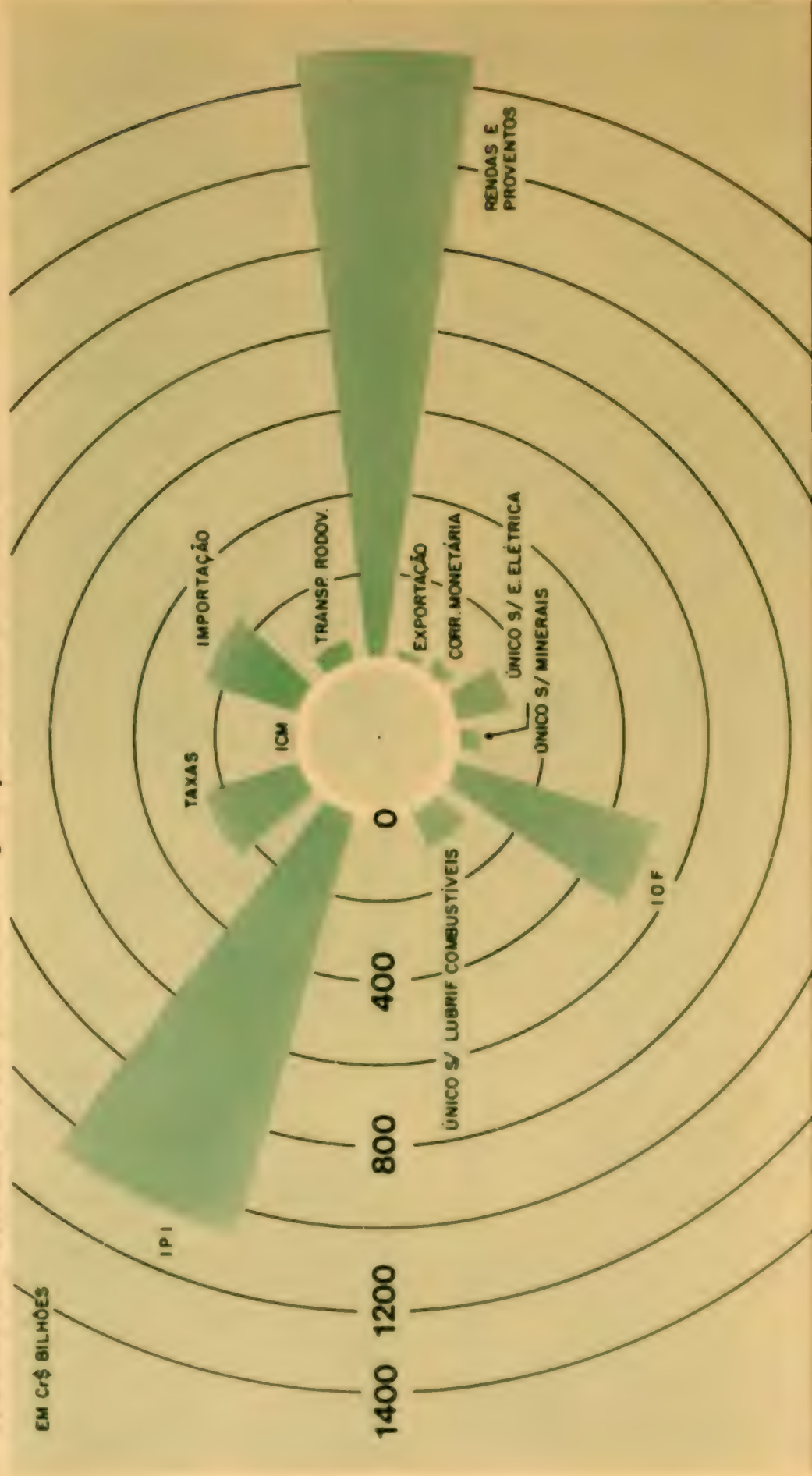


# PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Secretaria de Planejamento

Secretaria-Central de Controle Interno

## RECEITA TRIBUTÁRIA - Discriminação por Tributos - 1982





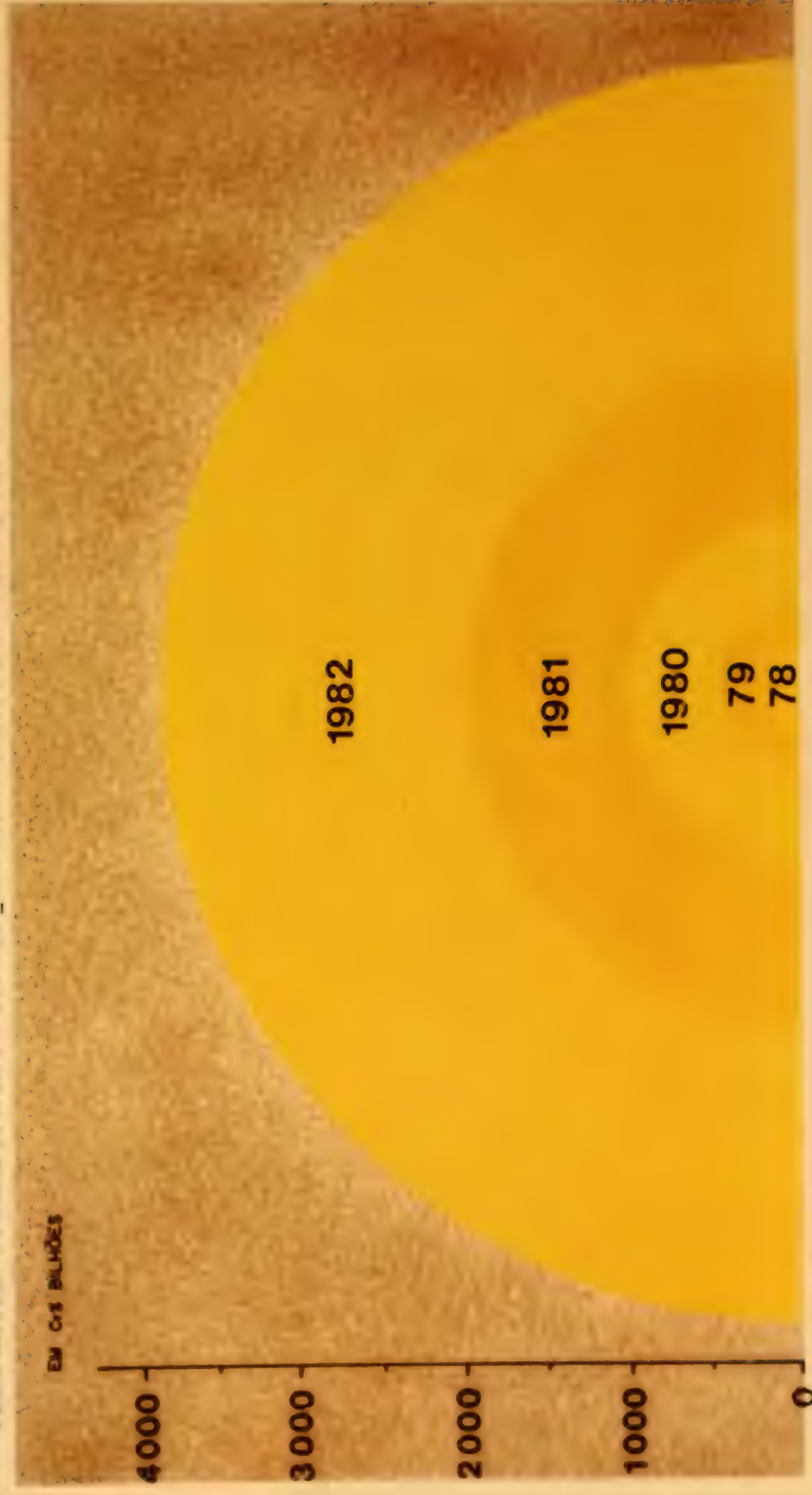


# PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Secretaria de Planejamento

Secretaria-Central de Controle Interno

## RECEITA TRIBUTÁRIA - Evolução no Período 1978/1982







PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Secretaria de Planejamento

Secretaria-Central de Controle Interno

RECEITA PATRIMONIAL - Evolução no Período - 1978/1982



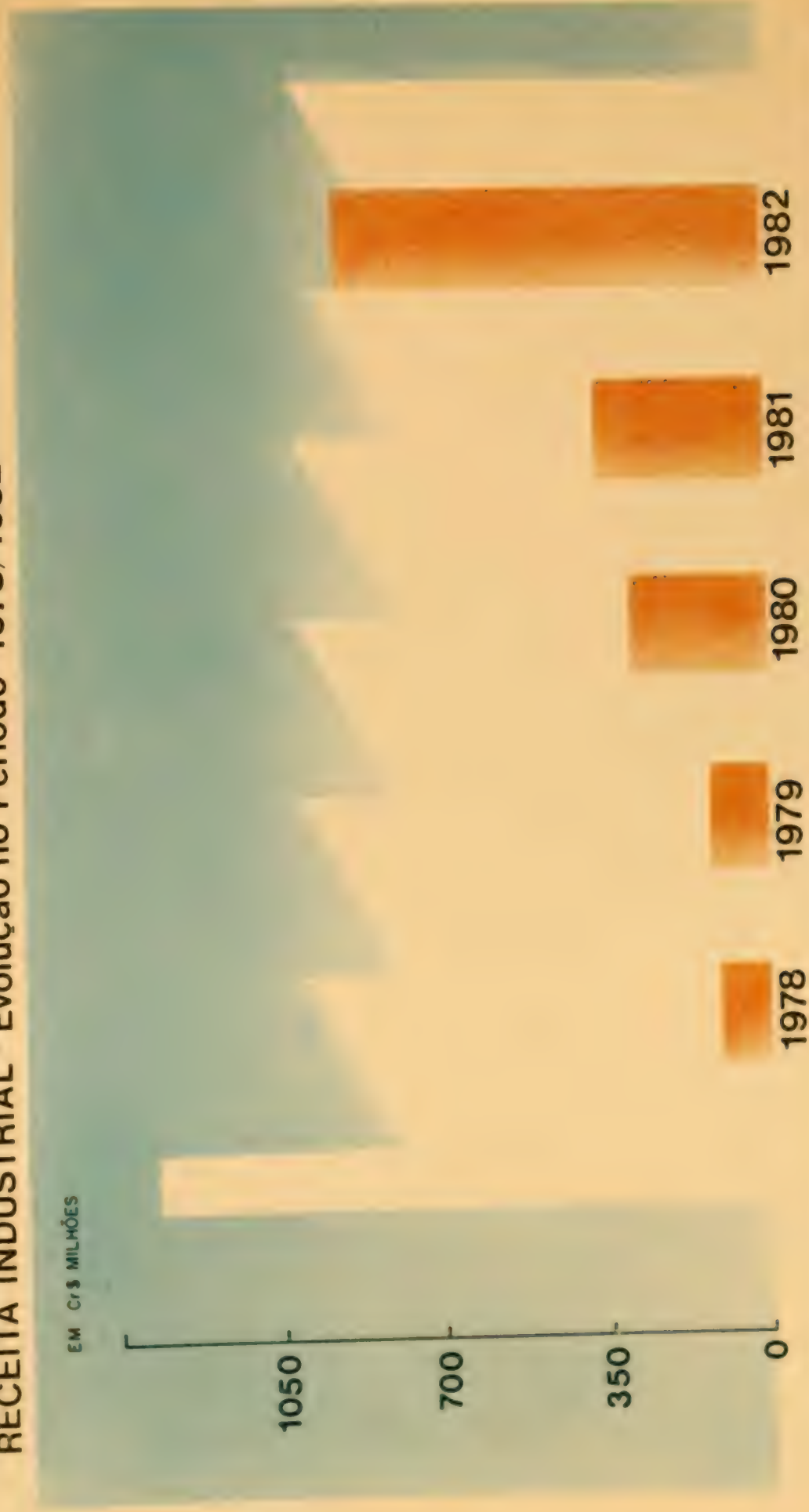


PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Secretaria de Planejamento

Secretaria - Central de Controle Interno

RECEITA INDUSTRIAL - Evolução no Período 1978/1982







# PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Secretaria de Planejamento

Secretaria-Central de Controle Interno

## DESPESA ORÇAMENTÁRIA REALIZADA - por Funções - 1982

Em %

DESENVOLVIMENTO  
REGIONAL - 14,84 %

ADMINISTRAÇÃO  
E PLANEJAMENTO - 14,36 %

ASSIST. E PREVIDÊNCIA - 13,21 %

EDUCAÇÃO E CULTURA - 12,36 %

TRANSPORTE - 12,10 %

DEFESA NACIONAL  
E SEG. PÚBLICA - 10,44 %

ENERGIA E RECURSOS  
MINERAIS - 6,74 %

AGRICULTURA - 5,56 %

INDÚSTRIA, COMÉRCIO  
E SERVIÇOS - 2,96 %

SAÚDE E SANEAMENTO - 2,87 %

COMUNICAÇÕES - 1,29 %

OUTRAS - 3,27

Judiciária - 1,03 %

Legislativa - 0,80 %

Relações Exteriores - 0,71 %

Trabalho - 0,44 %

Habit. e Urbanismo - 0,29 %

Cr\$ 4.619.772 Trilhões

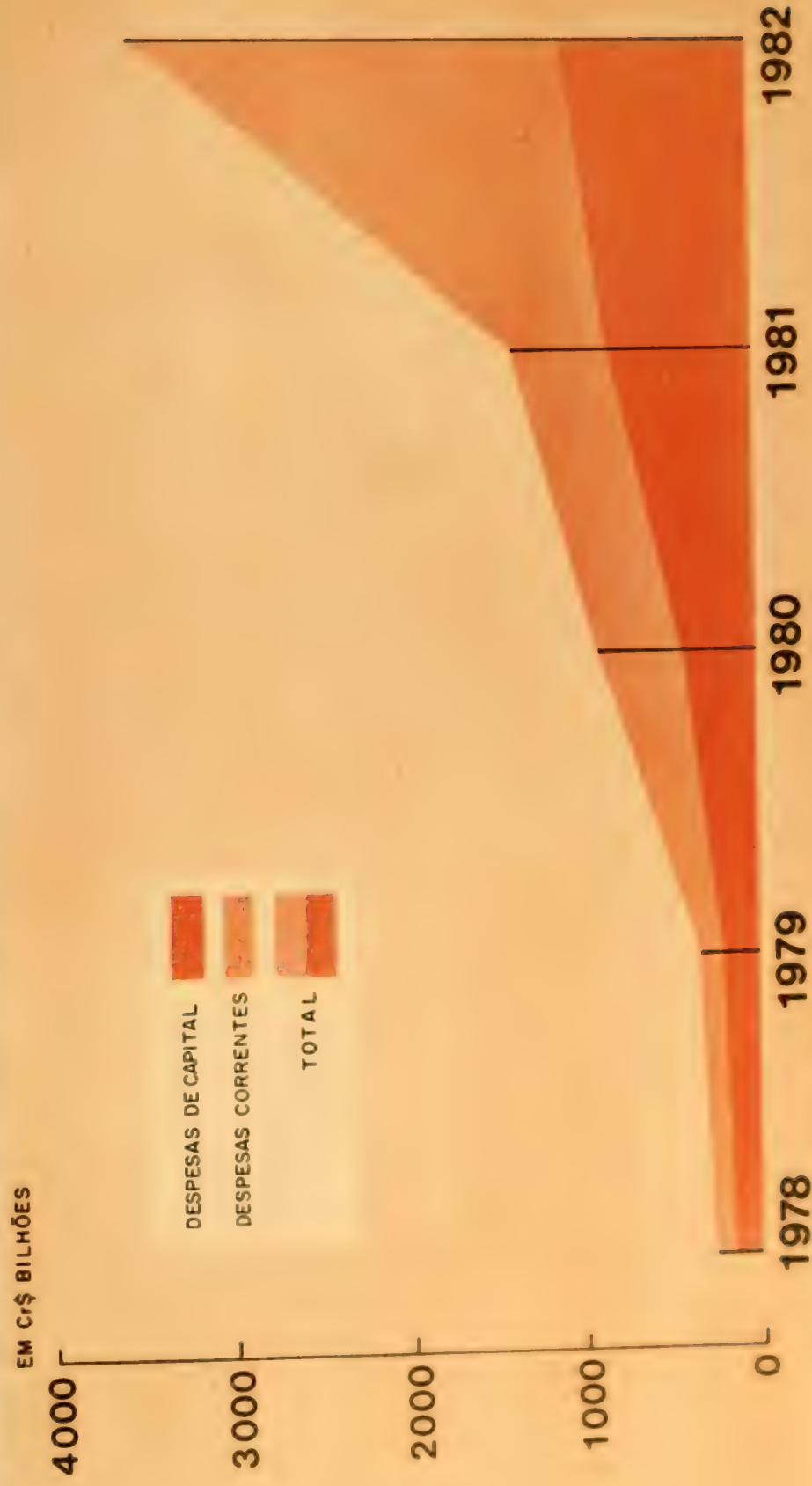


PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Secretaria de Planejamento

Secretaria-Central de Controle Interno

**DESPEZA ORÇAMENTÁRIA REALIZADA - Evolução 1978 / 1982**







PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Secretaria de Planejamento

Secretaria-Central de Controle Interno

DESPESA REALIZADA - Orçamento e Créditos Adicionais - 1982

EM CR\$ BILHÕES

						PODER LEGISLATIVO 40,388 - 0,88%
						PODER JUDICIÁRIO 46,350 - 1,01%
						ENCARGOS GERAIS DA UNIÃO 382,057 - 8,27%
						ENCARGOS FINANCEIROS 441,583 - 9,56%
						ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS 460,661 - 9,97%
						TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS 920,052 - 19,91%
						PODER EXECUTIVO 2.328,678 - 50,40%

Total - Cr\$ 4 619,772 = 100 %





AGRADECIMENTO FINAL



## AGRADECIMENTO FINAL

A Secretaria-Central de Controle Interno externa derradeiramente sua gratidão aos seguintes órgãos e entidades cujo auxílio nos permitiu, de um lado, oferecer números complementares aos Balanços-Gerais da União e, de outro, mostrar o esforço que outras áreas do Serviço Público Federal vêm empregando na realização de suas tarefas:

- a) *INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA*  
*pelos dados relativos ao Imposto Territorial Rural/82;*
- b) *BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL*  
*pelos dados concernentes ao FINSOCIAL;*
- c) *BANCO CENTRAL DO BRASIL*  
*pelo trabalho intitulado "Desempenho das Autoridades Monetárias";*
- d) *COMISSÃO DE PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA*  
*pelo trabalho intitulado "Programação Financeira do Tesouro Nacional";*
- e) *INSTITUTO DE RESSEGUROS DO BRASIL*  
*pelo trabalho intitulado "Mercado Segurador Nacional";*
- f) *SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS*  
*pelo trabalho intitulado "Sistema Nacional de Seguros Privados"; e*
- g) *SECRETARIA-GERAL e INSTITUTO DE PLANEJAMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, AMBOS DA SEPLAN/PR*  
*pelo trabalho intitulado "O Desempenho da Economia Brasileira".*





MISSÃO CUMPRIDA



## MISSÃO CUMPRIDA

Afigura-se-nos nada mais termos a relatar sobre o orçamento e a situação da administração financeira federal, em 31 de dezembro de 1982, ante a limitação do tempo de que dispomos para fazê-lo. A superação do atraso observado na recepção de alguns dados, inclusive de erros detectados em balancetes recebidos, e que urgia eliminar, veio demonstrar, ainda uma vez, e nesta derradeira fase, o espírito público, a responsabilidade e a dedicação de nossos colaboradores.

É o Relatório.



MATÉRIA EXTRAÍDA DE FONTES DA  
ÁREA ECONÔMICO-FINANCEIRA





DESEMPENHO DAS AUTORIDADES MONETÁRIAS



## DESEMPENHO DAS AUTORIDADES MONETÁRIAS (\*)

### DÍVIDA PÚBLICA INTERNA FEDERAL

Ao final do exercício de 1982, a responsabilidade do Tesouro Nacional por Títulos em Circulação atingiu o montante de Cr\$7.863.351 milhões, significando um aumento percentual de 154,61 sobre a posição de 31.12.81. Do referido montante Cr\$6.400.773 milhões referem-se ao Sistema de Obrigações do Tesouro Nacional Cr\$6.399.359 milhões de Obrigações Reajustáveis e Cr\$1.414 milhões de Obrigações Não Reajustáveis) e Cr\$1.462.578 milhões referem-se ao sistema de Letras do Tesouro Nacional, inclusive LTN's especiais.

Observa-se, por outro lado, que a colocação líquida de títulos federais no mercado durante o exercício de 1982 (Cr\$ 495.758 milhões) deveu-se totalmente à expressiva colocação de ORTN's Cr\$1.057.866 milhões em 1982 contra Cr\$420.848 milhões em 1981), uma vez que o sistema de LTN's, ao contrário do superávit de Cr\$381.968 milhões ocorrido em 1981, revelou-se deficitário em 1982, pelo valor de Cr\$562.108 milhões.

O aumento da dívida, referido anteriormente, refletiu um carreamento líquido para o Tesouro Nacional de recursos da ordem de Cr\$597.234 milhões, resultante de uma receita total de Cr\$4.577.329 milhões em relação a uma despesa total de Cr\$3.980.095

(\*) FONTE: Banco Central do Brasil





milhões. O sistema de Obrigações Reajustáveis canalizou líquida - mente para o Tesouro Cr\$ Cr\$1.159.342 milhões (receita de Cr\$1.820.437 milhões e despesa de Cr\$661.095 milhões) ao passo que o de Letras do Tesouro foi deficitário em Cr\$562.108 milhões (receita de 2.756.892 milhões e despesa de Cr\$3.319.000 milhões).

## OBRIGAÇÕES DO TESOIRO NACIONAL

### TIPO REAJUSTAVEL

A subscrição bruta de ORTN's, sem considerar ágios e deságios, registrou o total de Cr\$1.709.407 milhões, incluindo-se as subscrições de natureza voluntária (Cr\$1.423.826 milhões), as alternativas ao pagamento de tributos (Cr\$7 milhões), as compulsórias (Cr\$761 milhões) e as especiais (Cr\$284.813 milhões), sendo que do total das subscrições voluntárias Cr\$1.038.948 milhões o foram pelo sistema de ofertas públicas e Cr\$384.878 milhões através do sistema de reaplicações (permuta por recolocação). Tal montante representa um aumento percentual de 139,0% sobre o volume subscrito em 1981 (Cr\$595.814 milhões).

Vale notar também o alto percentual de reaplicações (93,8%) obtido no exercício de 1982 e que vem aumentando nos últimos anos, demonstrando assim a manutenção do alto prestígio de que os títulos federais desfrutam no mercado financeiro, conforme se observa no quadro a seguir:

SUBSCRIÇÕES VOLUNTÁRIAS DE ORTN's					Cr\$ milhões
ANOS	OFERTAS PÚBLICAS	REAPLICAÇÕES (B)	VALOR A RESGATAR (C)	B/C % (D)	TOTAL COLOCADO (E) = (A) + (B)
	LEILÕES (A)				
1980	131.891	94.774	121.511	78,0	226.665
1981	465.072	130.742	159.931	81,7	595.814
1982	1.038.948	384.878	410.513	93,8	1.423.826

OBS: Não inclui ágios e deságios.



A exemplo dos anos anteriores, constatou-se ainda a preferência pelas ORTN's de 5 anos de prazo, cujo volume alcançou Cr\$1.161.128 milhões contra Cr\$262.698 milhões para os papéis de 2 anos, o que representa 81,5% do total subscrito, percentual este que vem crescendo nos últimos anos, motivado principalmente pela vigência da Portaria nº 167, de 10.07.81, do Ministério da Fazenda, que manteve, exclusivamente para os papéis de 5 anos de prazo e que foram emitidos até 31.10.83, a cláusula de opção de resgate pela correção cambial.

**SUBSCRIÇÕES VOLUNTÁRIAS DE ORTN's**  
**DISCRIMINAÇÃO SEGUNDO OS PRAZOS**

Cr\$ milhões

ANOS	TOTAL (A)	2 ANOS (B)	5 ANOS (C)	B/A %	C/A %
1980	226.665	51.923	174.742	22,9	77,1
1981	595.814	157.365	438.449	26,4	73,6
1982	1.423.826	262.698	1.161.128	18,5	81,5

OBS: Não inclui âgios e desâgios.

Corroborando o exposto vale notar que, enquanto as ORTN's de 2 anos foram colocadas sempre com desâgios no exercício de 1982 (cotação média de 96,96%), as de 5 anos de prazo obtiveram ágio em todas as ofertas realizadas, representado pela cotação média de 102,43%.

Como decorrência de maior demanda por ORTN de 5 anos verificada nos dois últimos anos, o prazo médio da dívida em ORTN's vem se elevando continuamente, uma vez que passou de 34 meses e 02 dias, em 31.12.80 para 35 meses e 22 dias em 31.12.81, 36 meses e 01 dia em 31.12.82, proporcionando também um alongamento na dívida mobiliária federal como um todo em relação ao ano anterior (24 meses e 16 dias em 31.12.81 para 29 meses e 20 dias em 31.12.82), dado que o prazo médio das LTN's vem se mantendo mais estável, ou seja, pouco acima de 3 meses nos últimos anos.





## LETRAS DO TESOURO NACIONAL

O volume de Letras do Tesouro Nacional em circulação situou-se em Cr\$1.460.000 milhões, na data de 31.12.82, representando um aumento nominal de 32,8% sobre 31.12.81 e, portanto, um descrésimo em termos reais, face a uma variação de 97,76% nos índices de correção monetária para o mesmo período. O volume das emissões efetuadas no exercício (Cr\$3.680.000 milhões) menos o volume de resgates efetivados (Cr\$3.319.000 milhões) resultou numa colocação líquida de Cr\$361.000 milhões.

### LETRAS DO TESOURO NACIONAL EMISSIONES, RESGATES E SALDO EM CIRCULAÇÃO

Cr\$1 milhão

PRAZO	1981 SALDO EM CIRCULAÇÃO (A)	1 9 8 2			$\frac{B-A}{A} \%$
		EMISSION	RESGATE	SALDO EM CIRCULAÇÃO (B)	
91 dias	260.000	1.970.000	1.780.000	450.000	73,1
182 dias	595.000	1.300.000	1.295.000	600.000	0,8
365 dias	244.000	410.000	244.000	410.000	68,0
TOTAL	1.099.000	3.680.000	3.319.000	1.460.000	32,8

### IMPACTO MONETÁRIO DAS OPERAÇÕES COM TÍTULOS FEDERAIS

O impacto monetário das operações com LTN's e ORTN's, no período de janeiro a dezembro de 1982, apresentou um saldo expansionista de Cr\$217.608,5 milhões resultantes de uma injeção de Cr\$297.180,6 milhões via operações de dívida pública e de uma retirada de Cr\$79.572,1 milhões obtida através das operações de mercado aberto.





A injeção de Cr\$256.398,8 milhões, ocorrida junto ao setor público no último trimestre, reduziu o total contracionista obtido ao longo do ano. Com efeito, até setembro/82, haviam sido retirados Cr\$28.583,4 milhões junto àquele setor enquanto que, ao final de dezembro, registava-se uma injeção de Cr\$227.815,4 milhões.

Junto ao setor privado, foram retirados recursos da ordem Cr\$10.206,9 milhões. Essa retirada teria sido mais significativa não fosse o volume de resgates ocorrido no segundo semestre em montante superior às colocações que resultaram num impacto expansionista de Cr\$475.605,6 milhões decorrentes das Operações de Dívida Pública, anulando a retirada de Cr\$318.057,5 milhões registrada no primeiro semestre. Por outro lado, as Operações de Mercado Aberto que, até junho/82, apontavam uma injeção de Cr\$89.743,8 milhões no mercado, reverteram seu comportamento retirando o valor de Cr\$257.498,8 milhões e deixando um impacto líquido contracionista de Cr\$167.755,0 milhões.

Com relação aos títulos federais, observou-se nítida preferência do mercado pelas ORTN's que, de janeiro a dezembro, foram responsáveis pela retirada de Cr\$273.965,2 milhões enquanto que, as operações efetuadas com LTN's, resultaram numa injeção de Cr\$491.573,7 milhões no mesmo período.

A movimentação global de recursos através das Operações de Mercado Aberto alcançou um giro (compras + vendas) da ordem de Cr\$55.318.116 milhões (incremento real de 51,0% sobre 1981), resultando numa contração líquida de Cr\$79.572 bilhões no intervalo de janeiro a dezembro de 1982.



# OPERAÇÕES COM TÍTULOS DA CARTEIRA DO BANCO CENTRAL

## ORTN'S E LTN'S

Cr\$ milhões

ANO	COMPRAS INJEÇÃO (A)	VENDAS RETIRADAS (B)	SÁLDO (A + B)	GIRO (A + B)	GIRO-PREÇOS CONSTANTES
1969	322	3.155	- 2.833	3.477	413.929
1970	1.975	9.113	- 7.138	11.088	1.046.038
1971	5.044	8.587	- 3.543	13.631	1.068.260
1972	18.164	25.427	- 7.263	43.591	2.912.422
1973	55.977	63.810	- 7.833	119.787	6.964.948
1974	103.715	115.465	- 11.750	219.180	9.903.128
1975	189.156	205.009	- 15.853	394.165	13.927.108
1976	196.396	266.707	- 70.311	463.103	11.585.453
1977	389.794	456.591	- 66.797	846.385	14.843.053
1978	585.163	679.349	- 94.186	1.264.512	15.988.266
1979	719.054	784.860	- 65.806	1.503.914	12.353.227
1980	2.971.632	3.126.891	-155.259	6.098.523	25.017.529
1981	9.129.004	9.613.798	-484.794	18.742.802	36.631.289
1982	27.619.272	27.698.844	- 79.572	55.318.116	55.318.116

# DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA INTERNA FEDERAL

1972/1982

Cr\$ milhões

ANO	RESPONSABILIDADE DO TESOURO POR TÍTULOS EM CIRCULAÇÃO				COLOCAÇÃO LÍQUIDA (3)		
	ORTN (1)	LTN (2)	OTN	TOTAL	ORTN	LTN	TOTAL
1972	15.975	10.204	-	26.179	1.792	5.094	6.886
1973	20.944	17.400	-	38.344	1.156	4.601	5.757
1974	32.969	14.800	32	47.801	2.539	- 5.166	- 2.627
1975	60.112	37.400	36	97.548	15.312	16.338	31.650
1976	84.397	69.404	88	153.889	- 2.467	13.236	10.769
1977	119.390	121.001	101	240.492	3.994	18.142	22.136
1978	163.046	194.508	296	357.850	- 6.178	15.537	9.359
1979	251.159	270.029	340	521.528	- 1.304	- 2.733	- 4.037
1980	589.240	258.761	384	848.385	119.836	- 80.000	39.836
1981	1.985.554	1.101.944	432	3.087.930	420.848	381.968	802.816
1982	6.399.359	1.462.578	1.414	7.863.351	1.057.866	-562.108	495.758

(1) Inclusive Decreto-lei nº 1.911/81

(2) Inclusive LTN's Especiais (Lei nº 6.588/78)

(3) Não inclui custos ressarcidos pelo Tesouro,  
ORTN's - Não Reajustáveis e LTN's Especiais



Table 1. Summary of the first part of the study.					
Year	Month	Day	Time	Location	Remarks
1950	Jan	1	10:00	Station A	First observation of the species.
1950	Jan	2	11:00	Station B	Second observation of the species.
1950	Jan	3	12:00	Station C	Third observation of the species.
1950	Jan	4	13:00	Station D	Fourth observation of the species.
1950	Jan	5	14:00	Station E	Fifth observation of the species.
1950	Jan	6	15:00	Station F	Sixth observation of the species.
1950	Jan	7	16:00	Station G	Seventh observation of the species.
1950	Jan	8	17:00	Station H	Eighth observation of the species.
1950	Jan	9	18:00	Station I	Ninth observation of the species.
1950	Jan	10	19:00	Station J	Tenth observation of the species.

Table 2. Summary of the second part of the study.					
Year	Month	Day	Time	Location	Remarks
1950	Jan	11	20:00	Station K	Eleventh observation of the species.
1950	Jan	12	21:00	Station L	Twelfth observation of the species.
1950	Jan	13	22:00	Station M	Thirteenth observation of the species.
1950	Jan	14	23:00	Station N	Fourteenth observation of the species.
1950	Jan	15	24:00	Station O	Fifteenth observation of the species.
1950	Jan	16	25:00	Station P	Sixteenth observation of the species.
1950	Jan	17	26:00	Station Q	Seventeenth observation of the species.
1950	Jan	18	27:00	Station R	Eighteenth observation of the species.
1950	Jan	19	28:00	Station S	Nineteenth observation of the species.
1950	Jan	20	29:00	Station T	Twentieth observation of the species.

Continued on next page



**OBRIGAÇÕES REAJUSTÁVEIS E LETRAS DO TESOURO NACIONAL**  
**DEMONSTRATIVO DA RESPONSABILIDADE DO TESOURO POR TÍTULOS EM CIRCULAÇÃO**      Cr\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	POSIÇÃO EM 31.12.81	MOVIMENTO DE 1982	POSIÇÃO EM 31.12.82
<u>O.R.T.N.</u>			
- Principal.....	1.042.120	1.711.570	2.676.576
emissões		77.114	
resgates			
- Correção Monetária.....	917.198	2.440.827	3.358.025
- Juros	<u>26.236</u>	<u>53.635</u>	<u>79.871</u>
			6.114.472
<u>O.R.T.N. (Dec.-Lei 1.911/81)</u>			
- Principal		180.000	180.000
- Correção Monetária		95.028	95.028
- Juros		9.859	<u>9.859</u>
			284.887
<u>L.T.N.</u>			
- Emissões		2.756.891	
Valor Líquido		<u>923.109</u>	
Descontos Concedidos		3.680.000	
- Resgates		2.548.468	
Valor Líquido		<u>770.532</u>	
Descontos Liquidados	1.099.000	3.319.000	1.460.000
<b>T O T A L</b>	<u>3.084.554</u>		<u>7.859.359</u>



**PAPEL-MOEDA**

Montante das emissões e resgates de papel-moeda no exercício de 1982:

a) Meio circulante transferido.....	Cr\$ 1.504.777.846,56;
b) Emissão líquida de 1.4.65 a 31.12.82.....	Cr\$ 1.110.945.000.000,00;
c) Moeda não resgatada.....	Cr\$ 140.743.959,56;
d) Reserva Monetária em 31.12.82.....	Cr\$ 435.087.053,61;
e) Meio circulante em 31.12.82 (a+b-c-d).....	<u>Cr\$ 1.111.873.946.833,39;</u>
f) Meio circulante em 31.12.81.....	Cr\$ 576.789.989.681,74;
g) Emissão bruta em 1982.....	Cr\$ 1.340.000.000.000,00;
h) Excesso de pagamentos sobre recebimentos.....	Cr\$ 3.083.957.151,65;
i) Recolhimentos em 1982.....	Cr\$ 805.000.000.000,00;
j) Recolhimento recebido - reforço da reserva monetária.....	Cr\$ 3.000.000.000,00;
l) Meio circulante em 31.12.82 (f+g+h-i-j).....	<u>Cr\$ 1.111.873.946.833,39.</u>

**ORTN'S E LTN'S**

Posição das Obrigações Reajustáveis e das Letras do Tesouro Nacional:

Cr\$ milhões

POSIÇÃO EM 31.12.81 - SALDO EM CIRCULAÇÃO

a) ORTN.....	1.985.554
- principal.....	1.042.120
- correção monetária.....	917.198
- juros.....	26.236



Cr\$ milhões

b) LTN.....	1.099.000
c) TOTAL.....	<u>3.084.554</u>

TOTAL DAS EMISSÕES EM 1982:

a) ORTN.....	<u>4.206.032</u>
- principal.....	1.711.570
- correção monetária.....	2.440.827
- juros.....	53.635
b) ORTN (Dec.-Lei nº 1.911/81).....	<u>284.887</u>
- principal.....	180.000
- correção monetária.....	95.028
- juros.....	9.859
c) LTN.....	<u>3.680.000</u>
- valor líquido.....	2.756.891
- descontos concedidos.....	923.109
d) TOTAL.....	<u>8.170.919</u>

TOTAL DOS RESGATES EM 1982:

a) ORTN.....	<u>77.114</u>
b) LTN.....	<u>3.319.000</u>
- valor líquido.....	2.548.468
- descontos liquidados.....	770.532
c) TOTAL.....	<u>3.396.114</u>

SALDO EM 31.12.82, EM CIRCULAÇÃO

a) ORTN.....	<u>6.114.472</u>
- principal.....	2.676.576
- correção monetária.....	3.358.025
- juros.....	79.871





Cr\$ milhões

b) ORTN (DEC.-LEI nº 1.911/81).....	<u>284.887</u>
- principal.....	180.000
- correção monetária.....	95.028
- juros.....	9.859
c) LTN.....	<u>1.460.000</u>
d) TOTAL.....	<u>7.859.359</u>

Montante dos avales e garantias do Tesouro Nacional concedidos em 1982 (posição até 31 de setembro de 1982), em Cr\$1.000:

a) De 01.01.82 a 30.09.82.....	939.473,470;
b) Responsabilidades existentes em 30.09.82.....	7.116.745.972.

Posição das reservas cambiais, em 31.12.81 e em 30.09.82, em US\$ milhões:

DATA	OURO	DIREITOS ESPECIAIS DE SAQUE	POSIÇÃO DE RESERVAS NO FMI	DIVISAS CONVER- SÍVEIS	TOTAL DAS RESERVAS
31.12.81	905,1	450,8	263,3	5.887,6	7.506,8
30.09.82	870,9	184,2	281,9	3.714,4	5.051,4



PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA DO TESOURO NACIONAL





## PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA DO TESOIRO NACIONAL (\*)

### O ORÇAMENTO

A Lei de Meios para o exercício de 1982 estimou a receita e fixou a despesa do Tesouro Nacional em Cr\$ 4.000.200 bilhões, representando um crescimento de 76,8% e 77,1%, respectivamente, sobre a receita efetiva de 1981.

O Orçamento Geral da União foi elaborado em bases rígidas e com rigorosa contenção de dispêndios, mas de forma a permitir atendimento às prioridades estabelecidas. observados, contudo, os limites fixados em função do efetivo controle dos índices inflacionários e da superação das dificuldades existentes.

O quadro a seguir apresenta a estimativa comparada com a receita efetiva do Tesouro Nacional em 1981, discriminada em "Ordinária" e "Vinculada":

Cr\$ milhão					
DISCRIMINAÇÃO	1981	1982	VAR. %	PARTICIPAÇÃO	
				1981	1982
ORDINÁRIA	1.549.314	3.032.900	95,8	68,5	75,8
VINCULADA	712.655	967.300	55,7	31,5	24,2
TOTAL	2.261.969	4.000.200	76,8	100,0	100,0

O aprimoramento no mecanismo de desvinculação das receitas do Tesouro Nacional, através do Decreto-lei nº 1.539, de 15 de fevereiro de 1981, ao antecipar a extinção do Fundo Nacional de Desenvolvimento-FND - permitiu à União aumentar os recursos para livre programação.

A quase totalidade das vinculações destinou-se a Estados e Municípios, pois, como resultado de medidas anteriores-

(\*) Fonte: Comissão de Programação Financeira



mente adotadas somente 5,3% continuaram sendo diretamente alocados à administração federal.

Os Estados e Municípios, através da Emenda Constitucional nº 17, de 02 de dezembro de 1980, tiveram ampliados os percentuais do Fundo de Participação de maneira a que em 1984 o percentual incidente sobre o produto de arrecadação dos impostos de renda e produtos industrializados se situe em 24%.

A despesa fixada permitiu a manutenção do equilíbrio orçamentário sem comprometer programas estabelecidos e assumidos anteriormente.

#### A PROGRAMAÇÃO DE DESEMBOLSO

Pelo Decreto nº 86.794, de 28 de dezembro de 1981, assim foi definida a programação financeira do Tesouro Nacional para o exercício de 1982.

		Cr\$ 1.000
<u>I - RECEITA DO TESOIRO</u>		<u>4.000.200.000</u>
<u>RECEITAS CORRENTES</u>		<u>3.936.269.000</u>
Tributária	<u>3.296.700.605</u>	
Patrimonial	59.749.964	
Industrial	710.200	
Transferências Correntes	233.320.000	
Diversas	345.788.231	
<u>RECEITAS DE CAPITAL</u>		<u>63.931.000</u>
<u>II - DESPESA DO TESOIRO</u>		<u>4.000.200.000</u>
<u>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</u>		<u>949.933.689</u>
Recursos Ordinários	949.686.999	
Recursos Vinculados	246.690	
<u>TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS, DF e MUNICÍ</u>		<u>759.187.865</u>
<u>PROGRAMAS ESPECIAIS</u>		<u>110.020.000</u>
<u>OUTRAS DESPESAS CORR. E DE CAPITAL</u>		<u>1.520.658.446</u>
Recursos ordinários	1.420.346.762	
Recursos Vinculados	100.311.684	
<u>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</u>		<u>660.400.000</u>





A programação de desembolso para o exercício visou a eliminar a figura da despesa "A PROGRAMAR", que se vinha utilizando como instrumento de ajuste da execução orçamentária, em face da limitação dos recursos para livre programação, bem como, da necessidade de crescentes recursos para atendimento a despesas extraorçamentárias.

Na remessa de recursos para o exterior observou-se a norma do Decreto-lei nº 1.815, de 09 de dezembro de 1980, que eliminou a prática da taxa cambial orçamentária fazendo com que as dotações orçamentárias dos órgãos interessados respondessem pela totalidade do dispêndio, em moeda nacional, correspondente à remessa de moeda estrangeira, ao câmbio do dia.

Foi permitido, também, com vistas a dinamizar as rotinas operacionais do Sistema de Programação Financeira, o pagamento de compromissos inscritos em "Restos a Pagar" com a disponibilidade apurada no primeiro dia do novo exercício financeiro.

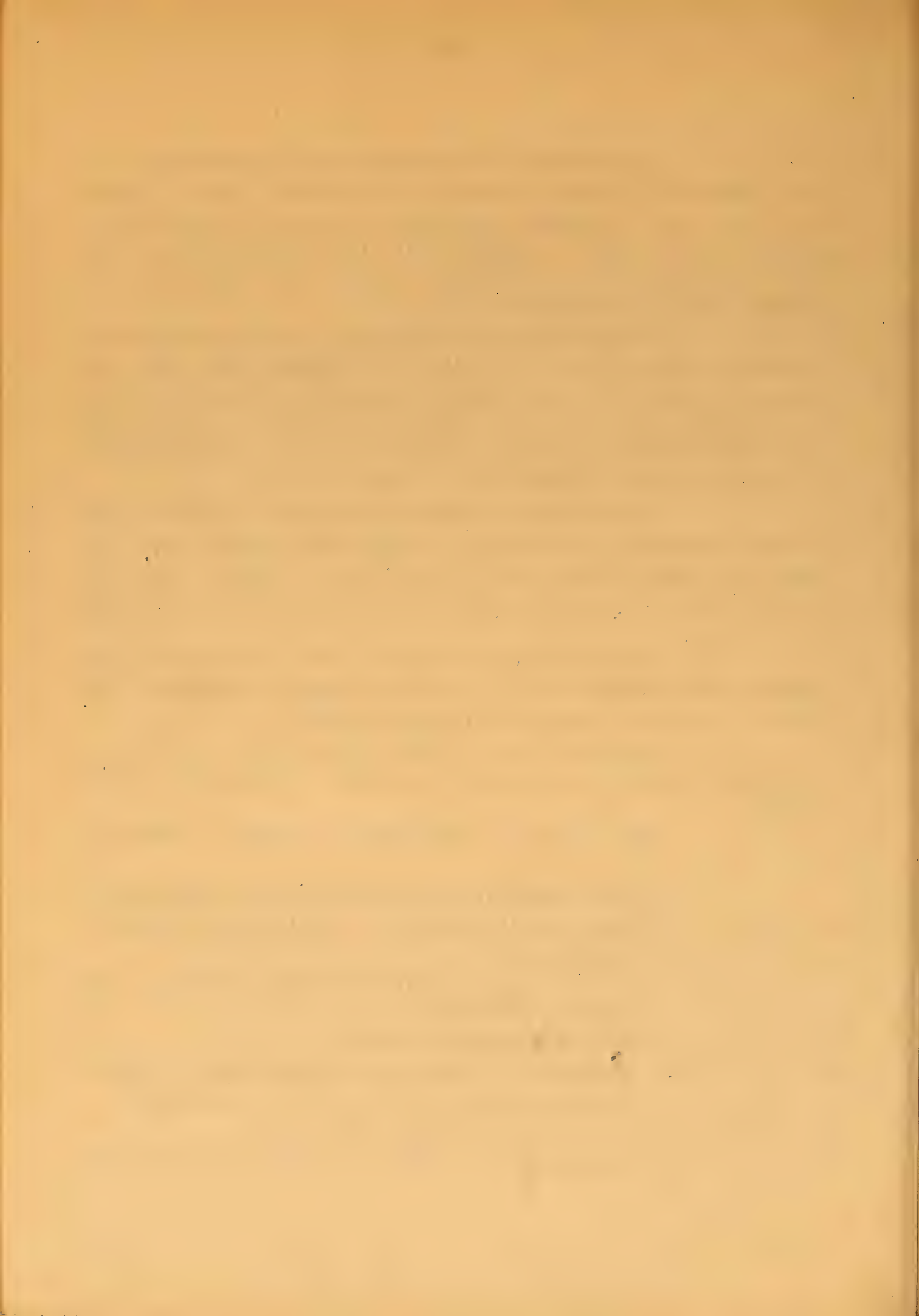
Com base no Decreto-Lei nº 1909, de 28.12.81, foi imposta uma contenção de 12% da despesa fixada no Orçamento da União, à conta de recursos do Tesouro Nacional.

Os Ministérios e Órgãos indicaram os projetos, atividades e elementos de despesa contidos e indisponíveis para empenho.

Excluíram-se da contenção as dotações referentes a:

- . Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização e do Salário-Educação;
- . Recursos gerados pela atividade econômica dos órgãos e entidades;
- . Pessoal e encargos sociais
- . Amortização e Encargos de Financiamento à conta de operações de crédito internas e externas;
- . Contribuição ao Fundo Partidário;
- . Coordenação da Secretaria Nacional de Defesa Ci





vil;

- . Recursos captados através de Operações de Crédito, internas e externas;
- . Sub-anexos: Encargos Gerais da União, Transferências a Estados, DF e Municípios, Encargos Financeiros da União, Encargos Previdenciários da União e Reserva de Contingência.

Os recursos oriundos de tais reservas destinaram-se ao reajuste salarial dos servidores públicos civis e militares da União.

#### A RECEITA DE CAIXA

A execução financeira do Tesouro Nacional registrou uma receita de Caixa, consideradas as restituições e devoluções, de Cr\$ 4.617,9 bilhões, com incrementos nominais e reais de 104,2% e 3,9%, respectivamente, sobre igual período de 1981.

A receita tributária totalizou Cr\$ 3.629,553 bilhões, sendo Cr\$ 3.412,469 referentes a impostos e Cr\$ 217.084 a taxas.

O imposto de renda constitui a principal fonte de recursos, com um total líquido de Cr\$ 1.354,539 bilhões.

A arrecadação bruta desse imposto alcançou Cr\$ 1.652,268 bilhões, tendo sido debitados Cr\$ 297,729 bilhões a título de restituições e devoluções, sendo Cr\$ 295,501 às pessoas físicas e Cr\$ 2,228 às pessoas jurídicas, com variações de 142,2% e 65,0%, respectivamente, sobre idêntico período de 1981.

O bom desempenho desse tributo, apesar do elevado montante de restituições, deveu-se ao incremento da remessa de juros ao exterior, à liberação das taxas de juros internas, com reflexo nos rendimentos de títulos de crédito, ao lucro das ins



tituições financeiras em 1981 e ao aumento de imposto adicional sobre o lucro das instituições financeiras.

O imposto sobre produtos industrializados constitui a segunda fonte de recursos, apesar de aquém do previsto no Orçamento. A sua arrecadação líquida foi de Cr\$ 989,809 bilhões contra os Cr\$ 1.040,000 bilhões previstos, acusando queda real de 2,1% em relação a 1981.

A utilização do incentivo fiscal através da redução desse imposto, via crédito-prêmio às exportações, refletiu-se no comportamento das restituições do IPI alcançando Cr\$ 269,962 bilhões (21,4% da arrecadação do tributo) contra Cr\$ 90,315 no ano anterior.

Para esse considerável incremento, muito contribuiu o restabelecimento da alíquota de 15% em favor do crédito-prêmio nas exportações de produtos manufaturados, cujo percentual foi gradativamente reduzido durante o exercício.

Merece ainda relevo o imposto sobre operações financeiras, que canalizou para o Tesouro Nacional Cr\$ 517,034 bilhões, representando 11,2% da receita total do exercício.

Através dos impostos especiais - Energia Elétrica, Minerais, Lubrificantes e Combustíveis - foram canalizados Cr\$ 274,681 bilhões.

O imposto único sobre Energia Elétrica cujo recolhimento foi de Cr\$ 128,106 bilhões, apresentou o mais elevado crescimento entre os componentes da receita tributária (8,8% em termos reais).

#### A DESPESA DE CAIXA

A despesa de caixa do Tesouro Nacional alcançou Cr\$ 4.611,245 bilhões, superior em 15,3% à fixada na Lei de Meios e traduzindo um incremento de 104,1% sobre os Cr\$ 2.258,929 bilhões despendidos em 1981.

A despesa autorizada totalizou Cr\$ 4.851,470 bi





lhões, tendo permanecido à ordem dos beneficiários, no Banco do Brasil, Cr\$ 233,954 bilhões e, na Caixa Econômica Federal, Cr\$ 6,271 bilhões, totalizando Cr\$ 240,225 bilhões.

#### DESPESA AUTORIZADA E DESPESA DE CAIXA

ITENS	1981	1982	Cr\$ bilhão
			VARIAÇÃO %
A. DESPESA AUTORIZADA	2.361,600	4.851,470	105,4
B. RECURSOS NÃO UTILIZADOS	102,671	240,225	134,0
C. DESPESA DE CAIXA (A-B)	2.258,929	4.611,245	104,1

Foram liberados pela Comissão de Programação Financeira recursos de Cr\$ 3.562,147 bilhões representando 126,0% de crescimento sobre 1981.

#### RECURSOS LIBERADOS PELA C.P.F.

ANOS	LIBERAÇÃO DE COTAS			RESTOS A PAGAR 4	Cr\$ milhão
	PAÍS	EXTERIOR	TOTAL		TOTAL
	I	2	3 = 1 + 2		5 = 3 + 4
1981	1.529,462	22,295	1.551,757	24,506	1.576,263
1982	3.391,685	154,348	3.546,033	16,114	3.562,147

Do montante de recursos liberados sob cota no País, Cr\$ 88.151 bilhões (2,5%) foram autorizados a depositar na Caixa Econômica Federal. À luz do Decreto-lei nº 1.442/76, utilizaram-se dessas transferências o Ministério da Educação e Cultura - (Cr\$ 74,172 bilhões), o Ministério da Saúde (Cr\$ 8,400 bilhões) e o Ministério do Interior (Cr\$ 2.206 bilhões).

Em caráter excepcional, foram realizadas transferências para o Ministério da Justiça (Cr\$ 2.718 bilhões) e para a SEPLAN/PR (Cr\$ 0,655 bilhões).



Comparativamente ao ano de 1981, a despesa de Caixa assim se apresentou:

### DESPESA DE CAIXA

			Cr\$ bilhão
ITENS	1981	1982	VARIAÇÃO %
COTAS DE DESPESAS	1.551,757	3.546,033	128,5
DIST.RECEITA VINCULADA	462,446	533,584	15,4
FUNDOS DE PARTICIPAÇÃO	250,209	544,835	117,8
RESTOS A PAGAR	24,506	16,114	- 34,2
DIVERSOS	72,682	210,904	190,2
DEP.GOV.FED.À VISTA B.B. e CEF	(-)102,671	(-)240,225	134,0
T O T A L	2.258,929	4.611,245	104,1

A despesa com "Pessoal e Encargos Sociais" atingiu Cr\$ 1.682,237 bilhões, com um crescimento de 118,8% sobre os Cr\$ 768,912 bilhões despendidos em 1981.

Daquele total 93,7% correspondem a recursos provenientes do Tesouro Nacional, os 6,3% restantes a "Outras Fontes".

A despesa realizada à conta de recursos do Tesouro Nacional, estimada inicialmente em Cr\$ 949,934 bilhões, atingiu o montante de Cr\$ 1.576,413 bilhões, com um incremento de 66,0 sobre aquela posição.

O quadro seguinte permite visualizar a participação dos principais elementos no total da despesa de Pessoal.





## DESPESA COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Cr\$ bilhão

ELEMENTOS	1981 (A)	1982 (B)	VAR. % B/ A	PARTICIPAÇÃO	
				1981	1982
PESSOAL CIVIL	329,203	728,204	121,2	45,7	46,2
PESSOAL MILITAR	140,687	283,850	101,8	19,5	18,0
INATIVOS E PENSIONISTAS	188,329	428,597	127,6	26,2	27,2
OUTROS	61,596	135,842	120,5	8,6	8,6
T O T A L	719,815	1.576,493	119,0	100,0	100,0

## RESULTADO DE CAIXA

No balanceamento das contas de receita e despesa do Tesouro Nacional resultou um "superavit" de Caixa de Cr\$ 6,602 bilhões, assim demonstrado:

Cr\$ bilhão

MESES	RECEITA		DESPESA		RESULTADO DE CAIXA	
	MENSAL	ACUMULADO	MENSAL	ACUMULADO	MENSAL	ACUMULADO
JANEIRO	210,345	210,345	235,325	235,325	- 24,980	- 24,980
FEVEREIRO	284,901	495,246	181,777	417,102	103,124	78,144
MARÇO	291,499	786,745	299,312	716,414	- 7,813	70,331
ABRIL	326,662	1.113,407	306,973	1.023,387	19,689	90,020
MAIO	361,038	1.474,445	353,388	1.376,775	7,650	97,670
JUNHO	310,831	1.785,276	296,921	1.673,696	13,910	111,580
JULHO	364,204	2.149,480	365,774	2.039,470	- 1,570	110,010
AUGOSTO	365,082	2.514,562	368,793	2.408,263	- 3,711	106,299
SETEMBRO	446,184	2.960,746	445,502	2.853,765	0,682	106,981
OUTUBRO	488,378	3.449,124	472,760	3.326,525	15,618	122,599
NOVEMBRO	528,831	3.977,955	448,619	3.775,144	80,212	202,811
DEZEMBRO	639,892	4.617,847	836,101	4.611,245	-196,209	6,602





Como se observa, o resultado de Caixa acumulado, à exceção do mês de janeiro, apresentou-se sempre superavitário, mesmo com resultados negativos nos meses de março, julho, agosto e dezembro.

O resultado obtido no mês de janeiro deveu-se ao comportamento já tradicional da receita, que se limita ao recolhimento efetuado pelo Banco do Brasil S.A., contrapondo-se à elevação de despesa, com o reajuste salarial para os servidores públicos.

Para os meses de março, julho, agosto e dezembro, o resultado pode ser atribuído às transferências para as Autoridades Monetárias, através do sub-anexo "Encargos Financeiros da União", realizados no último dia do mês, com base no resultado de Caixa.

Cabe salientar que esses "deficits" no mês não acarretaram impactos monetários indesejáveis, pois se referiam a despesas realizadas pelo Tesouro Nacional com as próprias Autoridades Monetárias.

Através de um rigoroso controle das liberações dos recursos ordinários, que corresponderam aproximadamente a 77% do dispêndio global, foi possível manter em níveis elevados durante o exercício o "superavit" acumulado da execução financeira do Tesouro Nacional.

Para tanto, a Comissão de Programação Financeira disciplinou as liberações para despesa com "Pessoal" e "Outras Despesas de Custeio". A primeira parcela obedeceu ao valor constante do cronograma dos Ministérios e Órgãos e entregue em tempo hábil para o pagamento a seus funcionários.

As liberações restantes foram realizadas em consonância com o efetivo ingresso de recursos na Caixa do Tesouro junto ao Banco do Brasil.

Com isso, efetuou-se a integração do orçamento fiscal com o orçamento monetário, e permitiu ao Tesouro Nacional,



com o excedente de Caixa ao final dos meses, realizar a transferência de Cr\$ 639,679 bilhões para regularização de seus débitos junto às Autoridades Monetárias.

Entre as principais transferências do orçamento fiscal para o orçamento monetário figuram as destinadas à cobertura de encargos de ORTN - Cr\$ 101,477 bilhões, ao pagamento de benefícios pecuniários para captação de recursos externos previstos no Decreto-lei nº 1.411/75 - (Cr\$ 60.000 milhões), à cobertura de diferença na comercialização do trigo (Cr\$ 201.684 milhões) e à política de preço nacional equalizado - Açúcar e Alcool (Cr\$ 38.034 milhões).

No tocante às operações financeiras, os recursos do Tesouro Nacional ficaram assim alocados:

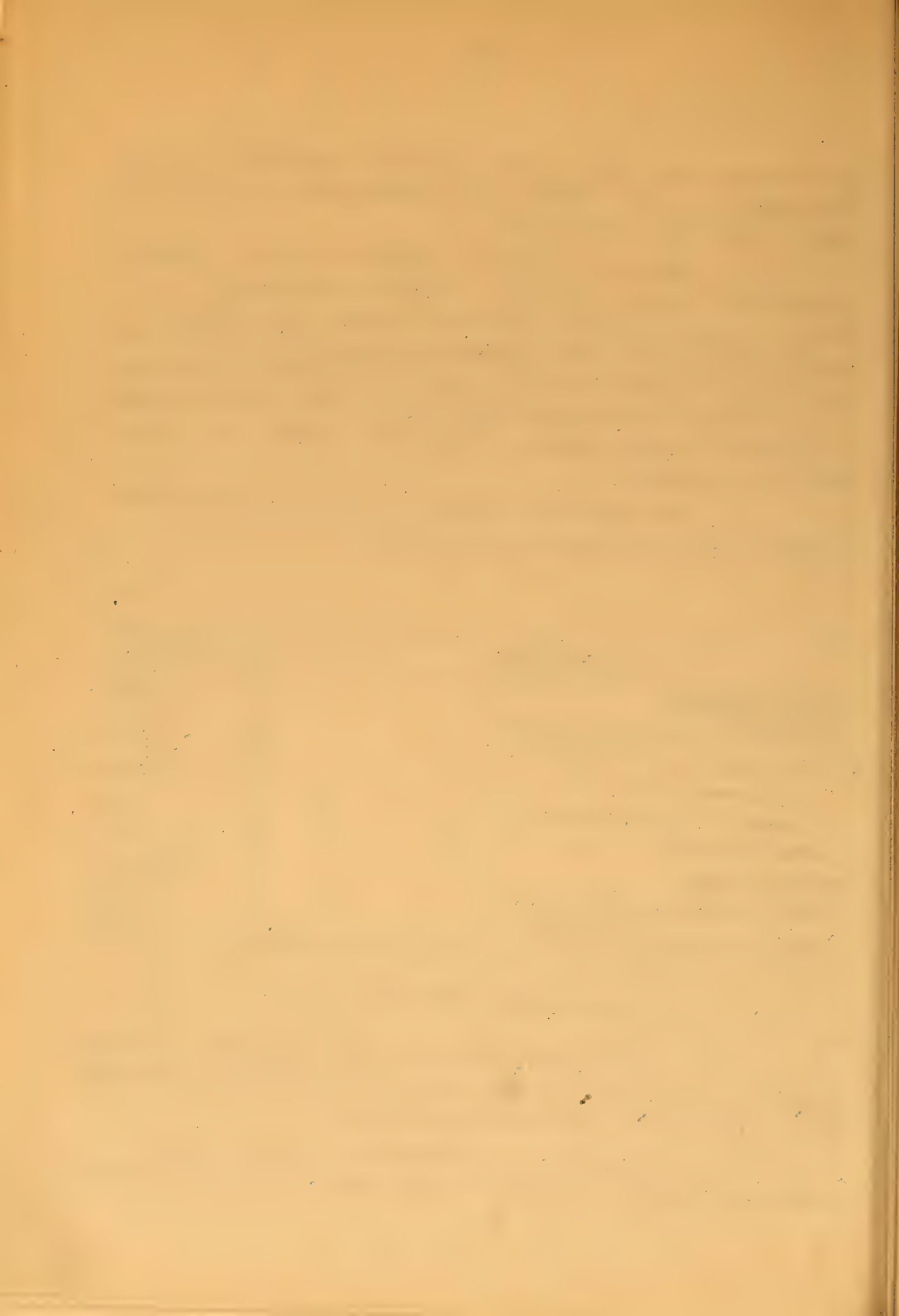
DISCRIMINAÇÃO	Cr\$ bilhão
<u>FONTES DE RECURSOS</u>	- <u>1.083,664</u>
Resultado da execução orçamentária	6,602
Endividamento junto ao Público	- 216,784
Dívida Mobiliária	- 217,609
Depósitos de Contribuintes	0,825
OUTRAS OPERAÇÕES	- 873,482
<u>RECURSOS LÍQUIDOS</u>	- <u>1.083,664</u>
Junto às Autoridades Monetárias	- 1.089,935
Junto à Caixa Econômica Federal	6,271

#### OS PROGRAMAS ESPECIAIS

Os Programas Especiais (PIN - PROTERRA) tiveram dotação de Cr\$ 153,250 bilhões, sendo Cr\$ 91,950 bilhões destinados ao PIN e Cr\$ 61,300 bilhões ao PROTERRA.

Observa-se um crescimento no volume total de recursos da ordem de 139,0% sobre as dotações de 1981. Esse aumento







denota a atenção governamental pela melhoria das condições de produção e aproveitamento de recursos naturais nas regiões Norte e Nordeste, mais especificamente no que diz respeito a irrigação, redistribuição de terras e desenvolvimento de técnicas agrícolas e agropecuárias.

A Comissão de Programação Financeira vem, diante das limitações de disponibilidade de recursos nas contas globais do PIN e do PROTERRA, procurando dar pronto atendimento aos cronogramas de liberações a cargo de órgãos envolvidos na execução dos Programas Especiais.

Dos recursos autorizados, no montante de Cr\$ 153,250 bilhões, foram liberados Cr\$ 105,140 bilhões ou sejam 68,6%.

As liberações do PIN alcançaram Cr\$ 66,508 bilhões perfazendo 63,3% do total liberado, enquanto os do PROTERRA constituíram os 36,7% remanescentes, com Cr\$ 38,632 bilhões.

Foram também liberados recursos da ordem de Cr\$ 35,998 bilhões correspondentes a valores inscritos em "Restos a Pagar" e vinculados ao exercício financeiro de 1981.

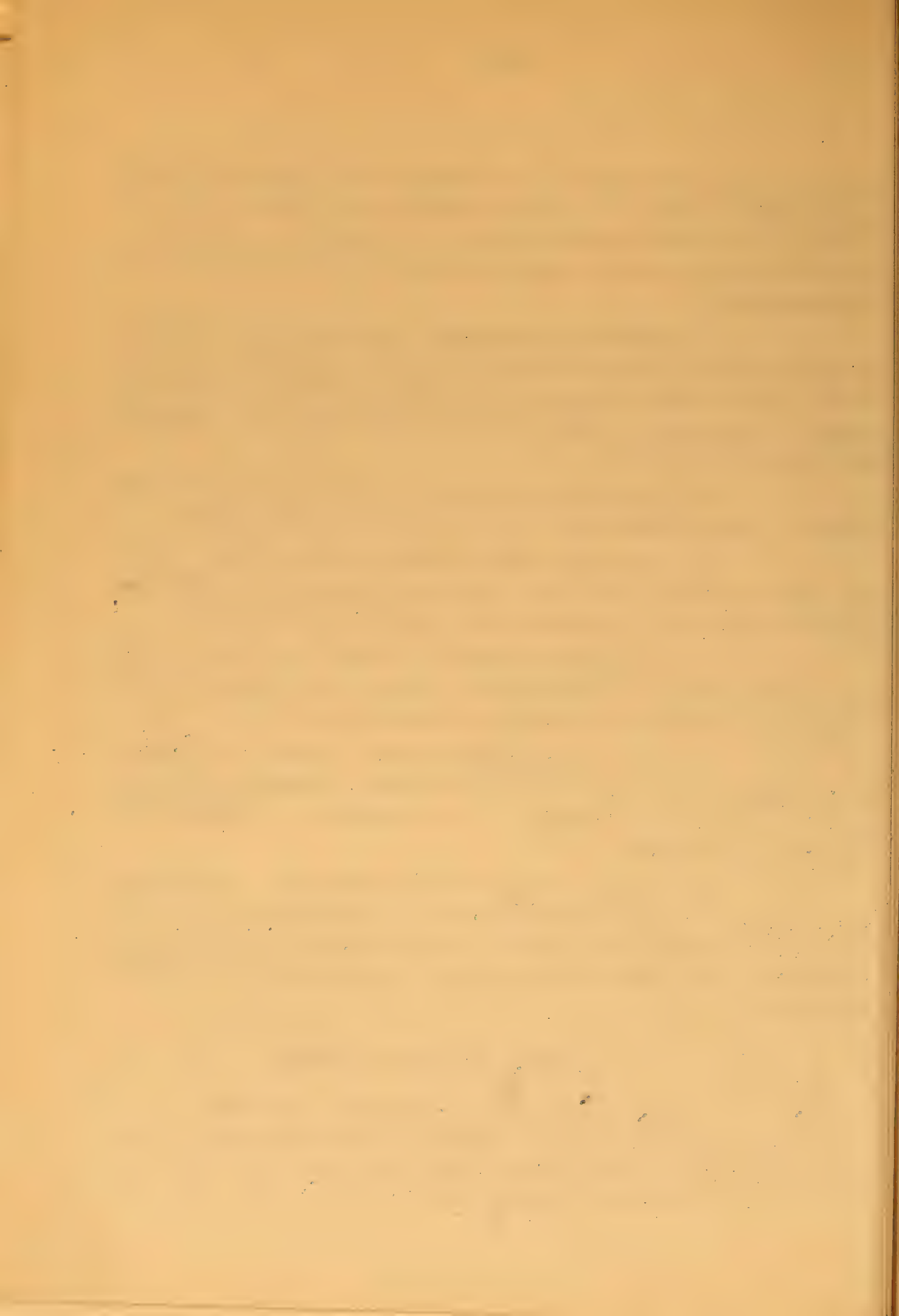
A nível de Programas/Projetos, coube ao Programa de Irrigação do Nordeste (Cr\$ 26,961 bilhões) o montante mais expressivo de recursos liberados, e, em seguida, o POLONORDESTE com Cr\$ 21,192 bilhões.

Em termos de Órgãos beneficiários ou Executores dos Programas, o maior contemplado foi o Ministério do Interior (Cr\$ 63,973 bilhões) que, através de seus órgãos subordinados ou vinculados, gere a maioria dos Projetos componentes dos Programas Especiais.

#### A RESERVA ESPECIAL DO FUNDO

Foram distribuídos recursos no montante de Cr\$ 17,832 bilhões da Reserva Especial do Fundo Especial, o que representa 137,9% de crescimento sobre 1981 (Cr\$ 7,827 bilhões).

O Estado de Mato Grosso do Sul, com Cr\$ 2,749



bilhões, foi o maior contemplado (15,4% do total liberado), seguido do Estado da Bahia, com Cr\$ 1,928 bilhões.

Sob o ângulo regional a maior beneficiada foi a Região Nordeste, que absorveu 48,1%, ou seja Cr\$ 8,581 bilhões, conforme se observa no quadro abaixo:

#### RESERVA ESPECIAL DO FUNDO ESPECIAL

Cr\$ bilhão

REGIÕES	1981	1982	VARIAÇÃO 82 / 81	PARTICIPAÇÃO	
				1981	1982
NORTE	960	1.314	36,9	12,3	7,4
NORDESTE	3.496	8.581	145,5	44,7	48,1
SUDESTE	581	1.735	198,6	7,4	9,7
SUL	269	1.131	320,4	3,4	6,3
CENTRO OESTE	2.521	5.076	101,3	32,2	28,5
T O T A L	7.827	17.837	127,9	100,0	100,0



MERCADO SEGUADOR NACIONAL





## MERCADO SEGURADOR NACIONAL (\*)

### Desempenho Operacional

O mercado segurador teve desempenho satisfatório em 1982.

A experiência universal testemunha forte sensibilidade do seguro aos fatos macro-econômicos. Sua tendência é para a retração, sempre que se contrai o ritmo produtivo da economia ou se agravam as tensões inflacionárias. Em ambas as circunstâncias instala-se um clima desfavorável à poupança, que afeta em maior grau a prática do seguro. Este último, em épocas de temperança nos hábitos econômicos, torna-se forma menos atraente de poupança porque a vincula a necessidades incertas e futuras, de índole aleatória.

Assim, constitui evidente traço positivo no comportamento da própria economia do País o fato de, em 1982, o mercado segurador nacional ter voltado a registrar aumento real de operações, invertendo o processo regressivo dos dois anos anteriores. O faturamento de prêmios terá alcançado Cr\$ 433 bilhões, contra os Cr\$ 218 bilhões de 1981. O aumento havido, da ordem de 98,6%, superou a média anual das variações mensais dos índices de preços. Mais do que tudo, o fato comprova o vigor e prestígio do seguro, como instituição, na mentalidade econômica nacional.

Em 1982, sete modalidades continuaram na liderança das operações do mercado, concentrando cerca de 80% da receita global de prêmios. Tais modalidades são as indicadas no quadro a seguir.

(\*) Fonte: Instituto de Resseguros do Brasil

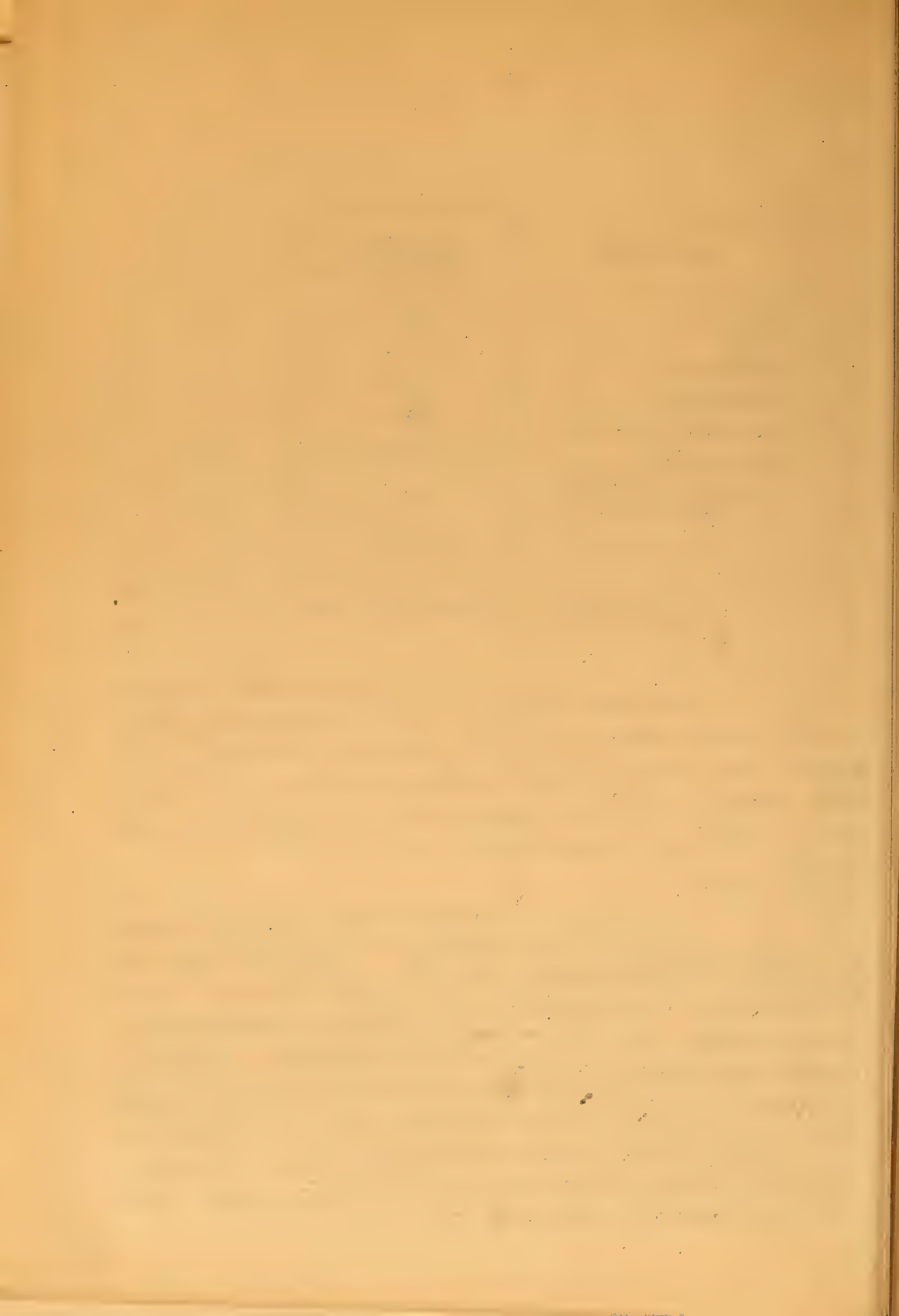


MODALIDADE	Posição Relativa(*)
Incêndio	23,4%
Vida	17,2%
Automóveis	14,5%
Transportes	7,1%
Acidentes Pessoais	6,8%
Habitacional	6,3%
Acidentes de Trânsito (danos pessoais)	5,8%
T O T A L	81,1%

(\*) Na receita global de prêmios do mercado

Esse perfil da procura de seguros guarda características que são comuns a economias com setor industrial já expressivo. Mas cabe assinalar que a carteira de Automóveis, em quase toda parte uma constante fonte de problemas e atribulações, no mercado brasileiro tem posição relativa (14,5% da receita global de prêmios) bem inferior à de vários países, inclusive industrializados.

Em verdade, sob o ângulo do interesse social a mais importante questão envolvida nos riscos da circulação automobilística é a dos acidentes com vítimas de danos pessoais. Para esses casos, cuja incidência afeta em maior parte as classes de menor renda, há no País um esquema peculiar de indenizações, com bons resultados práticos. O seguro respectivo, obrigatório e limitado a valores consentâneos com a estrutura da renda nacional, por isso mesmo tem custos bem menos onerosos e mais realistas, além de possuir ágil mecanismo indenitário por excluir da reparação do dano a condicionante jurídica da culpa. Tal seguro, sétimo no cenário nacional, responde por 5,8% do volume global



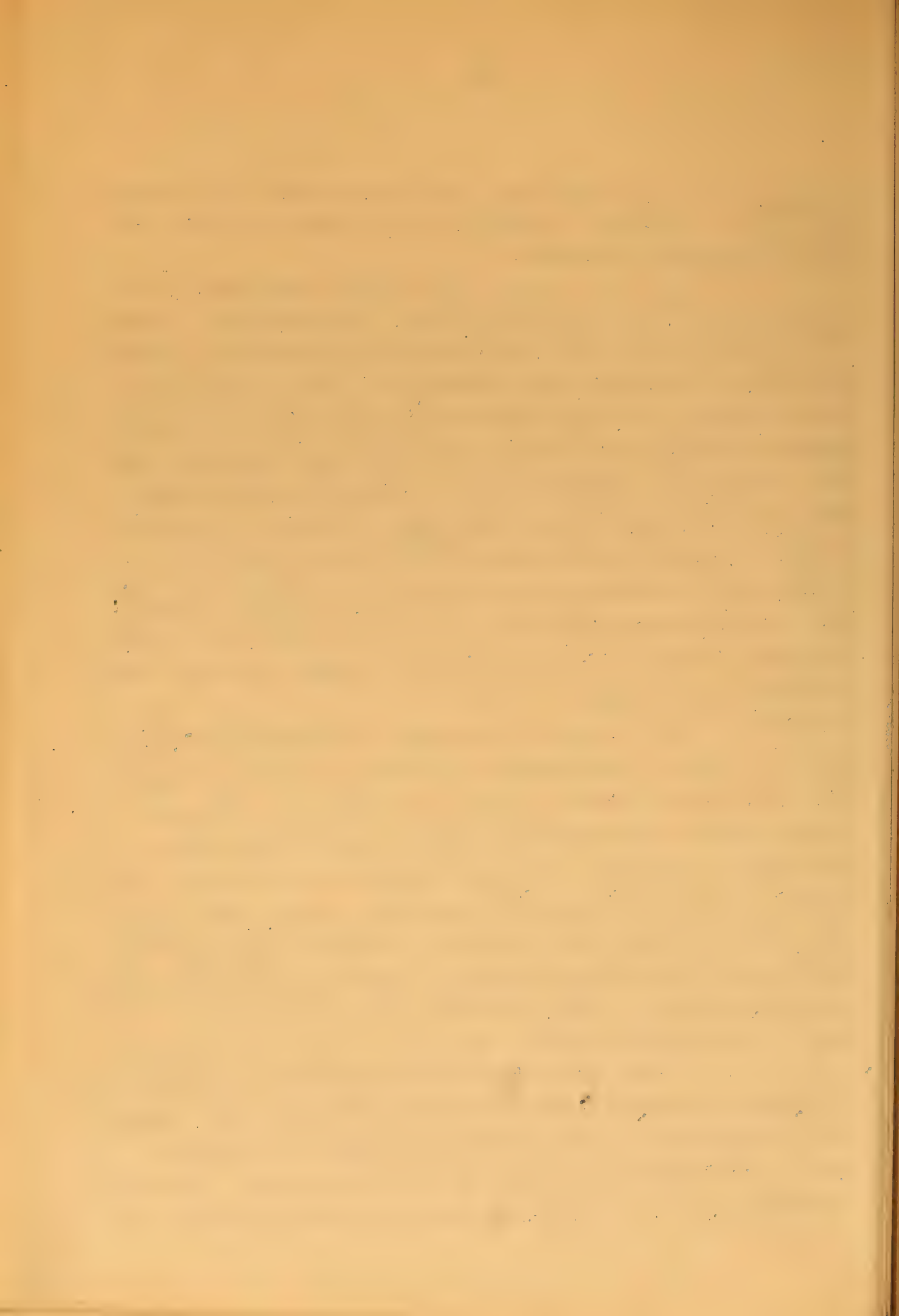


de prêmios do sistema segurador, vem correspondendo a sua finalidade social e justifica a atenção de que é objeto por parte dos órgãos reguladores do mercado.

Entre as carteiras que lograram crescimento real, cumpre destacar as de seguro de pessoas. Ocupando-se de riscos que afetam e comprometem a renda familiar, tais seguros assumem irrecusável proeminência sócio-econômica. Assim, o incentivo ao seu crescimento é objetivo normalmente colocado no topo das prioridades da política operacional dos mercados seguradores. No Brasil, tal objetivo tanto mais deve ser enfatizado quanto se sabe que, no seguro de vida por exemplo, a poupança aplicada ainda é da ordem de 3 dólares anuais, per capita. Portanto, o crescimento real dos seguros de pessoas em 1982 é um fato auspicioso e significativo, sobretudo por ter ocorrido em período de perturbações e dificuldades econômicas. Em valores correntes, a receita de prêmios cresceu 106,6%, no seguro de vida; 102,2%, no seguro de acidentes pessoais; 294, 8%, no seguro-saúde; 95,8%, no seguro hospitalar-operatório.

Essa expansão dos seguros de pessoas adquire maior relevo em face do comportamento da principal carteira do mercado: a do seguro-incêndio. Este é tipicamente um seguro empresarial, voltado com predominância para a cobertura do capital e do produto da economia. Entretanto, em 1982 seu faturamento de prêmios terá alcançado crescimento nominal da ordem de 90%, inferior à taxa média da inflação. Nesse ramo, merece registro, todavia, a circunstância de ter havido incremento real no segmento dos seguros residenciais (bilhetes de seguros), comprados por pessoas físicas. Em 1982, o aumento real terá sido de 13,7%, contra os 5,8% do ano anterior.

Outro crescimento real que merece referência é o do seguro do Sistema Financeiro da Habitação, pelo relevante interesse coletivo de suas garantias. Trata-se de seguro compreensivo, abrangendo a reparação de danos físicos ao imóvel e a quitação da dívida do mutuário em caso de morte ou invalidez. Nessa carteira, a evolução das operações gerou crescimento nomi-



nal de prêmios que terá sido de 119,8%. Sua posição relativa no conjunto do mercado, da ordem de 6,3% do faturamento global, justificou as medidas adotadas em 1982 com vistas a uma distribuição mais dispersa das operações. Foi aumentado o número tanto de seguradoras líderes quanto de cosseguradoras, além de proceder-se a revisões de quotas, de maneira a ocorrer em 1983 uma participação mais extensa e pulverizada do sistema segurador.

O seguro de crédito à exportação, importante instrumento de apoio às vendas externas de produtos industriais, está ajustado às condições do País e às práticas internacionais. No ano aqui relatado, sua receita de prêmios terá experimentado crescimento nominal de 76,4% e sobre ele houve inevitáveis reflexos da situação financeira internacional, gerando expectativas de sinistros ainda insuscetíveis de avaliação.

Em 1982, como resultado final das atividades do projeto que desenvolveram em conjunto a CEPAL e o Centro de Comércio Internacional da UNCTAD, foi criada a "Asociación Latinoamericana de Organismos de Seguro de Crédito a la Exportación" (ALASECE), com o objetivo de promover intercâmbio de informações e o aperfeiçoamento contínuo de tal seguro nos países-membros. De sua Secretaria Permanente ficou incumbido o IRB, por escolha dos associados da entidade.

Em 1983, com os reajustamentos que permitirão à economia brasileira absorver melhor os impactos dos fatores internos e externos de influência sobre o seu desempenho, espera-se que o seguro venha de novo a ter crescimento real. Para estimular sua comercialização, o Conselho Nacional de Seguros Privados reviu e melhorou o esquema de pagamento parcelado dos prêmios, além de alterar os níveis de comissões estabelecidos para a angariação de seguros vultosos.

### Desempenho Patrimonial

A evolução do patrimônio líquido das socieda-





des seguradoras, nos últimos anos, foi a registrada no quadro abaixo:

Cr\$ milhões

Ano	Capital	Reservas Livres	Patrimônio Líquido	
			Valores Correntes	Índices
1975	2.088,3	1.400,0	3.488,3	100
1976	3.187,0	2.201,5	5.388,5	154
1977	6.055,3	3.758,6	9.813,9	281
1978	9.544,5	13.845,0	23.389,5	671
1979	16.357,8	24.870,0	41.227,8	1.182
1980	28.372,9	37.655,6	66.028,5	1.893
1981	50.176,5	107.098,2	157.274,7	4.509
1982(*)	112.334,9	266.112,3	378.447,2	10.849

(\*) Estimativa

Esses valores, expurgados dos efeitos sobre eles exercidos pelo processo inflacionário, acusam crescimento real da ordem de 14,7% ao ano e um aumento acumulado de 161,5% no período. Considerando que esse período foi marcado por constantes perturbações econômicas, internacionalmente desencadeadas desde o primeiro "choque do petróleo", a evolução patrimonial do mercado segurador brasileiro constitui, sem dúvida, fato indicativo da capacidade econômico-financeira do sistema para evoluir mesmo em fases menos favoráveis de expansão. Em 1975, o patrimônio líquido correspondia a 33,8% da receita global de prêmios; em 1982, essa relação terá alcançado 87,4%.

No mesmo período, a receita de prêmios manteve-se ascendente de 1975 a 1979, com aumento real à taxa de 8,7% ao ano. Nos dois anos seguintes, quando a inflação subiu de patamar, ocorreram quedas de faturamento, a razão anual de 8%. Em 1982, essa receita voltou a ter expansão efetiva, estimada em torno de 2%. Além disso, por cinco anos consecutivos (1978-1982), o mercado vem experimentando resultados negativos nas operações de segu-





ros, cobertos e ultrapassados pelas rendas de aplicações financeiras.

Portanto, a evolução patrimonial do sistema tem sido sustentada pela incorporação de lucros, estes por sua vez decorrendo da aplicação de recursos originários não só das provisões técnicas, mas da própria acumulação de patrimônio líquido. Essa evolução patrimonial, sempre de elevada importância no processo de fortalecimento e expansão de todo e qualquer mercado segurador, no caso brasileiro tem assumido relevo ainda maior nos últimos anos, em vista das novas e adversas circunstâncias em que o mercado passou a operar suas carteiras de seguros.

O fortalecimento do sistema segurador do País, objetivo essencial em qualquer época, tornou-se dessa maneira premente, tanto mais que viria atender a outro imperativo: preservar a capacidade de absorção interna dos seguros gerados pela economia nacional. Manter e até elevar esse poder de absorção é objetivo político que corresponde à necessidade de não elevar o nível de dependência do suprimento de resseguros internacionais, pelos ônus que estes implicam em dispêndio de divisas. Para tal objetivo é importante instrumento a evolução patrimonial das seguradoras, que dessa maneira se capacitam a elevar a escala de suas operações, tanto quanto possível ajustada ao propósito de minimizar-se a dependência do resseguro externo para cobertura dos grandes riscos constituídos pelas unidades (industriais e comerciais) com elevada concentração de ativos físicos.

As provisões técnicas, que são recursos acumulados para dar respaldo às responsabilidades derivadas dos riscos assumidos pelas sociedades seguradoras, desempenham função também importante na gestão financeira dessas empresas. Juntamente com o patrimônio líquido, geram os lucros que as fortalecem econômica e tecnicamente e que, em épocas de desfavoráveis condições operacionais, cobrem os resultados deficitários da gestão de riscos.

Nos últimos anos, o crescimento dessas provisões foi consignado no seguinte quadro:



Cr\$ milhões

Ano	Provisões Técnicas	
	Valores Correntes	Índices
1975	2.863,3	100
1976	4.598,8	161
1977	7.310,5	255
1978	12.796,7	447
1979	21.101,6	737
1980	38.822,9	1.356
1981	75.054,5	2.621
1982(*)	149.268,3	5.213

(\*) Estimativa

Em valores deflacionados, o crescimento real dessas provisões, acumulado no período, foi da ordem de 25,6%, equivalendo à taxa anual de 3,3%. Trata-se de índices que se pode admitir em nível adequado à evolução da receita de prêmios, receita essa com a qual as aludidas provisões têm forte correlação.

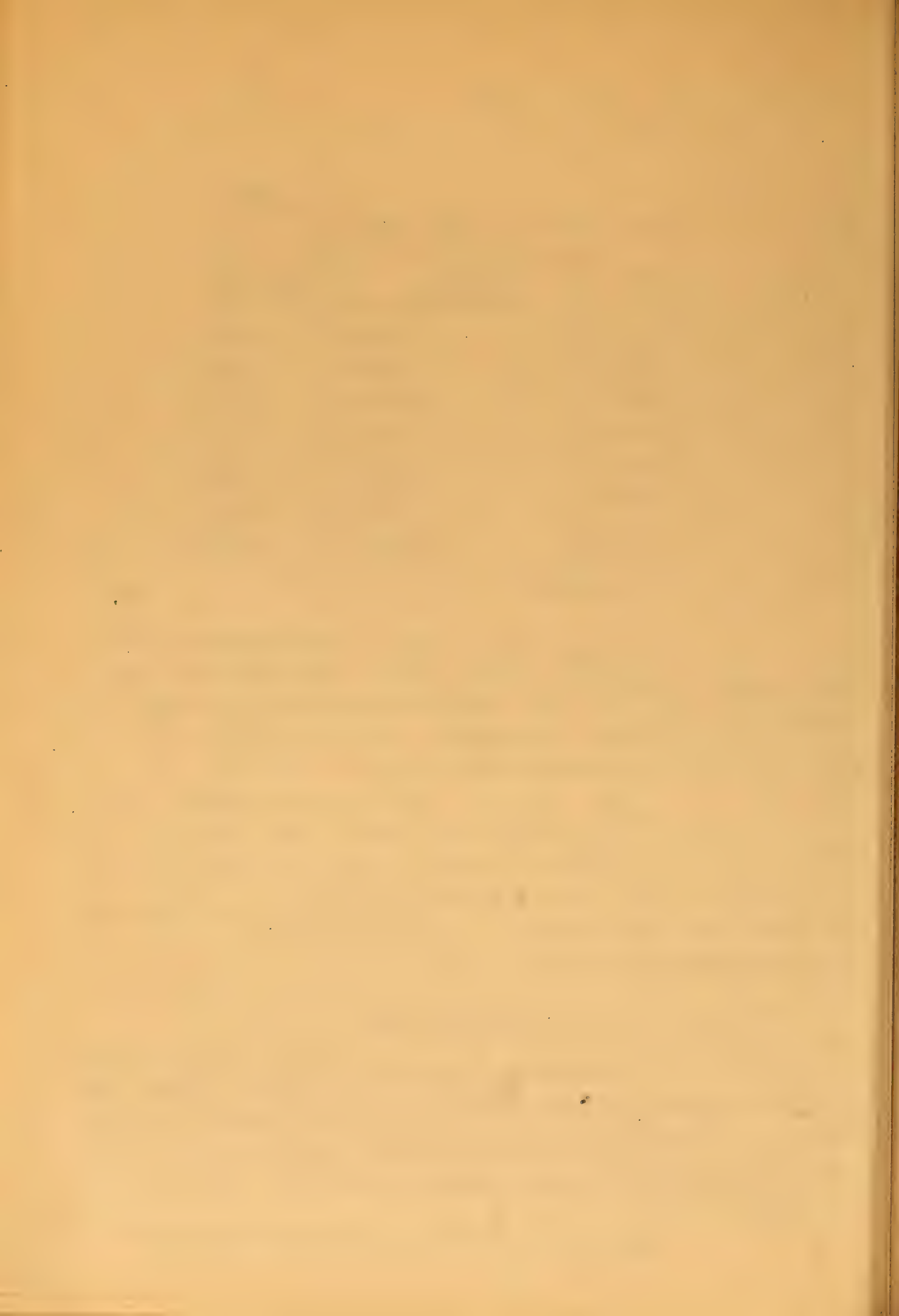
Importa assinalar, enfim, que o patrimônio líquido e as provisões terão atingido, no final de 1982, montante pouco acima de meio trilhão de cruzeiros, dando boa medida do volume dos recursos que dão lastro à atuação das empresas de seguros como investidoras institucionais - e da capacidade do setor para gerar investimentos na economia do País.

### Política Setorial

A manutenção de um mercado interno forte, em condições de atender à procura doméstica e estritamente operado em função dos interesses da economia do País, é em síntese o objetivo final da política do setor de seguros. Na prática, tal objetivo é condicionado por amplo conjunto de variáveis, técnicas e econômicas.

Uma dessas variáveis é o perfil da procura de se-



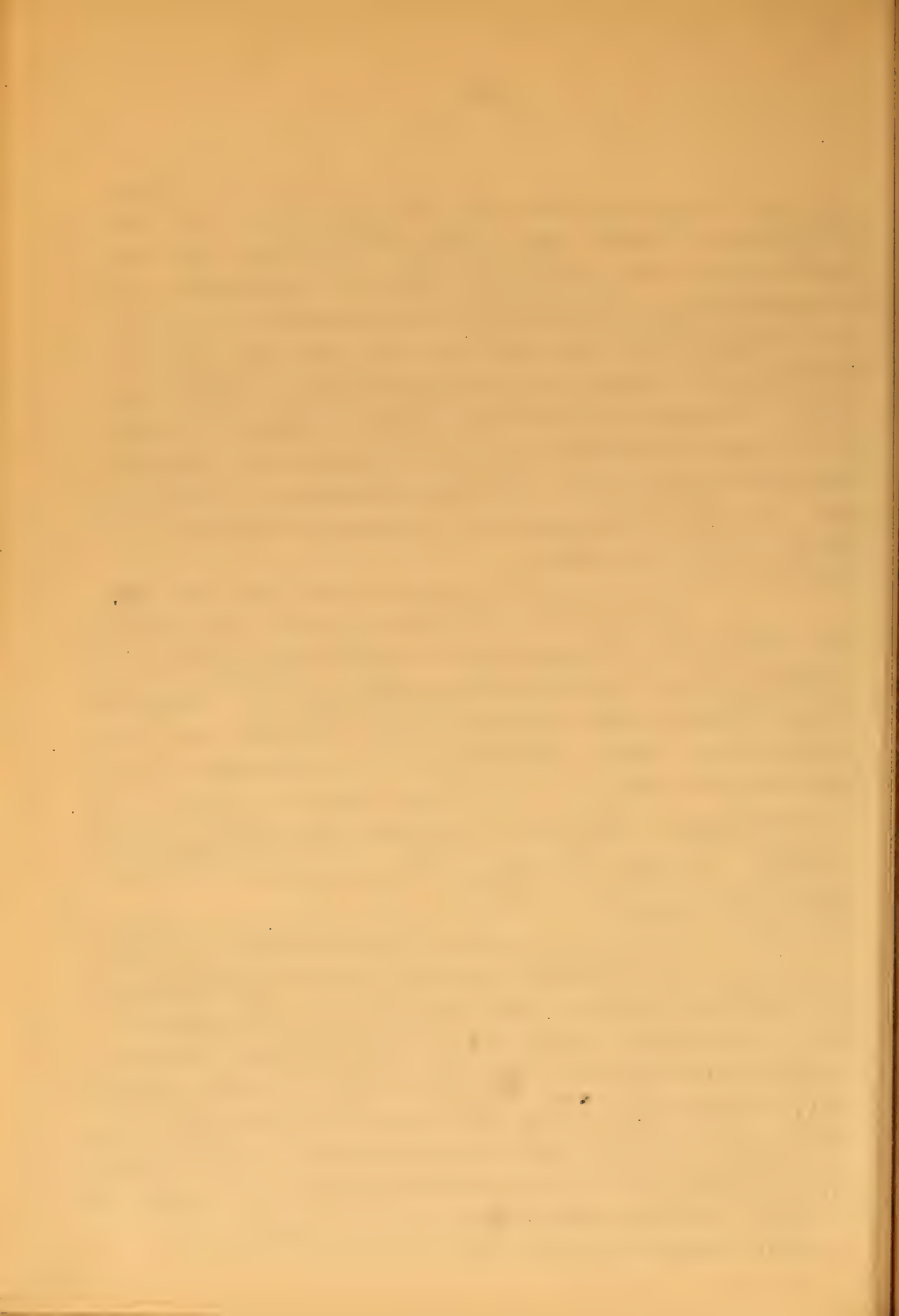




gueros, que o avanço do processo de industrialização tem alterado com frequência, tornando cada vez mais significativa a faixa dos grandes riscos, estes caracterizados pela escala maior dos capitais seguráveis. A diversificação crescente de tal faixa de riscos, a complexidade e sofisticação de seus problemas e os valores em jogo na demanda de coberturas, tudo isso exige uma evolução de procedimentos técnicos que o mercado brasileiro tem sabido alcançar. O dinamismo das transformações que ocorrem explica o nível e o grau da atividade normativa do IRB e da SUSEP, assiduamente exercida através dos instrumentos para esse fim apropriados. É uma atividade que resulta do acompanhamento e identificação dos problemas relacionados com o imperativo da permanente atualização da oferta de seguros.

Esse processo de atualização não pode ficar limitado, todavia, aos aspectos qualitativos da oferta. Deve igualmente estender-se a sua expansão de ordem quantitativa, imposta pelo caráter ascendente dos valores das operações de seguros, que pressionam a tendência para a obtenção do suprimento de resseguros internacionais e para a conseqüente evasão de divisas. As questões envolvidas passam então a deixar de ser dependentes tão-só de progressos no tratamento de problemas técnicos do seguro, pois reclamam também o fortalecimento econômico-financeiro do sistema segurador (sociedades de seguros e IRB), isto é, a evolução patrimonial capaz de lastrear elevação de escala no volume das responsabilidades assumidas.

Toda essa política, prioritariamente voltada para os interesses e necessidades da procura interna de seguros, visa a, por isso mesmo, preservar o grau de autonomia e auto-suficiência do mercado nacional. Assim, bom indicador do seu desempenho é o índice de transferência de resseguros para o mercado internacional. No ano de 1982, apesar dos efeitos que as tensões inflacionárias exerceram sobre as variáveis com forte interferência no controle da capacidade operacional do sistema, os resseguros transferidos para o exterior não representaram mais do que, aproximadamente, 4,6% dos prêmios gerados pelas operações de seguros da economia nacional, contra os 3,6% do ano anterior.



Esse volume de resseguros passivos, embora colocando o mercado brasileiro entre os de menor índice de dependência externa, mesmo assim justifica as tentativas de reciprocidade de negócios nas relações internacionais. Essas tentativas levaram a dois tipos de experiência:

1) abertura de Escritório do IRB em Londres, que começou a operar resseguros internacionais em 1975; e, posteriormente,

2) criação da "United Americas Insurance Company", empresa sediada em New York e controlada por capitais brasileiros sob liderança do IRB.

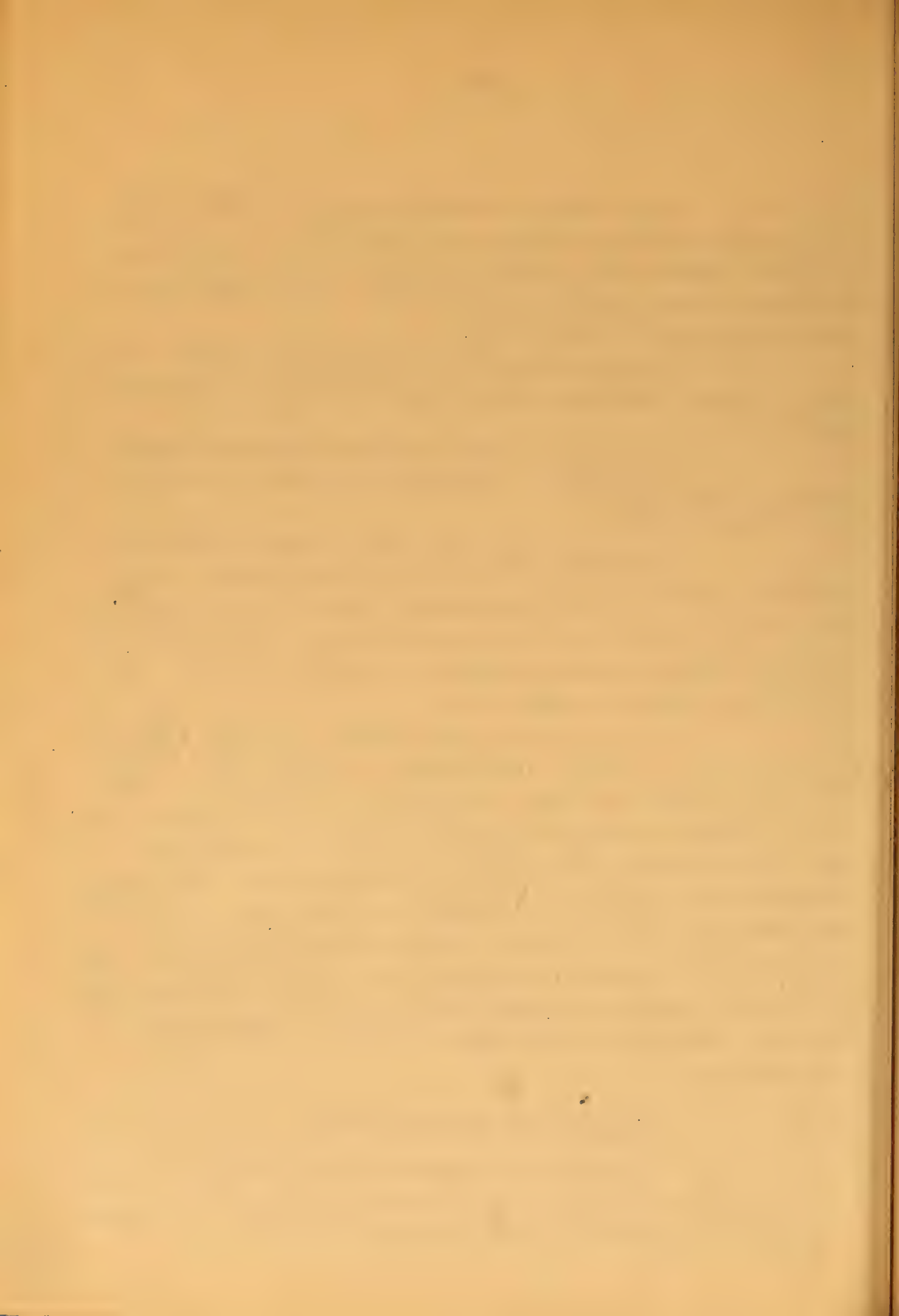
A segunda experiência provou melhor, tornando recomendável a extensão de sua fórmula à praça de Londres, inclusive porque os resseguros internacionais, neste último operados através de Escritório local, constituem mercado a cujas incertezas e peculiaridades melhor se adaptam as condições que são próprias de uma estrutura empresarial.

O cotejo dessas experiências e os rumos adversos das operações de resseguro internacional levaram o IRB a implantar, no Escritório de Londres, uma política de gradativa e substancial redução de negócios até que, em meados de dezembro de 1982, suspendeu-se o fluxo de novas operações. O objetivo foi a reavaliação de posições no mercado internacional de resseguros, bem como o prosseguimento dos estudos de viabilidade e conveniência do projeto de uma empresa londrina de capitais brasileiros, substituindo o esquema até então adotado. O Escritório do IRB continuou e continuará em funcionamento, todavia, para honrar com promissos resultantes de operações anteriores à suspensão de novos negócios.

### Operações no Mercado Interno

Em prêmios de resseguros do mercado interno, a receita do IRB atingiu Cr\$ 113,9 bilhões em 1982, contra os Cr\$ 57 bilhões do ano anterior. Houve crescimento de 99,81 em valores





correntes, superando a taxa média das oscilações mensais do índice geral de preços da economia. Nos últimos anos, a evolução dessa receita teve o comportamento mostrado no seguinte quadro:

Cr\$ milhões

Prêmios de Resseguros					
Anos	Riscos do País	Riscos do Exterior(*)	T O T A I S		Índices
			Valores Correntes	Valores Constantes	
1975	3.086,8	159,5	3.246,3	113.098,9	100
1976	4.836,7	248,5	5.085,2	123.998,4	110
1977	7.085,8	539,9	7.625,7	129.362,4	114
1978	9.384,7	720,2	10.104,9	124.307,1	110
1979	13.236,4	809,0	14.045,4	111.967,2	99
1980	24.936,1	2.285,0	27.221,1	109.348,5	97
1981	52.368,3	4.686,3	57.054,6	110.816,8	98
1982	104.924,0	9.014,9	113.938,9	113.938,9	101

(\*) Operações diretas da Sede do IRB com o Mercado Internacional

A série do período 1975-1982 mostra que no último ano houve significativa recuperação dos prêmios de resseguro, em valores constantes. A curva descendente do triênio 1979-1981 sofreu reversão em 1982, voltando a ocorrer incremento efetivo de receita, tal como se registrou na arrecadação de prêmios de seguros diretos do mercado.

Em termos de operações estritamente do mercado interno, o volume de prêmios de resseguros alcançou as proporções a seguir indicadas, comparativamente com os prêmios gerados pelas operações de seguros:





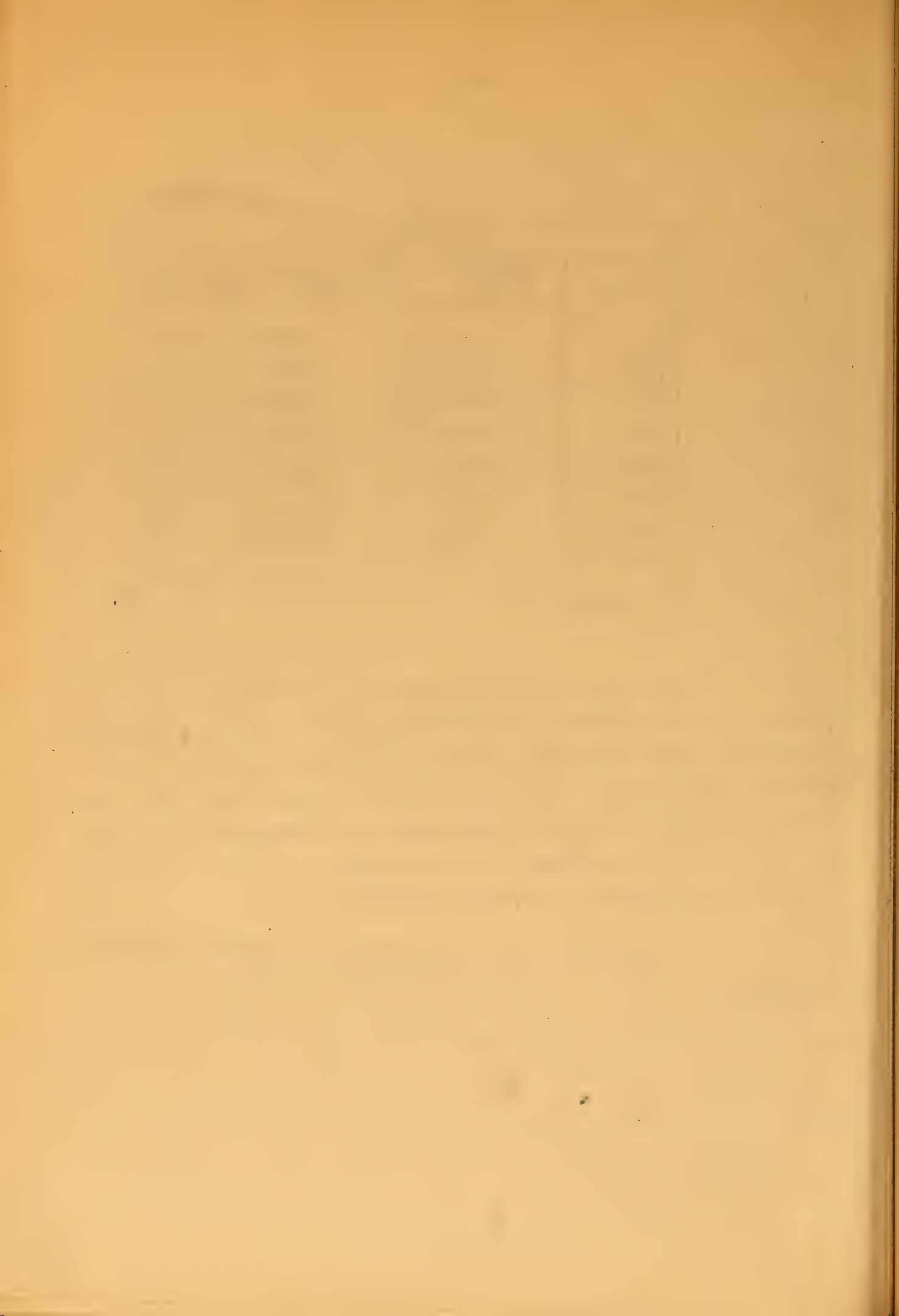
Cr\$ milhões

P R Ê M I O S			
Ano	Seguros Diretos (1)	Resseguros (2)	<sup>1</sup> (2)/(1)
1975	10.310,0	3.086,8	29,9
1976	16.370,4	4.836,7	29,5
1977	24.724,2	7.085,8	28,7
1978	38.342,1	9.384,7	24,5
1979	63.013,5	13.236,4	21,0
1980	115.083,2	24.936,1	21,7
1981	217.981,5	52.368,3	24,0
1982(*)	432.983,7	113.938,9	26,3

(\*) Estimativa

Da sua receita de prêmios, no entanto, o IRB retrocedeu Cr\$ 63,8 bilhões, equivalentes a 56%. A maior parte de retrocessão coube ao próprio mercado interno, distribuindo-se Cr\$ 44 bilhões às sociedades seguradoras do País (69% dos prêmios retrocedidos). Os restantes Cr\$ 19,8 bilhões (31% dos prêmios retrocedidos) representaram prêmios de resseguros transferidos ao mercado internacional, correspondendo a 4,6% dos prêmios gerados pelos seguros da economia nacional.

A evolução das retrocessões, nos últimos anos, foi a seguinte:

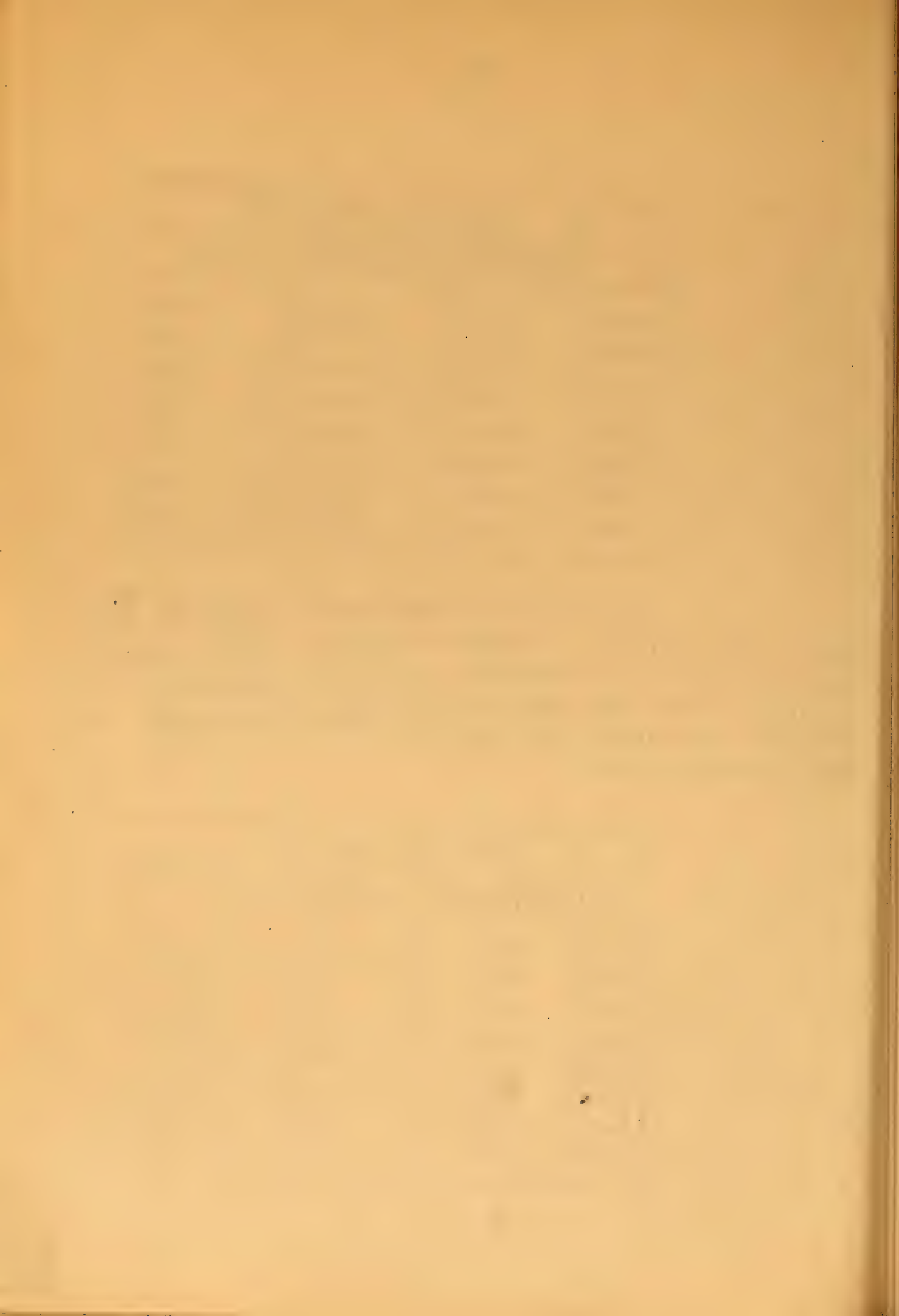


Cr\$ milhões

Ano	PRÊMIOS DE RETROCESSÕES		
	Em valores Correntes	Em valores Constantes	Índices
1975	1.721,2	59.965,4	100
1976	2.917,9	71.150,6	119
1977	4.394,3	74.544,9	124
1978	4.989,3	61.376,7	102
1979	6.516,2	51.945,9	87
1980	13.543,9	54.406,5	91
1981	30.482,2	59.205,4	99
1982	63.795,0	63.795,0	106

As oscilações no comportamento relativo das retrocessões vêm refletindo as variações ocorridas nos prêmios de resseguro. As duas faixas de operações que indicam o poder de absorção do sistema nacional vêm registrando, portanto, semelhanças de desempenho, o que ainda é confirmado pelos índices de retenção do IRB, no quadro a seguir:

COMPOSIÇÃO PERCENTUAL			
Ano	Prêmios de Resseguros	Prêmios de Retrocessões	Retenção do IRB
1975	100	53,0	47,0
1976	100	57,4	42,6
1977	100	57,6	42,4
1978	100	49,4	50,6
1979	100	46,4	53,6
1980	100	49,8	50,2
1981	100	53,4	46,6
1982	100	56,0	44,0





Esse quadro mostra o declínio da participação relativa do IRB, em favor da maior pulverização de negócios do mercado interno, através das retrocessões.

### Liquidação de Sinistros

Cabe ao IRB o exercício de competência normativa na regulação e liquidação de sinistros. A si próprio ele reserva, nesse setor de importância fundamental para o público segurado, o encargo da execução direta dos trabalhos de regulação dos sinistros de maior porte, mantendo e enriquecendo a experiência indispensável ao constante aperfeiçoamento de sua ação no plano normativo.

Além da rigorosa imparcialidade sempre reconhecida pelas partes, a atuação do IRB é caracterizada pelo alto nível dos padrões técnicos e pela funcionalidade do sistema normativo que disciplina essa área de serviços. O órgão específico, existente na estrutura do IRB, tem ainda a seu cargo a tarefa de inspecionar riscos de maior expressão no contexto do mercado. Essa atividade tem o propósito técnico de melhorar condições de prevenção e proteção, além de promover o adequado equacionamento de problemas securatórios existentes.

Em 1982, no exercício de suas funções de regulador de sinistros, o IRB emitiu 2.750 autorizações (1.629 em 1981) para pagamentos de indenizações. Estas alcançaram o total de Cr\$27,9 bilhões, com incremento de 100,7% sobre o ano de 1981 (Cr\$13,9 bilhões). Pela carência de direito a indenização, foram recusados apenas 52 sinistros, correspondendo a 2,7% do total de casos processados.

### Quadros Anexos

São oferecidos a seguir três quadros (Anexos I, II e III) demonstrativos dos Prêmios de Seguros Diretos-Sociedades Seguradoras, Perfil Operacional do Mercado e Prêmios de Ressseguros-IRB, todos retratando a vida securitária compreendida nos anos de 1980/1982 (3).



## PRÊMIOS DE SEGUROS DIRETOS - SOCIEDADES SEGURADORAS

Em milhão

RAMOS	A N O S			Crescimento Em %	
	1980 (1)	1981 (2)	1982 (3) *	3/1	3/2
INCÊNDIO	27.499,421	54.045,169	101.438,329	268,9	87,7
VIDA	17.293,399	35.055,615	72.406,444	318,7	106,6
AUTOMÓVEIS	16.459,740	29.473,066	62.816,084	281,7	113,2
TRANSPORTES	10.535,690	18.075,599	30.644,148	190,9	69,6
ACIDENTES PESSOAIS	7.559,813	14.496,634	29.309,673	287,7	102,2
HABITACIONAL	6.287,920	12.413,547	27.284,208	334,0	119,8
D.P.V.A.T.	8.009,061	13.128,352	24.999,558	212,2	90,5
RISCOS DIVERSOS	2.563,615	5.995,703	12.281,795	379,1	104,9
CASCOS	2.967,002	6.654,935	11.942,171	302,5	79,5
R.C.TRANSPORTADOR	2.581,277	4.827,739	9.972,640	286,4	106,6
R.C.FAC.VEÍCULOS	3.123,588	4.102,526	9.529,086	205,1	132,3
LUCROS CESSANTES	1.895,722	3.879,146	6.879,192	262,9	77,4
AERONÁUTICOS	1.709,939	3.433,815	6.389,830	273,7	86,1
RISCOS DE ENGENHARIA	1.160,264	2.502,280	5.739,430	394,7	129,4
PENHOR RURAL	1.603,056	2.392,872	4.768,787	197,5	99,3
VIDA INDIVIDUAL	921,115	1.619,650	3.215,620	249,1	98,6
ROUBO	770,899	1.479,456	3.047,500	295,4	106,0
R.C.GERAL	623,102	1.107,366	2.033,445	226,4	83,7
RURAL	149,124	371,598	1.290,227	765,2	247,3
TUMULTOS	267,909	557,202	1.118,710	317,6	100,8
GLOBAL DE BANCOS	95,478	205,676	1.104,913	1.057,3	437,3
CRÉDITO À EXPORTAÇÃO	270,485	589,566	1.039,652	284,4	76,4
CRÉDITO INTERNO	98,131	216,830	778,574	693,4	259,1
REEMB.DESP.A.M.e H.	51,923	192,016	758,074	1.360,0	294,8
GARANTIA OBRIG.CONTRAT.	283,954	466,906	745,845	162,7	59,8
VIDROS	111,312	244,483	538,729	384,0	120,4
HOSPITALAR OPERATÓRIO	33,006	161,629	316,329	858,4	95,8
FIDELIDADE	96,060	150,871	263,384	174,2	74,6
R.C.ARMADOR	15,705	65,532	195,267	1.143,4	217,4
ANIMAIS	45,483	79,739	136,018	199,1	70,6
T O T A I S	115.083,203	217.981,535	432.981,679	276,3	98,7

\* Estimativa





## QUADRO II

## PERFIL OPERACIONAL DO MERCADO

(Participação percentual de cada ramo na receita global)

R A M O S	A N O S		
	1980	1981	1982
INCÊNDIO	23,9	24,8	23,4
VIDA	15,8	16,8	17,2
AUTOMÓVEIS	14,3	13,5	14,5
TRANSPORTES	9,1	8,3	7,1
ACIDENTES PESSOAIS	6,6	6,6	6,8
HABITACIONAL	5,5	5,7	6,3
DPAVT	7,0	6,0	5,8
RISCOS DIVERSOS	2,2	2,7	2,8
CASCOS	2,6	3,0	2,7
R.C. TRANSPORTADOR	2,2	2,2	2,3
R.C. FAC. VEÍCULOS	2,7	1,9	2,2
LUCROS CESSANTES	1,6	1,8	1,6
AERONÁUTICOS	1,5	1,6	1,5
RISCOS DE ENGENHARIA	1,0	1,1	1,3
PENHOR RURAL	1,4	1,1	1,1
OUTROS RAMOS	2,6	2,9	3,4
T O T A I S	100,0	100,0	100,0





## PRÊMIOS DE RESSEGUROS - I R B

Em milhão

RAMOS	A N O S			Crescimento Em %	
	1980 (1)	1981 (2)	1982 (3)	3/1	3/2
INCÊNDIO	11.048,037	23.462,678	44.563,724	303,4	90,0
CASCOS	2.051,244	4.538,954	10.043,451	389,7	121,3
TRANSPORTES	2.194,080	4.647,206	8.463,038	285,8	82,2
RISCOS DE ENGENHARIA	1.015,055	1.712,401	5.949,347	486,2	247,5
LUCROS CESSANTES	1.302,235	2.974,427	5.201,016	299,4	74,9
AERONÁUTICOS	1.094,137	2.390,480	5.139,023	369,7	115,0
HABITACIONAL	1.100,639	2.245,774	5.108,358	364,2	127,5
D.P.V.A.T.	1.317,784	2.774,467	5.031,540	281,9	81,4
RISCOS DIVERSOS	854,587	2.131,384	3.717,873	335,1	74,5
PENHOR RURAL	1.173,208	1.733,178	2.643,178	125,3	52,5
GLOBAL DE BANCOS	58,387	133,530	1.004,866	1621,1	652,6
AUTOMÓVEIS	112,789	412,793	994,382	781,7	140,9
ACIDENTES PESSOAIS	345,448	514,197	984,540	185,0	91,5
CRÉDITO À EXPORTAÇÃO	239,394	582,415	979,728	309,3	68,3
TUMULTOS	210,733	305,306	879,253	317,3	188,0
RISCOS NUCLEARES	5,204	305,494	679,643	12959,4	122,5
GARANTIA OBRIG.CONTRAT.	196,523	305,160	642,297	226,9	110,5
R.C.FAC.VEÍCULOS	95,213	240,857	619,113	550,3	157,1
ROUBO	129,738	282,160	581,431	348,2	106,1
R.C.GERAL	140,478	301,201	547,616	289,9	91,9
VIDA EM GRUPO	98,672	215,123	415,760	321,4	93,3
RURAL	98,983	91,804	400,403	304,6	336,2
CRÉDITO INTERNO	29,121	63,952	217,425	646,6	240,0
ANIMAIS	9,670	23,226	46,947	385,5	102,2
VIDA INDIVIDUAL	10,213	17,396	30,112	194,9	73,1
VIDROS	1,778	6,980	26,692	1400,7	282,4
FIDELIDADE	2,743	5,775	13,274	383,9	129,9
RISCOS DO EXTERIOR	2.284,989	4.636,237	9.014,864	294,6	94,5
T O T A I S	27.221,096	57.054,568	113.938,906	318,6	99,7



SISTEMA NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS





**SISTEMA NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS** (\*)

Do Sistema Nacional de Seguros Privados, além do Conselho Nacional de Seguros Privados, da Superintendência de Seguros Privados e do Instituto de Resseguros do Brasil, fazem parte também as Sociedades Seguradoras, de Capitalização, Corretores Habilitados e as Entidades de Previdência Privada Aberta.

O desempenho eficiente do mercado brasileiro de seguros produziu resultados positivos em 1982, superando as dificuldades correntes da economia e os índices da inflação.

No início do exercício de 1982, contávamos com 91 (noventa e uma) Sociedades Seguradoras Nacionais e 3 (três) Sociedades Seguradoras Estrangeiras. No decorrer do referido exercício, das 3 (três) Seguradoras Estrangeiras, com a devida autorização governamental, 1 (uma) Sociedade Estrangeira transformou-se em Sociedade Nacional. No final do exercício, contávamos com 92 (noventa e duas) Sociedades Nacionais e 2 (duas) Estrangeiras.

Em 31 de dezembro de 1982, o capital dessas Sociedades somou Cr\$107,8 bilhões, havendo um acréscimo em relação ao ano anterior de 117,10%.

**PRÊMIOS**

A receita de prêmios diretos no País foi de Cr\$794,6 bilhões, de janeiro a setembro, correspondendo a um crescimento nominal de 98% em relação ao resultado obtido em igual período

(\*) FONTE: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP



do exercício de 1981. Admitindo-se, como hipótese conservadora, que o mercado tenha se comportado no último trimestre de 1982 tal como o ocorrido no período outubro/dezembro de 1981, podemos estimar uma receita para 1982 em torno de Cr\$433 bilhões.

### PATRIMÔNIO

O patrimônio das sociedades seguradoras alcançou, no mesmo período dos primeiros nove meses de 1982, a cifra de Cr\$192, bilhões de cruzeiros.

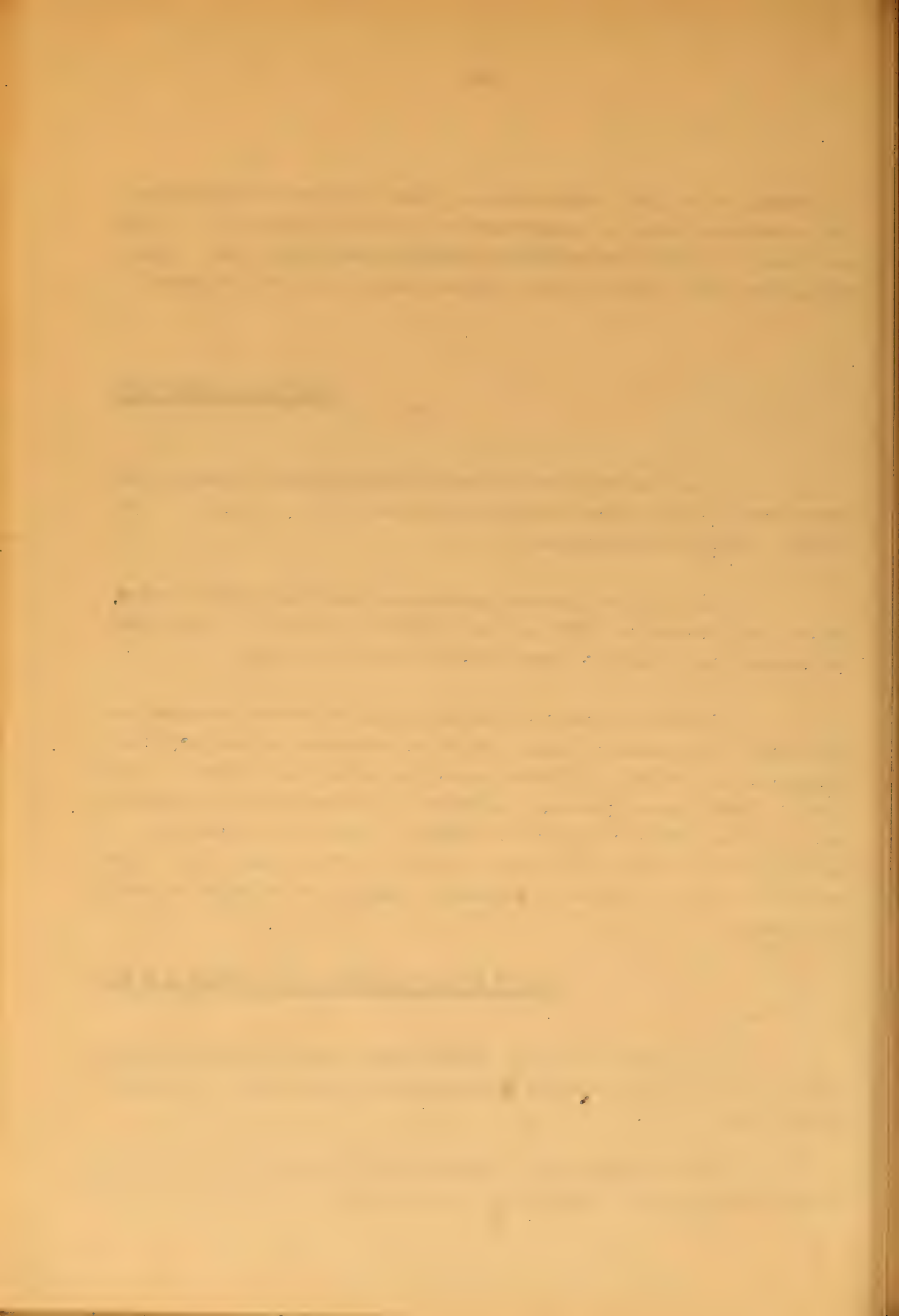
Já o Ativo Líquido Operacional das Sociedades Seguradoras, ao término de 1982, era de Cr\$176,9 bilhões. O crescimento nominal em relação ao ano anterior foi de 132,39%.

O total de bens em garantia das reservas técnicas das Sociedades Seguradoras somou, em 30 de setembro do corrente ano, a quantia de Cr\$161,1 bilhões, sendo de notar que cerca de 30% desse total foram aplicados em ORTN's, 33% em ações e debêntures e 10% em CDB's e Letras de Câmbio. Pode-se estimar que o valor total dos referidos bens alcance Cr\$198 bilhões ao final de 1982, cerca de 97% de crescimento nominal em relação ao período de 1981.

### VITALIDADE E SOLIDEZ

Os números citados demonstram o acerto das diretrizes governamentais para o setor e comprovam a vitalidade e a solidez do mercado.

As 94 Seguradoras possuem 2.863 dependências no território nacional e 15 dependências no exterior, assim distribuídas





Sucursais no País.....	1269
Sucursais no Exterior.....	15
Agências.....	59
Filiais.....	304
Representações.....	92
Inspetorias de Produção.....	1139

Ao findar o ano de 1982, já havíamos registrado um total de 16.156 corretores de ramos elementares, nesta SUSEP, sendo 13.520 pessoas físicas e 2.636 pessoas jurídicas, sem levarmos em consideração o número de prepostos registrados, que alcançou 26.474.

Com relação às Entidades de Previdência Privada Abertas, dos 155 processos apresentados nesta Superintendência, até 31.12.82, foram expedidas 108 Cartas-Patentes, 13 foram aprovadas pelo CNSP, 22 tiveram seus pedidos indeferidos e 4 se encontram em fase de liquidação extra-judicial. Os 8 restantes se encontram em fase final de estudo.

Na execução da política do setor, mereceram particular atenção dos órgãos específicos do Governo, em 1982, os problemas relativos aos seguros de pessoas, que são os de maior e mais direto interesse social. Daí a vigilante ação exercida no propósito de preservar os padrões de eficiência do seguro obrigatório de automóveis. Tal seguro, que tem como objeto a reparação dos danos pessoais resultantes de acidentes de trânsito, destina-se ao amparo, sobretudo, das classes de menor renda.

Com a mesma preocupação foi intensificado o esforço de realização dos meticolosos e complexos exames e acompanhamento de todas as organizações que já obtiveram autorização para operar o sistema de previdência privada, bem como aquelas que postulam ainda tal autorização. Tal sistema põe à disposição do público um largo espectro de planos, garantindo pecúlios e pensões através de esquemas com o suporte de adequadas bases atu-





riais e econômico-financeiras, sob fiscalização permanente do Governo. O sistema é, na essência, mais um mecanismo de captação de poupança, de grande valia também como reforço substancial das aplicações atualmente feitas pelo setor de seguros no processo econômico do País.

### ATOS DO CONSELHO NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS

O CNSP baixou, em 1982, oito Resoluções, sobre os seguintes assuntos:

- *Aprovação de Condições e Tarifas para o Seguro Obrigatório de Responsabilidade Civil do Transportador Rodoviário-Carga.*
- *Fixação do valor máximo dos benefícios de Pensão e Renda, no caso de sociedades seguradoras ou entidades previdenciárias com fins lucrativos.*
- *Estabelecimento de novos limites para receita de prêmios brutos em Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre.*
- *Alteração da fórmula de cálculo dos limites máximos de responsabilidade das entidades previdenciárias sem fins lucrativos, para compatibilizar o pagamento dos seus valores patrimoniais com os dos planos de renda.*
- *Reversão para o Instituto de Seguros da Brasil da responsabilidade de promover estatísticas e pesquisas científicas e tecnológicas, destinadas ao apr-*



moramento da produção e da comercialização de bens e serviços seguráveis, e reformulação da Tabela de Redução de Comissões de Corretagem em Seguros Vultuosos.

- Prorrogação, até 31 de março de 1983, do prazo para adequação do capital ou do destaque mínimo das entidades abertas e das sociedades seguradoras autorizadas a operar em previdência privada.
- Acréscimo de sub-itens ao item 81 da Resolução nº 07/79, para definir o que se deve entender por "excedente técnico" e disciplinar a sua devolução aos contribuintes, dos planos previdenciários, sob a forma de redução do valor das contribuições, desde que a entidade tenha todas as suas reservas técnicas cobertas e o uso do excedente esteja previsto nos planos.
- Aprovação de nova tabela para atualização anual do custo de apólice, fatura e endosso, de sociedades seguradoras.

#### ATUAÇÃO DA SUSEP

Além de suas atividades administrativas normais e de fiscalização do mercado, a SUSEP expediu 55 Circulares até o dia 17 de dezembro, dentre as quais destacamos as seguintes:

- Circular nº 8, de 31.03.82 -  
Aprova Condições e Tarifas para o Seguro de Garantia de Obrigações Contratuais.





- Circular nº 26, de 22.07.82 -  
Aprova Condições Gerais da Apólice de Riscos Nucleares.
- Circular nº 34, de 26.08.82 -  
Permite às sociedades seguradoras o fracionamento do valor do prêmio do seguro em até 7 (sete) parcelas mensais, iguais e sucessivas, mediante a cobrança de adicional.
- Circular nº 45, de 27.10.82 -  
Estabelece novas disposições para a fixação do Limite Operacional e dos Limites Técnicos das sociedades seguradoras.
- Circular nº 47, de 09.11.82 -  
Fixa entendimento sobre a instituição de Fecúlio Temporário, em Previdência Privada Aberta.
- Circular nº 49, de 29.11.82 -  
Altera o Plano de Contas das seguradoras.

#### PORTARIAS

O Superintendente da SUSEP expediu, até 15 de dezembro, 258 Portarias, das quais 101 sobre pessoal (admissões, dispensas, transferências, remoções, designações, advertências, gratificações e aposentadorias de servidores); 2 para delegar competência; 146 para aprovar alterações em estatutos de sociedades, inclusive aumentos de capital; 8 sobre Grupos de Trabalho e Comissões; e 1 para homologar concurso público.

As Resoluções do Conselho Nacional de Seguros Privados e as Circulares expedidas pela SUSEP deverão produzir, em 1983, sensíveis melhoras no desempenho geral do mercado nacional de seguros.



O DESEMPENHO DA ECONOMIA BRASILEIRA



### O DESEMPENHO DA ECONOMIA BRASILEIRA (\*)

Como vem ocorrendo desde 1979, o planejamento econômico em 1982 permaneceu fiel aos objetivos do III Plano Nacional de Desenvolvimento, quais sejam a obtenção de crescimento econômico com maior justiça social, a redução da dependência externa e o combate à inflação. Na verdade, esses objetivos estritamente econômicos subordinam-se às prioridades políticas de democratização e diminuição da ingerência do Estado na economia. São esses objetivos maiores, nos planos econômico e político que constituem, na convicção governamental, os anseios da nação brasileira.

Os instrumentos utilizados para a consecução desses objetivos vêm sendo manipulados de forma flexível, notadamente em decorrência das profundas perturbações que afetaram a economia mundial nos últimos anos.

Após a elevação em mais de 150% do preço internacional do petróleo, entre 1979 e 1980, seguiu-se a chamada "crise financeira", com a duplicação das taxas de juros internacionais e, ao longo de 1982, redução drástica dos preços de nossas exportações. Essa sequência de fatores adversos impôs limitações severas ao desempenho de nossa economia, tendo em vista principalmente o valor atingido por nossa dívida externa.

A conciliação entre a realização de programas de investimento de longo prazo, notadamente os programas de substituição de energia importada e de exportação, com a administração de uma conjuntura instável, tem exigido da administração econômico-financeira a postura de adaptação dos últimos anos.





Não bastassem as adversidades mencionadas, em meados de 1982 o sistema financeiro internacional foi abalado por sua mais profunda crise. A guerra no Atlântico Sul, o pessimismo passivo que permeou o encontro da comunidade financeira em Toronto e a inadimplência que se seguiu tanto de países em desenvolvimento, como de empresas importantes nos países industrializados determinaram a paralisia dos fluxos de empréstimos aos países com déficits em seus balanços de pagamentos.

A consequência mais importante desses eventos foi o agravamento do desequilíbrio no setor externo de nossa economia. A redução acentuada das cotações das exportações prejudicou a conquista de saldo comercial mais significativo, ao mesmo tempo em que a sustentação de taxas de juros elevadas, ao contrário das expectativas ao início do ano, ocasionou aumento sensível do dispêndio líquido de juros. De tudo isso resultou elevação acentuada do déficit do balanço de pagamentos em conta corrente, que voltou a representar mais de 5% do Produto Interno Bruto de 1982. Tal resultado, conjugado ao estancamento dos fluxos financeiros internacionais desde início de setembro, forçaram a utilização de grandes partes das reservas monetárias internacionais do País, seguindo-se negociações penosas visando ao restabelecimento parcial de nossas linhas de crédito através de empréstimos de curto prazo a serem posteriormente convertidos em operações de longo prazo.

O balanço de pagamentos de 1982, apesar de tudo, encerrou-se com déficit global inferior às previsões mais pessimistas, porém obrigou a modificações importantes na política econômica com vistas a um ajustamento mais profundo do setor externo da economia, ajustamento que se tornou imperioso à retomada do fluxo de recursos financeiros do exterior.

Ao mesmo tempo em que se programava para adequar a ação governamental à nova realidade prevista para os próximos anos, o Brasil procurou o apoio institucional e financeiro de





organismos internacionais, até mesmo como caixa de ressonância de sua mobilização para a superação das dificuldades atuais. Em pouco tempo conseguiu o Governo elaborar um programa de ação e levá-lo a debate com a missão do Fundo Monetário Internacional que aqui chegou ao final de novembro. O apoio quase imediato daquele organismo às nossas proposições comprovou a existência de uma trajetória viável para a superação de nossas dificuldades.

Não obstante essas limitações a condução da política econômica em 1982 visou precipuamente ao incentivo da atividade produtiva e do emprego. As políticas de crédito e fiscal foram conduzidas de forma a propiciar maior volume de recursos financeiros ao setor privado e a manter os investimentos prioritários do Governo.

Foi possível assim reverter rapidamente o processo de contração do nível de atividade verificado ao longo de 1981. A produção industrial, após queda acumulada de cerca de 6% em 1981, voltou a crescer continuamente até atingir aumento de 1,5% ao final de 1982, enquanto o comércio, segundo avaliações preliminares, pode ter apresentado aumento em percentual superior.

Esse desempenho acarretou redução significativa das taxas de desemprego nas principais cidades do País. Segundo os resultados da pesquisa mensal de emprego do IBGE, as taxas se reduziram da faixa de 7 a 8% registradas no segundo semestre de 1981 para 5 a 6% já no primeiro semestre de 1982. Considerando que esses percentuais se encontram próximos dos verificados em 1980, ano em que se registrou um dos mais elevados índices de crescimento desde 1974, pode-se afirmar que o desemprego conjuntural foi praticamente eliminado em 1982.

Visando, contudo, a consolidar as conquistas sociais de nosso desenvolvimento, adotou o Governo a decisão de criar um novo fundo de investimento social — FINSOCIAL — junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social-BNDES, antigo





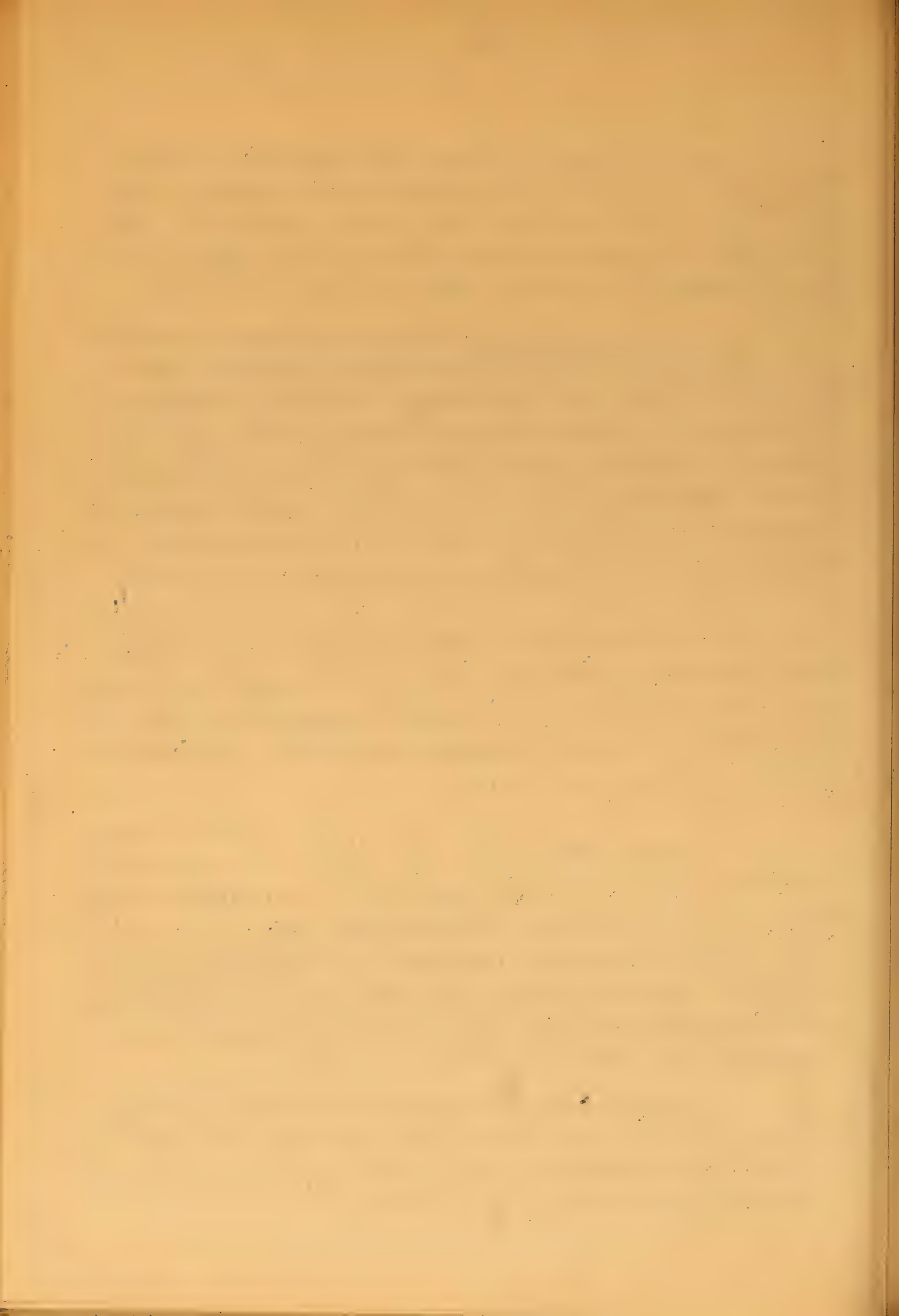
BNDE, através do Decreto-Lei nº 1.940, de 25 de maio de 1982, a alocação adicional de recursos à área social adquire ainda maior significado a partir de 1983, quando a substancial redução do fluxo de recursos externos à nossa economia implicará escassez de recursos em todas as demais aplicações do Governo.

A ação do planejamento em 1982 visou ainda à consolidação do ajustamento da economia brasileira às condições impostas pela crise energética. Em cumprimento à estratégia de longo prazo esboçada no III Plano Nacional de Desenvolvimento, o Governo continuou a estimular prioritariamente os setores que mais contribuem à superação das dificuldades estruturais e conjunturais: o agropecuário, o exportador e o energético. Assim, a despeito do agravamento das dificuldades ao longo de 1982, ampliaram-se os estímulos e os recursos financeiros destinados a esses setores.

Os resultados obtidos foram compensadores. Na agricultura, à exceção da redução da safra de café por fatores climáticos, logrou-se pelo terceiro ano consecutivo aumento significativo na colheita dos principais produtos, notadamente daqueles voltados ao consumo interno. A produção agropecuária, excluindo-se o café, cresceu cerca de 5% em 1982.

A produção de petróleo e gás natural também apresentou crescimento significativo em 1982, com aumentos de, respectivamente, 21% e 23%. Foi possível assim elevar a participação da produção nacional de petróleo no consumo global para 75,1%, contra 20,2% em 1981, e reduzir as importações (em quantidades) em 5,7%. Finalmente, logrou-se ainda em 1982 aumento de 8% na produção extrativa mineral. Além do petróleo e gás natural, contribuiu para esse resultado o aumento da produção de carvão mineral (14,2%).

As perspectivas delineadas para a política econômica nos próximos anos, vale insistir, irão acarretar maior sacrifício para toda a sociedade, tendo em vista o objetivo que se impõe de ajustar o dispêndio global da economia a um volume mais



reduzido de recursos. As sondagens realizadas pelas autoridades brasileiras revelaram que os eventuais empréstimos em 1983 estariam disponíveis somente em valores substancialmente inferiores aos do passado. Assim, o engajamento consciente do povo brasileiro e de todos os escalões do Governo nas ações propostas no programa de austeridade de gastos será imprescindível ao sucesso do programa de estabilização. Sem esse engajamento, restar-nos-ão os inescapáveis sacrifícios exigidos por essa trajetória, sem que colhamos os frutos da eliminação de nossas dificuldades. Nesse sentido, renova o Governo seu compromisso com as prioridades econômicas e sociais, para as quais se asseguram recursos e estímulos necessários ao alcance das metas implícitas na estratégia de planejamento a longo prazo.





## POLÍTICA FISCAL, MONETÁRIA, CREDITÍCIA,

### DE MERCADO DE CAPITAIS E DE SEGUROS

As políticas fiscal e monetária visaram, em 1982, a manter os investimentos prioritários do Governo e a propiciar maior volume de recursos financeiros ao setor privado, com vistas ao reestímulo da atividade produtiva e do emprego sem, contudo, perder de vista a necessidade de solucionar a crise do setor externo e desacelerar gradualmente o ritmo inflacionário.

Com vistas a solucionar a crise do setor externo, mantiveram-se os estímulos às exportações e à captação de recursos externos, através de benefícios fiscais e creditícios. Por outro lado, a importação foi desestimulada por meio de tributos mais elevados e de limite às importações efetuadas pelo setor público.

O combate à inflação se fez através de políticas orçamentária e monetária apropriadas, utilizando-se principalmente o controle de gastos públicos e dos principais fatores responsáveis pela expansão monetária excessiva.

Durante todo o ano o Governo manteve-se atento à execução tanto do orçamento da União quanto do orçamento monetário e das empresas estatais, procurando corrigir os desvios surgidos, manipulando de forma flexível os instrumentos fiscais e monetários.

A execução orçamentária do Tesouro Nacional processou-se com eficiência e flexibilidade, visto haver contado com volume relativamente maior de recursos livres oriundos das reservas de contenção e de contingência e, também, do excesso de arrecadação. Desse modo, o Governo pôde alocar recursos adicionais para as suas





prioridades e transferir um volume considerável de receita orçamentária às autoridades monetárias e às empresas estatais contribuindo, desse modo, para melhorar o desempenho da política financeira em sua concepção mais abrangente.

A execução do orçamento monetário apresentou resultados satisfatórios, em que pese a piora relativa de alguns indicadores. A base monetária, ao se expandir além de 80% em 1982, situou-se acima da expansão do ano anterior. Porém, os meios de pagamento, no conceito  $M_1$ , ao passarem de uma expansão de 75% em 1981 para 69% em 1982, revelaram a preocupação das autoridades em conter a oferta monetária e, conseqüentemente, desacelerar o ritmo inflacionário.

O crescimento da base monetária acima das previsões decorreu da necessidade de se proverem recursos adicionais às atividades prioritárias, como agricultura, exportação e PROÁLCOOL, além de alguns subsídios diretos ao abastecimento, ainda a cargo das autoridades monetárias.

Contudo, para se evitar que os efeitos da expansão da base monetária se propagassem integralmente sobre o nível dos preços, aumentou-se o depósito compulsório dos bancos comerciais, reduzindo-se, assim, o multiplicador da base monetária e, portanto, a expansão da oferta monetária. Ao mesmo tempo foram impostos limites quantitativos aos empréstimos dos bancos comerciais.

A destinação de recursos financeiros para áreas prioritárias efetuou-se por meio da política financeira, ampliando-se o volume de crédito e a totalização de recursos orçamentários para os setores agrícola, exportador e energético, bem como para os setores sociais mais carentes de meios.

A alocação de recursos para os setores prioritários ainda contou com os investimentos das empresas estatais da ordem de Cr\$3.120 bilhões em 1982, ou seja, um incremento de 114% em relação ao ano anterior. Esse crescimento decorreu basicamente da necessidade de manter o ritmo de expansão no setor



energético e exportador e de dar continuidade a projetos em andamento noutros setores.

Como resultado da utilização integrada de todos esses instrumentos de política financeira, o déficit do Governo Federal no conceito consolidado — englobando o orçamento da União, orçamento monetário e orçamento das empresas estatais — manteve-se, em 1982, nos mesmos níveis do ano anterior, ou seja, cerca de 6% do PIB.

Para 1983, a meta de se reduzir esse déficit próximo de 3,5% do PIB faz parte de um programa econômico mais abrangente, incluindo estabilização interna e reequilíbrio do balanço de pagamentos, com o menor sacrifício possível para o setor privado da economia.

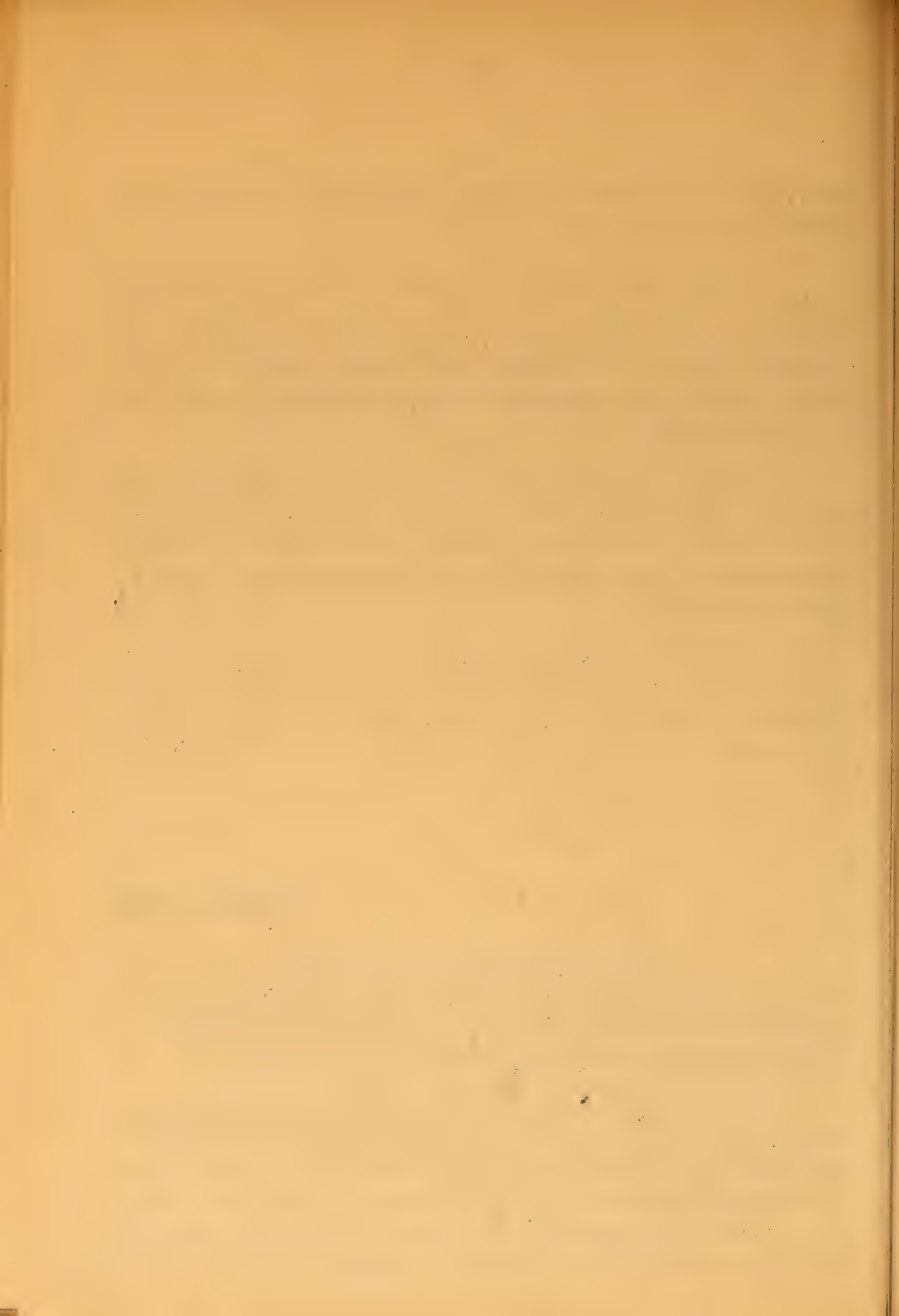
Esse ajuste econômico, que se estenderá por um período de três anos, exigirá uma política financeira mais austera e integrada às demais políticas, especialmente à política do setor externo.

### **POLÍTICA FISCAL**

A Política fiscal para 1982 foi definida em consonância com as demais políticas visando a uma contenção rigorosa de dispêndios sem, contudo, prejudicar a alocação dos recursos para as prioridades básicas do Governo.

No tocante à contribuição à política monetária, aperfeiçoou-se o mecanismo de integração do orçamento fiscal com o monetário, sendo que em 1982 Cr\$637 bilhões de recursos tributários foram transferidos ao Banco Central e ao Banco do Brasil para a cobertura de gastos com subsídios ao abastecimento, estímulos às exportações e à captação de recursos externos e com os







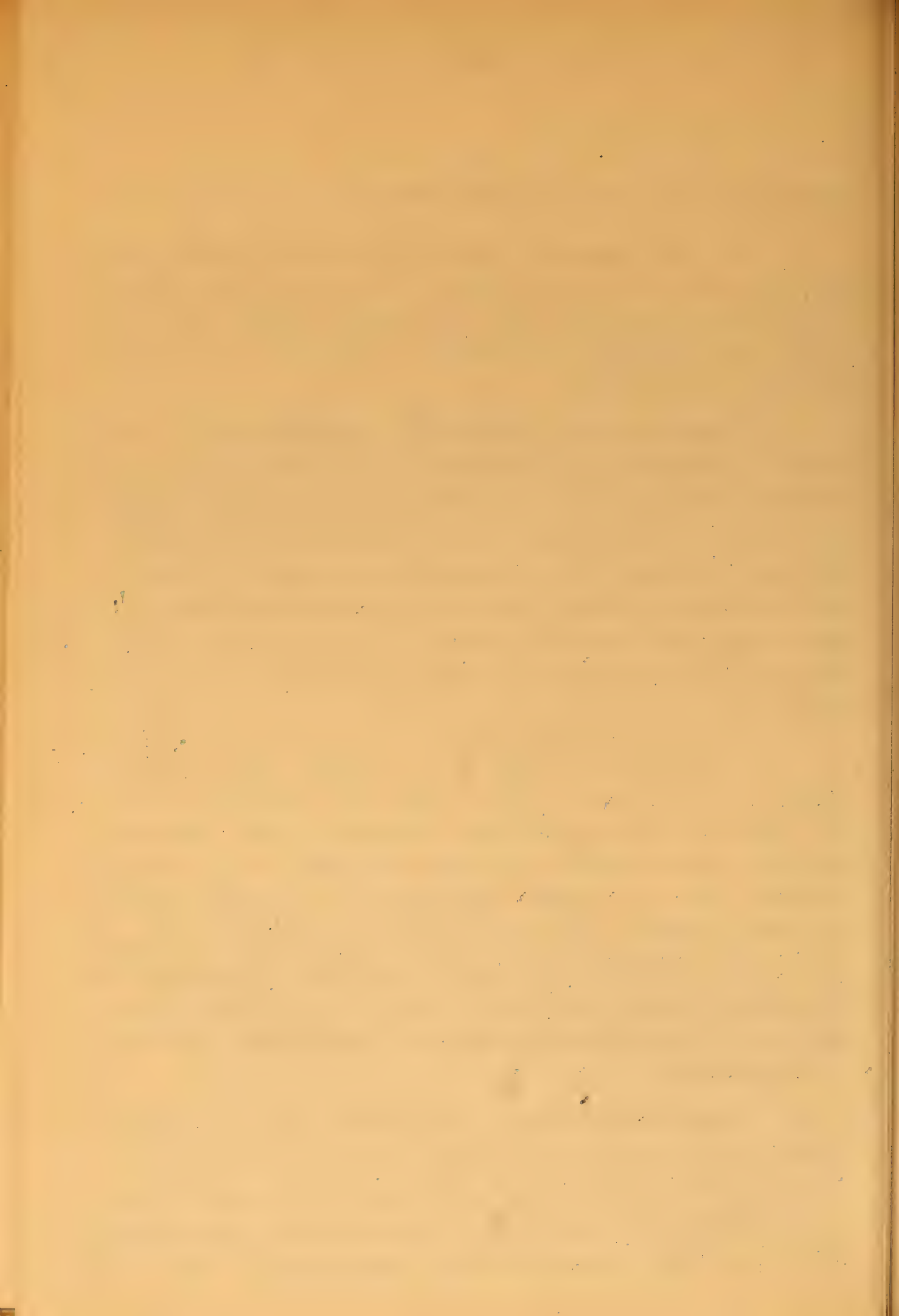
encargos da dívida pública interna federal.

Os instrumentos da política fiscal foram também utilizados com o intuito de solucionar os problemas do setor externo. A busca do equilíbrio do balanço de pagamentos exigiu medidas de estímulo às exportações e à captação de recursos externos e de contenção às importações.

Para estimular as exportações, estendeu-se até abril de 1985 a vigência do crédito-prêmio do IPI; para estimular a captação de recursos externos, permaneceram as reduções do imposto de renda na remessa de juros e as isenções do IOF nos empréstimos efetuados com recursos externos; para desestimular as importações, de bens e serviços permaneceu em vigor e as importações das empresas estatais foram rigorosamente controladas; e para disciplinar a saída de divisas do País estendeu-se a incidência do IOF às aquisições de câmbio para viagens de turismo ao exterior.

Na área social destacou-se a criação, pelo Decreto-Lei nº 1.940, de 25/05/82, do Fundo de Investimento Social-FINSOCIAL destinado a dar apoio financeiro a programas e projetos de caráter assistencial relacionados com alimentação, saúde, educação, habitação popular e amparo ao pequeno agricultor. Para custear o FINSOCIAL foi instituída uma contribuição de 0,5% sobre a receita bruta das empresas públicas e privadas que realizam venda de mercadorias, bem como das instituições financeiras e das sociedades seguradoras. Este fundo poderá ainda contar com recursos de dotações orçamentárias da União, retornos de aplicações e outros recursos de origem interna ou externa, compreendendo transpasses e financiamentos.

Ainda na área social, duas medidas relevantes foram implementadas. A primeira, que beneficiou os mutuários de menor renda do Sistema Financeiro de Habitação, elevou os limites de ressarcimento de parte das prestações mensais referentes à casa própria. A segunda isentou do IPI as aquisições de carro movido a álcool para fins de serviços de taxi, beneficiando o motorista



profissional de menor capacidade econômica, além da contribuição à política de substituição de derivados de petróleo.

A equidade fiscal foi aperfeiçoada através de modificações no imposto de renda. As distorções quanto a devoluções e pagamentos parcelados do imposto de renda foram corrigidas pelo Decreto-Lei nº 1.968, de 23/11/82, que instituiu a correção monetária tanto para os casos de restituição como para os casos de parcelamento do imposto a pagar. Os abatimentos relativos a alugueis e juros de financiamento da casa própria, permitidos para 1983, foram elevados em 150% relativamente aos valores vigentes no exercício de 1982.

Os setores prioritários da economia foram estimulados através de isenções do IPI e do imposto de importação. Assim, as importações de equipamentos para as atividades de pesquisa da PETROBRÁS, para Itaipú, Furnas e Eletrosul, para a construção naval e para a fabricação de locomotivas elétricas foram beneficiadas através de isenção desses dois tributos.

A programação orçamentária, que estimou a receita e fixou a despesa do Tesouro Nacional em Cr\$4.000 bilhões para o exercício de 1982, foi mais flexível que nos anos anteriores. Esta flexibilidade, decorrente da eliminação de grande parte das vinculações de receita, permitia que um volume maior de recursos fosse destinado à reserva de contingência. Com isso aumentou-se o grau de controle da despesa e a liberação de receita para os programas prioritários e de emergência pôde ser efetuada com eficiência.

Outro mecanismo de controle orçamentário foi a reserva de contenção constituída de 12% da despesa fixada no orçamento da União, à conta de recursos do Tesouro Nacional, excluindo-se as dotações prioritárias. De acordo com a determinação original, o montante de Cr\$75 bilhões oriundos dessa reserva foi utilizado exclusivamente para atender às despesas decorrentes do reajuste salarial dos servidores públicos civis e militares da União.





No tocante à despesa, verificou-se que a desvinculação de receita, implementada nos últimos exercícios, proporcionou maior flexibilidade aos gastos do Tesouro. Assim, enquanto, em 1981 o volume de recursos vinculados representava 33% da despesa total, esta participação caiu para 26% em 1982. Consequentemente, as cotas de despesa, que representam os gastos efetuados com recursos livres ou ordinários, passaram de 67% para 74%.

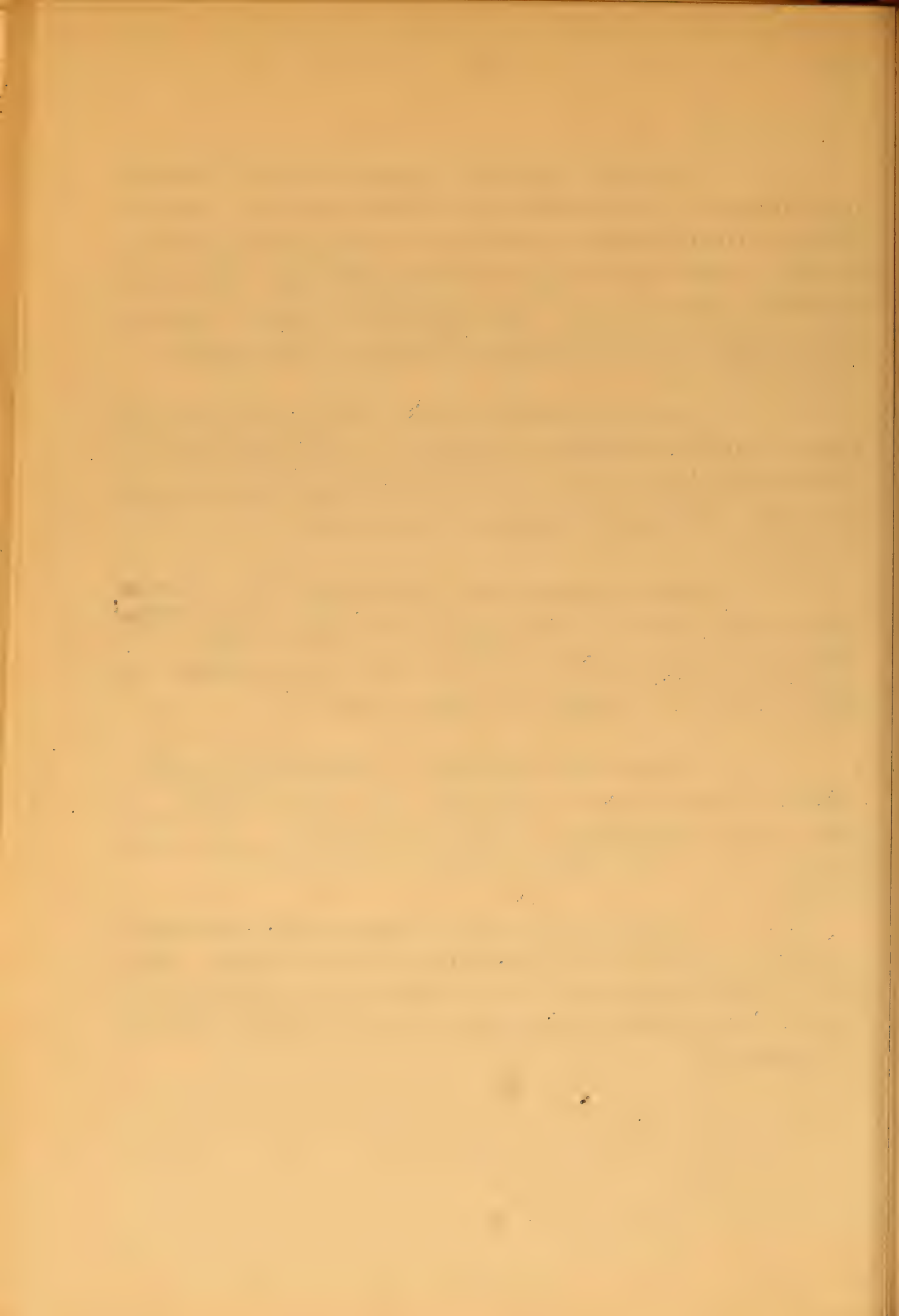
Outro instrumento utilizado pelo Governo para reativar a atividade econômica, realocando os investimentos para os setores prioritários, foi o orçamento das empresas estatais. Em 1982 essas empresas investiram Cr\$3.120 bilhões, representando um incremento de 114% em relação ao ano anterior.

Quase a metade desses investimentos foi efetuada por empresas do setor energético, destacando-se o grupo PETROBRÁS com Cr\$740 bilhões, o grupo ELETROBRÁS com Cr\$499 bilhões e ITAIPÓ com Cr\$240 bilhões. Em seguida vêm o grupo SIDERBRÁS com Cr\$392 bilhões e a TELEBRÁS com Cr\$270 bilhões.

A necessidade de manter os investimentos nos programas de substituição de importações foi a causa básica do aumento no setor energético. Nos setores siderúrgico e de transportes, decorreu da exigência técnica de continuar obras em execução.

No financiamento desses investimentos, bem como na complementação dos recursos correntes de outras empresas, sobretudo do setor transportes e da previdência social, as transferências do Tesouro Nacional da ordem de Cr\$1.904 bilhões tiveram papel relevante.



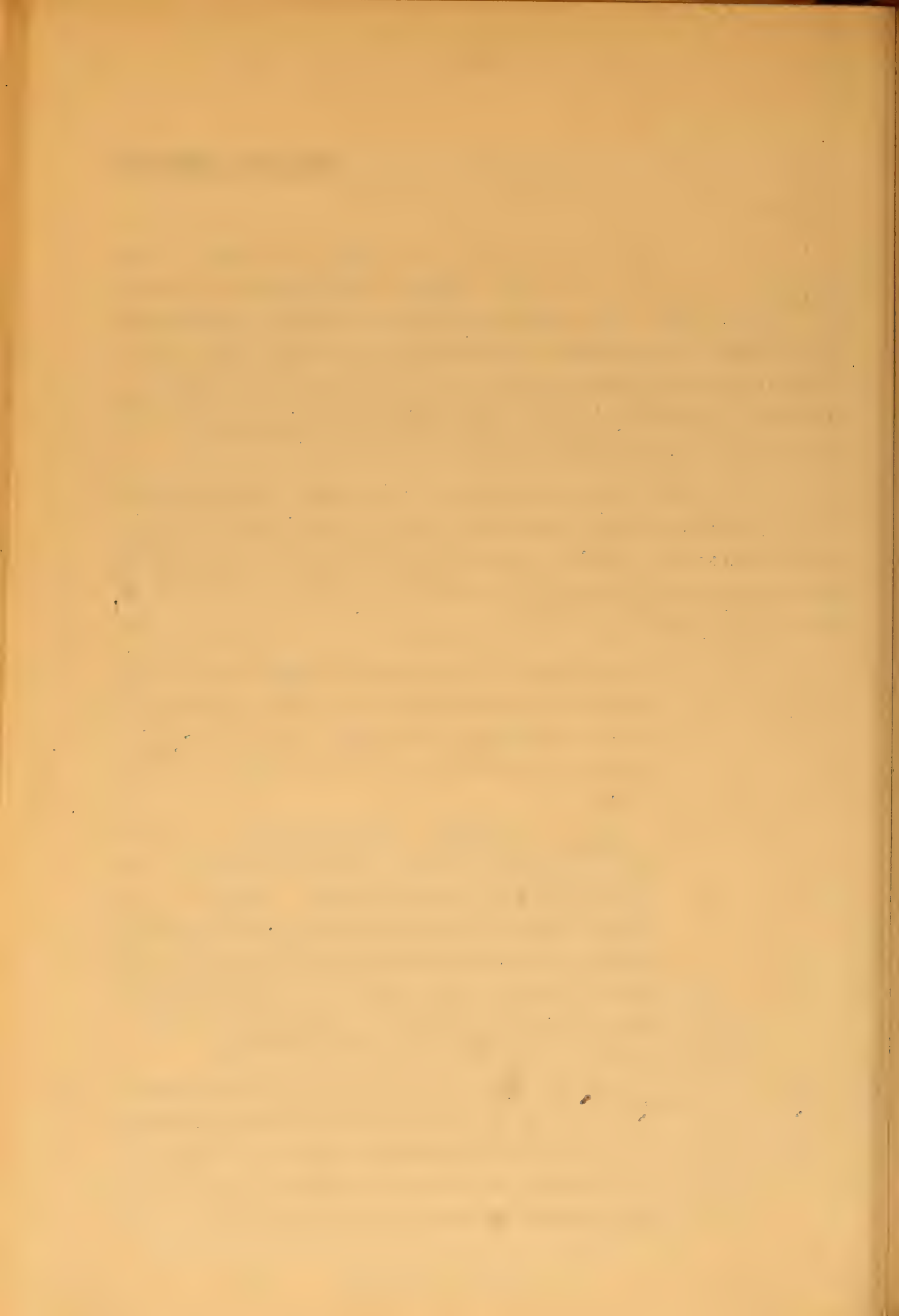


**POLÍTICA MONETÁRIA**

A execução da política monetária, em 1982, foi orientada no sentido de evitar problemas de liquidez na economia, porém com a austeridade necessária a impedir a aceleração do processo inflacionário. Garantiu-se, por outro lado, o imprescindível suporte financeiro às atividades consideradas prioritárias para o ajustamento do balanço de pagamento e o abastecimento interno, tais como exportações, energia e agricultura.

Com vistas a assegurar resultados satisfatórios em 1982 e criar bases mais favoráveis para a viabilização do programa monetário de 1983, o Governo adotou medidas que propiciaram a redução da taxa anual de expansão da oferta monetária de 75% em 1981 para 69% em 1982:

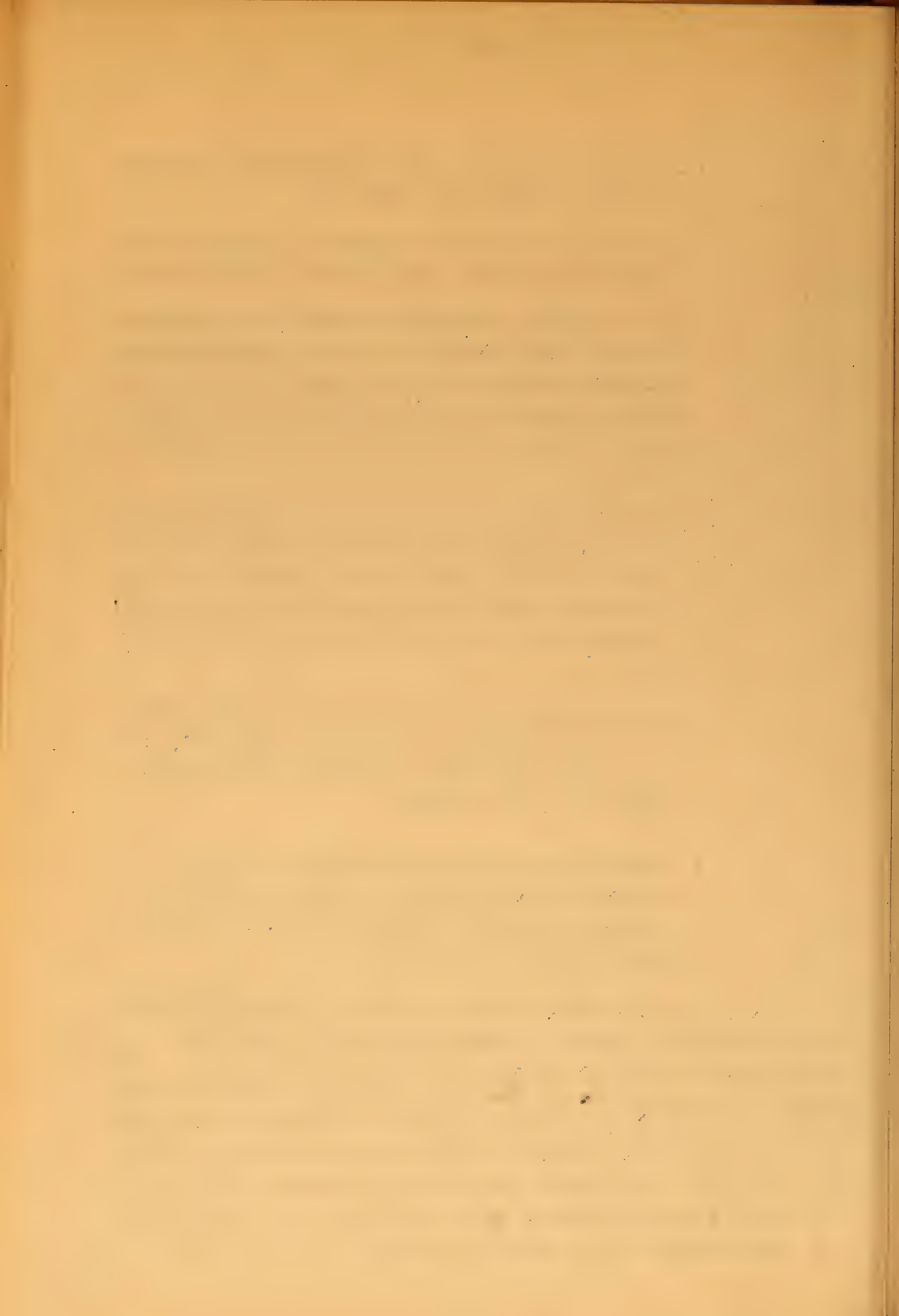
- aperfeiçoamento do mecanismo de limitação quantitativa do crédito para as instituições financeiras, acrescentando o critério de diversificação, para os bancos comerciais, de acordo com seu tamanho e a condição de operar ou não em câmbio;
- os depósitos compulsórios foram reavaliados como instrumento de política monetária pela elevação de seu limite global até 60% dos depósitos em geral. Assim, foi efetivamente elevada de 34% para 48%, pelo Conselho Monetário Nacional, a taxa de depósitos compulsórios sobre os depósitos à vista dos bancos comerciais e instituições sem taxa de 5% sobre os depósitos a prazo dos bancos comerciais, de investimento e de desenvolvimento;
- reforço de captação de recursos para o Tesouro Nacional, com a elevação de 14% para 18% do limite de depósitos de poupança da Caixa Econômica Federal e 13% para 18% dos depósitos do Fundo de Assistência a Hipótecas de 1982 para aplicação obrigatória em títulos públicos federais;



- aumento da captação de recursos não-monetários pelo Banco do Brasil, via depósitos a prazo fixo;
- controle mais efetivo dos empréstimos e colocações pelas autoridades monetárias (Banco do Brasil e Banco Central);
- maior engajamento dos bancos comerciais e de investimento no crédito rural, com vistas a diminuir a participação das autoridades monetárias no financiamento à agricultura, reduzindo as pressões sobre as emissões de moeda e a dependência do setor em relação ao crédito das instituições oficiais;
- continuidade da política de proteção aos pequenos produtores nos programas de crédito rural subsidiado pelas autoridades monetárias, fazendo incidir as reduções nos empréstimos aos médios e grandes agricultores, que passaram a financiar-se em maior escala no sistema bancário privado;
- prosseguimento da política de redução dos subsídios diretos ao consumo de certos produtos, tais como trigo e açúcar, mediante maior realismo no reajuste das respectivas preços a nível de consumidor; e
- constância do esforço de aperfeiçoamento institucional na sistemática de transferência de recursos do orçamento da União para o orçamento monetário, dentro do esquema de integração desses dois orçamentos.

Em consequência dessas medidas, foi possível manter o crescimento dos grandes agregados da política monetária em ritmo compatível com os objetivos traçados pelo Governo. Com efeito, a firme execução da política monetária e creditícia permitiu que o crédito do sistema bancário evoluísse 91,6% em 1982, nível inferior ao registrado no índice geral de preços (99,7%). Por seu turno, o incremento dos meios de pagamento (62%) situou-se abaixo daquele observado nos empréstimos do sistema bancário, enquanto que a base monetária permaneceu acima de 80%.







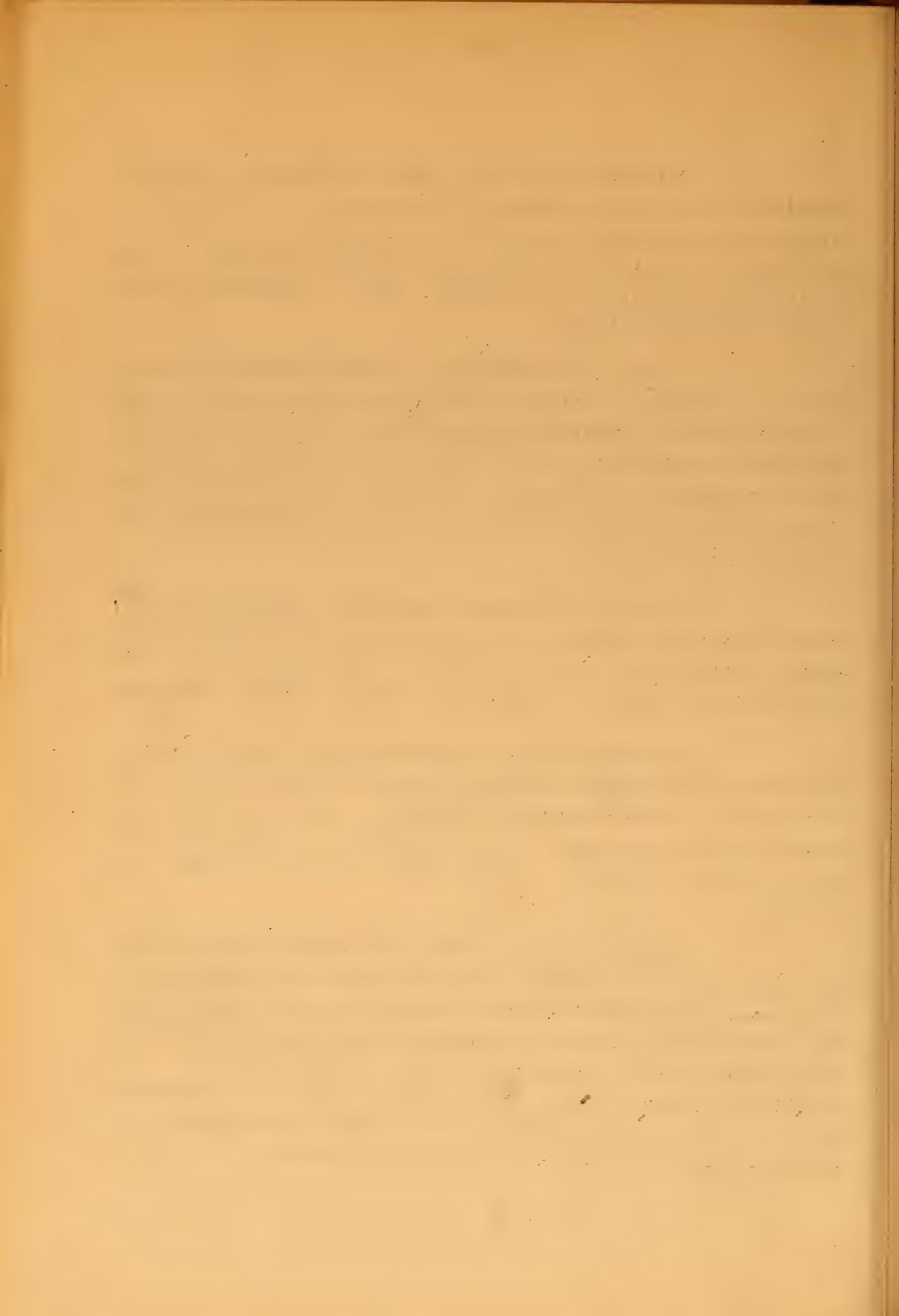
A diferença entre os ritmos de expansão da base monetária e dos meios de pagamento é explicada pelo declínio observado no multiplicador monetário, cuja tendência de queda se acentuou com os primeiros efeitos da elevação das taxas dos recolhimentos compulsórios incidentes sobre os depósitos à vista nos bancos comerciais.

Ao lado dos desembolsos, os empréstimos do Banco do Brasil, os repasses e refinanciamentos do Banco Central, as aquisições de produtos amparados pela política de preços mínimos, as operações de comercialização do trigo, e os dispêndios relacionados com o açúcar (aquisições e subsídios de equalização) constituíram-se nas principais fontes de pressão expansionista sobre a base monetária.

Em 1982, o saldo dos empréstimos do Banco do Brasil cresceu Cr\$1.413 bilhões (67,9%) dos quais Cr\$795 bilhões destinados ao setor rural, Cr\$200 bilhões ao setor exportador, Cr\$351 bilhões ao comércio e indústria e Cr\$67 bilhões ao PROÁLCOOL.

Os créditos totais concedidos pelo Banco Central, cresceram Cr\$471 bilhões em 1982, dos quais Cr\$231 bilhões destinaram-se a refinanciamentos à produção e comercialização de manufaturados exportáveis e Cr\$156 bilhões a aportes com recursos de fundos e programas, dentre os quais Cr\$32 bilhões do PROÁLCOOL.

Ao longo do ano de 1982, os créditos das autoridades monetárias direcionados à comercialização de produtos agrícolas absorveram Cr\$442 bilhões de recursos e se constituíram num dos principais fatores de pressão sobre a base monetária. Daquele total, Cr\$182 bilhões foram aplicados nas operações da política de preços mínimos (AGF), Cr\$165 bilhões na comercialização do trigo e Cr\$95 bilhões nas operações com o açúcar — aquisição para exportação e equalização de custos.



É importante assinalar ainda que o comportamento satisfatório da política monetária e creditícia foi alcançado não obstante o fato de as autoridades monetárias terem de atender a pressões conjunturais não previstas na programação original do orçamento monetário. Entre outras, houve a necessidade de aportar recursos adicionais para as seguintes finalidades:

- *dispêndio para formação de estoques reguladores (carne, leite e arroz, entre outros) e aquisições de produtos agrícolas pela Comissão de Financiamento da Produção (feijão, milho etc.);*
- *sustentação da política do açúcar (gravosidade nas exportações e equalização interna de preços);*
- *compras de café aos preços de garantia, a cargo do Instituto Brasileiro do Café; e*
- *aporte de recursos adicionais ao PROÁLCOOL e ao custeio agrícola.*





## POLÍTICA CREDITÍCIA

As diretrizes da política de crédito em 1982, a exemplo de anos anteriores, foram voltadas para atender às necessidades básicas de recursos dos setores prioritários: exportador, agrícola e energético, sem prejuízo do controle da política monetária.

Os critérios que balizaram a política de crédito no ano de 1981 foram mantidos, ressaltando-se a importância do controle da oferta global do crédito e sua distribuição segundo as prioridades governamentais; além da manutenção da política de redução dos subsídios, procurou-se favorecer a captação de empréstimos externos.

A política de crédito rural orientou-se ao aumento da produção de alimentos essenciais e à geração de excedentes exportáveis. Nesse sentido foram adotadas em 1982, as seguintes providências:

- *manutenção da política de taxas de juros subsidiadas utilizadas em todas as modalidades de crédito agrícola limitando, no entanto, o limite de financiamento para os grandes e médios produtores nas operações de estoque, investimentos e précomercialização. Incentivar-se assim a dirigir maior aplicação de recursos próprios nos projetos liberando maior parcela das disponibilidades de recursos financeiros oficiais para os produtores de pequena porte;*
- *permanência da política de preços mínimos compensatórios, com correção de seus valores na proporção da variação do índice nacional de preços ao consumidor entre o período de fixação e o mês inicial de colheita dos produtos considerados;*





- *agilização e simplificação das liberações de créditos de custeio de lavouras amparadas por Valores Básicos de Custeio-VBC da safra 1982/83. Assim, o pequeno agricultor, ficou liberado da formalização de proposta e da apresentação de planos ou propostas ao solicitar os créditos. Da mesma forma, as instituições financeiras passaram a providenciar a lavratura e assinatura dos documentos com maior brevidade; e*
- *ampliação da disponibilidade de crédito ao setor agrícola, correspondente a 10% e 5%, respectivamente, do total das operações de crédito sujeitos ao limite de expansão dos bancos comerciais e de investimento. Através desta diretriz os bancos comerciais, além dos 2% dos depósitos à vista, passaram a destinar parcelas consideráveis de recursos ao setor agrícola.*

Para 1983, novo e importante passo foi dado no sentido da redução dos subsídios diretos (principalmente trigo e açúcar) e indiretos. De maneira geral, o custo dos créditos do Banco do Brasil e Banco Central terá como referência as variações do índice nacional de preços ao consumidor (70% da variação desse índice nacional de preços mais juros de 5% a.a.), à exceção dos refinanciamentos a manufaturados exportáveis, cujas taxas de juros foram mantidas. Além disso, foram novamente reduzidas as parcelas do crédito rural subsidiado (40% ao crédito para grandes produtores, 60% para médios e 90% para pequenos) no caso de operações de custeio e pré-comercialização. Paralelamente foram aumentadas as exigibilidades de aplicação dos bancos comerciais e bancos de investimento do setor rural. No primeiro caso essa exigibilidade passou para 45% das aplicações e, para os bancos de investimento, de 5% para 10%, excluindo-se do total de aplicações, para efeito de cálculos, as operações amparadas por repasses, refinanciamentos ou recursos externos.



As operações realizadas pelas autoridades monetárias junto ao setor rural alcançaram o fluxo líquido de Cr\$845 bilhões, o que representou um incremento de 69,0% em relação ao saldo registrado em 1981.

As operações de custeio agrícola do Banco do Brasil indicaram, em dezembro, saldo de Cr\$963 bilhões, com incremento, de 95,8% durante 1982. Esse comportamento resultou da prioridade concedida aos financiamentos destinados ao plantio, tratos culturais e colheita.

Com vistas a assegurar regularidade no abastecimento de produtos básicos de consumo — carne, leite em pó, arroz etc., foram aplicados pelas autoridades monetárias, ao longo de 1982, recursos da ordem de Cr\$31 bilhões.

Dentro do programa governamental de fortalecimento das atividades rurais e de solução racional dos problemas ligados à estrutura e ao funcionamento do sistema de comercialização de produtos agrícolas insere-se a política de garantia de preços mínimos, que funciona como mecanismo regulador de preços e estimulador da produção.

Para atender às necessidades desses programas, as autoridades monetárias aplicaram recursos líquidos da ordem de Cr\$294 bilhões, elevando o saldo dos seus financiamentos nessa área de Cr\$133 bilhões em 1981 para Cr\$427 bilhões ao final de 1982, o que representou um acréscimo de 221,0%. Ao mesmo tempo a rede bancária privada preencheu as necessidades complementares do programa através de maior participação dos empréstimos EGF (Empréstimos do Governo Federal) no conjunto das suas aplicações obrigatórias em crédito rural.

Com relação à política de preços para o trigo, adotada pelo Governo Federal a partir de 1980, os reflexos foram bastante significativos em termos de reajuste da demanda. Entre







1980 e 1982 o consumo se reduziu em um milhão de toneladas devido à eliminação gradual do subsídio e conseqüente aumento do preço do produto. Apesar disso, vêm persistindo elevados "deficits" na comercialização do trigo, financiados em sua maior parte com recursos monetários. Assim, em 1982 o financiamento das Autoridades Monetárias à conta Trigo atingiu o saldo de 300 bilhões de cruzeiros.

Os financiamentos para "Warrants" de açúcar e álcool e compras para exportação de açúcar demandaram recursos adicionais em 1982, estimados em Cr\$135 bilhões, exclusive os financiamentos à produção industrial, que são atendidos com recursos normais do Banco do Brasil.

Além disso, a interiorização da rede de agências, a instalação de postos avançados de crédito rural e de unidades de recebimento de proposta, constituíram fatores relevantes para ampliar a assistência financeira à agropecuária funcionando, ademais, como importantes instrumentos de democratização do crédito, por facilitar o acesso dos pequenos e médios produtores às fontes de financiamento.

O balanço das mudanças introduzidas na política de crédito rural apresentou resultados satisfatórios, de acordo com os seguintes indicadores de desempenho:

- a oferta de financiamento acompanhou as necessidades setoriais de custeio agrícola;
- o perfil da origem dos recursos alterou-se, com participação maior de fontes não oficiais;
- as instituições financeiras ajustaram-se aos procedimentos estabelecidos com agilidade e eficiência;
- em face da redução dos subsídios creditícios às médias e grandes propriedades rurais, o emprego de recursos passou a efetuar-se com maior racionalidade.



A política de crédito às exportações orientou-se principalmente para o estímulo aos manufaturados e semimanufaturados. Nesse sentido, o Fundo de Financiamento à Exportação (FINEX) registrou, ao final de 1982, o saldo de Cr\$711 bilhões, contra Cr\$340 bilhões no exercício anterior, ou seja, um incremento da ordem de 109,1%. Os financiamentos destinados à produção e comercialização de manufaturados exportáveis atingiram o saldo de Cr\$525 bilhões, com crescimento de 101,3% no ano. Outras operações ligadas ao setor exportador (CACEX, CAMIO, PROEX e DL. nº 1.416/75) registraram fluxo líquido de Cr\$65 bilhões.

No financiamento ao setor energético destacaram-se as aplicações de Cr\$108 bilhões realizadas pelo Programa Nacional do Alcool (PROÁLCOOL). Estas aplicações propiciaram investimentos em projetos industriais no valor de Cr\$84 bilhões e em projetos rurais de Cr\$24 bilhões. O ritmo de execução do programa traduziu-se em adequada compatibilização entre a produção de álcool e a expansão do mercado consumidor.

Consolidando sua posição de banco social, a Caixa Econômica Federal atuou em programas que objetivaram o atendimento às faixas populacionais de baixa renda, através de financiamento às cooperativas habitacionais e como agente de programas especiais.

Os financiamentos concedidos pelo Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social (FAS), administrado pela Caixa Econômica Federal, desde o seu início até outubro de 1982 atingiram o total de Cr\$49 bilhões. Nesse período, o FAS propiciou a construção de 23.993 salas de aula, 39.975 leitos hospitalares e 4.561 enfermarias. Além disso, beneficiou entidades sindicais na aquisição e construção de 227.807 m<sup>2</sup>.

As aplicações do FAS nos centros sociais urbanos beneficiaram desde 1975 a uma população de cerca de 7 milhões de pessoas. No ano de 1982, de janeiro a novembro foram inaugura-





dos 52 centros sociais urbanos, totalizando 359 unidades em funcionamento no País.

Na área de infra-estrutura habitacional o FAS aprovou 1.143 projetos, no montante de Cr\$15 bilhões, obtendo-se : 256.202 m<sup>2</sup> de calçamento, 35.300 m<sup>2</sup> de asfaltamento, 935.230 m<sup>2</sup> de guias e meios-fios, 1.080.192 m de redes de abastecimento d'água, 404.847 m de redes de esgoto, 3.983.236 metros de drenagem, 392 equipamentos para coleta e tratamento de lixo e 8.214 m<sup>2</sup> de área construída para lavanderias públicas.

O programa de crédito educativo com recursos do FAS, desde seu início em 1976, até setembro de 1982 firmou 641.738 contratos, beneficiando 543.484 estudantes. Estima-se que, até dezembro de 1982, contou com 342 módulos aprovados, no montante de Cr\$0,7 bilhão, beneficiando cerca de 2,7 milhões de pessoas. Naquele período foi aprovada a instalação de 49 unidades no interior do País, no montante de Cr\$164 milhões.

A Caixa Econômica Federal financiou, em apenas 3 (três) meses (agosto - setembro - outubro de 1982), 7.161 táxis no montante superior a Cr\$4 bilhões, de acordo com o Decreto-Lei nº 1.944/82 que estabeleceu condições especiais para aquisição de veículos novos, movidos a álcool, para motoristas de praça. De acordo com esta lei, as operações estão isentas do IPI e ICM, além da concessão de abatimento de 5% pelos fabricantes, o que reduziu o preço de venda do veículo em 45%. O financiamento da CEF atinge até 80% do preço do veículo, com prazo para pagamento de 24 meses. Até dezembro estima-se ter sido atingida a meta de financiar 8.500 táxis, com montante aproximado de Cr\$1,2 bilhões.

A Caixa Econômica Federal, por seu turno, vem destinando apoio crescente a essas empresas, através do PAMICRO e do programa de financiamento ao capital de giro, com aplicações da ordem de Cr\$125 bilhões, beneficiando cerca de 107.122 micros, pequenas e médias empresas no período de 1974 a outubro de 1982.





## POLÍTICA DE MERCADO DE CAPITAIS

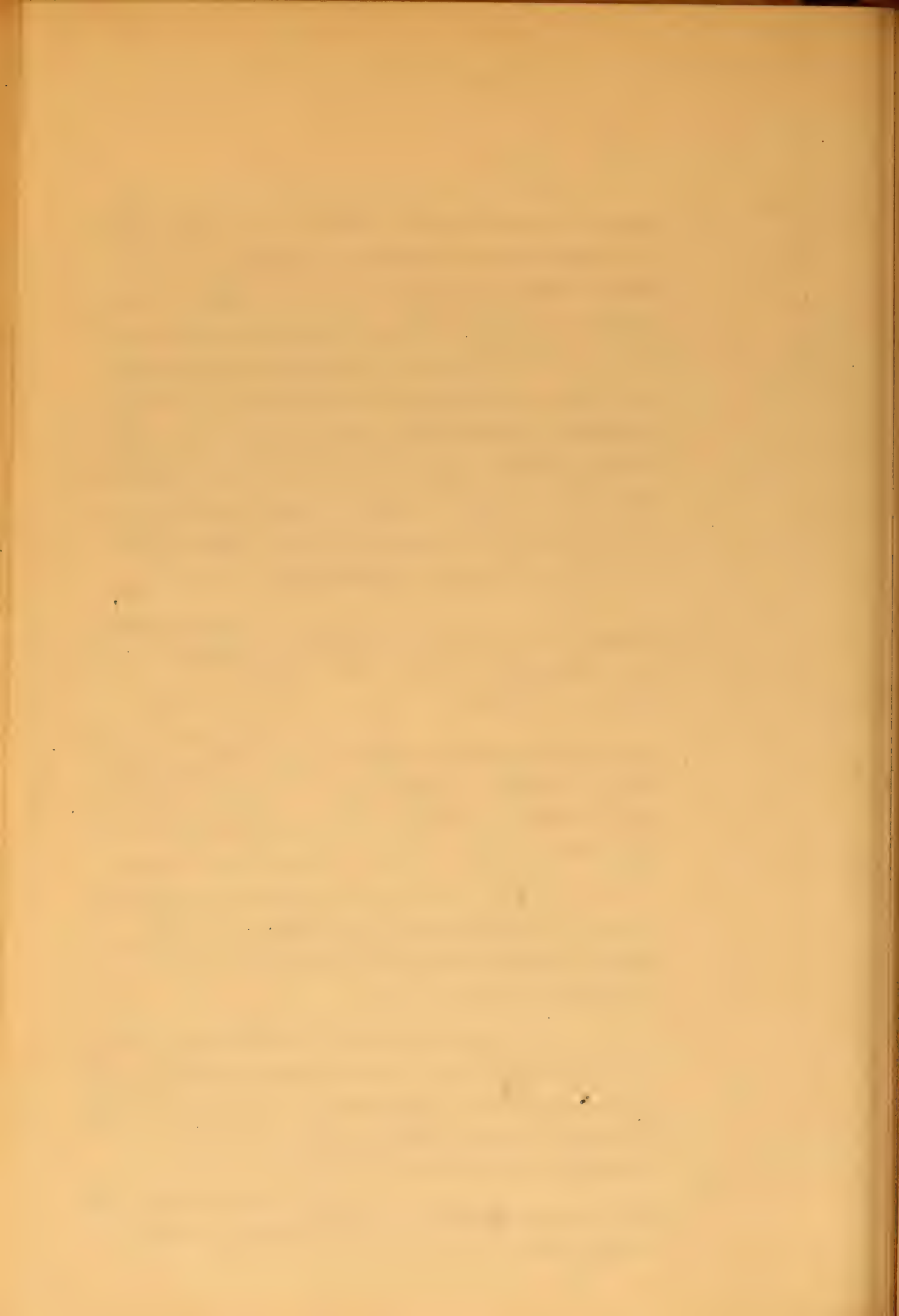
No ano de 1982 foram tomadas diversas medidas visando ao aperfeiçoamento e à ampliação do mercado de títulos públicos federais com vistas a remover distorções derivadas da conjuntura inflacionária e da situação desfavorável das contas externas. Dentre elas destacam-se:

- *disciplinamento dos compromissos de recompra ou compra e de revenda ou venda no mercado secundário de títulos públicos com vistas a adequar aquelas normas ao crescimento do mercado, ampliando o elenco de operações permitidas e o número de instituições participantes;*
- *inclusão dos bancos de desenvolvimento, caixas econômicas estaduais e as cooperativas de crédito entre as instituições autorizadas a efetuar "operações a preços fixos". Anteriormente este tipo de operações só podia ser realizado entre bancos comerciais, bancos de investimento, corretoras e distribuidoras, devidamente habilitadas, ou entre tais instituições e as financeiras ou as sociedades de crédito imobiliário;*
- *inclusão de dispositivos que permitiram às sociedades corretoras e distribuidoras não habilitadas a intermediar "operações a preços fixos", direta e simultaneamente, assumindo compromissos de revenda com as instituições habilitadas a operarem "a preços fixos" no mercado de títulos de renda fixa;*
- *ampliação da participação das letras do tesouro nacional, obrigações reajustáveis do tesouro nacional e títulos da dívida pública dos estados, nas reservas técnicas das entidades de previdência privada, reservas não comprometidas de acordo com os critérios fixados pelo Conselho de Previdência Complementar;*



- criação do "trimestre móvel", acabando com a obrigatoriedade de o depositante de caderneta de poupança efetivar seus depósitos apenas no primeiro dia útil de cada mês para ter assegurado o recebimento dos rendimentos relativos a cada período. A partir de janeiro/83 o depositante irá determinar — por sua livre escolha — a data que lhe torna mais conveniente para realizar os seus depósitos, facilitando, sobremaneira, a administração de seus recursos. Em outra resolução o BACEN instituiu uma modalidade de "poupança progressiva", cujo depósito inicial mínimo é 500 e máximo de 5000 (cinco mil) UPC. Os depósitos mensais deverão ser múltiplos de 100 UPC e os rendimentos serão também progressivos em função dos prazos de permanência dos recursos;
- redução da base de cálculo do imposto de renda incidente sobre a remuneração proveniente das letras de câmbio, com aceite das financeiras;
- determinação para que os rendimentos de títulos de renda fixa e de depósitos a prazo sem emissão de certificado pagos aos Fundos de Condomínio paguem o imposto de renda na fonte, de acordo com a legislação aplicável às pessoas físicas. A medida visa a dar maior flexibilidade às aplicações dos Fundos, uma vez que pela legislação precedente só obtinham isenção do imposto os rendimentos originados de carteira com 60% do patrimônio aplicado em ações ou debêntures conversíveis;
- isenção do imposto de renda para os rendimentos de debêntures de emissão pública e para os dividendos auferidos pelos Fundos, assim como as bonificações e outros interesses distribuídos a pessoas físicas na forma de dinheiro, de reinvestimento ou de valorização de quotas;
- definição como companhia aberta, para fins de imposto de renda, àquela cujas ações sejam negociadas em bolsa ou







*no mercado de balcão, restringindo assim a concorrência. Isso consta do artigo 22, da Lei nº 6.385, de 07/12/67, que dava margem a distorções.*

Do realismo da correção monetária e da descompressão das taxas ativas de juros resultou movimento semelhante nas taxas de captação, favorecendo sobremaneira a colocação de obrigações reajustáveis do tesouro nacional, as emissões de títulos privados e a captação de recursos através de depósitos de poupança. Esses últimos tiveram destaque no ano, transformando-se no principal ativo financeiro.

Recursos da ordem de Cr\$669 bilhões foram carreados para capitalização das empresas, especialmente através da colocação de debêntures. A exemplo do que já ocorrera nos anos de 1980/81, essa modalidade de captação voltou a constituir importante alternativa de financiamento para as empresas.

Em termos de mercado acionário, destacam-se o grande dinamismo com que se expandiu o mercado futuro de ações, responsável, juntamente com o mercado de opções, por aproximadamente 60% do volume de negociações verificadas nas principais Bolsas de Valores do País.

Esse dado, por si só, já é suficiente para justificar a especial atenção dedicada pela Comissão de Valores Mobiliários a esse segmento do mercado de ações. A CVM não apenas tentou resguardar a situação financeira das sociedades corretoras, responsáveis pelo desempenho das Bolsas de Valores, mas também, e principalmente, sanar um dos maiores problemas verificados no mercado futuro — a excessiva concentração de negócios em mãos de determinados comitentes — mediante a fixação de limites operacionais.

Os dados relativos ao mercado secundário de ações revelam um crescimento nominal aproximado de 110% no valor glo-



bal de transações nas Bolsas de Valores, apresentando um total de Cr\$1.031 bilhões de negociações até novembro, contra Cr\$ 490 bilhões até o mesmo mês de 1981.

Com relação ao mercado primário, estimativas existentes demonstram haverem sido carreados para a capitalização das empresas cerca de Cr\$400 bilhões.

No que diz respeito ao aperfeiçoamento da estrutura de mercado de capitais, vale ressaltar, logo no início do ano de 1982, a Resolução CMN nº 723, originada de proposta conjunta CVM/BACEN. Essa resolução se constituiu em importante passo para o desenvolvimento do mercado de valores mobiliários na medida em que ofereceu melhores condições para o ingresso de sociedades corretoras de outras praças aos pregões das Bolsas de Valores, através da dispensa, dentro de determinadas condições, da obrigatoriedade de aquisição de título patrimonial.

Em agosto de 1982, dado o crescente interesse pelas debêntures, que ameaçava sua descaracterização como um mero instrumento de empréstimo financeiro, o Conselho Monetário Nacional (CMN), sujeitou à prévia anuência da CVM as emissões de debêntures, por qualquer companhia, além de permitir o exame das características de cada emissão, tornou possível o seu eficaz controle estatístico, ensejando ainda a correta identificação do uso daquele título como alternativa válida de financiamento das empresas.

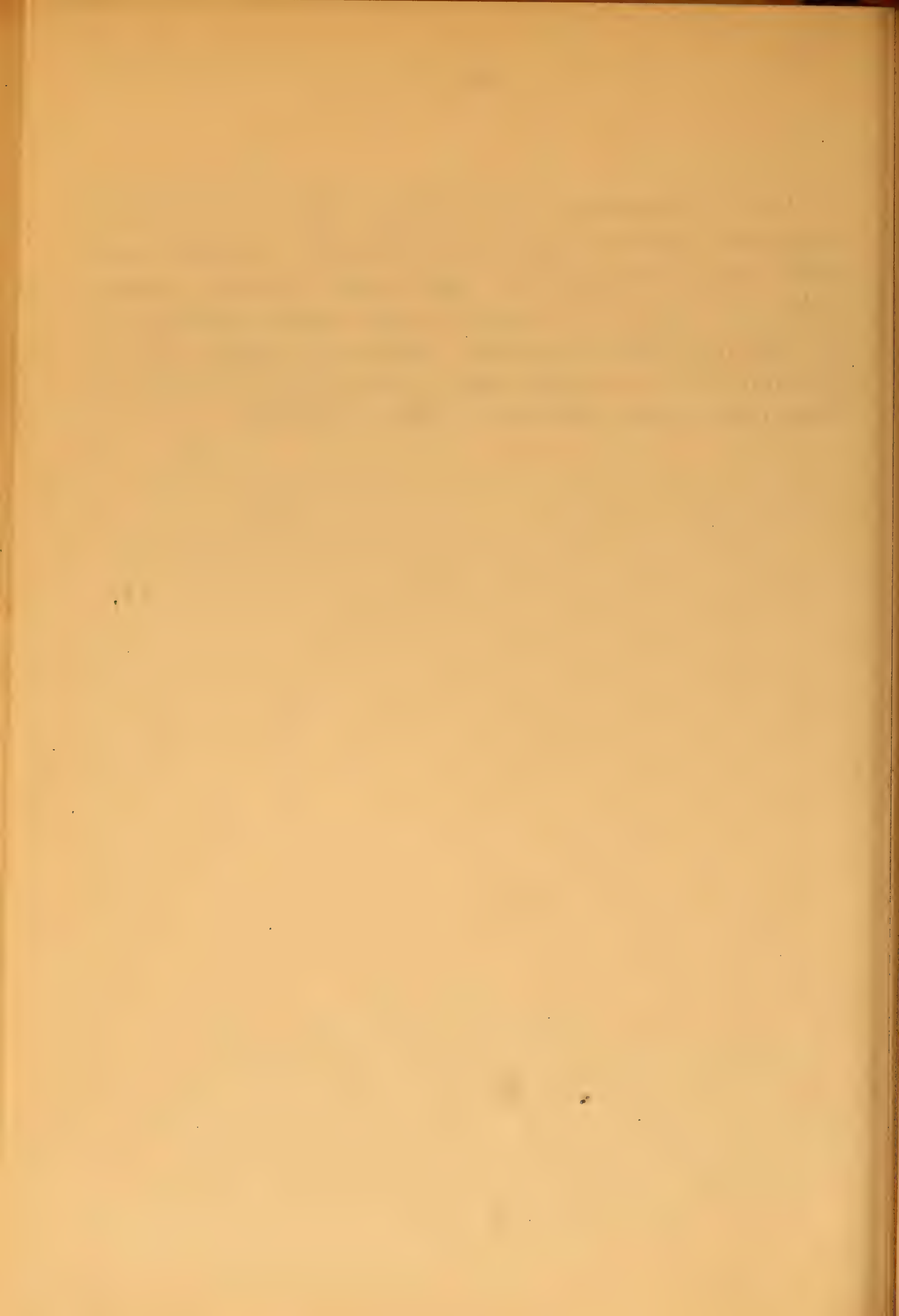
O final do ano trouxe ainda, como já se salientou anteriormente, importantes medidas favoráveis ao mercado de ações. Na primeira delas foi determinado que os rendimentos pagos pelas Sociedades de Investimento — criadas pelo Decreto-lei nº 1.401, com a finalidade de captar capitais externos para aplicação no mercado brasileiro de ações — tivessem seu tratamento fiscal modificado com o intuito de tornar mais eficaz aquele instrumento de captação de poupança externa de risco.





Finalmente, o Decreto-lei nº 1.994, de 29/12/82 veio criar novos incentivos à capitalização das empresas privadas nacionais ao instituir, dentro de certos limites, um crédito financeiro às pessoas jurídicas que, domiciliadas no Brasil, aumentem seu capital social com o ingresso de novos recursos financeiros, ou ainda, até a data de 31/12/83, convertam em capital social o principal ou juros de empréstimos diretos em moeda estrangeira ou financiamentos para importação de bens ou serviços.





## POLÍTICA DE SEGUROS

O fortalecimento do setor de seguros constitui preocupação constante do Governo, mormente em uma conjuntura em que a crise gerada no exterior se reflete de forma aguda na economia nacional.

Com efeito, a política de seguros executada em 1982 elegeu como prioridade a neutralização dos efeitos perversos provocados pelas tensões inflacionárias sobre o desempenho do mercado segurador nacional.

Dentro do quadro atual, pode-se afirmar que esse objetivo foi alcançado uma vez que, apesar dos óbices enfrentados a atividade apresentou resultados satisfatórios, superiores, mesmo, aos do biênio anterior. Assim é que o faturamento de prêmios ascendeu, aproximadamente, a Cr\$433 bilhões, acusando um incremento de 98,6% sobre o ano anterior.

Vale assinalar que os seguros de maior significado social, como o seguro de vida e de acidentes pessoais, tiveram desempenho ainda mais relevante, apresentando taxas de expansão de 106% e 102%, respectivamente. O seguro-saúde, de implantação, mais recente, cresceu 295%.

Quanto ao desempenho das sociedades seguradoras verifica-se que o patrimônio líquido e as provisões técnicas — indicadores relevantes do grau de solvência dessas instituições — continuaram mantendo boa progressão, alcançando, em conjunto, cerca de Cr\$528 bilhões, montante equivalente a 122% da receita gerada pelas operações de seguros, contra 107% em 1981.

O Instituto de Resseguros do Brasil-IRB somou Cr\$167,2 bilhões de aplicações ao final de 1982, influenciando no aumento da capacidade de inversão do sistema segurador, que alcançou o montante de Cr\$700 bilhões de aplicações.



Tais valores, além de espelharem o grau de solidez desse seguimento do mercado financeiro, mostram a crescente importância de que se reveste, em virtude de sua elevada capacidade de captação de poupança e investimento em proveito do desenvolvimento do País.

Sob o aspecto normativo, vale ressaltar o trabalho desenvolvido pelo Conselho Nacional de Seguros Privados-CNSP, que em 1982, baixou diversas instruções voltadas para o aperfeiçoamento tanto das atividades ligadas à área de seguros, como da previdência privada aberta, cujo sistema já se encontra quase totalmente ajustado aos ditames da Lei nº 6.435/77.

O Instituto de Resseguros do Brasil, cujo capital foi elevado de Cr\$12 bilhões para Cr\$25 bilhões, mediante aproveitamento de reservas, continuou exercendo sua função de órgão regulador do mercado, atuando no sentido de otimizar a retenção de negócios dentro do País, gerando receita da ordem de Cr\$105,1 bilhões em prêmios de resseguros. Isto representou um incremento de 92,9% sobre o ano anterior. Desse montante, Cr\$45,1 bilhões retornaram ao mercado sob a forma de retrocessão. Cr\$ 40,5 bilhões corresponderam a retenções efetuadas pelo próprio IRB e apenas Cr\$19,5 bilhões corresponderam aos prêmios de riscos transferidos ao mercado internacional, através de resseguros passivos, destinados a cobrir excedentes da capacidade de retenção do mercado interno.

No que concerne à captação externa de negócios, a persistência de resultados desfavoráveis obtidos pelo escritório mantido pelo IRB em Londres levou aquele Instituto a adotar uma política de gradativa e substancial redução de seus negócios no exterior, até que, em meados de dezembro de 1982, foi suspenso o fluxo de novas operações. Isso permitirá fôlego para uma reavaliação de mercado internacional de resseguros, bem como o prosseguimento de estudos de viabilidade e conveniência da implantação em Londres de empresas controladas por capitais brasileiros, a exemplo do que já ocorre em relação a Nova York.







## COMÉRCIO EXTERIOR E BALANÇO DE PAGAMENTOS

Registrou-se em 1982, como nos dois anos anteriores, desempenho fraco da economia mundial e por consequência, estagnação do comércio internacional.

A crise atual, desencadeada a partir da segunda elevação acentuada do preço do petróleo, tem sido o resultado das políticas de estabilização adotadas pelos países industrializados. A exemplo do ocorrido após o primeiro choque do petróleo, estes países adotaram políticas restritivas no intuito de contrabalançar os efeitos adversos da deterioração de suas balanças comerciais e das pressões inflacionárias.

O relativo sucesso na luta antiinflacionária, observado em 1982, só foi possível à custa de contenção econômica e de generalizado desemprego. De fato, enquanto a taxa média anual de crescimento do produto interno bruto dos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico-OCDE se situou em 4,2%, entre 1976 e 1979, caiu para 1,3% no biênio 1980-81, estagnando-se em apenas 0,1% em 1982. Paralelamente, a taxa média de desemprego, que no quinquênio 1976-79 se situava em torno de 5,2%, elevou-se para 6,1% no biênio 1980-81, e para 8,5%, em média, em 1982. Existem atualmente 30 milhões de desempregados naqueles países, número esse que pode atingir 35 milhões ao final de 1983.

Por outro lado, na busca do reequilíbrio de suas contas externas, os países industrializados passaram a adotar práticas protecionistas que provocaram queda sensível da demanda mundial e consequente estagnação do comércio internacional. O sucesso de tais medidas refletiu-se no agravamento dos problemas para os países em desenvolvimento, que tiveram de arcar com o ônus inicial dos aumentos dos preços do petróleo e, a seguir, com a

THE HISTORY OF THE

... of the ...

... of the ...

... of the ...

... of the ...

... of the ...

drástica redução dos preços de suas mercadorias exportadas em contraposição aos aumentos dos preços de suas importações essenciais.

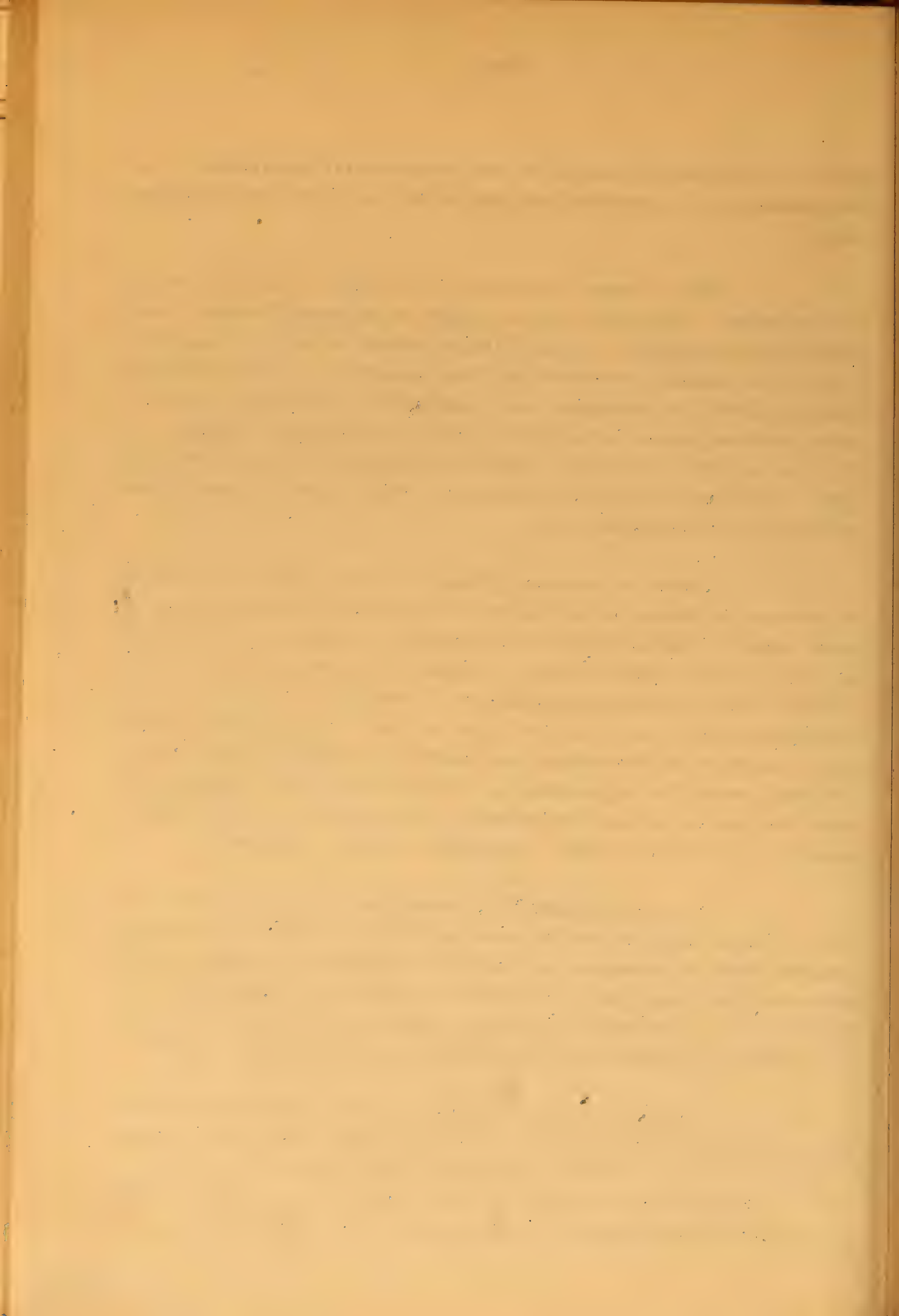
Desta forma, os preços dos produtos básicos (excusive petróleo) exportados pelos países em desenvolvimento, sofreram uma redução de 6,5% no biênio 1980-81 e de 15,0% em 1982. A partir do segundo semestre de 1980, observou-se uma contínua e drástica queda das cotações das "commodities" em geral nos mercados internacionais cujo índice, depois de atingir o nível de 143,7 em novembro de 1980, reduziu-se para 108,5 em novembro de 1981, caindo para 93,3 em novembro de 1982. A perda acumulada no período foi da ordem de 35,0%.

Embora o fenômeno possa, em parte, ser explicado pelo excesso de oferta de mercadorias, a maior responsabilidade da queda cabe à própria política de combate à inflação pela contração da liquidez internacional. A queda da demanda resultante da recessão mundial agiu paralelamente à redução de liquidez e à conseqüente alta das taxas de juros no sentido de reduzir os preços e quantidades demandadas dos produtos primários nos mercados internacionais. Em conseqüência, a deterioração das relações de troca dos países em desenvolvimento, que antes era um fenômeno esporádico, vem se agravando, assumindo caráter permanente.

A este conjunto de circunstâncias desfavoráveis vieram se juntar dois outros fatores de efeitos diretos bem mais negativos para as economias em desenvolvimento. De um lado, a alta acentuada das taxas de juros reais nos mercados financeiros internacionais e, de outro, a redução absoluta dos fluxos de capitais para as economias em desenvolvimento, notadamente em 1982.

Com efeito, as taxas básicas de juros praticadas nos mercados financeiros internacionais sofreram substancial elevação a partir do final de 1979, atingindo níveis recordes ao longo de 1981 e situando-se em níveis bem mais elevados que a taxa média de inflação desses países, especialmente dos Estados Unidos. Em





1982, muito embora as taxas de juros nominais tenham se reduzido em média 3 pontos percentuais em relação às de 1981, a taxa de juros real continuou praticamente no mesmo nível (aproximadamente 6,%) dada a redução de igual magnitude observada na taxa de inflação. Levando-se em conta a queda dos preços dos produtos exportados neste período a taxa real de juros atinge valores ainda maiores.

Esta situação veio prejudicar ainda mais o equilíbrio do balanço de pagamentos dos países em desenvolvimento, da dos os crescentes dispêndios com o atendimento dos encargos de suas dívidas externas.

Obviamente, numa primeira tentativa para resolver seus desequilíbrios externos, esses países passaram a concentrar esforços nas exportações, sacrificando outras prioridades. Este esforço, no entanto, apenas aliviou momentaneamente a situação precária de seus balanços de pagamentos, mas longe esteve de so lucioná-la. A adoção de medidas paralelas, como o controle das importações, gerou um círculo vicioso de protecionismo, sempre seguido de represálias da parte dos países industrializados. Is so só fez agravar o problema pelo enfraquecimento do comércio in ternacional. Neste contexto, o equilíbrio do balanço de pagamen tos, na maioria dos casos, apenas foi possível através de maior endividamento.

Se o ajustamento pelo endividamento obteve relativo sucesso após o primeiro choque do petróleo (1974-76), dada a abundância de recursos financeiros, a custos relativamente baixos, o mesmo não se pode dizer da crise atual.

De fato, o prolongamento inesperado da recessão nos Estados Unidos e na Europa Ocidental tem provocado nestes países uma forte demanda por crédito para complementar os baixos fluxos de caixa decorrentes da continuada redução das vendas e para financiar os déficits do setor público. Como esta demanda por cré-





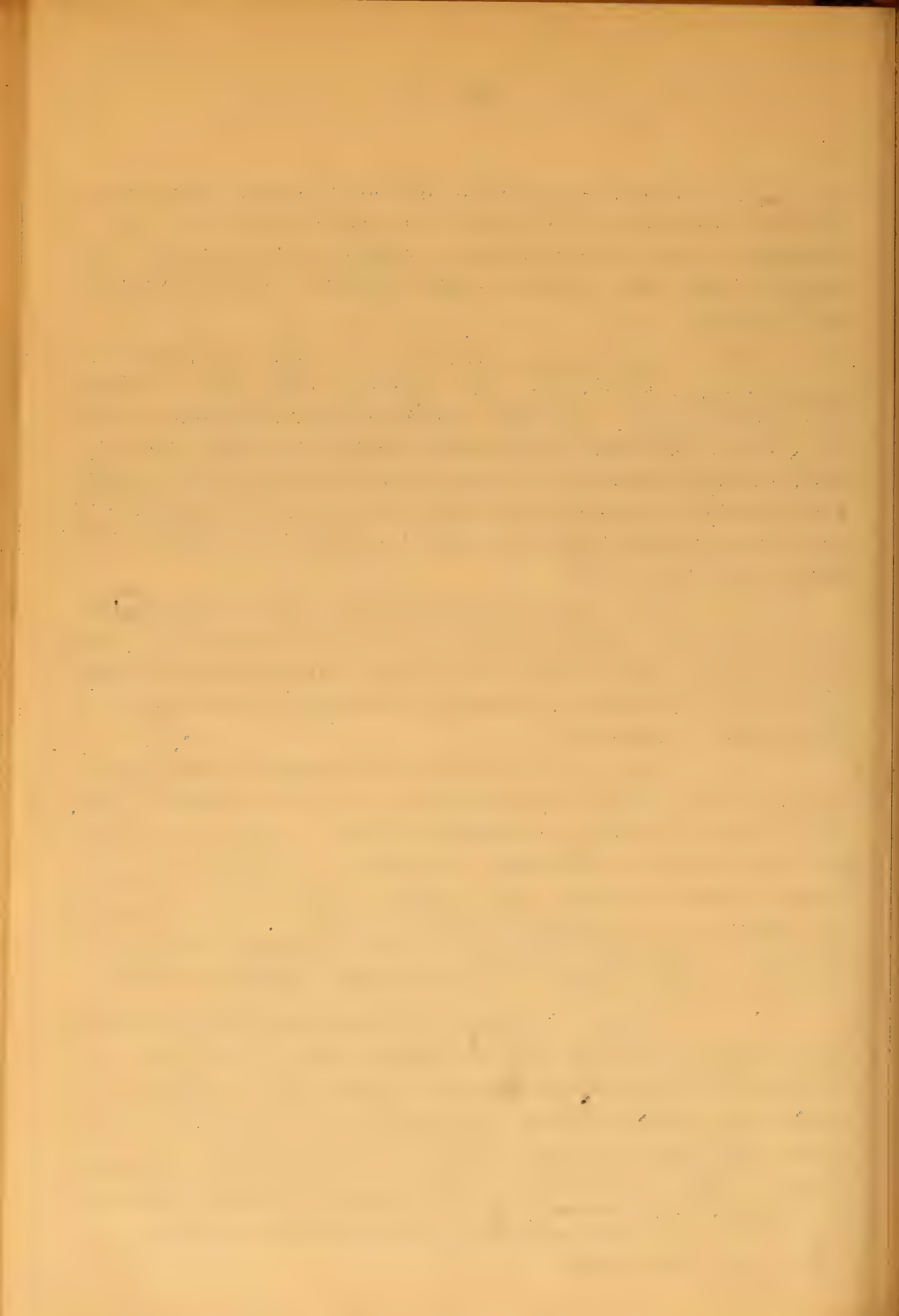
dito vem coincidindo com políticas antiinflacionárias centradas em restrições monetárias, o resultado, facilmente previsível, foi o surgimento de uma crise de liquidez internacional que manteve as taxas de juros reais em níveis excepcionalmente elevados nos últimos três anos.

Para agravar ainda mais a situação dos países em desenvolvimento, observou-se, já a partir de 1981, forte redução do fluxo de capitais dos países industrializados. Enquanto em 1980 estes fluxos cresceram 10,0% em valor nominal, em 1981 o fluxo líquido aumentou apenas 2,0%, reduzindo-se em valor absoluto em 1982. Esta redução foi especialmente severa para os países da América Latina, cuja captação líquida de capitais, segundo se estima, reduziu-se em cerca de 35,0%.

A contração dos fluxos de capitais é explicada, não só pela menor disponibilidade de recursos financeiros, mas principalmente pela relutância dos bancos privados em aumentar seus empréstimos aos países já altamente endividados e com receitas de exportação se reduzindo.

Ocorre, no entanto, que a redução do valor das exportações dos países em desenvolvimento deveu-se unicamente à queda de preços verificada no período de 1980-82, já que o volume cresceu cerca de 16,0% no período. Ironicamente, o esforço para compensar a queda de preços — via aumento de exportações — produziu um excesso de oferta de produtos básicos diante da incapacidade de absorção de novas importações pelos países industrializados em recessão — o que, por sua vez, provocou novas reduções de preços.

Assim, o tratamento da crise atual difere bastante do ocorrido na crise de 1974-76, quando o fluxo de capitais para os países em desenvolvimento cresceu bem mais que o volume de suas exportações, possibilitando a estes países superar a crise sem reduções drásticas do ritmo de suas atividades econômicas. Ao usar como indicador da capacidade de pagamento o valor das exportações nas circunstâncias anormais atuais, o sistema bancário internacional só concorreu para exacerbar os desequilíbrios externos dos países mais endividados.





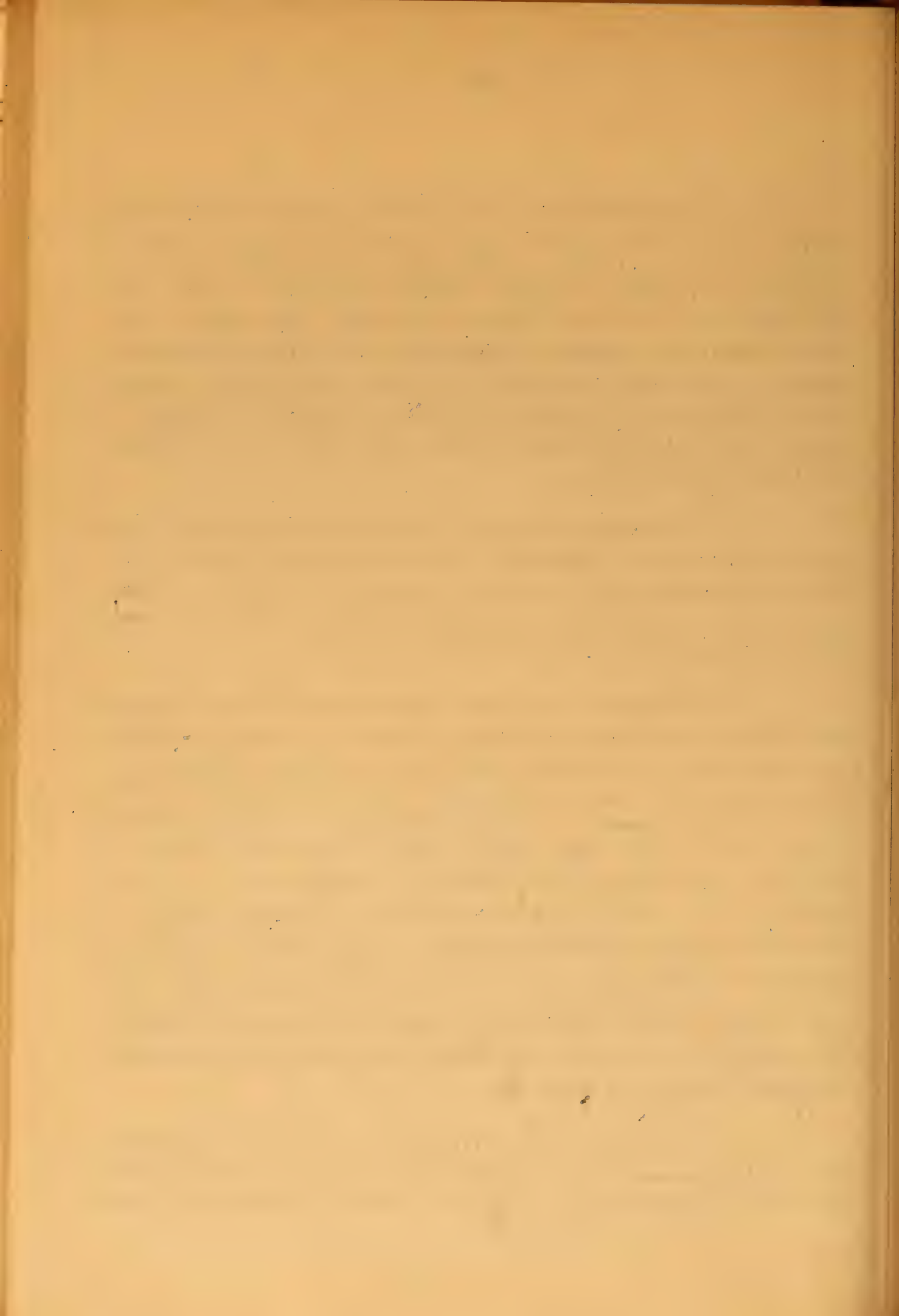
Já em meados de 1982 podia-se observar todas as condições de um círculo vicioso que fatalmente conduziria, como conduziu, à crise de liquidez internacional. Em primeiro lugar, pela acentuada redução da demanda do resto do mundo — tanto pela recessão como pelo protecionismo generalizado, que impedia a absorção de maiores volumes de exportações dos países em desenvolvimento e provocava redução de seus preços. Em seguida, pelo crescimento substancial dos serviços da dívida, dadas as elevadas taxas de juros internacionais. Por fim, pela forte desaceleração dos fluxos de capitais.

O círculo vicioso da crise de liquidez teve o seu desfecho em setembro, quando os países da América Latina se viram na contingência de atrasar seus pagamentos externos. Este fato acarretou a paralisação quase total do fornecimento de novos empréstimos por parte das entidades financeiras.

Na esteira da crise, vários outros países se viram compelidos a solicitar assistência financeira do Fundo Monetário Internacional e sua intermediação junto aos bancos privados internacionais para o restabelecimento das linhas normais de crédito. Isto ocorreu mesmo no caso de países que, até aquele momento, vinham administrando com relativo sucesso seus desequilíbrios. A perda do grau de manobra dos países e o desdobramento da crise foi inevitável: se o valor de suas exportações se reduziu devido à recessão dos países industrializados e se os fluxos de capital se estancaram porque caiu o valor das exportações e se, ainda, como é o caso, o ajustamento não foi possível a curto prazo pela simples redução de suas importações, apenas lhes restou a alternativa de negociação de novas modalidades de crédito e de pagamento da dívida externa vincenda.

Este cenário de crise mundial afetou particularmente o Brasil em meados de setembro, após a reunião anual do Fundo Monetário Internacional e a crise do México. Registrou-se então



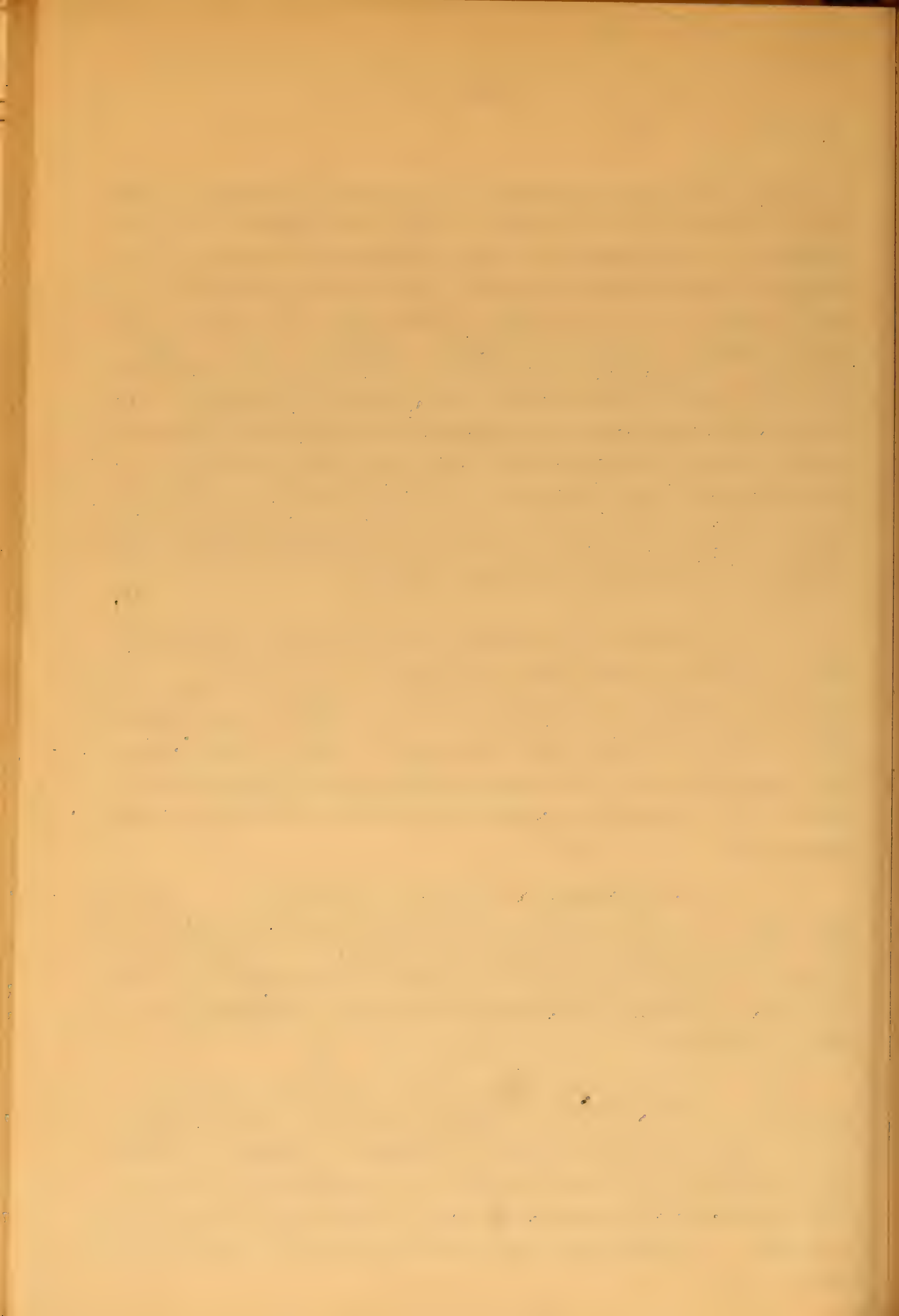


a virtual paralização dos fluxos de empréstimos ao Brasil, assim como aos demais países da América Latina. Mantivemos inalterado, no entanto, o cumprimento de nossas obrigações externas, do que resultou rápida redução de nossas reservas internacionais. Os ativos totais do país em moeda estrangeira se situaram em cerca de Cr\$4 bilhões ao final de setembro, enquanto os ativos líquidos, após a dedução das obrigações de curto prazo, se reduziram, para pouco mais de US\$1 bilhão. Com o intuito de estancar esse processo providenciou-se imediatamente a substituição transitória da captação de recursos de longo prazo por operações de curto prazo, até que os mercados se normalizassem. Ao mesmo tempo procurou-se acelerar, de forma voluntária, o processo de ajustamento e promover a elaboração de uma estratégia de médio prazo voltada ao reequilíbrio das contas externas.

Assim, foram obtidos junto aos bancos estrangeiros, US\$2,0 bilhões em empréstimos denominados "bridge loans". O tesouro norte-americano forneceu recursos no montante de US\$1,5 bilhão, em antecipação aos provenientes do Fundo Monetário Internacional. O F.M.I. liberou US\$ 0,5 bilhão da linha de financiamento compensatório, e com o Banco de Compensações Internacionais - (B.I.S.) foi acordado um empréstimo de US\$1,2 bilhão para liberação em 1983.

Posteriormente, em início de dezembro, o Governo apresentou ao Fundo Monetário Internacional sua estratégia econômica. Esse programa propiciará, a curto prazo, a redução do déficit em transações correntes e do ritmo inflacionário e, a médio prazo, promoverá a retomada do crescimento econômico em bases mais sólidas.

Como parte deste programa, o governo brasileiro solicitou acesso aos recursos financeiros do FMI no valor equivalente a 450% da quota do Brasil, ao amparo da primeira "tranche" de crédito e de um acordo ampliado por um período de três anos, além do empréstimo compensatório para quedas nas receitas de exportações e de empréstimos para financiamento de estoques reguladores.

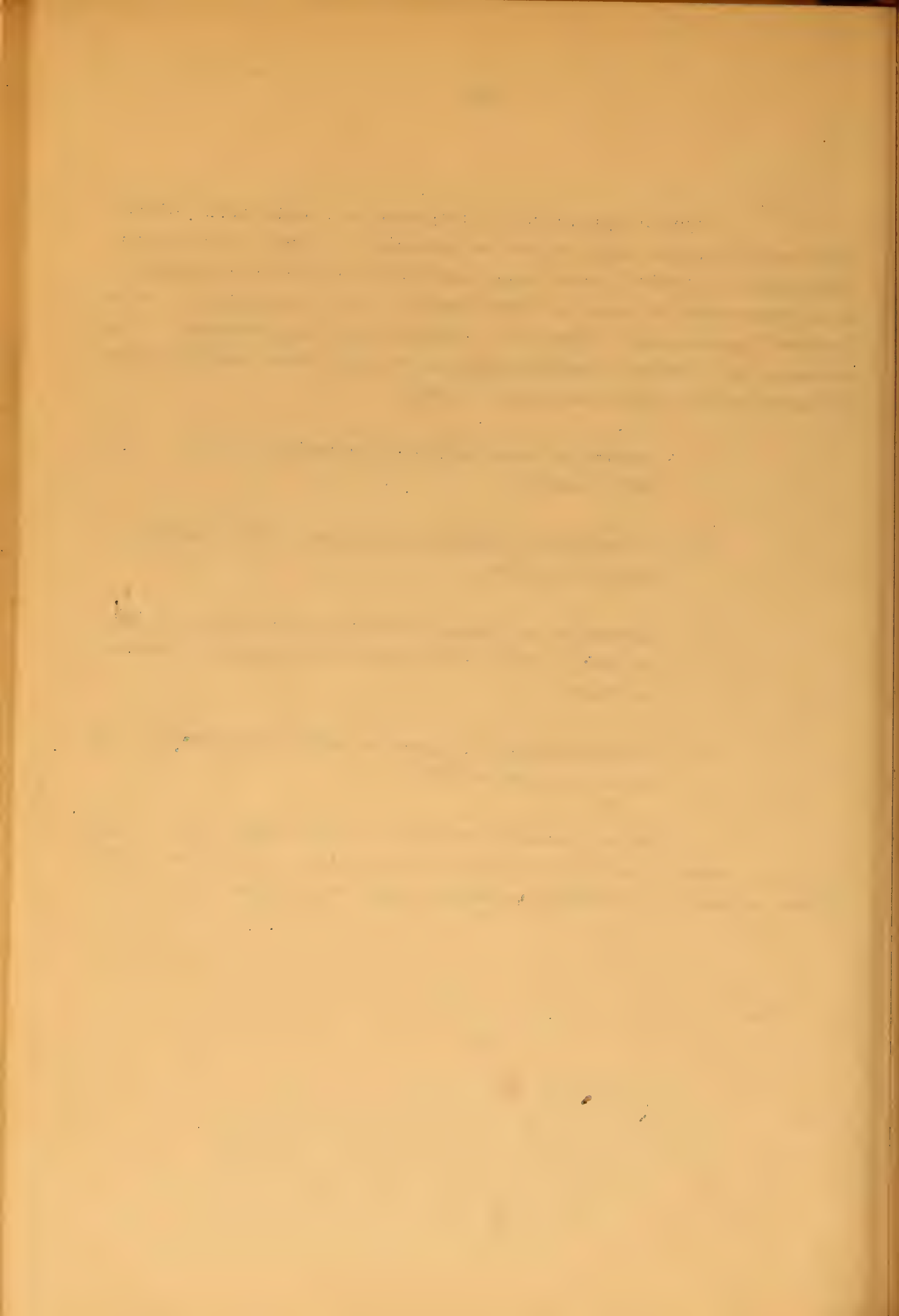


Após a aprovação do programa de ajuste pela missão técnica do FMI que aqui esteve em dezembro, da qual resultou posteriormente o envio a esse organismo de uma Carta de Intenções e de um Memorando Técnico de Entendimentos, foi apresentado pelo governo à comunidade financeira internacional uma proposta de retomada dos fluxos de empréstimos ao Brasil. Essa proposição compreendeu quatro pontos básicos, a saber:

- 1 - obtenção de novos empréstimos em moeda, no valor de US\$4,4 bilhões;
- 2 - renovação dos empréstimos, no valor de US\$4,0 bilhões, vencíveis em 1983;
- 3 - manutenção das linhas de crédito de curto prazo, no valor de US\$8,8 bilhões, relacionadas com operações de comércio exterior;
- 4 - restabelecimento de linhas de crédito interbancário aos níveis de junho de 1982.

As reações favoráveis sentidas imediatamente após a apresentação dessa proposta permitiram consolidar a certeza da viabilidade de nossa estratégia econômica para os próximos anos.





## OS RESULTADOS DA BALANÇA COMERCIAL

As exportações globais totalizaram US\$20,2 bilhões em 1982, enquanto as importações atingiram US\$19,4 bilhões, com decréscimos de 13,4% e 12,2%, respectivamente, em relação aos resultados obtidos em 1981. O saldo da balança comercial em 1982 foi portanto de US\$775 milhões, expressivo se considerarmos o cenário de declínio dos preços internacionais de nossos produtos, o aumento das práticas protecionistas, as dificuldades vividas por importantes parceiros comerciais e a valorização do dólar norte-americano em relação às demais moedas conversíveis.

Os resultados do período janeiro a outubro de 1982, confrontados com os de idêntico período de 1981, destacaram a evolução favorável dos saldos comerciais com os Estados Unidos (US\$833 milhões em 1982 contra US\$262 milhões em 1981), Japão (US\$309 milhões em 1982 contra US\$19 milhões em 1981) e com países da Comunidade Econômica Européia (US\$2,63 bilhões em 1982 contra US\$2,38 bilhões, em 1981).

Contrapôs-se a esses resultados positivos, contudo, a brusca deterioração das relações comerciais com os países da América Latina (déficit de US\$360 milhões em 1982 contra superávit de US\$863 milhões em 1981) e da Europa Oriental (superávit de US\$545 milhões em 1982 contra US\$1,25 bilhão em 1981), precisamente as áreas com maiores dificuldades em suas contas externas.



## EXPORTAÇÕES

No período de janeiro a novembro de 1982, a composição das exportações foi semelhante à de idêntico período de 1981. A participação dos produtos básicos no total exportado aumentou ligeiramente (40,9% em 1982; 39,1% em 1981) enquanto os produtos industrializados perderam posição relativa (57,8% em 1982; 59,9% em 1981).

Na categoria de produtos básicos, o maior valor coube às vendas de café em grão (US\$1,65 bilhões); seguindo-se, no rol dos principais produtos, o minério de ferro (US\$1,62 bilhões), o farelo de soja (US\$1,54 bilhões) e o fumo em folhas (US\$440 milhões).

Os produtos de maior destaque no conjunto de manufaturados foram: material de transporte (US\$1,53 bilhões); caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos (US\$1,09 bilhão); produtos siderúrgicos manufaturados (US\$726 milhões); e suco de laranja (US\$507 milhões). No grupo dos semimanufaturados, destacaram-se: pasta química de madeira (US\$244 milhões), óleo de soja em bruto (US\$216 milhões) e manteiga de cacau (US\$113 milhões), dentre os principais.

Conquanto os preços de nossas exportações em 1982 tenham, como regra geral, evoluído desfavoravelmente, vale citar os prejuízos acarretados pela queda dos preços dos açúcares demerara, cristal e refinado (inferiores em 40,5%, 52,1% e 49,3%, respectivamente, aos preços médios do ano de 1981) e farelo de soja (preço médio em 1982 inferior em 13% ao de 1981).





Alguns produtos, não obstante a conjuntura desfavorável, se beneficiaram de acentuado crescimento relativo, a exemplo das chapas de ferro ou de aço (exportações de US\$328 milhões, superiores em 79,5% às de 1981) e dos óleos combustíveis de petróleo (vendas de US\$ 495 milhões, superiores em 67,1% às de 1981).

Quanto às medidas adotadas para incentivar as exportações, vale mencionar as seguintes:

- manutenção até 30.04.85 da alíquota de 11% do crédito prêmio do IPI às exportações (Portaria MF nº 252, de 29 de novembro de 1982);
- extensão do incentivo do crédito do IPI às empresas nacionais exportadoras de serviços (Portaria MF nº 195, de 10 de setembro de 1982);
- redução nas tarifas de energia elétrica excedente para o aumento da produção industrial destinada à exportação (Portaria DNAEE nº 107, de 22 de novembro de 1982);
- elevação substancial dos créditos destinados à exportação.



## IMPORTAÇÕES

A redução das compras do exterior, inferiores em US\$2,7 bilhões às verificadas em 1981, resultou não só dos efeitos de crise mundial sobre o nível de atividade de alguns segmentos da economia, como também das medidas de contenção adotadas pelo governo em função do agravamento da crise. Influem também neste resultado os frutos de programas de substituição de importações, além do aumento da produção nacional de petróleo e dos programas de substituição e racionalização de energia. A redução absoluta de gasto mais significativa, no período janeiro/novembro de 1982, foi a relativa às importações de petróleo, inferiores em US\$1,04 bilhão às de 1981. Seguiram-se as diminuições nas compras de "caldeiras, máquinas; aparelhos mecânicos" (menos US\$524 milhões), "de ferro fundido e aço e suas manufaturas" (menos US\$264 milhões) e "cereais" (menos US\$227 milhões).

A importação de petróleo continuou respondendo pela maior parcela dos dispêndios. Com um montante de US\$9,6 bilhões em 1982, representou 49,3% do total das compras do exterior. Seguiram-se, no período de janeiro a novembro de 1982, as importações de bens de capital (US\$2,6 bilhões), de produtos químicos orgânicos e inorgânicos (US\$916 milhões), e de cereais (US\$781 milhões), dentre os itens mais representativos.

Entre as principais medidas adotadas em 1982 para conter e selecionar as importações, destacam-se as seguintes:

*fixação dos gastos externos do setor público direto no mesmo nível do ano anterior, à exceção das importações do setor de informática e da Zona Franca de Manaus, que tiveram seus limites ampliados em relação ao exercício anterior;*





- manutenção do imposto sobre operações financeiras nas importações de bens e serviços;
- elevação dos prazos mínimos para pagamento de importações de máquinas, equipamentos, veículos, navios, embarcações e aviões (Resolução nº 767, de 06.10.82, do Banco Central);
- redução em 18% dos limites globais das importações diretas das empresas públicas;
- redução em 15% das importações constantes dos projetos aprovados pelo Conselho de Desenvolvimento Industrial-CDI, pela Comissão de Coordenação de Transporte Aéreo Civil-COTAC e pela Secretaria Especial de Informática-SEI;
- limitação das importações de petróleo em 750.000 barris/dia.

O aumento acentuado do dispêndio líquido de juros, face à persistência de taxas elevadas nos mercados financeiros internacionais, constituiu o principal fator determinante do aumento do déficit de transações correntes em 1982.

O déficit da conta "serviços" se elevou a US\$15,3 bilhões contra US\$13,1 bilhões verificado em 1981, porém as despesas de juros (US\$10,8 bilhões em 1982 contra US\$9,2 bilhões em 1981) responderam por quase todo o acréscimo.

Em consequência do déficit de "serviços", o déficit em transações correntes foi de US\$ 14,5 bilhões.

O ingresso líquido de capitais foi de cerca de US\$6,0 bilhões. Não sendo suficiente para cobrir o déficit em transações correntes, acarretou perda de reservas internacionais de aproximadamente US\$3,5 bilhões.



## POLÍTICA CAMBIAL E ENDIVIDAMENTO EXTERNO

A política cambial em 1982 contribuiu decisivamente para o saldo da balança comercial, fazendo com que o Brasil tenha sido um dos poucos países não-exportadores de petróleo a obter tal resultado.

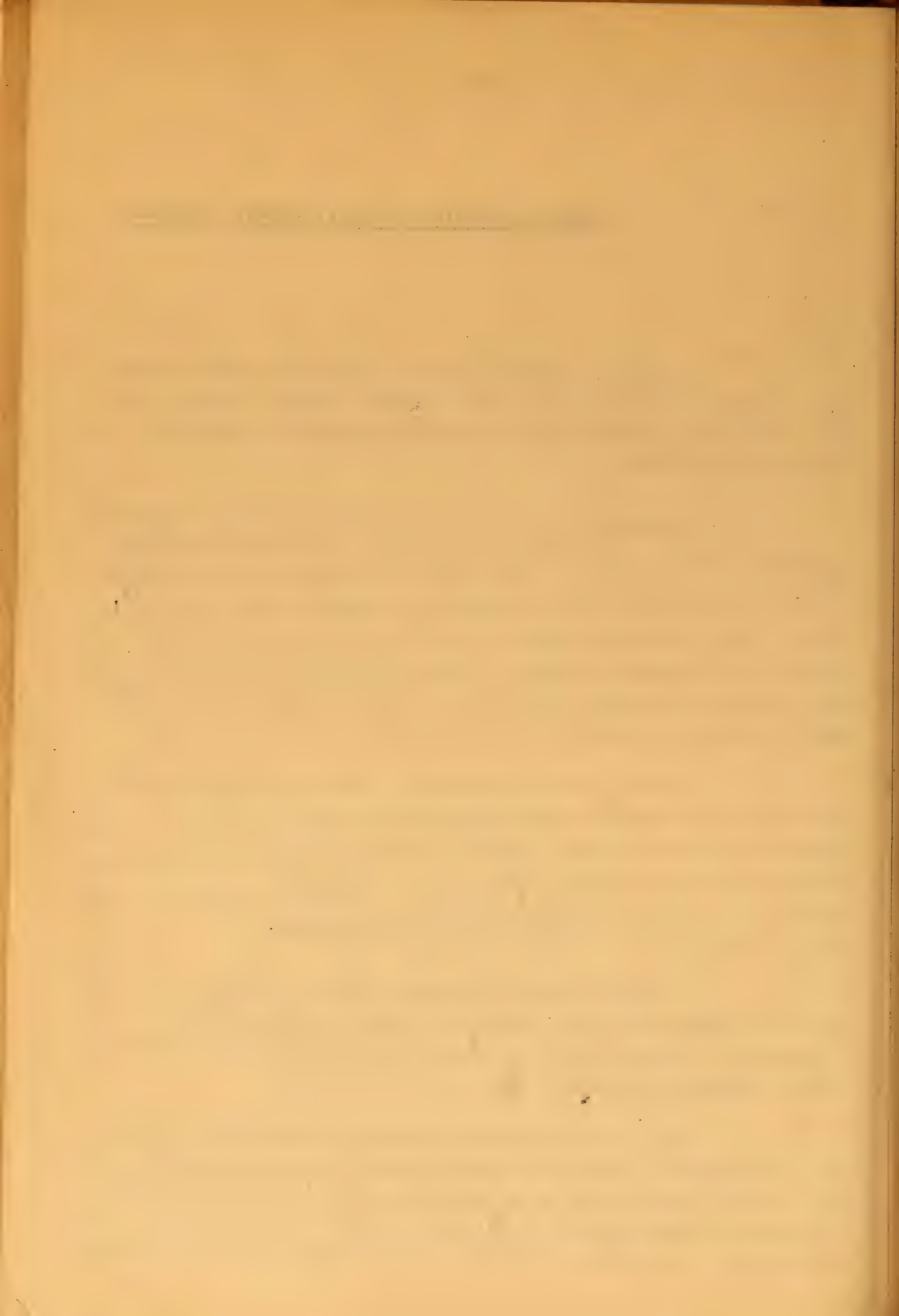
As desvalorizações foram aceleradas sem se descontar a inflação externa, de modo a beneficiar o exportador com aumentos reais de remuneração. Até o final de dezembro foram efetivadas 39 desvalorizações do cruzeiro em relação ao dólar norte-americano, a um intervalo médio de 9,3 dias, com taxa acumulada média de 1,76% em cada reajuste. A desvalorização acumulada no ano foi idêntica à variação dos preços internos medidos pelo índice geral de preços (disponibilidade interna): 97,7%.

É de se notar, entretanto, que os efeitos favoráveis dessa política foram em parte prejudicados pela valorização do dólar norte-americano em relação às moedas européias e japonesas, tendo o governo procurado compensar os exportadores brasileiros com a permanência dos incentivos fiscais e com maior expansão dos fluxos de financiamento a taxas de juros subsidiadas.

A dívida externa líquida de médio e longo prazo atingiu, em setembro de 1982, US\$66.883 milhões, apresentando um crescimento de 8,8% em relação ao final de 1981 (9,7%, de dezembro de 1980 a setembro de 1981).

Quanto à composição da dívida, verificou-se novamente uma acentuada elevação da participação dos empréstimos em moeda, (77,0% contra 73,2% em dezembro de 1981), com especial destaque para os empréstimos contratados através da Resolução nº 63, cujo saldo, em setembro de 1982, passou a representar 24,1% da dí





vída total (21,9% em dezembro de 1981). Com relação aos financiamentos de importação, componentes da dívida com parcela elevada de outras moedas que não o dólar norte-americano, a posição em setembro (US\$12,4 bilhões) foi inferior à verificada em dezembro de 1981 (US\$12,9 bilhões). Este fato é explicado pela valorização do dólar, resultando na redução do saldo estabelecido nesta moeda quando calculado à taxa cambial da data da posição.

Os depósitos voluntários registrados em moeda estrangeira no Banco Central, amparados pela Resolução nº 432, de 23 de junho de 1967 e Circular nº 230, de 29 de agosto de 1974, tiveram sua livre movimentação praticamente reestabelecida pela Resolução nº 741, de 16/06/82, para os casos dos empréstimos externos obtidos através da Lei nº 4.131, junto ao Banco Central a partir daquela data.

No que se refere especialmente aos empréstimos externos contratados através da Resolução nº 63, foram introduzidas algumas modificações em sua sistemática visando a estimular o repasse desses recursos internamente e, conseqüentemente, a contratação externa de novos empréstimos. A redução dos prazos mínimos nas operações internas de repasse, de 180 para 90 dias, foi estabelecida pela Resolução nº 710, de 04/12/82. A Circular nº 700, de 09/06/82, adicionalmente, permitiu a cobrança de encargos prefixados nas operações internas de repasse, exclusivamente quando realizados no prazo de 90 dias, devendo essas operações serem dirigidas, preferencialmente, a pequenas e médias empresas. Com essa prefixação ocorreu a eliminação da incerteza por parte do tomador final quanto ao custo do empréstimo externo.

Através da Circular nº 707, de 24/06/82, foi ampliada a opção aberta ao sistema bancário de destinação dos recursos captados no exterior e que não tenham sido repassados internamente. Essas instituições passaram a poder aplicar o equivalente em cruzeiros desses empréstimos também em Obrigações Rejustáveis do



Tesouro Nacional-ORTN, além das anteriormente já admitidas aplicações em Letras do Tesouro Nacional-LTN ou de realização de depósitos no Banco Central.

A realização de repasses interbancários de recursos tomados no exterior via Resolução nº 63 foi permitida, por sua vez, pela Circular nº 708, de 24/06/82, estabelecendo o prazo mínimo de 90 dias para a sua efetivação. A intenção dessa medida foi permitir o maior acesso de bancos comerciais e de investimentos de menor porte.

Ao final de 1982, a dívida líquida de médio e longo prazos deverá totalizar US\$68,4 bilhões, inferior, portanto, à previsão inicial de US\$72,2 bilhões.



